

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**DANILO ROBERTO DA COSTA**

**A SOBREVIVÊNCIA DE TRAÇOS DA CULTURA CAIPIRA  
NO NORDESTE PAULISTA:  
LEMBRANÇAS DO *DISTRICTO DE CRYSTAES***

**FRANCA**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**DANILO ROBERTO DA COSTA**

**A SOBREVIVÊNCIA DE TRAÇOS DA CULTURA CAIPIRA  
NO NORDESTE PAULISTA:  
LEMBRANÇAS DO *DISTRICTO DE CRYSTAES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

**FRANCA**

**2009**

**Costa, Danilo Roberto da**

**A sobrevivência de traços da cultura caipira no nordeste paulista : lembranças do *Districto de Crystaes* / Danilo Roberto da Costa – Franca : UNESP, 2009**

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social – UNESP

1. Cultura caipira – História oral – Cristais Paulista (SP).
2. Cristais Paulista (SP) – História.

CDD – 981.552CP

**DANILO ROBERTO DA COSTA**

**A SOBREVIVÊNCIA DE TRAÇOS DA CULTURA CAIPIRA  
NO NORDESTE PAULISTA:  
LEMBRANÇAS DO *DISTRICTO DE CRYSTAES***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História e Cultura.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

1º Examinador: \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

*Dedico este trabalho aos meus pais.*

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Pedro Tosi, pelo apoio, pela confiança e paciência depositadas ao longo de todo este trabalho. Muito obrigado professor.

Ao professor Lélío pela importante contribuição no exame de qualificação desta pesquisa.

Ao professor Moacir Gigante, pelo acompanhamento de todo esse processo, mas principalmente pela amizade e pelos conselhos que têm ofertado durante estes anos de UNESP e também de vida.

À Celinha Essado, grande companheira e amiga, meu eterno agradecimento por tudo que fez e faz ao longo de toda essa trajetória.

À querida Nina, amiga e companheira de todas as horas. Obrigado pela paciência, mas principalmente por ofertar-me a sua sempre grata e essencial presença.

Ao amigo Marcinho, pelas leituras e revisões deste trabalho.

À minha família, irmãos e sobrinhos que me fazem ver o quanto a vida é uma eterna escola.

À Nessa, ser tão especial, pela alegria, paz e serenidade que têm me permitido prosseguir pela estrada da vida com ânimo e vontade de cada vez mais.

À todos aqueles colaboradores, por terem permitido que eu entrasse em suas casas e de certa forma em suas vidas. Sem vocês, este trabalho não seria possível.

*“Eu estou comovida de falar sobre minha terra, eu não esperava por isso, ter que falar isso ainda outra vez” (Dona Nair, 93 anos)*

*“A gente tem tanta memória a recordar, tanta lembrança (...) eu sinto um prazer muito imenso em detalhar essas coisas, esses fatos” (Senhor Eurípedes, 88 anos).*

*“Agora você me fez lembrar” (Dona Neusa, 81 anos).*

*“O futuro é pra vocês. Quanto mais vocês fizerem? Vich, eu agradeço de coração” (Nelsindo Pelizaro, 82 anos).*

*“O que eu posso falar é pra criar juízo, pensar bem na vida” (Senhor Anísio, 81 anos).*

*“Não guarde rancor de ninguém, porque nesta vida tudo é passageiro (...) porque este mundo é como disse o Guilherme de Almeida, que eu já te falei ‘não vale a angústia de viver’, mas vale” (Dona Doca, 96 anos).*



COSTA, Danilo Roberto da. **A sobrevivência de traços da cultura caipira no nordeste paulista: lembranças do *districto de Crystaes***. 2009. 188 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

### Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a possível sobrevivência de traços da cultura caipira no *districto de Crystaes* (1910-1958). Localizado no antigo *certam do rio Pardo*, nordeste do estado de São Paulo, numa área compreendida entre os rios Pardo e Grande, o distrito de Franca-SP, que é atualmente o município de Cristais Paulista-SP, teria sido institucionalizado em 1910 para atender aos interesses eleitoreiros do Partido Republicano Paulista (PRP francano). Atento para as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro, desde a segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras de 1850 e a Abolição, juntamente com a chegada dos trilhos ferroviários à região, este trabalho também tenta localizar entre os vários autores que se debruçaram sobre esse tema, o surgimento dos estigmas criados em torno da figura do caipira. E através da memória de antigos moradores do meio rural da região, utilizando como diretiva a metodologia da História Oral, busca identificar possíveis traços de um estilo de vida caracterizado como caipira, em plena civilização do gado e do café, que em seguida serão confrontados com aquela possível deformação sobre um estilo de vida tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Caipira – História Oral – Cristais Paulista-SP.

COSTA, Danilo Roberto da. **A sobrevivência de traços da cultura caipira no nordeste paulista: lembranças do *districto de Crystaes***. 2009. 188 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

### Summary

The present dissertation aims mainly at the analysis of the possible survival of the countrified cultural features of the *districto de Crystaes* (1910 – 1958). Located in the old *certam do rio Pardo*, in the northeast of the São Paulo State – Brazil, in a piece of land between the two rivers Pardo and Grande, the district of Franca – SP, which is now the Cristais Paulista town, might have been established in 1910 to stand for the electoral interests of the local party at the time called *Partido Republicano Paulista (PRP francano)*. Focusing on the changes which occurred in the Brazilian rural area since the second half to the XIX century, with the Land Law from 1850 and the Abolition, together with the arrival of the railway to the region, the present work also tries to locate, among the many author who have dedicated themselves to this theme, the arising of stigma around the countrymen character. And through the memory of old local people from the rural area, making use of the Oral History methodology, tries to trace possible features of a lifestyle characterized as countrified, during the cattle and coffee development, which later will be compared to the possible distortion of a traditional lifestyle.

KEY WORKDS: Countrified Culture – Oral History – Cristais Paulista-SP

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1: LOCALIZAR OS CAIPIRAS ENTRE OUTROS TRABALHADORES.....	15
1.1. A história local: entre o escrito e o dito – o caso do <i>districto de Crystaes</i> .....	15
1.2. Os trabalhadores, a roça e a fazenda na região do <i>districto de Crystaes</i> .....	33
CAPÍTULO 2: O CAIPIRA E SEU ESTILO DE VIDA SOB OS DIVERSOS OLHARES DO MUNDO NÃO CAIPIRA.....	55
2.1. A multiplicidade de olhares sobre o homem do campo.....	55
2.2. A cultura caipira e as culturas caipiras.....	80
2.3. As múltiplas facetas do homem da roça.....	105
CAPÍTULO 3: CONSERVAÇÃO E MUDANÇA DA CULTURA CAIPIRA NO DISTRICTO DE CRYSTAES.....	121
3.1. Dentro do “moderno”, o tradicionalismo. ....	121
3.2. A divisão de obrigações: a tarefa de reproduzir a vida.....	141
3.3. A desintegração da tradição.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
BIBLIOGRAFIA.....	180
FONTES ESCRITAS.....	186
FONTES ORAIS.....	187

## Introdução

Na segunda metade do século XIX, profundas mudanças que ocorreram no Brasil, a partir de Terras de 1850 e do desenvolvimento da ideia abolicionista, marcaram o início de uma crise sobre a manutenção e desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo. Sem a consolidação de uma política imigratória respaldada pelo poder estatal, juntamente com a crescente necessidade de braços para a produção dos cafezais em franca expansão pelo interior paulista, fizeram com que algumas ações buscassem solucionar, mesmo que paliativamente, a questão em torno da mão-de-obra dos latifúndios paulistas. Neste cenário, os trabalhadores livres se tornaram alvos de diferentes investidas por parte da elite agrária, necessitada cada vez mais de homens a serviço da empresa agroexportadora. Dentre eles, figurava o caipira.

Produzindo seus próprios mantimentos, contando para isso apenas a força de sua própria família, para a manutenção de seu estilo de vida, os caipiras sofreram naquele momento constantes formas de cooptação que visavam a sua absorção para os cafezais estruturados no sistema de *plantation*. Com a expansão dessa produção em terras paulistas, voltada para o mercado externo, muitos deles acabaram expulsos de suas terras e, enquanto eram empurrados para dentro da lavoura cafeeira, juntamente com seus familiares, viram aqueles que negavam essa incorporação sofrer certas formas de agressões, tanto físicas quanto psíquicas, através de um intenso e violento processo de estigmatização respaldado pelas diferentes elites do país.

No decorrer dessa fase, enquanto a violência de mais um processo colonizador, empreendido pelos grandes fazendeiros, empurrava cada vez mais os homens que ainda eram donos de sua própria força de trabalho em busca de novas terras pelo interior paulista, estes prestavam-lhes o serviço de abertura de matas e florestas. Uma ação, vale destacar, legitimada pelas noções de progresso e também de revalorização do conceito de trabalho, já que ainda naquele momento o regime escravo não havia se extinguido no país. Tudo isso impulsionado pela dinamização dos trilhos ferroviários que alterava profundamente a dinamização das trocas comerciais entre o interior e as grandes praças mundiais.

Em algumas regiões do interior, dentre elas o antigo *certam do rio Pardo*, localizado entre os rios Grande e Pardo, no nordeste do estado de São Paulo, diferentemente daquelas onde a grande propriedade se consolidava após a Lei de Terras de 1850, um quadro rural singular ainda permitiu a sobrevivência de resquícios de uma forma de vida identificada com aquilo que se apresenta como cultura caipira. Nele, a pequena propriedade e o trabalho

baseado na mão-de-obra familiar coexistiu com propriedades estruturadas às margens dos trilhos ferroviários que haviam penetrado aquela região no final da década de 1880.

Em outra vertente, dentro do cenário político, no início do século XX, o município de Franca-SP, localizado no antigo sertão, assistiu a disputas políticas que refletiam a realidade nacional presente nos quadros da Primeira República. Dentre os grupos que disputavam o poder local, destacava-se o PRP liderado pelo grupo do coronel Francisco Martins. Juntamente com ele, alguns proprietários rurais institucionalizaram o *districto de Crystaes* no ano de 1910, período em que sua hegemonia sofreu uma situação tensa com a disputa nas eleições municipais após a derrota perrepista nas eleições federais. Nesse quadro, naquele ano de 1910, a hegemonia do PRP francano conseguiu ser assegurada e perpetuada somente após as vitórias nas urnas municipais, apesar da oposição ter denunciado a presença de fraudes eleitorais na seção do distrito recém instituído. Assim, a manobra de criação de um distrito, e consequentemente a de sua seção eleitoral, garantiram, dentro da política coronelística, a manutenção do PRP francano no poder local.

Se aproveitando do adensamento demográfico daquela região, ao estabelecer a sede do distrito e com ela a sua seção eleitoral, vimos grupos políticos francanos sendo beneficiados pelos laços estreitos que o entrelaçavam com toda a população rural espalhada pelas pequenas propriedades que compunham o *districto de Crystaes*. Diante dessa constatação, fomos mapeando a intensa presença humana em um espaço rural onde as pequenas propriedades e a ausência de uma relação do tipo senhorial, foram caracterizando os aspectos sócio-culturais estabelecidos no distrito ao longo de sua ocupação. Assim, mesmo com a fragmentação em pequenas propriedades, os laços identitários entre elas permitiram a consolidação de vários bairros rurais que facilitaram a cooptação de eleitores que influenciaram as decisões políticas do município de Franca durante a primeira metade do século XX.

E foi justamente nesse antigo distrito francano que nos atemos para a análise da presença de traços da cultura caipira. Região que foi povoada por diferentes agrupamentos humanos desde o início do século XIX, mas principalmente por mineiros que, juntamente com suas famílias e pequenas levas de escravos, expandiram naquele momento de crise na empresa mineradora, a pecuária. Naquele território que viria a ser o distrito francano, torna-se válido reafirmar, uma de suas características marcantes sempre foi o predomínio da existência de pequenas propriedades. Principalmente em um ponto chamado Furnas, onde o registro de vários bairros rurais que compuseram ao redor uma organização espacial que facilitou a consolidação de uma vida com estreitos laços de sociabilidade, estruturados para a sobrevivência e manutenção da vida de seus integrantes.

Assim, todo esse processo histórico que resultou na institucionalização do *Districto de Crystaes*, em 1910, estará sendo discutido e apresentado em nosso primeiro capítulo. Nele, serão tratados os registros da presença de grandes fazendeiros da área onde a sede do distrito seria construída, inclusive em terras de um fazendeiro ligado ao PRP francano, somados a outros dois nomes também daquele espaço rural. Também confrontaremos esses vestígios escritos com informações de antigos moradores que, através do ‘ouvir dizer’ e do lembrar, nos ofertaram uma farta documentação para nossas observações.

Já no segundo capítulo, buscaremos discutir a produção acadêmica, as intenções e as diferentes perspectivas sobre o conceito e as visões das diferentes elites nacionais sobre a cultura caipira. Com amplo recorte histórico, que vai desde a Lei de Terras de 1850 e o processo de modernização imposto pela presença dos trilhos ferroviários ao Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, discutiremos as diferentes falas sobre a cultura caipira. Tentando compreender a raiz dos estereótipos em torno da figura deste homem da roça<sup>1</sup>, presente entre as elites intelectual e política, mas também buscando enxergá-lo sob a ótica da produção acadêmica das últimas décadas, tentaremos demonstrar como algumas deformidades foram sendo legitimadas em torno de sua imagem.

Através de uma ideologia imposta por uma elite agrária que tentava legitimar suas ações no meio rural paulista, com a marcante presença de seus cafezais, veremos que estigmas como a preguiça e a vadiagem não condiziam com o modo de vida do homem da roça. Principalmente quando notamos que o desenvolvimento urbano nacional propiciou a dinamização de um mercado interno que seria abastecido justamente por esse elemento negativo, muitas vezes associado pelo lobatismo a uma verdadeira ‘praga’.

Após essas discussões, no último capítulo centramos nossos estudos exclusivamente sobre a possível sobrevivência de traços da cultura caipira na região do antigo *districto de Crystaes* (1910-1958), atual município de Cristais Paulista-SP. Dialogando com autores que de forma crítica se debruçaram sobre o assunto, sem perder de vista as especificidades do espaço rural da região, apresentamos a forma como homens vinculados ao meio rural enxergavam a própria vida, através de descrições do seu cotidiano; do fazer-se enquanto integrantes de um modo de vida cujos laços de sociabilidade entre tais grupos foram a base de sua sobrevivência. Toda essa visão, é claro, sem perdermos de vista a questão da infiltração,

---

<sup>1</sup> O termo ‘roça’ neste trabalho é aplicado para distinguir o caipira, trabalhador que tinha um singular modo de viver, estruturado no trabalho familiar e na pequena propriedade, do grande fazendeiro, onde a relação vertical de tipo senhorial está presente.

cada vez mais sentida, das relações de mercado em todas as esferas da vida daqueles homens, aspectos que foram remodelando a própria forma de viver ao longo do período.

No aspecto geral, todo este trabalho foi respaldado pela memória dos antigos moradores da região do antigo *districto de Crystaes*. Através da coleta de entrevistas, pela metodologia da História Oral, foram realizadas nos últimos cinco anos todo um rastreamento de antigos moradores que tiveram suas vidas entrelaçadas ao cotidiano da região. A princípio, respaldado pelo poder público municipal de Cristais Paulista, iniciamos um projeto que visava a criação de um Arquivo Histórico onde diferentes vestígios sobre o passado local pudesse receber o devido tratamento e a garantia de sua preservação. Visitando antigas famílias, em apenas um ano centenas de objetos e documentos foram gentilmente cedidos para o desenvolvimento deste projeto.

Além da catalogação e armazenamento de material para o desenvolvimento do museu e arquivo histórico municipal, e pensando no curto espaço de tempo em que se deu a emancipação política do município, voltamos nossa atenção para a possibilidade de coletar entrevistas de antigos moradores. No ano de 2005, como parte do projeto, mas também com interesse de estudo para a apresentação de monografia para a conclusão de nossos estudos no curso de História, foram realizadas 23 entrevistas.

Sem a continuidade de vínculo ao órgão público municipal de Cristais Paulista-SP, mas dando seguimento aos nossos estudos e pesquisas sobre a história local dentro da universidade, coletamos mais dez entrevistas com pessoas que habitaram antigos bairros rurais do atual município, já centrando nosso interesse pelo universo caipira. Ao todo, portanto, foram realizadas 33 entrevistas, todas respeitando a metodologia da História Oral, apesar de nem todas se encontrarem com suas transcrições consolidadas até o presente momento. Assim, um farto material composto por aproximadamente 723 páginas transcritas, todas elas envolvendo as lembranças de pessoas que viveram partes de suas vidas durante a primeira metade do século XX, período em que buscamos compreender a forma de vida do homem da roça na região do atual município de Cristais Paulista-SP, foi utilizado para a construção de todo este projeto.

Por fim, é válido afirmar que se não fosse a colaboração de todos esses homens e mulheres que permitiu-nos buscar compreender o passado, de certa forma ainda presente, vivo, através de suas vozes, percepções e ressentimentos, nada disto seria possível.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho, todos os trechos em que aparecem as falas de nossos colaboradores foram redigidos em itálico, uma maneira por nós encontrada para dar-lhes maior relevância e também para diferenciá-las das demais citações. Além disso, optamos em apenas apontar os nomes dos colaboradores ao final das falas e suas

## 1. Localizar os caipiras entre outros trabalhadores

### 1.1. A história local: entre o escrito e o dito – o caso do *districto de Crystaes*.

O atual município de Cristais Paulista, localizado na região denominada *certam do rio Pardo*, ao nordeste do estado de São Paulo, mais precisamente entre os rios Grande e Sapucaí, compôs um trecho que fez parte da antiga rota bandeirante denominada *caminho de Goyaz*. Durante grande parte do período colonial, a estrada serviria para o comércio do gado e o sal, ligando o litoral ao interior do país. Nessa fase, a região, também habitada pelos índios caiapós, cuja adoção do termo “sertão” referia-se ao isolamento geográfico, ao “deserto de gente”, foi lentamente sendo constituída por pousos que permitiam aos viajantes o descanso, tanto dos homens quanto as tropas, e a pequena comercialização de gêneros alimentícios para que os mesmos seguissem viagem (CHIACHIRI FILHO, 1973, p.47).

Ao nordeste do território paulista, sabemos que uma das primeiras grandes investidas de povoamento, ou seja, do estabelecimento de pessoas naquela região, pois antes era apenas um ponto de passagem, ocorreu somente no início do século XIX, com os *inrantes mineiros*. Ocupação do espaço que refletia não apenas o esvaziamento populacional das então decadentes regiões mineradoras, mas também como o avanço de uma atividade econômica após a queda da mineração, a pecuária viria ocupar faixas territoriais do atual sul de Minas e avançaria pelo território paulista na altura do *certam do rio Pardo*. Assim, a região compreendida entre esses rios, Pardo, Sapucaí e Grande, alavancou seu desenvolvimento demográfico com pequenas levas de gente ocupando extensas faixas territoriais através não só das doações de sesmarias, mas também pela ocupação escassa e irregular, desautorizada pela coroa, de pequenas famílias que buscavam nela se estabelecer, plantando seus mantimentos e criando seus animais.

A partir dessa primeira investida, ao longo de todo o século XIX, além dos mineiros, é sabido que migrantes do nordeste brasileiro também se estabeleceram na região que, como vimos, além da pecuária, praticavam aquilo que se denomina economia de subsistência, onde o pequeno excedente produzido por algumas famílias numerosas, através de grandes carroções, os “carroções da Franca”, comercializavam seus produtos com outras regiões, entre

---

respectivas idades no ano de 2009, e não no período em que foram realizadas as entrevistas. Todo o material produzido, desde as gravações, transcrições, aos diários de campo, encontra-se sob nossa posse e são autorizadas para uso pelos seus respectivos autores. Parte do material também poderá ser encontrada no Arquivo Histórico Municipal de Cristais Paulista-SP.



elas o Rio de Janeiro, principalmente após a vinda da família real, e posteriormente as cidades de Campinas e São Paulo iriam passar a ter um mercado consumidor receptivo aos produtos da região em meados do século XIX, quando o açúcar produzido pela região de Campinas viria a proporcionar uma mudança de eixo comercial.

Os *intranses mineiros*, antes já vinculados a um circuito de trocas com a região mineradora e a capital sediada no Rio de Janeiro, viram no desenvolvimento da região de Campinas, primeiro com o açúcar e depois com o café, a abertura de uma nova rota comercial, bem mais próxima do nordeste paulista. Com o passar do tempo, esse contexto foi singularizando essa região paulista, povoada por mineiros, cujas fazendas de gado vão tentar resistir ao pleno domínio do café (BRIOSCHI, 1995, p. 42).

No município de Franca, o *districto de Crystaes* foi fundado no dia 28 de julho de 1910. Localizado no nordeste do Estado de São Paulo, o distrito francano teria como áreas limítrofes as regiões dos atuais municípios de Pedregulho, Ribeirão Corrente e Claraval, estando este último localizado no Estado de Minas Gerais. Local com solos irregulares e pedregosos, mas que em certos bolsões, principalmente nas regiões que margeiam os trilhos ferroviários, apresenta terra boa para o desenvolvimento da agricultura. Nesse trecho específico, onde alguns bolsões de terras fazem parte do solo da Alta Mogiana, onde se é mais favorável a produção de cafezais, cujos grãos são de excelente qualidade, encontra-se parte das terras do antigo distrito, hoje município de Cristais Paulista-SP.

Provavelmente, a institucionalização do local, através da fundação do distrito, foi uma ação política empreendida por políticos locais ligados ao Partido Republicano Paulista do município de Franca, principalmente quando encontramos a existência de laços de parentesco entre ambos. Sem contar que, nas duas décadas anteriores à fundação que ocorreu em 1910, vários nomes dessas mesmas famílias proprietárias de terras na região distrital apareceram como vereadores do município de Franca, cujo perrepismo já monopolizava o poder político municipal dentro dos quadros da Primeira República (1889 – 1930).

Outra hipótese que vem reafirmar o interesse político na fundação do distrito é referente à construção da vila, sua área urbana, pois o espaço onde ela foi instituída pertencia ao fazendeiro Alexandre Vilella de Andrade. O mesmo fazendeiro, segundo consta, *doou* parte de sua propriedade (fazenda Belo Horizonte) para que ali fosse estabelecida a vila do distrito, ou seja, sua sede administrativa. No documento da Prefeitura Municipal de Franca, do ano de 1912, endereçado ao próprio fazendeiro Alexandre Vilella de Andrade se lê

(...) tendo sido creado o Districto de Crystaes nesta comarca, venho pedir-vos, em nome da Câmara Municipal, a escriptura de doação do perimetro daquela povoação, para que as fucturas construcções e reconstrucções de prédios sejam feitas no alinhamento e de accordo com as disposições legaes, reservando-se V. S. o direito aos terrenos divididos em datas que não fizerem parte da doação ora solicitada.

Sendo um ex-vereador da Câmara Municipal de Franca, o senhor Alexandre Vilella cedeu “gratuitamente” parte de sua propriedade, a fazenda Belo Horizonte, para a institucionalização do espaço urbano do distrito, que ficaria localizado às margens da ferrovia, construída no final do século XIX, sendo a primeira a atravessar a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, cuja finalidade do projeto buscava levar os trilhos até o Triângulo Mineiro. Como sabemos que as terras localizadas às margens da ferrovia eram de certa forma, mais valorizadas, afinal, eram produtivas (Alta Mogiana), e o senhor Alexandre Vilella possuía grandes cafezais, difícil seria buscar entender tal doação longe de interesses políticos locais<sup>3</sup>.

Reforçando nossa argumentação, outro nome de fazendeiro local que aparece entre os representantes da Câmara Municipal de Franca, em meados do início do século XX, é o do senhor José Pedro de Faria, conhecido entre os moradores locais como coronel Juca Pedro. Sua propriedade fazia divisa com as terras do senhor Alexandre Vilella. Foi ele o responsável pela principal construção da vila, o Sobrado, como é conhecido entre os moradores até os dias atuais. Uma de suas propriedades fazia divisa com as terras do senhor Alexandre Vilella. Era grande pecuarista e agricultor, dono de grande colônia de trabalhadores na fazenda hoje chamada de Mococa. As atuais proprietárias são netas do coronel Juca Pedro, onde, além dessas terras, uma é casada com o presidente da FIESP e a outra é proprietária da Usina Santa Elisa, pertencente à família Biaggi, produtora de açúcar e álcool e localizada na região de Ribeirão Preto. Como legado cultural para a cidade, existe o Sobrado – o único construído na primeira metade do século XX - imponente construção no centro da atual cidade de Cristais Paulista, mas que pouco tem sido preservado pela família que não dialoga com órgãos competentes para a realização de atividades culturais e sociais no local, praticamente abandonado.

Além desses dois nomes de antigos fazendeiros citados acima, aparece também como vereador na Câmara de Franca, por duas vezes, durante a fase da fundação do distrito, o nome

---

<sup>3</sup> Ainda hoje a família Vilella encontra-se com a posse de tais terras, estando as mesmas ocupadas há pelo menos quatro gerações. A cidade fica à direita da rodovia Cândido Portinari, por volta do Km 414. Os dois primeiros loteamentos que existiram na história local se deram pelas terras da fazenda Belo Horizonte e poucas são as chances dela crescer em outro sentido que não para o da fazenda, que tem suas terras valorizadas e caso ela se desenvolva em outra direção é inevitável que o traçado urbano sofra algumas deformações. Na década de 1960, segundo alguns relatos de antigos moradores, quando o espaço urbano sofreu uma valorização, muitos terrenos que tinham sido dados sem escritura, pois não havia ainda mercado para eles como hoje, foram questionados por alguns dos familiares representantes da família citada.

do senhor Vitor Mendonça, chefe político responsável pela administração do distrito entre 1911 e 1928, ano do seu falecimento. Era filho do major Mendonça, antigo político francano no período monárquico. Família também proprietária de grandes extensões de terras na região do distrito e de longa tradição política, até porque havia laços consaguíneos com o famoso capitão Anselmo, proprietário que marcou a história regional paulista através da Anselmada, cuja propriedade também viria a compor o então distrito fundado em 1910.

*O meu pai nasceu no dia 12 de abril de 1858, filho do major José de Mendonça Ribeiro, conhecido como major Mendonça, um dos mais antigos políticos da cidade de Franca e proprietário de grande área de terras nessa região, que na época era denominada Furnas. Vários de seus filhos se tornaram fazendeiros, e entre eles o coronel Vitor de Mendonça Ribeiro, que vários anos depois, como seus irmãos, foram os primeiros a construir casas na villa dos Crystaes, cujo nome é escrito pela grafia antiga (...). O coronel Vitor era coronel da Guarda Nacional, teve papel preponderante na criação do distrito de Cristais. Foi seu maior incentivador, junto com o padre Alonso Ferreira de Carvalho, pároco da vila, de saudosa memória, que desejava ardentemente ver construída a sua igreja, que teve o nome de Nossa Senhora D'Abadia, que seria a padroeira de Cristais. Juntos, e com o auxílio e boa vontade de diversos fazendeiros, entre eles o coronel José Pedro de Faria, o senhor Alexandre Vilella, coronel Vitor mantinha bons relacionamentos com outros políticos francanos, como Francisco Martins, André Martins e outros.<sup>4</sup>*

(Dona Nair, 93 anos)

Curiosamente, tratando-se de um distrito fundado durante o período da República Velha (1889-1930), onde uma das características do contexto político era a prática do coronelismo, acreditávamos, no início de nossas pesquisas, na possibilidade de litígios entre os fazendeiros locais que buscavam, através da representatividade política, sobrepor-se uns aos outros e garantirem, desse modo, privilégios com a ocupação de cargos públicos na cidade de Franca. No entanto, quando nos deparamos com a presença de ambos na Câmara Municipal de Franca, em períodos distintos e lineares, nas suas participações ao lado dos líderes do PRP francano e nas variadas ligações inter-familiares existentes, tal hipótese não se sustentou<sup>5</sup>. Ambos, na fundação do distrito em 1910, faziam parte de um jogo político em que o PRP, liderado pela família do coronel Francisco Martins, buscava manter-se na hegemonia política local, abalada pelos sucessivos acontecimentos na esfera política federal.

<sup>4</sup> Os parêntesis colocados entre as falas dos colaboradores servem para a separação de raciocínios e para a incompreensão surgida nos momentos de transcrição das entrevistas. Para a exposição de diferentes falas durante a entrevista em uma só citação, optamos colocar colchetes.

<sup>5</sup> Segue a ordem cronológica em que os fazendeiros do distrito ocuparam a vereança no município de Franca: José Pedro de Faria (1905-1907); Alexandre Vilella de Andrade (1908-1910) – curiosamente, o ano de fundação do distrito; Victor Mendonça Ribeiro (1910-1914); os dois primeiros eram agricultores durante suas legislaturas. Já o coronel Victor aparece descrito como comerciante. Ele também construiu uma grande casa na vila do distrito e sabemos que ele teria vendido sua propriedade e assumido o cargo de chefe político, mas também era agiota, emprestava dinheiro a juros para os pequenos agricultores. Assim, quando a historiografia regional que discute o coronelismo aponta a presença de setores urbanos no poder e não apenas fazendeiros, tal fato não invalida a origem e força da tradição rural na política do período.

Devido ao estreito entrelaçamento entre as esferas da política local e federal, dentro dos quadros da Primeira República, fortalecidos pela política dos governadores e as eleições caracterizadas pelo curral eleitoral e o voto de cabresto, nas eleições municipais daquele ano de 1910, o PRP assistia a um tenso processo eleitoral, justificado pela derrota eleitoral do mesmo na esfera federal que havia ocorrido nas últimas eleições para o governo federal.

Fortalecidos pela vitória de Hermes da Fonseca sobre o nome apoiado pelo PRP, candidato Rui Barbosa, a oposição local via com bons olhos uma possível vitória sobre o grupo político liderado pelo coronel Francisco Martins. Nesse tenso contexto, mesmo assim, após todo o processo eleitoral, com a expectativa que os resultados da esfera federal pudessem influenciar os resultados das eleições locais, a oposição perrepista foi derrotada e, com isso, manteve-se garantida a perpetuação do PRP francano no poder, apesar de, mais uma vez, a oposição utilizar os meios de comunicação local para acusar a ocorrência de fraudes eleitorais, dessa vez, porém, na *secção do districto de Crystaes*.

Mais curioso ainda foi notar que os conflitos provocados pelas eleições de 1910 podem ter contado com o apoio do padre Alonso, que teria se transferido para a Igreja da *villa dos Crystaes*, nicho do PRP francano. Em 1897, o padre Alonso teria sido partidário de Marcolino e opositor do coronel Francisco Martins, líder do PRP francano que elegia seu filho André Martins de Andrade em 1910, perpetuando assim o grupo de coronéis perrepistas no poder local (MELO, 1995, p. 89). Na menor das hipóteses, o padre Alonso, grande personagem na história de Franca, participe na fundação do primeiro curtume da cidade e um dos fundadores da Matriz de Cristais Paulista em 1924, continuando ligado ao grupo de Marcolino naquele período, provavelmente viria a assistir indignadamente a manipulação das eleições na *secção do districto de Crystaes*.

*A casa do coronel Vitor era constantemente visitada pelos candidatos a cargos políticos, pois a região possuía grande número de eleitores. Eram sempre bem recebidos, mesmo que tivessem opiniões diferentes da sua. Depois da sua morte a casa continuou, não com a mesma frequência, mas sendo visitada por políticos, pedindo apoio da família. Certa ocasião, o Partido Democrático, que estava iniciando, veio até sua casa. A família do coronel tinha bem cultivado o espírito democrático e, este chegando, o deputado disse que queria fazer um (...) um comício em Cristais para expor ao povo as suas idéias e angariar o apoio popular. Para fazer o seu comício, no coreto da praça, o subdelegado que obedecia ordens da comarca não consentiu porque o partido do deputado era da oposição. Ele então pediu à família do coronel para falar na janela de sua casa. A família consentiu e, ao finalizar seu discurso ele disse "cristalenses, esta casa será de hoje em dia, conhecida como o 'ninho da democracia'. Foi muito aplaudido.*

(Dona Nair, 93 anos)

*Ah, ele era um homem integro, homem forte, firme. Ele era político, quando havia eleição as pessoas iam lá se orientar com ele, sabe. Ele era assim (...) chefe, porque hoje eu não sei como*

*é que falam, mas antigamente falavam chefe político. Ele era chefe político. Mas era um homem íntegro, e fisicamente ele tinha um olho furado, mas não era assim (...) eu tenho impressão, hoje eu não sei, mas não era problema de vício. Foi furado assim, em algum acidente. Eu não me lembro, isso eu não me lembro. E a senhora viúva, Maria Mendonça, a mãe da Nair, era casada com ele pela segunda vez. Tinha dois filhos, o Jerônimo e o Mário, todos já morreram. E a Nair veio do segundo matrimônio, e a Nair é filha*

(Dona Doca, 96 anos)

A institucionalização do distrito também pode ser pensada através do relato da dona Nair, filha do coronel Vitor Mendonça, transcrito acima. Afinal, havia na região um grande número de eleitores e, a partir da criação da seção eleitoral do distrito, ter se desenvolvido uma série de acusações sobre possíveis fraudes, fica evidente a pressão política local para a manutenção do grupo político ligado ao coronel Francisco Martins.

*O trabalho do coronel Vitor continuou sempre (...) sua casa era junto (...) ponto de reunião de políticos de Franca e também, em determinadas ocasiões, políticos do Estado que aqui vinham em busca de votos. Chamava-se PRP o partido dominante, Partido Republicano Paulista. O coronel Vitor era um dos elementos muito considerado pelos correligionários, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Franca, representando o distrito de Cristais na década de 20 e, aqui abre-se um parêntesis para registrar uma coincidência. O coronel Vitor foi o primeiro vereador eleito para representar o distrito de Cristais e decorridos 27 anos, sua filha Nair, eu, sua filha Nair Mendonça Ribeiro, foi eleita à Câmara Municipal de Franca com duas legislaturas, como representante do ainda distrito de Cristais, pois não havia ainda recuperado (...) chamava-se Guapuã porque não havia recuperado o antigo nome (...) foi eleita em 1947 e exerceu o cargo até 1951, eleita pelo partido UDN, União Democrática Nacional.<sup>6</sup>*

(Dona Nair, 93 anos)

A dona Nair Mendonça, hoje com 93 anos, herdou a tradição política de sua família e se tornaria, em 1947, a primeira mulher do município de Franca a ocupar um cargo de vereadora, mantendo-se por dois mandatos. Representando o *districto de Crystaes*, foi a segunda mais votada em sua legenda, refletindo assim o peso político local, devido principalmente ao adensamento demográfico que o distrito mantinha nas decisões eleitorais do município de Franca.

A pressão eleitoral na seção distrital, ao longo de sua vinculação com o município de Franca foi, como constatamos, de grande interesse político, afinal, controlando os votos locais, grupos políticos se sustentavam no poder da esfera municipal e dela usufruíam de

---

<sup>6</sup> A referência ao nome Guapuã foi devido a um problema cartorial. Havia, em Minas Gerais, uma cidade que também se chamava Cristais, porém, mais antiga. Isso estava prejudicando e confundindo o serviço nacional de correspondências. Sendo assim, precisou-se mudar o nome da vila e, como sabemos, a cultura paulista, muito influenciada pelos reflexos dos modernistas de 1922 adotou o tal nome indígena que em português significa “Pouso Alto”. Curiosamente, este é o nome de um bairro rural e de uma fazenda dentro do distrito e que fica justamente no início da descida para as Furnas, no alto da serra, área próxima à divisa com o Estado de Minas Gerais e que caracteriza bem, até hoje, duas regiões demarcadas pelo seu aspecto topográfico.

benefícios econômicos, reflexos do cargo ocupado. Segundo o Livro do Tombo da Igreja Matriz de Cristais, em 1933 “*o districto de Crystaes tem actualmente uma população de 15000 habitantes, mais ou menos [...] a villa de Crystaes tem umas 250 casas, com 1000 habitantes, mais ou menos*” (AHD, Livro do tomo nº. 2, paróquia de Cristais Paulista).

Outro aspecto que também nos chamou a atenção foi a disparidade entre o número de moradores da vila e do meio rural cristalense. Maioria absoluta da população rural que, também em 1958, nas primeiras eleições municipais para prefeito, iria dar a vitória a um representante do meio rural que longe esteve da participação do processo emancipatório, onde pessoas ligadas ao setor urbano tomaram a iniciativa de realizar todo o processo. Do bairro rural da Limeira, próximo ao da Borda da Mata que era 3º distrito em 1837, praticamente saiu vitorioso o primeiro prefeito do município.

Os homens que conquistaram a emancipação política junto ao governo estadual eram, em sua maioria, vinculados aos setores urbanos que, sendo minoria em números, não impediram a vitória de um fazendeiro representante de uma das regiões rurais do município mais densamente povoadas no período. Toda a arquitetura do processo eleitoral das primeiras eleições municipais de Cristais Paulista, em 1958, foi moldada na disputa entre duas chapas, uma apoiada pela comissão de emancipação e ligada aos setores urbanos da cidade e outra vinculada a políticos francanos, onde constava entre um de seus apoiadores o dono do jornal *O Francano*, além dos agricultores de alguns bairros rurais existentes na região desde meados do século XIX: a Borda da Mata, onde descendentes do capitão Anselmo ainda residiam, a Limeira e o Pouso Alto, ambos densamente povoados.

*De primeiro eles passaram na Borda da Mata, assim, caçando, tinha lá um que tinha a venda lá, o Zé Rufino, depois foi vereador, “não, eu num vô não, vai lá no Augusto Monteiro”. O Augusto Monteiro tinha casa no fundo de casa. Aí primeiro eles foi na venda, chegou lá na venda, o Augusto Monteiro “não, eu não, eu não”, falou “não, eu posso ajudá muito e tal, mas, por que que ocês num vai na casa do Fabim Pinheiro? Ele deve tá aí na fazenda”, “é, mas hoje num dá mais tempo, então, mas nós vamo marcá”. E marcaram, “nóis vai vim dia tanto”, então eles foram em casa, só conversaram logo com o papai, eu num tava nesse dia. Eles marcaram pra vortá dali uns dia, na outra semana, porque já tava já pra começá né? Daí, marcô, o papai falou “eles vai vortá aqui dia tal”. E, preparô um armoço, a minha senhora, tava lá na fazenda véia né, lá na Limeira, aquele armoção, e lá eles chegaram, essa turma lá, em dois carro. Aí, começô, e eu falei “o papai num vai aceitá”, meu papai num gostava né, de mexê, minha senhora tamém num queria. O papai vai falá que não né, e eu torcendo pra falá que não. Ah, fez um entusiasmm ali, o Onofre encheu ele de conversa, que ele num ia gastá nada, que o partido ia gastá, porque num sei o que, e eu olhando os outros. Os outros num falava nada não, que num ia gastá não. Mas o Moura Mattos era o PTB, né, “não Chico, é assim, assim e tal, pode deixá, nós vai juntando tudo, o Fabim num vai gastá nada, e nós vamo arrumá o vice pra ele. E o vice nós vamo arrumá lá em Cristais, na cidade. Ele é da roça, e nós vamo arrumá um vice pra ele lá em Cristais, nós vamo dá um jeito de arranjá um sujeito bão e tal”. E nós conversamo, conversamo, armoçô e tal, “como é que é chefe, e aí?”, “bão, assim, aceito, ó meu filho, aceita, vamo aceitá, mas ó, mas num é pra perdê a eleição não heim? Se é assim que eles tá falando, eu num vô deixá de dá apoio, né?*

*Mas, eu tô contando com vocês heim? Tudo”. E, o velhim, o velhim é um (incompreensível). Daí eu vim, marcaram um dia pra gente ir pra Cristais, porque eles tava convencendo o Joninha, pra sê o vice. Aí eu vim, encontrei com ele esse dia em Cristais, o Joninha aceitô, lançamo a candidatura. Isso num era nem fevereiro, março, mais ou menos, “então vamo agora pra, que partido?*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos)

A questão entre cidade e roça sempre marcou a política local, ou seja, as eleições do município de Cristais Paulista. A pressão exercida pelo espaço rural nas decisões eleitorais ainda permanece nos dias atuais. Como vimos na fala transcrita de nosso colaborador, primeiro prefeito do município em 1958, na campanha eleitoral para a escolha do primeiro prefeito da cidade reaparece esse fato que tão bem contextualiza a realidade vivenciada no passado local e que, de certa forma, se enquadra em nossa realidade nacional. Deixa-se transparecer o interesse de grupos do setor urbano de Franca em buscar a vitória na eleição do recém instituído município através das pessoas da roça. O interesse, notamos na continuidade do relato, seria o benefício de ocuparem cargos públicos no recém fundado município. Assim, apesar de trabalharmos com a idéia de prática coronelista com autores que o circunstanciaram apenas dentro dos quadros da Primeira República, lidar com o uso de fontes orais, mais uma vez nos foi permitido registrar resquícios desse tipo de trato nas relações eleitorais na zona rural cristalense.

*Não, não, aquele grupo da emancipação, acho que nenhum deles votô em mim, nenhum, a num sê o Moura Matto. Que até eles queria botá o Moura Mattos pra fora, ele disse “não, que isso? Eu ajudei até agora, ocês, né, eu vô ficá aí. Agora, só pra num sujá pro seu Luiz, num vô, eu vô apoiá o Fabim”. Só o Moura Mattos que me apoiô. O Jonas Basílio, o (Zé Pedro), Luiz Gilberto, Tonico Branquim, o irmão do Wanir que morreu, o Waldir (Ivo) Barbosa, tudo, tudo. Só de lá, de mim não, de mim, da comissão, só o Moura Mattos. Mas ainda fiz um pouco, formei o meu grupo lá dentro [...] Não, o Nazir falô assim, “vamo, Fabim, o administradô dele é nosso, tudo bem. Nós vamo lá, nós já fomo lá pra fazê título e tudo, ele até cedeu a casa lá”, num era do seu Luiz, a casa era do, morava o administradô. “Mas agora nós qué fazê um comício lá, porque vai ajuntá lá, ali em roda tudo ali, pra fazê ali, (incompreensível) era no Germano. Mas, dá um pulim lá no seu Luiz, conversa com ele, se ele falá pra, quarqué coisa, nós num vamo lá não”. Fui lá, mas ele me trato tão bem, “Fabim, pode fazê, num vô, num tem problema não, pode, tá à sua vontade. Eu num vô fazê, num vô fazê”. Eu falei “se algum dia o senhor chegá a fazê comício na Limeira, se quisé fazê na venda, é, pro Augusto é pouco, mas se quisé fazê na minha fazenda, que tinha igreja lá né, na igreja, um dia de festa lá, o senhor pode ir, num tem problema não”. Aí, “tá”, só que na Furna ele tentô, num pôde fazê nenhum. Agora, na Furna ele num pôde fazê, porque ele num tinha gente lá, num tinha ninguém. Chegô na Limeira, na venda, tamém num tinha ninguém.*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos).

Como vimos no depoimento da senhora Nair, a região de Furnas era o ponto mais distante da vila e também mais isolado. Ali se situava alguns antigos bairros rurais, dentre eles o Faquinha, a Borda da Mata e a Limeira e no alto da serra o Pouso Alto. Locais de aglomeração populacional considerável para a época, cujo povoamento remete ao início do

século XIX, onde famílias que ali se estabeleceram buscavam manter-se através da produção de seus mantimentos e da prática da atividade pecuária. Foi nessa região que, acreditamos, o ponto decisivo para o resultado de muitas eleições, não só do município de Cristais Paulista, fundado em 1958, mas também no município de Franca desde meados do século XIX. Em 1837, por exemplo, um dos vereadores de Franca, o criador de gado vacum Simão Ferreira de Menezes é proprietário de terras na Borda da Mata (GIANNI, 1987, p. 36).

Pensando na escrita da História, este breve esboço sobre os processos de institucionalização do distrito no ano de 1910 e da emancipação política em 1958 atendeu a interesses grupais e políticos inseridos dentro da prática coronelística da República Velha e da relação entre roça e cidade. Vimos, por meio de documentos e notícias de jornais, além das fontes orais, as manobras utilizadas pelos homens que buscavam, a partir do seu poder econômico, a influência política através da participação na vereança do município de Franca e posteriormente na política local, ou seja, de Cristais Paulista. Com isso, nada do que foi exposto escapa à visão oficial da História, principalmente quando recorremos a “fontes inquestionáveis” que, independentemente das suas compilações, servem para o estudo, a elaboração e compreensão da História tida por oficial. Obviamente, nesse aspecto, os relatos orais de personagens políticos do passado local, entre eles o da filha do coronel Vitor Mendonça, apenas viriam a confirmar a interpretação elaborada através dos documentos escritos, oficiais e midiáticos.

Após esse breve esboço sobre a arquitetura política que refletiu na fundação da identidade de Cristais Paulista, retomamos o eixo central a que nos propomos neste trabalho. A proposta que o perpassa, e que vimos buscando tentar realizar, fundamenta-se no interesse em se analisar e compreender as pessoas que não tiveram seus nomes registrados em tais documentos escritos. Homens, mulheres, velhos e crianças que estavam presentes na região, presos à terra, trabalhando, garantindo seu sustento através da produção de seus mantimentos, muitas vezes sendo usadas por determinados grupos para a chegada ao poder político, mas que não passam, perante as fontes escritas, de seres anônimos, muitas vezes presentes de forma opaca ou distantes das relações capitalistas e de certa forma do Estado, como os homens retratados anteriormente.

Analisar a cultura caipira, a possível existência de traços culturais talvez ainda presentes no homem do campo, no pequeno agricultor da região estudada, em meados da metade do século XX, dificilmente pode e deve apenas ser medida, quantificada ou compreendida sem suas pegadas, vestígios e significados. As motivações, as formas de organização e os ensinamentos passados de geração a geração em uma região de certa forma



isolada pela estrutura do meio, a situação de infra-estrutura do país, tudo isso agindo sobre esses homens e contribuindo para um constante refazer e agir sobre suas próprias vidas. Porém, é bom lembrar que estamos trabalhando com uma cultura iletrada, onde impera a ausência de vestígios documentados, escritos, que refletem o cotidiano e a forma de agir desses representantes da cultura rural do local.

Como vimos no primeiro capítulo, estudos das diferentes áreas do saber têm nos mostrado a dificuldade em buscar uma visão consistente e coerente do homem rural em determinadas regiões do país. Quando não inseridos em dados econômicos referentes à produção de gêneros de subsistência do pequeno produtor, cuja mão-de-obra é basicamente familiar, a visão e impressão que se tem sobre o caipira, na maioria das vezes, exclui aquilo que chamaremos do “aspecto humano”. Principalmente quando notamos, ao longo de toda a história do meio rural brasileiro, a partir da Lei de Terras e da Abolição, o interesse em se atender exclusivamente aos interesses do mercado e não acreditar que nas imensas regiões isoladas do interior do país, teriam existido homens que dificilmente tinham uma produção somente voltada para o mercado. Ou, talvez, apenas iam às praças das áreas urbanas negociarem o pequeno excedente produzido naquela determinada colheita.

O fato de produzir para vender ou produzir mantimentos para a garantia da sobrevivência, cujo excedente vai para o mercado, por si só, reflete diferentes nuances sobre as atitudes perante a forma de encarar a vida. A luta pelo lucro vai remodelando a vida do agricultor cuja mão-de-obra se limita aos braços da família, forçando-os a trabalharem mais e fazer as outras coisas que fazem parte da vida do homem de menos. Talvez tenha sido uma vida atrelada ao lazer, caça, pesca, artesanatos, religião e com mesmo peso o trabalho, um dos argumentos para a estigmatização do caipira. Trabalhar nem sempre garante o enriquecer-se, ainda mais quando em nosso país presenciamos elementos que exploram aqueles que realmente produzem, como os agiotas, vendeiros, mascates e comissários.

Diante desse aspecto, longe estamos, ao afirmar o que foi dito acima, de querer legitimar a existência de agrupamentos humanos à margem das relações de mercado ou quaisquer outros tipos de atividades comerciais. Apenas estamos tentando refletir acerca de tipos de vida onde o apego à terra e formas singulares de produção nem sempre atendiam exclusivamente as necessidades das relações capitalistas que envolvem o exclusivo desejo pela produção excedente respaldada pela idéia de lucro. Ou impossibilitada pela realidade geográfica e as mudanças ocorridas ao longo do tempo, como a rudimentarização da vida devido ao seu distanciamento dos mercados. Sendo assim, acreditamos na presença de um modo de viver que merece ser analisado, compreendido e repensado, não apenas para o

enriquecimento das culturas brasileiras, mas também para que possamos entender significados e valores humanos, quer se possa reutilizá-los ou não.

Pelo dito, dessa forma, a História Oral, seja como método, ferramenta ou até mesmo através da tradição oral, torna-se fundamental para os objetivos deste trabalho. Não apenas para dar uma nova versão para os mesmos fatos, mas também para apresentar novos fatos e materiais de pesquisa para os historiadores que um dia venham a se interessar pelo tema e que não mais contarão com os colaboradores para o registro de suas lembranças. Sem contar que, entender “a partir de dentro”, talvez além do sentido “micheletiano”, só pode ser possível a partir da voz não apenas daqueles que testemunharam, mas viveram dentro dos valores e significados da cultura rústica do homem do campo, como por exemplo, na região que por hora estamos trabalhando e buscando interpretar uma das muitas fases de seu desenvolvimento. Sem contar também que optamos por um dos vários caminhos possíveis de serem trilhados, ou seja, o percurso das memórias, ressentimentos, e que isto traz consigo o próprio esquecimento.

Para os críticos da memória, e portanto da História Oral também, remetemos a idéia de que muitas vezes não ocorre a falha da memória, principalmente quando o desejo não é apenas testemunhar perante Deus ou um tribunal sobre certo acontecimento limitado pelas “incertezas da verdade”, mas o esquecimento refletido nos traumas e na dura realidade vivenciada em determinados contextos sociais, políticos e econômicos. Para melhor compreender isso, basta cada leitor dar-se a si um minuto onde possa refletir sua própria vida.

Sobre a crítica positiva acerca do sentido micheletiano, muitas vezes ignorado em suas nuances, remetemos a observação de que anos apenas de contato com uma cultura diferente daquela em que o homem consolidou suas idéias, comportamentos e atitudes talvez não garantam fielmente uma assimilação dos valores estabelecidos cotidianamente nas relações sociais desses grupos humanos. Daí a nossa parcial crítica a esse método, cujo caminho de ver, ouvir e testemunhar, percursos pelos quais muitos outros autores enveredaram-se, serem muitas vezes aceitos de maneira unânime pelo meio acadêmico. E as “reais” vozes dos sujeitos, construtores do acontecimento, sendo marginalizadas e de certa forma “caladas”. Aquilo que foi não garante o continuar a ser.

Nem sempre aquele que testemunha pode alcançar uma legítima compreensão dos acontecimentos de determinadas culturas, principalmente quando ele não é integrante ativo do grupo. Isso vem sendo mais que comprovado nos estudos da cultura caipira, tão deformada e estigmatizada. Ele apenas relata, sob sua ótica, aquilo que viu, ouviu e sentiu. Muitas vezes, miopemente, esse processo ainda passa por um processo de filtração que deforma o fato como

realmente pode ter sido vivenciado. Portanto, desejamos afirmar que a História de cada acontecimento só poderia ser legitimada quando pensada e escrita pelo representante do mesmo.

Longe estamos em afirmar tal ponto, mas apenas acreditamos que lembrar não é o mesmo que testemunhar, mesmo sendo o testemunho umas das formas de se associar ao aspecto de lembrar. Lembrança não é, para nós, apenas testemunhar. Nos campos soviéticos e nazistas, por exemplo, o testemunho pode assumir um papel político perigoso. Afirmar um fato que só ele viu deve ser também refletido na possibilidade dos interesses pessoais em jogo, afinal, “toda ponto de vista é a vista de um ponto”. Quem testemunha e se torna numa espécie de guardião da verdade, portanto do acontecimento, pode estar ligado diretamente ao fato, sendo vítima, algoz ou apenas um caminho do meio. E nosso propósito aqui não é esse, e sim apenas mostrar o quanto as lembranças daquilo que os homens viveram no passado podem contribuir para uma História viva, presente e feita dos mesmos homens.

Definimos os conceitos de memória, lembranças da infância e testemunho como formas distintas de se entender o passado, mas que muitas vezes percorrem o mesmo processo na Historiografia. De certa forma, isso é perigoso para a busca de determinada realidade e deve se deixar claro por qual caminho o historiador optou por enveredar-se. Lembrar do que se comia quando criança, das festas na adolescência, da família, da situação econômica do grupo em que se estava inserido, nos remete a acontecimentos, quer sejam dolorosos, nostálgicos ou saudosistas, a uma forma espontânea e descompromissada com dados que se possam colher para a compreensão do passado, para a escrita da História. Aqui, portanto, a relação testemunhal não ocorre, exclui-se o desejo de apreensão de uma única possibilidade de se chegar ao que entendemos como realidade, pois a verdade, carregada de uma carga ritualística, como um juramento perante Deus, é uma das discussões que alguns estudiosos têm buscado receitar para solucionar embates entre as áreas de saber que tentam desvendar o homem e seus grupos ao longo do tempo.

Quando entrevistamos dezenas de pessoas que tiveram suas vidas contextualizadas no meio rural paulista, mais precisamente na região de um antigo distrito francano, não há testemunho, entendido aqui como guardiões de uma exclusiva verdade, mas sujeitos que viveram, interagiram e herdaram modos de viver de um passado remoto, através da tradição oral, passado ao longo de gerações há pelo menos dois séculos. De certa forma, estamos também nos remetendo a uma ancestralidade milenar sobre as formas de se “fazer” a História, iniciada pelos gregos, onde Tucídides é o grande historiador que escreveu sobre a maior guerra em que os gregos se envolveram, utilizando como fontes para a construção da história,

depoimentos de participantes na guerra. Além do mais, é bom ficar claro que cabe ao historiador, sujeito ativo no processo de escrita da História, organizar, perguntar às fontes aquilo que lhe interessa e deseja. É ele quem dá o veredicto final sobre o que estudou, refletiu e formulou.

Lembrar do cotidiano, das práticas e relações sociais de grupos da infância, da família, etc., não seria o mesmo que se lembrar de algo que só você, enquanto indivíduo, viu, ouviu, seja como agente passivo, apenas observador, ou até mesmo como ator ativo, ou seja, praticou certas atitudes em determinados contextos e, tempos depois, só restou o mesmo para testemunhar o ocorrido. Sendo assim, a morte biológica do sujeito, único talvez que presenciasse aquilo que se busca compreender, seria o mesmo que o decreto de silêncio eterno do passado. Usando as lembranças de antigas pessoas, via História Oral, está longe de se afirmar que caminhamos por este percurso de escrita da História para se entender o passado.

Nada do que foi exposto acima invalida, torna desnecessária a primeira forma apresentada sobre o uso das fontes orais, mais distante do caráter testemunhal. Também não a torna menos digna. Por exemplo, entender relações sociais específicas de grupos e tipos humanos no Brasil, muitos deles isolados no decorrer do tempo, marginalizados e ao mesmo tempo distantes de uma cultura letrada, faz do relato uma concretização, um caminho possível, de que se viveu de determinada maneira, de que aquelas pessoas existiram, fizeram parte da formação do território nacional, com suas culturas e especificidades.

A simples lembrança relatada em depoimento ou o testemunho, ao serem apresentados, ou seja, expostos aqui e agora o que foi vivido antes, seja nas entrevistas ou até mesmo em autobiografias, permitem-nos enxergar pelos olhos dos outros, o passado ao qual ele mesmo fez parte. Toda memória presente dentro de cada um é de certa forma também coletiva, possui nela algo dos variados grupos que integrou ao longo de sua vida e da deles. Ao mesmo tempo, é como buscar, alcançar a objetividade pelos caminhos da subjetividade. Daí o caráter ritualístico, a crença numa intenção de verdade assimilada por aqueles que ouvem o que o outro viu, viveu e ouviu, quer o mesmo tenha participado diretamente ou não do evento ao qual está narrando para o proveito de pesquisas através da História Oral.

Lembranças espontâneas do cotidiano e formas de testemunhar certos acontecimentos distanciam-se no processo de escrita da História. Embora não apenas isso, pois reafirmamos o perigoso caminho a ser percorrido quando o destino do indivíduo que testemunha ou do grupo ao qual ele faz parte ou não, depende da sentença do juiz, do entrevistador, de nós mesmos. Nesse ponto, a relação intrínseca entre testemunho e a verdade se torna inevitável, principalmente quando não existem outras formas de se captar os possíveis vestígios do

passado, sua veracidade. É quando a objetividade dos escritos sobre o passado permeia o campo da subjetividade do testemunho e dela tenta se aprisionar, moldando-a segundo seus próprios interesses e intenções.

Toda essa breve discussão, esse pequeno esboço acerca do uso da oralidade como fonte documental, busca atender ao fato de que a História Oral, nas pesquisas em História, tem sido muitas vezes vista com certo ceticismo, principalmente pela insistente “questão da verdade”. Ora, é interessante quando imaginamos o quão difícil seria expormos para tais críticos a afirmação de que muitas dessas mesmas questões postas para a História Oral, enquanto área do saber que vem se afirmando no meio acadêmico ao longo das últimas décadas, fossem situadas também perante a História dita “tradicional”.<sup>7</sup> Cremos que dificilmente não seriam também encaradas por demais embaraçosas para ela.

Vale a pena lembrar também que a própria História Oral nasceu de forma sistematizada enquanto área do saber, ou ressuscitou entre algumas escolas historiográficas, a partir dos decisivos e conflitantes acontecimentos em torno dos estudos e pesquisas da luta de classes na Inglaterra e do Holocausto nazista. No caso brasileiro, não tão especificamente quando pensada a realidade da América Latina, ela se desenvolveu sistematicamente, após alguns ensaios de pesquisadores nacionais, após a ditadura militar. A questão da verdade, do testemunho, da política de grupos de interesses divergentes e o interesse em se chegar à crueza de alguns fatos dolorosos naquele momento se fez sentir. No entanto, embora a proposta de nosso trabalho não tenha o exclusivo interesse de se embrenhar pelos caminhos da política, da economia, dados descritos como empíricos e difíceis de serem analisados pelos oralistas que, em nosso caso, apenas se interessam pela lembrança de um tipo específico de cultura. Mesmo assim, acreditamos que é possível se fazer uma História Oral política, mas os caminhos são tortuosos, o que também não difere muito daqueles que escrevem a História fundamentada em outros tipos de fonte<sup>8</sup>.

Nessa ótica, a pesquisa aqui apresentada é uma obra de autoria coletiva. Além do próprio pesquisador e dos autores estudados, ela não seria concretizada sem o elemento humano captado ao longo de mais de vinte e quatro entrevistas, portanto, vinte e quatro colaboradores que doaram seu tempo para que pudéssemos colher suas lembranças através de

---

<sup>7</sup> História tradicional a partir do século XIX, fortalecida pela corrente do pensamento positivista, curiosamente tão criticada por muitos historiadores. No entanto, vale lembrar, caso remontássemos à Antiguidade, o uso da oralidade sempre esteve presente em todas as produções dos primeiros grandes historiadores, como Tucídides e Heródoto.

<sup>8</sup> O processo de construção dos documentos baseados pelo método da História Oral, vale lembrar, também passam pelo processo da escrita. E só depois de elaborado todo o trabalho é que principia a fase de análise dos documentos e sua crítica.

suas narrativas acerca de suas próprias vidas enraizadas na região pesquisada. Se a História é feita pelos homens, nada mais coerente que tentar analisá-la e escrevê-la a partir deles, seus diferentes olhares.

*(...) Cristais começou porque era Projeto da Mogiana que ia surgir, então o finado Juca Pedro, o Alexandre Vilella era, essas fazendas se dividiam, aí um cedeu, a parte do Juca Pedro, cedeu uma parte e o Alexandre Vilella a outra parte, foi onde formou a vila, que eu conheci como distrito de Cristais [...] Detalhe engraçado, vou te contar. Então, mamãe era jovem, era solteira, aí correu o boato que vinha a Estrada de Ferro, que ia abrir um grande trecho. Diz que era um pavor, parecia que ia desabar o mundo, tanto que ela chorava de medo, de tristeza, aquela coisa (risos). Então, essa foi uma passagem engraçada (...) mas aí a Mogiana veio e era benefício geral.*

(Senhor Eurípedes, 84 anos).

Primeiramente, para exemplificação geral do que trata a História Oral, aqui é nítido que estamos evidenciando o tratamento de fontes dentro do método utilizado, coletando entrevistas mediante roteiro de entrevistas pré-estabelecido, transcrevendo as falas de forma bruta e depois, por fim, analisando o material coletado através da fala dos colaboradores para a sua posterior utilização. Vale lembrar que toda entrevista é autorizada pelo colaborador para a sua utilização. No caso acima, o trecho dessa entrevista tangenciou uma forma de tradição oral. O entrevistado não possui idade suficiente para ter vivenciado os acontecimentos que narrou. Os fazendeiros locais são citados, o cenário rural da época e a localização de suas propriedades às margens da ferrovia. No entanto, esse trecho serve como ilustração apenas para mostrarmos a capacidade de armazenamento de informações através dos grupos humanos que interagiram com a realidade construída ao longo do tempo. Não é somente através de datas cívicas e monumentos que ritualizamos e recordamos o passado, mas através do diálogo com pessoas que fizeram parte do coletivo ligado a tais acontecimentos e que permitiram a outros representantes do grupo herdar essa mesma memória. A isso designamos memória coletiva<sup>9</sup>.

O relato acima também se equivoca ao afirmar que o coronel Juca Pedro teria cedido parte de suas terras, o que não correspondeu à realidade. Ele participou da política francana, juntamente com o senhor Alexandre Vilella, o lado do grupo liderado pelo coronel Francisco Martins, provavelmente se envolve no processo de institucionalização do distrito, mas não doou terras para a formação da vila. Mas a observação é coerente ao se notar a presença de terras do coronel Juca Pedro nas circunvizinhanças da propriedade do senhor Alexandre

<sup>9</sup> Ver a obra de Maurice Halbwachs, *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Biblioteca Vértice. Sociologia e Política, 1990.

Vilella, local de onde se originou o espaço urbano do *districto de Crystaes*. Por fim, é interessante observar a visão apocalíptica da mãe do senhor Eurípedes ao temer a chegada dos trilhos ferroviários no final do século XIX. Sabemos que na passagem dos séculos, a idéia de fim dos tempos é uma forma de visão de mundo que se apresenta em algumas culturas, algo parecido com uma espécie de inconsciente coletivo.

A prática do coronelismo nos remete ao poder exercido através da posse de terras. Nem todos possuíam cargos militares oficiais, mas apenas a tradição em intitular-se a partir da força ligada a posse de grandes faixas de terras e da ocupação de cargos políticos oriundos do poder dos representantes do meio rural dentro dos quadros urbanos.

*Mas qualquer um é coronel. Eu podia ser coronel também, era só ter um dinheirinho (...) coronel, capitão. Vou te falar, até leitura que não sabia direito era coronel. O Juca Pedro, o José Alexandre, esse povo. O avô eu não sei, ele (...) também não tinha nada, não tinha formação nenhuma.*

(Senhor Anísio, 81 anos).

*Só o Juca Pedro, andava com um capote preto, andava (...) era carabina naquele tempo, debaixo do capote preto, ele era abusado. Tinha jagunços dele aqui. Também não vou citar nomes porque tem famílias deles aí ainda. Mas eu conheci, por exemplo, quando o Getúlio Vargas mandou desarmar, eu era amigo da família. Eu estava na casa quando ele [jagunço] entrou no forro da casa e se escondeu da polícia. Estavam dando batida nos jagunços, ele se escondeu no forro [...] a gente era menino, mas eles eram perversos de tudo. Aqui tinha jagunço do Juca Pedro que entrava no bar a cavalo e queriam fazer com que os outros bebessem pinga a força. E outra coisa também, essas terras todas foram adquiridas assim: você tinha um pedaço de terra aqui, chegavam os jagunços dele num carro-de-boi 'você tem 24 horas ou 48 pra sair daí'. Se não saíssem, eles vinham e botavam fogo [...] eles tomavam na marra.*

(Senhor Antonio Dib, 80 anos)

*Os fazendeiros tinham mesmo seus capangas, seus jagunços. Saído do regime da escravidão, o fazendeiro era, tinha fama, eram os políticos, comandava mesmo sabe [...] era criança, mas eu via detalhe. Havia muita morte, o cara que, se não cedesse a terra morria. Nessa época então, o cara cobiçava a mulher do outro, mandava matar e posseava, posseava a terra. A lei do mais forte sabe [...] geralmente, o jagunço cortava a língua das pessoas. Então, muito detalhe era segredo né, então eu acredito que muita coisa ficou encoberta, acredito.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos).

Destacamos três nomes no processo de institucionalização do distrito devido a presença desses mesmos na política francana durante o momento que o fato se dá, ou seja, quando se cria a vila e, conseqüentemente, a seção eleitoral. Provavelmente, o único que possuía resquícios da tradição surgida com a Guarda Nacional foi o coronel Vitor Mendonça, título ao qual seria herdado de seu pai, major Mendonça. Outro aspecto que transparece nas

falas dos casos citados, é que os fazendeiros são retratados de forma crua, onde o aspecto humano de certa forma transborda, mostrando assim quais eram os comportamentos dos representantes políticos locais na municipalidade de Franca.

Vitor Nunes Leal afirma que o coronelismo pressupõe a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação residual, ou seja, uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. Fenômeno circunscrito à Primeira República, a fortuna política conquistada pelas vitórias nas eleições garantia aos coronéis a ascensão a deputados estaduais ou federais, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República (LEAL, 1986, pp. 20-29 e 249-260).

No caso da *villa dos Crystaes*, os coronéis Juca Pedro e Vitor Mendonça estabeleceram residência, enquanto o senhor Alexandre Vilella, doador das terras para a formação da vila, foi estabelecer residência na capital do Estado. Dos três, curiosamente, foi o único que não construiu residência na vila. Uma das nossas hipóteses é que ele, justamente por ter sido o doador das terras para a formação da vila, beneficiou-se com a recompensa da vitória nas eleições de 1910, cujo curral eleitoral estabelecido na vila foi fundamental para a manutenção do grupo perrepista francano no poder. Assim, angariou alguma espécie de cargo em algum emprego público rendoso na capital paulista. Posteriormente, um de seus filhos formou-se em medicina, onde passou a exercer a profissão, ficando apenas administrando a fazenda.

*Eu lembro que, que (...) no tempo do Alexandre Vilella eu não (...) não assisti porque eu era muito jovem, talvez nem nascido. Mas eu lembro dele, eu era mocinho. Lembro quando eu visitava (...) conheci ele assim, a cavalo, visitando o Prado e tal. Agora, o dr. Juquinha (filho) eu convivi melhor com ele. O dr. Juquinha era muito sistemático sabe. Então, o pai da Nenzinha, o Aristide, falava assim, se o dr. Juquinha ia na lavoura, é o pai do José Alexandre, ele ia na lavoura a cavalo, ele não andava a pé, só a cavalo. Se ele visse um pé de milho, porque lá era colono, não tinha meeiro, não tinha nada, colono mesmo. Então, o cara pega lá tantos mil pés de café por ano, então recebe tanto pelo trabalho. Se ele visse um pé de milho, se um dos colono plantasse um pé de milho, ele tinha o capricho de descer do cavalo, ir lá arrancar o pé de milho e jogar fora. Então, era o café, só o café. Não sei se ele dava roça solteira pros empregados, mas lá era um regime duro, duro mesmo sabe, ele era selvagem. Ele era, ele era assim (...) durão no trato com as pessoas, comigo ele foi.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos)

*Agora você me fez lembrar. Aquela fazenda ali, Belo horizonte, tinha até me esquecido deles. Eles sempre moraram ali, sempre. Depois eles foram embora pra São Paulo, os pais do José Alexandre. Lá eles morreram, mas antes vinham muito aí na fazenda. Depois o José Alexandre, ele foi um que doou bastante terreno para as obras aqui da cidade, pra fazer construção. A creche, por exemplo, ele tinha loteado toda aquela região lá da creche, não tinha nada lá, aqui eram três ruas só. Ele loteou lá embaixo, aí a Araci comprou um terreno pra fazer a creche, foi essa a intenção, construir a creche. Quando ele viu que estava sendo construída a creche, pegou e doou mais um. Então, lá na creche são dois terrenos, um que era*



*seu e um que demos. Toda vida viviam aí, e vivem ainda. O José Alexandre mesmo, o filho morreu também, agora só faltam os netos aí [...] Nunca soube. Começa que o Alexandre Vilela, o velho mesmo, morava mais em São Paulo, vinha pouco pra cá. Vinha muito à igreja, participava da missa e iam embora. Não tinham muita ligação, ficavam mais na fazenda deles. Não era só aquela fazenda.*

(Dona Neusa Mattos, 81 anos)

*Eu sei mais é pelo José Alexandre Junqueira Vilella, que tem uns documentos lá, da vila. Quando era vila e sobre os terrenos, tudo. Teve umas vezes que ele me mostrou, eu fiquei encantado (...) era do avô dele, Alexandre Vilella. A maior parte deu: a Mogiana [Estação] foi ele que deu. A Estação ele mandou fazer e entregou pra Mogiana. O que mais (...) e o resto, a cidade aí, ele deu muitos terrenos pros caras fazer.*

(Senhor Anísio, 81 anos).

Os relatos acima refletem a participação da família Andrade na formação da *villa dos Crystaes* e fortalece, de certa forma, a nossa hipótese sobre os benefícios políticos conseguidos por tal ação. Interessante observar que, embora os vestígios e conjunturas da própria estruturação da vila nos evidenciassem tal hipótese, respaldada pela conjuntura do quadro histórico da Primeira República, como ficou evidenciado com Vitor Nunes Leal, as entrevistas por si também respaldam todos os acontecimentos que envolvem a doação do espaço para a construção da sede do distrito. No trecho acima, por exemplo, o entrevistado assume o aspecto de testemunho, pelo que viu através da confiança e amostra dos documentos sob a posse da família do fazendeiro que participou do processo de institucionalização do distrito e formação do espaço urbano.

Por fim, acreditamos que a partir do que vimos narrando, fica clara a possibilidade de ampliação dos estudos sobre o passado a partir do uso da oralidade. Além disso, serviu para justificarmos o nosso interesse em se estudar a cultura caipira, ou a existência de possíveis traços dela, a partir das técnicas da História Oral. Do contrário, apenas reafirmar ou negar-se-ia o que já foi produzido e talvez, na melhor das hipóteses, traçaríamos um debate com pesquisadores que se atentaram para a análise do homem rural por esse viés, entre eles Antonio Candido, em sua obra *Parceiros do Rio Bonito* (1979). No entanto, trilhando com nossos colaboradores, a possibilidade de levantarmos aspectos singulares para o contexto da região do atual município de Cristais Paulista nos permite, quem sabe, contribuir para a compreensão do espaço rural paulista com novos apontamentos.

## 1.2. Os trabalhadores, a roça e a fazenda na região do *districto de Crystaes*.

Uma das maiores dificuldades em se definir o tipo de homem rural leva em conta a extensão da terra ocupada. As noções de grandes e pequenas propriedades sofrem a ação do tempo, principalmente quando a tecnologia empregada, desde a enxada às grandes colheitadeiras, passando por arados e tratores, define a sua produtividade e conseqüentemente a sua riqueza. Desse modo, o sertão, caracterizado pelo isolamento, pela ausência da presença humana, na medida em que foi sofrendo um adensamento de gente, passou a ser disputado pelos homens que nele iam se estabelecendo.

Terras abundantes e poucos braços, num momento em que a riqueza só pode ser medida e dilatada com o fruto do trabalho e não da especulação, permite-nos considerar a situação da região do *certam do rio Pardo*. Terras de mais, com gente de menos prontas para o trabalho, não permitem o ato de enricar. Gente de mais, e terra de menos, gera conflitos que muitas vezes só com a solicitação do Estado pode se dar fim aos litígios provocados. Sendo a Câmara Municipal a representação desse mesmo Estado, os cargos dela provindos passam a ser o objeto de desejo dos homens que lutam pelo poder e os favorecimentos oriundos dos mesmos. Assim, na cidade de Franca, em 1838, a Anselmada, liderada por um homem do meio rural, capitão Anselmo, nada mais foi do que a luta contra o mesmo Estado que naquele momento passava a ser representado por um grupo que não lhe era afim.<sup>10</sup>

O percentual de pequenas plantações sempre marcou a região nordeste paulista. Quando nela havia poucos braços, a pequena produção garantia o seu próprio sustento. Com o aumento dos braços, aumentou-se a produção, embora isso não signifique um aumento da riqueza gerada pelo mercado. Antes da cultura agroexportadora, baseada no sistema de *plantation*, aqui se consolidar, é fato que somente com a integração do campo com a cidade, com grupos ligados a esta última se aprisionando da primeira, poderemos apontar uma marcante transformação no cenário da região. Mas, se por um lado alguns grupos, principalmente aqueles que se apoderaram do jogo político local, puderam entrar num real processo de enricar, o fato é que trouxeram consigo um súbito desenvolvimento da degradação da vida com o aumento da miséria.

Mesmo as pequenas propriedades, após a segunda metade do século XX, com a introdução da tecnologia e o auxílio das cooperativas, vão se voltar para o mercado externo,

---

<sup>10</sup> Sobre a Anselmada, ver as dissertações de Tércio Ferreira di Gianni, **Anselmada e patrimonialismo** (1987) e de Edna Maria Matos Antonio, **A Anselmada: a trama de uma sedição** (1999). Ambas são pesquisas realizadas na Faculdade de História, Direito e Serviço Social (UNESP-FRANCA).

acelerar o processo de degradação da vida urbana em nosso país e atravancar o nosso progresso industrial (MARTINS, 1975, p. 5).

No *certam do rio Pardo*, desde o final do século XVIII, apesar da pecuária ter sido a impulsionadora do povoamento regional, ocupando grandes áreas com a presença de poucos braços, sempre predominou a pequena produção agrícola. As propriedades, principalmente aquelas conquistadas pelas cartas de doações de sesmarias, poderiam ser tidas por extensas, mas os poucos braços existentes ofertavam exíguas condições de produtividade num solo que apresenta uma irregular composição geológica. Observe o quadro abaixo que destaca os números acerca das principais atividades da região colhidos entre 1789 e 1812.

ATIVIDADES	1789	1801	1803	1807	1812
Planta para o seu gasto	36	34	37	108	168
Agricultor / lavouras e criações	16	13	16	18	34

(BRIOSCHI, 1995, p. 141)

Aqueles que plantaram para o seu próprio gasto, maioria em todos os anos apresentados, nos permitem pressupor a presença de pequenas propriedades, como afirmamos anteriormente. Esse percentual é representado por pobres que nada venderam. No entanto, é interessante observar que os dados remetem a uma visão de mercado e não de motivações, e a perspectiva que predomina na Historiografia é justamente o papel racional imposto pelas conjunturas existentes ao longo do tempo. Embora também estejamos longe de afirmar que tais agricultores estavam alheios às trocas comerciais, o fato é que acreditamos haver outras formas de se adaptar e conviver em um meio que se impõe ao homem. Enfim, por esse viés acreditamos poder vislumbrar algo além daquilo que conceituamos como razão, atrelada aos valores impostos pelas relações capitalistas.

Se os números acima descrevem uma parcela da população que plantava apenas para o próprio gasto, não vendendo nada do fruto de seu trabalho, o fato é que tudo aquilo que necessitavam para a garantia da sobrevivência também não poderia ser buscado além dos limites de suas pequenas propriedades. Desse modo, vamos assistindo a um intenso aumento demográfico para a região ao longo do século XIX, principalmente quando observamos que os responsáveis por essa ocupação, os *inrantes mineiros*, vão saltar de um percentual de 24,7% em 1804, para 59,7% em 1813 e 75% em 1824 (OLIVEIRA, 1997, p.47).

Sem nos delongarmos mais nesses aspectos, importantes, mas que está também além de nosso intento, o fato é que o quadro geral das formas de ocupação do espaço deste sertão vão se perpetuar mesmo após a Lei de Terras de 1850, a Abolição e a chegada do café. Claro que as formas do fazer, como e para que fazer vão se radicalizar em profundas mudanças refletidas tanto no quadro social que vai desde os trabalhadores da roça ao contexto social urbano. Contudo, se tudo isso vai permitir a sobrevivência de uma forma de vida do homem da roça com os seus valores tradicionais durante a primeira metade do século XX, mesmo que remodelados com as mudanças impostas pelo mercado, é outra questão que nesse trabalho assume um papel de grande relevância.

No município de Cristais Paulista, segundo dados do Levantamento das Unidades de Produção Agrícola (LUPA 2009), colhidos junto à Secretaria de Agricultura do Município, a presença de pequenas e médias propriedades é superior às grandes propriedades rurais. Dessa forma, portanto, a tradição de pequenas propriedades ainda predomina na região. Apesar de não ser a terra e suas dimensões o centro de nosso interesse, mas sim os homens aqui estabelecidos ao longo do tempo, os números nos permitem pensar sobre a cultura nela enraizada. Até porque sabemos que a pecuária foi bastante desenvolvida, e mesmo não necessitando de grande número de braços, a sobrevivência tinha necessidade de ser pensada e garantida.

<i><b>DIMENSÃO ESPACIAL DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS</b></i>	<i><b>NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO</b></i>
Até 16 hectares	135 propriedades
Entre 16 e 32 hectares	142 propriedades
Entre 32 e 50 hectares	96 propriedades
Entre 50 e 100 hectares	82 propriedades
Entre 100 e 500 hectares	84 propriedades
Entre 500 e 1000 hectares	6 propriedades
Acima de 1000 hectares	3 propriedades

Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente de Cristais Paulista. LUPA 2009<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Segundo dados colhidos juntos à Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente do município, são difíceis de serem precisadas as pequenas, médias e grandes propriedades. Eles reconhecem como pequenas propriedades aquelas que se aproximam de 50 hectares. Até 300 hectares podem ser enquadradas como médias propriedades e acima disso, a grande propriedade.

Como já vimos, na sua fase distrital, período que antecede a década de 1960, a população rural era infinitamente superior à urbana quando comparada com a Vila que, por sinal, situava-se nas antigas terras do fazendeiro Alexandre Vilella. Desde o século XIX, conforme acabamos de demonstrar, o número de propriedades que produziam apenas para o gasto, ou seja, pequenas propriedades cuja mão-de-obra familiar provavelmente seria a única força de trabalho existente, era superior às empresas rurais que tinham a produção direta ou indiretamente voltada para o mercado. Indiretamente seriam aquelas propriedades que produziam para o próprio gasto e que, em seguida, lançariam o excedente no mercado. É interessante observar que a forma como esse excedente se resulta nem sempre obedece aos planejamentos da produção. Na maioria das vezes está aquém da disposição excedente de força de trabalho e é mais fruto de uma série de fatores que vão desde a quantidade de chuva às condições de organização familiar. Na visão de José de Souza Martins,

[...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (mão-de-obra e terras com pastagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p. 12).

Conforme já observado, na primeira metade do século XX a população do *districto de Crystaes* também era majoritariamente rural. Com esses dados aqui apresentados, a nosso ver, alcançamos o intuito de apontar não apenas a presença relevante de pequenas propriedades, mas o fato de nos ser permitido pensar acerca dos moradores dessa área rural e na forma de vida estabelecida nela ao longo do período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Como se sabe, os estudos sobre a estrutura agrária que aponta para a presença de um estilo de vida caipira também vêm desde meados do século XIX, com a Lei de Terras e a Abolição. Foi principalmente pela ausência de efetivação da política de terras e pelo fim do regime escravista que o caipira, enquanto pequeno produtor, passou a ocupar um papel relevante em estudos de diferentes áreas do saber.

Em 1877 reconhecia-se que a lei era ‘letra morta’ em vários pontos. O mesmo seria repetido em 1886, quase ao final do Império, 36 anos após a aprovação da lei. Segundo o ministro deste ano, grande número de sesmarias e posses permanecia sem revalidar e sem legitimar, e as terras públicas continuavam a ser invadidas (...) Sem sombra de dúvidas, a Lei de Terras não pegou [...] A Lei de Terras, na realidade, mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinárias, como sejam a ameaça externa ou a pressão do Poder Moderador. Mas mostrou também a falta de unidade da classe proprietária. Fora de situações excepcionais, como as que se verificaram nas rebeliões de escravos, ou de camponeses livres, quando se

colocava em questão de maneira radical a propriedade tanto do escravo como da terra, os interesses de uns setores não coincidiam com os de outros (CARVALHO, 1988, pp.95 e 102).

A realidade da região do *certam do rio Pardo* estava longe de apresentar um quadro de conflitos envolvendo senhores e escravos, ou de camponeses com aqueles. Essa conjuntura não comportava a estrutura das posses ou doações aqui realizadas. Alguns litígios envolvendo as disputas por terras aqui, dentro dos quadros da Força Nova, caso nos atentemos para os nomes e as famílias envolvidas, veríamos que são parte de grupos que apresentam certa homogeneidade social. Sem contar que em alguns casos, pessoas de uma mesma família se encontram enquadradas tanto como autores quanto réus.

Com a Lei de Terras de 1850, mesmo não se permitindo concretamente a organização e distribuição de terras devolutas, o fato foi que o Estado, enquanto possível proprietário de terras acabou praticamente por continuar sendo um “sem-terras”. E mesmo o avanço da monocultura cafeeira pelo interior paulista não alteraria profundamente a realidade na área rural do *districto de Crystaes*. Desse modo, não é possível afirmarmos o que alguns historiadores apontam sobre o aproveitamento da estrutura de *plantation* pré-estabelecida com a produção do açúcar sendo reutilizada para a produção do café em todo o solo paulista. Esta região não permite tal afirmação.

Também a Abolição, seguida pelo incentivo do Estado no fornecimento de mão-de-obra estrangeira para a monocultura cafeeira, não pode ser pensada na realidade presente nas pequenas propriedades rurais da região. Muitas delas, assim, vão adentrar o século XX com a permanência de uma mão-de-obra basicamente familiar. Com isso, somente nas grandes propriedades as famílias de imigrantes europeus foram sendo absorvidas para a produção cafeeira. No entanto, pensando no sistema de *plantation*, onde a estrutura é formada pelo tripé composto por monocultura, mão-de-obra abundante e latifúndio, apenas o café viria a penetrar na vida das pequenas propriedades rurais. Esse produto não fica aquém dessas fronteiras, como veremos adiante, em que a mão-de-obra familiar vai se voltar para a produção cujo alvo é o mercado, mesmo havendo certa permanência da tradição pré-estabelecida desde a ocupação da região. Dessa forma, a realidade cultural presente nas pequenas propriedades na região do município de Franca, acreditamos, podem ter preservado alguns aspectos de um estilo de vida rústica que adentrou a primeira metade do século XX. É principalmente nesse contexto que nos atemos para a análise sobre a possível existência de traços do estilo de vida caipira.

Nos arredores da *villa dos Crystaes*, fundada em 1910 para ser a sede administrativa do distrito fundado com o mesmo nome, não há vestígios anteriores relevantes que reafirmem

a presença de uma intensa povoação no local, respeitada as proporções da época. Tal fato facilitou a elaboração de uma planta que criou um espaço urbano com largas ruas e calçadas, com terrenos bem definidos e divididos. A praça central, localizada não ao lado da Estação ferroviária, que tinha sua própria praça, mas à frente de antiga Igreja, onde as primeiras atividades datavam o ano de 1908, recebeu ao seu redor as propriedades de alguns fazendeiros, entre eles os senhores Vitor Mendonça e José Pedro de Faria, ambos, como vimos anteriormente, ligados ao contexto político francano. A área ao redor da praça também contou com a casa paroquial, residência do padre Alonso, com a escola e pontos comerciais. No restante, a vila foi modelada com três ruas paralelas ao traçado da ferrovia que oito anos depois, em 1918, teria construída o prédio da estação ferroviária.

Embora não podemos negar a total ausência de vida social antes da fundação da vila no mesmo local, poucos são os indícios que nos confirmam isso. Um vestígio que determina a presença humana, uma espécie de concentração, que não podemos afirmar se tratar de um bairro rural ali estabelecido, foi a existência de uma igreja com atividades registradas em livro de tombo desde 1908. Segundo consta, no mesmo local seria construída, na década de 1920 a Matriz de Nossa Senhora D'Abadia.

Com a realização de cultos religiosos no local, fica evidente a aglomeração de pessoas próximas à vila. Sem contar que, distante dali alguns quilômetros, localizavam-se algumas colônias com dezenas de trabalhadores da lavoura cafeeira, ambas pertencentes às famílias dos grandes fazendeiros já citados que fizeram parte da institucionalização do distrito.

*Bom, eu conheci as coloninhas, tanto como a colônia. Tinham os administradores, o Olívio Raiz e o Silvio Raiz, trabalhou o Natal, Natal é fiscal da fazenda. Eu trabalhei lá de fiscal, eu tirava leite lá no curral, puxava leite e trabalhava com a carroça. Ai um dia o Natal falou que eu podia ir pro eito, fiscalizar a colheita. Não queria mexer com isso não. Ai ia me pagar mais pra tomar conta do eito. Fui e deu certo, fiz a colheita todinha como fiscal do povão, deu certo e continuei de fiscal. Tocava a buzina cinco horas da manhã, eles levantavam pra tomar café. Seis horas tocava buzina, ia pra lavoura apanhar o café. Cinco e meia tocava a buzina pra parar com o serviço, vinha embora. Era aquele movimento [...] É, coloninha velha. Lá tinha um administrador de nome Primo Montanher, ele me chamou pra tomar conta do eito. Fui, fiz a colheita inteirinha, colônia, lá tinha uns italianos, Pedigoni. Então lá eu fiz a colheita. Lá não era buzina, era sino. Batia o sino cinco horas da manhã, às seis horas batia o sino pra ir pra lavoura. Eu ia pro ponto esperar todo mundo chegar. Se faltasse um colono, tinha que ir lá na casa dele perguntar o que aconteceu pra ele não ter aparecido. Era uma ordem, então ia. Me lembro, quando foi dia de São João, ia trabalhar. O administrador falou que não ia guardar dia santo não, nós vamos colher café. Cheguei na fazenda de madrugada, cinco horas, ele (administrador) falou que nós íamos mudar o eito, nós vamos apanhar café lá do Pedigoni, porque se não esse povo não vai querer apanhar café hoje, vão guardar o dia santo. Você vai pro ponto, fica lá e o primeiro que chegar você já manda. Fiquei lá no ponto, chegou lá um rapaz com o nome de Augusto, Augusto Engano, o nome dele. Olha Augusto, o Primo mandou falar que vai mudar o eito, que nós vamos apanhar café lá nos Pedigoni, você pode ir, chega lá e pega a primeira rua e vai apanhando que eu vou ficar aqui até chegar o último. Assim foi, foi chegando. Tinha um tal de Benedito Branco que falou que não trabalhava, faltou ele que não veio. Falou que não trabalhava, faltou ele, mas tudo bem. Apanhou café e foi o dia*

*que saiu mais café. Mulher que nunca foi na lavoura aquele dia foi, apanhou café. Lá tinha um preto, por nome Vicente, Vicentão. Ele tirava o leite de manhã, levava em Cristais e depois do almoço vinha apanhar café com a família dele. Esse preto levou os foguetes, soltava lá na lavoura, aqueles tirões, e dava os gritos dele na fazenda. Então, isso aí, tudo bem. E todo sábado tinha baile na colônia. Punham uma sanfona lá e tocava. Eu mesmo fui lá de noite. Esse Natal, esse Primo, nós íamos lá na colônia. Aquelas tordas, dançavam no baile.*

(Senhor Jerônimo, 83 anos)

*Não, a do José Alexandre era maior. A do José Alexandre tinha 25 casas. Aí devia ter umas 3 ou 4 casas só. Aqui (BH) era 90 alqueires, ali era 110. aqui era 90 alqueires, ali era 110 (...) É, tocava o sino, depois fizemos uma cirene. Agora, cada um tinha sua função: o tratorista tinha, o carroceiro tinha, quem trabalhava na roça tinha e quem limpava o curral tinha. Então, era tudo especificado né. Então, chegava à tarde, eu tinha Fulano e Cicrano fazendo isso, Cicrano fazendo aquilo.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

Pelo que está exposto na planta que elaborou os traçados da vila, quando confrontado com as falas dos nossos colaboradores, é provável que a vida nas colônias próximas a ela, principalmente as duas expostas acima, a população era muito superior à da vila. Com isso, a vida social nelas poderia ser até mais intensa, com exceção nos momentos do período de colheita, já que todo café, beneficiado ou não, e a produção excedente seria comercializada na praça da Estação. E aos domingos, dia de missa, onde as pessoas da área rural, onde não houvesse igreja, ou mesmo com a igreja sem o padre, caminhavam até a vila para cumprir com suas obrigações religiosas.

Em apenas uma colônia próxima à vila havia 25 casas, enquanto na planta da vila, onde os responsáveis pela sua organização, já que apenas o espaço para a construção de prédios públicos seria doado, poucos foram os terrenos com nomes de moradores preenchidos. É curioso observar através da planta que, nos desenhos dos terrenos a serem comercializados, a maioria das famílias descritas possuíam laços de parentesco nos mais variados graus, com os fazendeiros que participaram da institucionalização do lugar.

Nas colônias, os detalhes do sino, da buzina e da cirene, uma espécie de mistura entre o tradicional e o moderno pode ser pensada. Ambos regulam a orientação do tempo de trabalho na lavoura, buscam controlar a força de trabalho nelas existente, determinavam o ritmo de vida do colono, pressupondo uma relação vertical de mando e obediência, embora isso nem sempre se concretizasse, principalmente quando pensamos no colonato e nas formas de regulamentação do trabalho para o período. A tradição de guardar dias de santos não permitia a prática de qualquer tipo de punição, a começar pelas formas de pagamento, pelo contrário, como vimos na fala de um dos nossos colaboradores, fiscal de colheita, havia uma



expectativa sobre a possibilidade de adesão para o trabalho ou não naquele dia. Até mesmo em serviço, naquele dia foguetes foram disparados para homenagear os santos, reflexos de uma religiosidade determinando a vida cotidiana. O sino, muitas vezes descrito como coisa para italiano, representava o símbolo da autonomia perdida (CANDIDO, 1979, p.189).

Às margens da ferrovia, como vimos, local onde foi instituída a vila, localizava as colônias onde o sistema de colonato era praticado. Nem sempre havia apenas esse regime de trabalho, é bom salientarmos. Muitos dos colonos eram imigrantes italianos, espanhóis, alguns poucos japoneses, muitos trabalhadores nacionais, dentre eles muitos negros. Dentre as famílias italianas, uma que se destacou por se tornar proprietária de terras e que hoje possui uma rede de supermercados na cidade de Franca, é a família Pedigoni.

*Pedigoni é também. Pedigoni ficou rico aqui na fazenda. Eles plantaram um café que chama "mato da Adília (...) Da Adília, é. Eles derrubaram o mato e pegaram por seis anos (...) Ficava o fruto tudo pra ele. E ele plantava melancia, jiló, tudo quanto é coisa, e vendia aqui em Cristais. E o José Alexandre falava pra nós, que ele era moleque, assim... ele vinha com o velho "vou ajudar o senhor vender", e o velho vinha dando uma coisa aqui, ele pegando melancia e dando pro menino (...) Esse é o Pedigoni velho né. Então ele saiu daí, saiu bem de vida porque vendia jiló, vendia tudo quanto é coisa que tinha na roça eles vendiam.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

Pela estrutura do regime de colonato, apenas algumas famílias de imigrantes europeus chegavam a acumular determinada quantia de capital que lhes dessem possibilidades de ascender economicamente. Não era essa a regra predominante no meio rural paulista. Além das crises cíclicas criadas pela monocultura cafeeira, o regime de colonato foi criado para impossibilitar a ascensão social dos colonos. A pressão exercida pelas terras para a agricultura de subsistência, diminuídas com as boas fases econômicas em que o café tinha o seu campo de cultivo dilatado, impossibilitava um maior acúmulo por parte destes trabalhadores.

Os colonos podiam se dar bem e talvez até acumular algumas economias apenas sob circunstâncias excepcionalmente favoráveis, tais como ter uma família grande e saudável, nenhuma multa, um empregador que pagasse bem e fosse liberal quanto aos direitos de plantio de alimentos, um mercado próximo para os excedentes alimentares e nenhuma calamidade natural (STOLCKE, 1986, p. 73).

Segundo Verena Stolcke, os estudos históricos do colonato se equivocam ao limitá-lo ao contexto da Primeira República, encerrada, entre outros fatores, pela crise de 1929 e o processo de industrialização. Lembra-nos que o café ainda continuou posteriormente sendo a

principal fonte de recursos do país, e o colonato perdurou até a década de 1960, quando entra em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Outros apontam como causas do fim do mutirão e outras formas tradicionais de trabalho uma maior disponibilidade financeira por parte dos proprietários (QUEIROZ, 1973, p. 27). Uma hipótese não exclui a outra, mas é fato que a proletarização do trabalhador rural o expulsou do campo, fenômeno este chamado de êxodo rural, inchando as áreas urbanas que não foram planejadas para essa absorção e impediram que o trabalhador rural ainda pudesse produzir alguns de seus mantimentos nas terras que lhes pudessem ser cedidas. A situação do meeiro, que recebia moradia, tão precária quanto aquela que ele foi habitar na cidade, apesar de tudo, ainda era superior à do bóia-fria (PRADO JÚNIOR, 2000, p.70).

*Ah! Isso aí é (...) durante um tempo (...) agora, o negócio foi ficando difícil, questão de leis. O cara trabalhava dois dias numa fazenda, se você manda embora ele vai na lei. Os fazendeiros foi mandando Nego embora, acabou. Eu mesmo, quantas vezes eu não fui no fórum? Trabalhava (...) arrumava pau-de-arara lá, trabalhava dois dias, começava a quebrar as coisas, ia mandar embora, ia falar com ele (...) “então vou embora” (...) “então vai”. Aí ele ia direto na lei. Tinha que pagar tudo pra ele. Fazendeiro não agüenta, é verdade.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

Pelo relato acima, vimos a condição precária imposta pelo fazendeiro. Além de ser bóia-fria, o relato deixa transparecer que durante a fase de consolidação e promulgação do Estatuto do trabalhador Rural de 1963, a lei estava longe de ser praticada. Assalariado sem registro, sem direito, sem terra. Para casos em que não havia Junta de Conciliação para a denúncia, sem contar nos prazos curtos para denúncias, a situação permaneceu a mesma para o proprietário.

Por outro lado, nos casos em que a denúncia era efetivada, segundo o Artigo 79 do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que tratava da rescisão de contratos de trabalho rural, o empregador, pelo fato de não estipular formas e prazos na contratação do trabalhador, ficava sem recursos para qualquer tipo de defesa perante o rompimento do serviço estipulado. Dessa forma, as irregularidades e contradições que o próprio Estatuto transparecia, fazia com que muito do acordado entre as partes ainda se dava através do trato, da oralidade, ou seja, da palavra empenhada, vulnerabilidade que perante as leis escritas não favoreciam as partes em uma situação litigiosa.

Cumpra acentuar que pela facilidade, em certas Juntas de Conciliação e julgamento, em procurar ver no trabalhador sempre uma vítima, chegou a se criar uma ‘indústria de indenizações’: - o trabalhador reclamava por ter sido demitido e a Junta procurava forçar um acordo quase sempre aceito pelo empregador, que achava melhor pagar o aviso-prévio e um mês de indenização a ter de perder tempo em nova audiência (VIANNA, 1965, p. 188)

A complexidade existente em uma das grandes propriedades rurais na região do *districto de Crystaes*, refletida nas inúmeras entrevistas com trabalhadores que ali viveram décadas e ao longo dessa fase foram integrantes de famílias em regime de colonato, atestam as diversas e tensas relações sociais estabelecidas no trato entre fazendeiro e colonos para a realização dos serviços da lavoura e da pecuária ali existentes. A começar pelo perfil racial de algumas famílias, na mesma fazenda pesquisada, encontramos italianos, negros descendentes de ex-escravos e migrantes nacionais, muitos deles mulatos. Enquanto uns ascendiam economicamente, outros viveram lado a lado com a penúria. Por outro ângulo, enquanto alguns fiscais denunciavam a exploração do proprietário, outros os viam com bons olhos. Ao longo das gerações de proprietários ali na mesma fazenda também, durante o regime de colonato, alguns foram retratados como verdadeiros carrascos, enquanto outros eram tidos por pessoas que buscavam oferecer melhores condições de vida para seus trabalhadores. A grande questão em torno dessas situações seria pensar se, nesses casos, essas formas distintas de trato eram apenas o reflexo da situação do mercado ou pelo próprio tipo de comportamento, pelo aspecto psicológico dos proprietários.

*Não, não ganhava a comida. Naquele tempo, trabalhava lá e já tinha as casas. O negócio de lá não era dinheiro. Você é capaz que não sabe, aquele negócio de (...), como fala? “Heote” [ordem] que eles falavam. Ai você vinha com esses papéis na venda e comprava. Não tinha dinheiro não, aqueles papéis que eles davam, você vinha. Também era só a continha daquele tanto que eles davam. Acabou aquilo dali, se o seu mantimento acabava, acabou, não tinha outra a não ser no outro mês. E (...), nós passávamos todo mundo apertado, às vezes acabava né, porque não valia muito, e ali naquela coloninha velha pra não passar fome ali, foi o Zé Antônio, pai dos Cavalcante. Naquele tempo era ruim (...) tempo que eu passei apertada, tava esperando a Nina. Passei muito apertada mesmo [...] É verdade, eu passei muita coisa naquela coloninha, Nossa Senhora!!! [...] Era todo mundo. Era aquele tanto, o que ele passava pra você; você vinha cá na venda aí e comprava, deu aquele tanto acabou, você não comprava mais, ficava com aquele tantinho. Deu, deu, senão, esperava o outro mês da frente.*

(Dona Nenzinha, 84 anos)

Mesmo com o dito acima sobre o comportamento dos proprietários, longe estamos em negar a presença do conflito de classes sociais antagônicas. Ele não deve ser anulado do quadro social presente nas grandes propriedades rurais do distrito. Esse fato, que nos permite vislumbrar fases e momentos em que melhores condições de vida eram condicionadas

provavelmente pela situação do mercado e da distinção do caráter do proprietário, justifica as heterogêneas narrativas dos envolvidos no passado local.

Mas há poucas dúvidas de que a vida era dura para uma família de colonos em São Paulo, de que os fazendeiros frequentemente eram arbitrários no cumprimento da sua parte do contrato, e de que a única certeza de que possuíam os trabalhadores era a sua alimentação (STOLCKE, 1986, p. 67)

O aspecto que se vem moldando sobre toda essa realidade presente em algumas propriedades da região, voltadas para o sistema de *plantation*, só se consolidaram com a introdução dos primeiros cafezais no nordeste paulista no final do século XIX. O café teria chegado praticamente junto com os trilhos ferroviários e, com eles, os braços importados para a lavoura. Desse modo, a vantagem econômica com o avanço da lavoura cafeeira para alguns poderia ser retirada por aqueles que se apropriaram dessas terras, não de pequenas posses, mas de grandes porções de maneira muitas vezes questionável.

Disso se entrevê a real dimensão dos procedimentos de ocupação territorial, do ponto de vista das várias levas de migrantes, que definiram a ocupação do Sertão do Rio Pardo; houve, na verdade, a predominância daqueles que reuniam condições de manter um contato formal com as autoridades no sentido de se estabelecer nas melhores e mais bem-posicionadas faixas de terra (TOSI, 2003, p.32).

Sem contar que, vale lembrar, o conceito de riqueza e poder no período não poderiam ser somente atrelados a bens monetários. No caso da região pesquisada, justamente pela carência de uma consistente circulação de moedas e pelo baixo valor das terras no mercado. Caso contrário, seria um paradoxo a doação de terras para a fundação de uma vila em época de enriquecimento proporcionado pelo setor cafeeiro em pleno século XX. Tudo isso, portanto, denota a inexistência de um intenso mercado de terras e também a necessidade de se recorrer ao Estado para a supressão das crises da lavoura cafeeira.

Nesse sentido, é bastante temerário conjugar os conceitos de posse com mercado de terras, especialmente numa época e numa região em que era a capacidade de comando de um senhor sobre um contingente maior de pessoas o que conferia poder. Esse poder se revelava maior quanto maiores fossem os territórios dominados. Eram terras que tinham valor, mas sua valorização estava restrita a um círculo de interessados diretos, vale dizer: era uma avaliação que interessava aos herdeiros e aos confrontantes. Esse detalhe confere um conteúdo interessante ao conceito de riqueza da época, uma riqueza cuja circulação é predominantemente no ambiente familiar e local (TOSI, 2002, p. 33)

Muitas famílias de imigrantes europeus se tornaram donos de terras na região do *districto de Crystaes*. Se por um lado refletia o baixo valor dado às propriedades da região, algumas não tão distantes da estação ferroviária, o fato é que por outro lado a oferta de terras poderia significar as dificuldades do produtor cafeeiro frente às relações de mercado estabelecidas com grupos exportadores ou, principalmente, em relação aos negociantes das pequenas produções resultantes das pequenas lavouras numa região de pequenas propriedades, como é o caso do *districto de Crystaes*. São nessas pequenas propriedades que vamos encontrar um quadro diverso deste retratado nas grandes lavouras descritas acima, compostas por várias famílias em regime de colonato.

A dinamização das trocas comerciais atende às características dos meios de transporte, nas formas em que os produtos chegam aos mercados. Pensando na mobilidade espacial para o período, onde apenas o carro-de-boi permitia o transporte de mercadorias numa região de planaltos com altos declives, gastando-se para isso uma média de doze horas para ir e voltar à cidade comercializar seu pequeno excedente, o isolamento local entre roça e vila no contexto da região era sentido. Ainda mais quando o necessário em mantimentos, muitas vezes, era produzido na sua própria roça e a ida à vila se dava somente na fase da colheita, para a venda e conseqüentemente para o consumo através do dinheiro conseguido com essa mesma venda.

*Um, um dia inteiro (...) É um dia de viagem [...] Per, não, às veis acontecia de cê vim de noite embora. Mas era doze hora pra ir, com o carro pesado. Agora, pra vortá, sempre, mais leve né, ocê vinha mais rápido [...] Da cidade? Nada. Da cidade num trazia nada (...) Só o sal.*  
(Senhor Delcides, 77 anos)

Essa situação permitia a construção de tipos de vida distintos mesmo que, para os padrões atuais, seja inconcebível termos a noção dessa dicotomia entre a roça e a vila. Sendo assim, outra realidade na mesma região, distante do modelo monocultor apresentado, mesmo não nos esquecendo da cultura de alimentos também presente nele, podemos observar nos bairros rurais existentes no distrito, onde a presença de pequenas propriedades modelou o quadro referente à posse de terras e também à questão da mão-de-obra.

A coexistência, no território do Estado de São Paulo, de formas diferentes de grupos rurais, uns remontando longe no passado, outros formados recentemente; as transformações rápidas por que passaram os campos e as cidades deste Estado desde os fins do século XVIII; a entrada de massas de imigrantes europeus que a partir de fins do século XIX enriquecem com uma componente sócio-cultural nova a paisagem rural paulista, tornam plausível a existência de diferentes formas elementares de agrupamentos e de vida cultural no meio rural paulista (QUEIROZ, 1973, p. 3).

A região do atual município de Cristais Paulista, além das colônias nas fazendas monocultoras, organizadas a partir da chegada do café e da imigração, sem perder de vista a intensa presença da pecuária e de algumas culturas de gêneros alimentícios a elas atreladas, possuíam alguns bairros rurais cujas formas de organização variaram de acordo com a afluência de novos grupos humanos que ali foram se estabelecendo. Localizados em diferentes pontos dentro do distrito, alguns destes mesmos bairros foram muito parecidos na sua composição econômica e social devido à localização geográfica, mas, principalmente, à origem de algumas das famílias que os compunham e neles desenvolveram um sentimento de localidade, além de serem formados, logicamente, por pequenas propriedades.

(...) enraizamento, o sentimento de localidade. Os habitantes de um bairro conhecem esse sentimento e pertencem a ele, sentem-se a ele ligados, pleiteiam benefícios e vantagens em seu nome, enfim, demonstram uma consciência grupal patente. (QUEIROZ, 1973, p. 134).

Possuidor de um espaço rural onde se configurava o sistema monocultor, que segundo Tosi (2003) se estruturou no final do século XIX para a produção cafeeira que, vindo do Vale do Paraíba, buscava novas terras para a expansão de sua produção, mas também com bairros rurais organizados desde o início do mesmo século quando os *inrantes mineiros*, com seus núcleos familiares, aqui se estabeleceram para a produção pecuária e de gêneros de subsistência.

Dentro dessas duas configurações de propriedades rurais, claro que dentro de cada uma vários aspectos singulares as compunham, como a questão de maior ou menos integração em um circuito de trocas, não poderíamos então afirmar que a tradição de uma economia de subsistência cedeu espaço para o sistema monocultor. Algumas áreas do distrito, suas formas tradicionais de organização produtiva e social, não foram destruídas pelo sistema de *plantation* aqui inaugurado com a cafeicultura. Portanto, não seria válido também pensarmos o sistema monocultor, formado pelo tripé, cafés – ferrovias – imigrantes, como uma organização que abarcaria a economia de subsistência, rompendo violentamente com formas antigas de ocupação, dentro ou às margens de sua consolidada estruturação. Com isso, uma terceira via de composição estrutural para o meio rural apresentado se faria factível, apresentando nela uma espécie de coexistência entre o moderno e o tradicional, claro que este

último, com o avanço da urbanização regional paulista, sendo remodelado com o avanço das relações capitalistas financiadas pelo café.

Essas pequenas propriedades na região, muitas das quais compondo alguns bairros rurais, absorverão a produção cafeeira e se manterão, enquanto empresa produtiva, ao longo do século XX, graças a presente atuação de cooperativas. Embora as mudanças tivessem sido lentas, essa penetração da produção exclusiva para o mercado com o café vai rompendo com os laços de tradição que ligavam os grupos aqui estabelecidos com a roça, aqui entendida como a terra de onde se reproduzia a vida coletiva nos seus diferentes aspectos sociológicos. Nesse quadro, algumas formas de resistência permanecerão ao longo do século XX, pelo menos até a década de 1960 e as profundas mudanças ocorridas no campo (STOLCKE, 1986).

No entanto, como vimos, apesar da situação descrita acima, o latifúndio monocultor de certa forma também vai se apresentar com um papel ativo na produção de gêneros alimentícios, apesar de ser esta com objetivo diverso da estrutura das pequenas propriedades, onde a necessidade de mantimentos muitas vezes direcionava o que e para que produzir. A produção de gêneros alimentícios na grande propriedade, por exemplo, seria a solução para a superação de parte de suas crises cíclicas referente à manutenção dos salários da mão-de-obra existente.

No colonato, o cultivo do café estava combinado com culturas alimentares. Esse sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixas dos preços do café, sem pôr em risco a oferta de mão de obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução. Pela mesma razão, longe de ameaçar a produção de gêneros alimentícios, a expansão do café acarretava também um aumento nas culturas alimentares (STOLCKE, 1986, p. 54).

Desse modo, o sistema de *plantation* não deve ser pensado como um sistema voltado exclusivamente para a monocultura exportadora. Um dos seus “efeitos colaterais”, necessário para sua própria regulação e fruto de sua própria vulnerabilidade perante o mercado externo, como se vê, era a produção de alimentos por parte do trabalhador estabelecido em suas colônias. Durante as crises na lavoura cafeeira, terras marginais eram concedidas aos trabalhadores como forma de pagamento pela venda da sua força de trabalho.

*Cada colônia daquele, daquele, era empreiteiro, cada um colono daquele, pegava uma caderneta. Pra plantação, eles num deixava plantá na lavoura né. Então, cada colono dava um pedaço, pegava em, perto do Zé Pinheiro ali, vinha até naquele corguinho d'água. Cada um tinha um pinhão, um meio arquerim, um meio arqueiro mais ou menos, pra ele plantá arroz, feijão. Não. O milho, o feijão, porque arroz num dava na nossa redondeza aqui. Naquela, o clima né? Aquele tempo num dava arroz, muito pouco, tinha que escolhê aquele lugar mais*

*ruim pra plantá arroz, eles escolhe o lugar melhor pra plantá arroz. Naquele tempo ocê tinha que escolhê o lugar mais ruim senão ocê num coía.*

(Senhor Ico, 88 anos).

Mesmo produzindo parte da sua própria subsistência, o surgimento de novos bens de consumo que penetravam a vida rural no interior de São Paulo atraía desejo do trabalhador rural, agravando as suas necessidades de sobrevivência. Sem contar que, como vimos através do depoimento, a dificuldade de se plantar arroz em um solo como a da região pesquisada atestava também a improdutividade do solo para certas culturas, o que também provocava a necessidade de consumo de gêneros básicos para a sobrevivência através das trocas monetárias. No caso das pequenas propriedades, em alguns bairros rurais do município de Cristais Paulista, veremos a presença de água e solos propícios para essas lavouras de mantimentos. O que tornava a vida menos precária e dependente da relação monetária.

O regime de colonato, segundo Verena Stolcke, sobreviveu até a consolidação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, e a lavoura do café continuou sendo importante para a economia do país ao longo desse período. O fim desse regime de trabalho, onde a família era a contratada, com o chefe da família sendo o responsável pelo empenho da palavra, além de assalariar, individualizou a força de trabalho empregada na lavoura. Fugindo das responsabilidades perante a Justiça do Trabalho, assistimos ao surgimento do turmeiro, homem encarregado de transportar e (con)tratar o pessoal para a colheita da lavoura. Antes dessa manobra por parte dos proprietários, um crime perante a legislação vigente, afinal, destituíam-se de qualquer responsabilidade legal na contratação do pessoal, os salários poderiam ser pagos em espécie (parte da colheita) ou com a concessão de terras para a produção de mantimentos e criações. Em nenhuma dessas formas de pagamentos o proprietário almeja algo além do benefício próprio, ou seja, a prestação de serviços (PRADO JUNIOR, 2000, pp. 59-62)

Nos dois casos de remuneração não monetária, o pai, como chefe da família, tratava sobre as formas de pagamento. Em ambos tinham sua moradia garantida. Já no assalariamento, as responsabilidades do proprietário se tornam menores quando este não cede terras para os trabalhadores produzirem seus mantimentos e, quando pensamos que os salários desses homens do meio rural nas cidades não os privam da penúria, em certos momentos da miséria, principalmente nas fases em que não há colheita, podemos notar como se deu a concretização das relações capitalistas no meio rural brasileiro.



*O, o que acontecia, uma família igual da Nenzita, quando acabava na sexta-feira as coisa de cumê, então, eles era trabaiadó, era garantido que num ia embora porque já era de vinte, trinta ano ali, e o pai da Nenzita, com sessenta ano, criô ali e morreu ali. Então, eles ia lá, o Antonio Prado vendia um vale por fora. E aquilo ali, ele ia anotando aquele vale, anotando. Quando chegava na colheita, na colheita ocê sabe, aí o café num dá, mas, tem a colheita. Colhe o café, aí eles, leva e divide por doze mês, ocê entendeu né?.*

(Senhor Ico, 88 anos)

*Era dividido aquele, aquele serviço do café, dividido por doze mês. Então, ele fazia aquele vale, quando chegava no fim da colheita, aí cê ganhava um pouquim na colheita porque colhia café, num tinha que capiná o café. Então, aquele vale, ele descontava, aquele dinheiro que o Nego ganhava no meio do ano, descontava o, a, o calçado que ele tinha de pô.*

(Senhor Ico, 88 anos)

O senhor Ico era representante de uma das famílias negras, assim como a família da dona Nenzinha, citada anteriormente, que compunham a colônia da fazenda Belo Horizonte. Seu depoimento sobre a sua vida pessoal, além de nos permitir uma visualização do cotidiano nas lavouras de café, mostrou toda a gama de preconceito que sofria na sociedade local, principalmente quando se casou pela primeira vez, pois sua esposa era branca. O mesmo, coincidentemente, ocorreu com o casamento da dona Nenzinha, também trabalhadora da mesma fazenda, que se casou com um homem branco.

*Cristais, há bem pouco tempo atrás era assim (...) aqui tinha salão separado dos pretos, outro separado dos brancos [...] Até o salão era separado. Tudo era separado: tinha o salão dos pretos e o salão dos brancos. Então, eu lembro, quando eu vim pra cá era assim. Ninguém misturava né, depois de certo tempo é que começou a misturar um pouco, mas não andava junto de jeito nenhum.*

(Dona Nenzinha, 84 anos)

*É, o preconceito era duro. (nem) eu tenho preconceito mas, eu tinha um delegado meu amigo, Eugênio Machado, ocê ouviu falá nele? Meu padrim de casamento, o Eugênio Machado. Então, ele me ex, explicô tudo como eu devia fazê, eu fiz daquele jeito. Porque o povo da minha, da minha mulher, da minha primeira mulher, além de que eles é branco, e é rico. E a minha mulher era pobre, branca, e nós pobre. Aí a gente pôs na cabeça de casá, vai daqui, vai dali, o meu padrim, o Eugênio, ele mandô que ela fosse lá, pedisse pra eles, que ela queria casá com um rapais assim, assim, e eu era muito querido na fazenda porque eu era muito trabaiadó. Porque ocê sabe, com o tempo, valia era o trabalho né? Talvez o, o trabalho vale até hoje. Então, tamém o povo da minha mulher, da, da mãe do Edson, eles num queriam. Mas, daí o meu padrim, o Eugênio era delegado, ele me explicô, ele disse que “se ocê quisê, eu vô lá em São Tomás, eu tiro os dado direitim”. E ela era de menor, “ocê queria o, ela é de menor. Então, eu pego um”, como é que eles fala? [...] É, tinha sempre, preconceito sempre houve né? Mas eu fui uma pessoa assim, eu nunca liguei pro preconceito não. Aí a, é, vão, jogado, quem tem força ganha né? Igual tinha o jogo de futebol, quem corre mais e ganha mais (risos). Eu nunca discutia essa coisa de branco, depois entrei na família da, da mãe do Edson, é, lá era rico e branco, eu tinha que respeitá. Então, eu gostava de, eu sempre falava pro (Fineli), falava “ôia, nós vamo lutá, e vamo pelejá com a vida, e num vamo es, deixa seu povo pra lá. Se um dia eles precisá de nós, bem, se eles num precisá, nós tamém, eu creio que*

*com a coragem que eu tenho pra trabaia e ocê tamém, nós num vai precisá deles não”. E num precisamo, foi igual a Nenzita, a Nenzita num precisô da família dele, do marido dela.*

(Senhor Ico, 88 anos)

*O meu também foi. O meu também foi, porque o pessoal dele também não queria o casamento, proibia meu namoro com ele. O povo dele não queria e minha mãe também não queria. Já meu pai não. Meu pai toda a vida falou: “se por acaso vocês se gostaram, vocês querem casar?”. Meu pai chamou ele, conversou com ele né. “Não, eu interesse sim, eu vou casar com ela”. E o pessoal dele mudou ele de uma hora pra outra por causa de mim né. “Porque nós vamos embora”. Porque os pais dele eram coroas velhos. Ai o pessoal dele mudou dali por causa de mim, pra ele não me namorar. Ele falou: “Eni, eu vou, mas eu volto. Eu vou levar eles lá, deixar eles na fazenda onde eles arrumaram serviço, e eu volto”. Eu não acreditei que ele voltava né. Ai depois que eu acordei ele apareceu lá. Na coisa que aconteceu do pessoal dele mudar de repente, ele foi lá e falou: “Eni, nós vamos mudar, nós não vamos ficar aqui não. Eu vou pegar minha roupa tudo e vou dar pra você guardar na sua casa”. Pra você saber como era a coisa né. Ele veio com a roupa dele tudo, que o pessoal dele não viu, ele veio empurrando e os pais dele não viu, e me deu tudo as roupas pra eu guardar. Naquele tempo tinha armário de pau, aquela coisa, então, ali eu punha a minha roupa. Não tinha guarda-roupas, não tinha nada, aquela malona. Peguei a roupa dele e enfiei tudo debaixo da minha roupa e guardei. Eu falei: “mas ele não vem nada não”. Quando foi um dia ele apareceu lá. Ai foi pra lá pra morar com nós. Papai falou: “com nós não vai morar não”. Ai fomos morar longe de nossa casa. Deixar o senhor “Nheco” aí, falava Nheco né. Ai arrumou serviço e foi morar no sítio. E o pessoal dele não gostava de mim de jeito nenhum, nem... mas não podia nem me ver. Mas o Mane foi um bom marido pra mim, graças a Deus. Não desfez da minha cor, não desfez de nada.*

(Dona Nenzinha, 84 anos)

Os interesses antagonicos de classe estavam presentes nas grandes propriedades rurais. Mas a luta coletiva por melhores condições de trabalho, a consciência enquanto classe trabalhadora, por algumas razões, entre elas o preconceito racial, impossibilitava qualquer tipo de mobilização. Famílias de colonos brancos não permitiam o casamento com filhos de famílias de colonos negros. Na fazenda em que os colaboradores acima descrevem suas uniões matrimoniais, fica evidente a ausência de união entre os próprios trabalhadores. A solidariedade de classe, paradoxalmente, existente em determinadas situações, vai ser obra dessas mesmas famílias marginalizadas. Elas socorrerão famílias de colonos-imigrantes europeus em casos de doenças ou penúria por falta de braços para a lavoura.

Por outro ângulo, nas situações em que essa mesma consciência de classe pôde ser pensada, vimos que na mesma fazenda, outro tipo de trabalhador atestava a sua falta. Sem contar que também demonstrava a ambigüidade da situação socioeconômica que vivenciavam ao longo do regime de colonato. O senhor Anísio, um de nossos colaboradores, foi administrador da fazenda onde as famílias dos colonos, cujas falas foram transcritas acima, enfrentavam o cotidiano da lavoura cafeeira.

*E apanhar também. Só que na 'panha' eles ganhavam né. Então, aquilo ali era dividido por ano, eu fazia a conta de dividir. Agora... chegava no sábado, de meio dia pra tarde, eu tinha uma janelinha, sentava assim (...) e ia fazer 'vales'. A pessoa 'me dá um vale de cem reais', vale de dez reais. Já pensou hoje? Negoinho chegava a chorar rapaz, eu via aquilo, era duro pra mim, sabe por que? Chegava lá, Nego ficava 'não, pelo amor de Deus, não ta dando pra comer' (...) eu 'mas eu não sou o dono da fazenda cara!' eu ficava com dó e dava. A fazenda vinha em cima de mim. E ia levando aquela vida dura assim (...) a vida era dura heim?*

(Senhor Anísio, 81 anos)

O vale, ou ordem, papel que valeria como moeda de troca para a compra de produtos na loja Prado, localizada à frente da Estação ferroviária, cujo proprietário mantinha relações pessoais e de negócios com os representantes da família proprietária da fazenda Belo Horizonte, era o reflexo das dificuldades enfrentadas pelas famílias de colonos. Estes, embora aumentassem suas dívidas ao longo dos meses que antecediam as colheitas, tinham limitados os valores do papel.

*Não dava. Então, voltando a esse detalhe, eu lembro de pessoas, eu vi, era rapaz velho, eu vi, a ordem não dava, o indivíduo precisava de um determinado produto, outro, outro, outro, no fim, pra ajustar, ajustar o valor da ordem, 'devolve um pouco de feijão, devolve um pouco de açúcar, devolve um pouco de arroz, devolve isso, devolve aquilo', pra encaixar na ordem sabe. Isso eu vi, assisti.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos)

O pensamento coletivo predominante entre os trabalhadores nas fazendas monocultoras não era caracterizado pela consciência de classe, mas pelos grupos humanos que compunham as famílias de colonos. Cada família desta era uma célula responsável pela sua produção em partes das terras da fazenda e vivia organizada quase exclusivamente para tal finalidade. Somente em circunstâncias excepcionais, foi possível constatar a mobilização de alguns trabalhadores, não para a resistência às formas de exploração, mas ao socorro perante a penúria enfrentada.

A mobilização de braços para o trabalho solidário, uma espécie de mutirão em plena empresa monocultora foi registrada em algumas falas de nossos colaboradores. Esse foi o aspecto que nos chamou a atenção devido a relação afetiva e solidária entre famílias dentro da colônia em algumas situações de necessidade de sobrevivência. Foi interessante observar essas mesmas famílias de trabalhadores nacionais descendentes de ex-escravos se solidarizarem com italianos. Embora vivendo em uma relação verticalizada e nuclear, traços de uma relação horizontal foram registrados. Desse modo, podemos afirmar que a questão da

sobrevivência determinaria a união de famílias de colonos no contexto do latifúndio, e não a luta de classes propriamente voltada para a luta contra a exploração dos fazendeiros.

*É, antigamente ia, o povo tinha mais carinho. Percebia um que tava mais atrasado, ajudava. E, a gente fazia até mutirão quando um ficava doente, se o colono ficava doente, ajuntava tudo, ia um dia lá no serviço dele, adiantava ele, pra ele num ficá com fome, e num passá farta na família. Porque se ele num deu conta do trabalho, o administradô tamém num dava a orde pra ele comprá. Então, eu acho que o povo naquele tempo era bom. Eu alembro, tem a família do Facioli, esses era velho de lá, o, o nome dele era, Carlo Facioli. Ele ficô doente, e cortaram uma costela dele, ele ficô um ano inteiro. Eu mais meu pai acabava o nosso, a nossa empreitada, no outro dia nós virava na empreitada dele. A semana nós capinava a empreitada do Carlo Facioli. E o que que ele era? Cumpade do meu pai.*

(Senhor Ico, 88 anos)

As festas nas colônias também permitiam a aproximação de laços afetivos e marcaram profundamente a vida dos colonos. Era o momento da alegria, de uma espécie de esquecimento da dura vida cotidiana, voltada para o trabalho na lavoura e na luta pela sobrevivência. Os músicos das festas eram justamente esses mesmos trabalhadores, onde o conhecimento dos instrumentos musicais era transmitido de geração em geração pelo ver e ouvir. Por outro lado, havia também a preocupação na manutenção da ordem através da repressão de qualquer tipo de atividade lúdica envolvendo esses colonos.

*Era bom. Naquele tempo era bom, porque naquele tempo não existia como agora. Agora é tudo diferente, porque antigamente tanto dançava as moças, as velhas, como os velhos, ninguém tinha preconceito de nada né. Tanto os novos tiravam as velhas pra dançar, os velhos tiravam as moças, não tinha conflito. Agora tem né, mudou tudo, não é mais como era. Agora se por acaso um rapaz tirar uma senhora de idade pra dançar, todo mundo fica olhando, aí já tira sarro. Antigamente não. Antigamente todo mundo dançava e não tinha nada né.*

(Dona Nenzinha, 84 anos)

*Era na sanfona, o sanfonero era o meu pai (...) Eu gostava de dançá forró. Assim, nessa época de junho tinha fogueira, nós assava batata, mandioca, aquela vida gostosa, daqueles tempo. (...) Ah, a gente ia muito em baile de fazenda né, e, lá em Cristais tinha pouco baile. Ah, na fazenda era. A gente tocava sanfona, quando num tinha num lugar, tinha no outro, tinha no outro, era todo sábado.*

(Senhor Ico, 88 anos)

*Tinha. Era uma dama de um lado e o revólver do outro (risos). Eu quase não freqüentava baile, eu nunca fui de baile. Aí na fazenda mesmo, depois que eu comecei a tomar conta, não deixei fazer baile mais. Aí (colônia) toda vez que fazia um baile tinha uma briga né. Aí não deixava. Mas que os bailes, primeiros, era tudo desse jeito aí (...) Nossa senhora! Saía revólver, faca. A ignorância tava viva né. Não é igual hoje, que não tem acontecido.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

Não temos o interesse de manipular negativamente a imagem, ou a forma de trato, sobre a postura pessoal dos proprietários da fazenda citada durante as quatro gerações ali registradas, onde alguns também foram lembrados com muito respeito e admiração pelos colaboradores das entrevistas, mas apenas com o objetivo de ilustrar a dura realidade vivida pelos colonos. Alguns disseram que um dos proprietários proibia o plantio de gêneros alimentícios intercalados aos pés de café, afirmava que prejudicava a qualidade do fruto. Assim, viram várias vezes um destes fazendeiros em cima de seu cavalo, pisotear roças de feijão e milho em meio às plantações de café, alimentos prontos para serem colhidos e servirem para a subsistência das famílias de colonos ali estabelecidas.

*Eu lembro que, que (...) no tempo do Alexandre Vilella eu não (...) não assisti porque eu era muito jovem, talvez nem nascido. Mas eu lembro dele, eu era mocinho. Lembro quando eu visitava (...) conheci ele assim, a cavalo, visitando o Prado e tal. Agora, o dr. Juquinha (filho) eu convivi melhor com ele. O dr. Juquinha era muito sistemático sabe. Então, o pai da Nenzinha, o Aristide, falava assim, se o dr. Juquinha ia na lavoura, é o pai do José Alexandre, ele ia na lavoura a cavalo, ele não andava a pé, só a cavalo. Se ele visse um pé de milho, porque lá era colono, não tinha meeiro, não tinha nada, colono mesmo. Então, o cara pega lá tantos mil pés de café por ano, então recebe tanto pelo trabalho. Se ele visse um pé de milho, se um dos colono plantasse um pé de milho, ele tinha o capricho de descer do cavalo, ir lá arrancar o pé de milho e jogar fora. Então, era o café, só o café. Não sei se ele dava roça solteira pros empregados, mas lá era um regime duro, duro mesmo sabe, ele era selvagem.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos)

Em nosso trabalho, ao longo da realização de levantamento bibliográfico, elaboração das fontes orais e prévia confrontação com a realidade vivenciada no *districto de Crystaes* através de documentos escritos, como atas da Câmara Municipal, jornais e decretos, a relação entre o moderno e o tradicional foram confrontadas. Difícil foi precisar onde havia a estrita presença de um ou outro na vida das famílias dos entrevistados. Segundo alguns dos depoimentos, pudemos constatar que também havia, dentro de um latifúndio, voltado para o sistema de *plantation*, a presença de resquícios de modo de vida tradicional, entre eles uma espécie de mutirão. Aqui, nesse caso, a justificativa não era simplesmente uma colheita atrasada por falta de braços, mas a doença que atingiu o chefe de uma das famílias de colonos. Em terras alheias, numa estrutura de latifúndio, a solidariedade do trabalho coletivo se fez presente, mesmo com a relação da venda da força de trabalho estar sendo efetivada entre colonos e fazendeiro, apesar de ainda não ser concretamente assalariada. Além disso, no caso, socorrer uma família de colonos no contexto da lavoura cafeeira poderia significar o atraso em sua própria porção de terra onde ainda era permitida a produção de mantimentos. Mais

uma vez, afirmamos que na excepcionalidade, a solidariedade horizontal se manifestava. Em trabalho similar, José de Souza Martins observou que no mutirão o

[...] intercâmbio não monetário de força de trabalho (...) É possível que no passado o mutirão tenha tido um caráter não mercantil. Restaria demonstrar isso (...) os documentos antigos que a ele se referem, porém, tem o defeito de dizerem respeito aos serviços públicos executados de mão comum, especialmente à abertura e conservação de estradas e caminhos. Os editais de convocação dos moradores para essas tarefas, contudo, trazem às vezes a indicação da alternativa de exclusão do trabalho mediante pagamento em tributo (MARTINS, 1975, p. 39)

Para Antônio Candido, o mutirão é, antes de qualquer coisa, um dever moral. Trabalho coletivo, sem qualquer tipo de relação monetária, não só utilizado para obras de interesse coletivo, como pontes e estradas, mas também para socorrer pequenos núcleos familiares que têm ameaçados a colheita se o trabalho não for realizado em curto espaço de tempo. Todos aqueles integrantes do mutirão possuíam um sentimento de pertencimento, uma identificação grupal que criava uma espécie de vínculo entre eles que não poderia ser rompida pela exploração do trabalho alheio, ou seja, sem a retribuição em qualquer espécie e a participação de homens sem vínculos com o grupo. Até porque na cultura caipira, segundo o autor, seria inexistente a idéia de progresso, sendo este sinônimo de mudança e destruição, o atestado do seu próprio fim. Embora fosse um dever moral, um importante aspecto do mutirão era o seu caráter festivo (CANDIDO, 1979, p. 67).

Por fim, uma das observações que presenciamos através das falas de nossos colaboradores foi uma espécie de vida tradicional que esteve presente no “moderno”, entendido aqui como um universo predominantemente consolidado por relações capitalistas ou, na melhor das hipóteses, a partir de relações não-capitalistas de produção - subtende-se o assalariamento que ela pressupõe – geradoras de grandes parcelas de capital (MARTINS, 1979, p. 74).

O avanço da monocultura cafeeira remodelou a composição social e econômica do *districto dos Crystaes* às margens dos trilhos ferroviários. As diferentes culturas que posteriormente chegaram à região aproveitaram de sua estrutura, seus modos de organização suas relações com o mercado. Do mesmo modo, a vida tradicional predominante antes da chegada do café e dos imigrantes, em alguns pontos distantes da vila, nos bairros rurais, também foi atraída de forma inexorável para o mundo moderno que alavancava a dinamização do mercado consumidor nacional através do surto de um circuito de cidades em todo o território paulista. É nesse quadro histórico que partimos para a busca de uma possível

existência de traços da cultura caipira no meio rural da região do atual município de Cristais Paulista.

## 2. O Caipira e seu estilo de vida sob os diversos olhares do mundo não caipira

### 2.1. A multiplicidade de olhares sobre o homem do campo.

Sendo a História uma ciência que busca analisar as ações humanas e contradições decorrentes dela ao longo do tempo, suas possíveis transformações, o elemento central de todo nosso estudo é o homem que viveu no meio rural, a sua forma de pensar e agir perante um meio natural que muitas vezes se impunha sobre seu cotidiano. Nessa relação homem e meio, uma sociedade rústica e nem sempre integrada substancialmente em possíveis circuitos de trocas comerciais, localizada na fronteira paulista com o Estado de Minas Gerais, próxima ao rio Canoas, esse mesmo homem definiu e rearranjou toda uma forma de organização social que buscou fornecer elementos sócio-culturais para sua própria sobrevivência, tanto física quanto psíquica.

Pelo caminho que optamos, foi necessário realizar todo um rastreamento de velhos moradores que, isolados e misturados em suas famílias, muitas delas com estreitos laços de parentesco, pudessem nos caracterizar algo em comum, como mesma origem, donos de pequenas propriedades e que trabalhassem na própria terra. Enfim, que apresentassem traços culturais semelhantes ao da cultura caipira pensada por diversos autores, mas principalmente Antonio Candido, em sua obra *Parceiros do rio Bonito* (1979).

Este autor, além de trabalhar com o homem rural em meados do século XX, fez todo um esboço sobre o meio rural paulista desde idos coloniais, dialogando sempre com outros autores, dentre eles Sérgio Buarque de Holanda. Assim, por Antonio Candido o homem rústico do interior paulista foi pensado e, principalmente, através do uso de depoentes e da análise testemunhal quando em visita à região de Bofete-SP, local escolhido para seu trabalho, permitiu que nos aproximássemos de um possível diálogo justamente pelo fato de nossa própria perspectiva de trabalho estar lidando com a memória de antigos moradores do meio rural. Assim, foi-nos possível identificar, através de nomes de famílias, grupos de antigos descendentes dos *intranses mineiros* que penetraram o *certam do rio Pardo* no início do século XIX nas imediações de onde foi criado o *districto de Crystaes* (1910-1958).

Quando definimos o espaço físico onde estão inseridos os sujeitos históricos que nos serviram de objeto de estudo, o mesmo pode-se traduzir em um espaço social criado e adaptado às necessidades de um tipo de vida específico, apesar de não tornar-se tal ordem de coisas algo redutível a uma inexorabilidade de ações externas, sejam elas econômicas,



culturais ou políticas. Contudo, esse mesmo espaço físico só possui existência em contraposição e exclusão aos outros possíveis espaços físicos, muitas vezes definidos como “entrada”, “saída”, “limite”, etc. Assim, penso a existência do espaço rural justamente por haver fronteiras físicas que delimitam o local frente ao urbano, mas também o penso enquanto roça, ou seja, no pequeno proprietário de terras circunvizinhas a um sistema monocultor dominado pelos latifúndios e muitas vezes atrelado a setores desse mesmo mundo urbano. Nesse caso, oposições e contradições são criadas, dando existência a hierarquias que, no quadro proposto, noções de valor passaram em determinado momento, por volta da segunda metade do século XIX, a serem atreladas à dinamização dos processos de acumulação.

Desde o advento da lavoura cafeeira e as mudanças implícitas a essa nova realidade, sem contar o advento da República e a transição para o trabalho livre, oposições entre campo e cidade, progresso e atraso, barbárie e civilização, vão criar espaços físicos onde elementos humanos serão consubstanciados por um sentimento de pertença, ou seja, o homem será valorado através da representação do seu lugar de origem, de seu grupo ou a ele será associado. Nele, no espaço físico, o espaço social vai ser inventado e reinventado constantemente, sem com isso alterar o domínio que Bourdieu designa como estruturas mentais que persistem em apontar oposições latentes e hierarquizadas.

As surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências (BOURDIEU, 1997, p.162).

A partir dessa estrutura mental, ao pensarmos as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, com alterações nas relações de trabalho e na legislação que envolve a questão da propriedade rural predominante então no país, buscando através delas uma maior dinamização na exploração da lavoura cafeeira para o abastecimento do mercado internacional, profundos conflitos vão marcar a vida dos homens do meio rural.

É nesse período de nossa História que toda uma ideologia modernizante fundada nos moldes da acumulação vai entrar em confronto com a estrutura do espaço social criado a partir da localização do homem enraizado na roça por longos períodos do processo histórico brasileiro. No entanto, não vai ser aquele homem atrelado ao sistema monocultor e também urbano, portanto já interligado ao circuito de trocas comerciais que tecia a vida nacional através do sistema de *plantation*, mas justamente aquele elemento que surgia como

indesejável naquele momento, mas que, paradoxalmente, tornava-se estritamente necessário para a nova investida dos processos de acumulação na estrutura fundiária nacional.

Dificultando o avanço da grande lavoura, resistindo à absorção como mão-de-obra para os grandes cafezais, o trabalhador nacional livre e o pequeno proprietário, dentre eles o caipira, vão se tornar, inclusive para determinada literatura nacional, o símbolo do atraso e dos problemas aqui existentes, a verdadeira praga da terra. Tal conceituação de caráter biologizante do homem rural, embasada no pensamento científico daquela época, onde teorias raciais criadas iriam influenciar inclusive políticas públicas, vai se tornar uma das marcas do caipira, que vai passar a ser tido como um elemento social atrelado a doença, praga, modelo social necessitado de uma dose de civilização para solucionar os problemas do país, ou seja, a roça. O biotônico Fontoura ainda renderia lucros para esses autores (LOBATO, 1988, p. 141).

Outra observação que não poderia escapar aos nossos olhos seria que na realidade nacional vivenciada naquele momento, cujas transformações ainda estavam por ser definidas, portanto, ainda sem a imigração europeia impulsionada pela subvenção do Estado, além da roça ser tida como oposição à cidade, é que a Europa e o pensamento positivista já influenciavam as políticas públicas e a intelectualidade do país. Assim, retomando a perspectiva de Bourdieu, é possível pensarmos que os espaços físicos, a roça e a cidade, dissociadas, modelavam as estruturas do espaço social estabelecendo uma hierarquia que permitia a criação de uma ideologia que visava legitimar as ações de uma realidade sobre a outra. No entanto, longe estaria essa situação de um quadro fiel ao legitimar o fazendeiro, elemento também rural, e marginalizar o típico caipira, principalmente quando confrontadas as estruturas mentais de tais grupos, afinal, a elite agrária longe se encontrava interessada em favorecer um liberalismo nos moldes europeus, pois ela mesma, muitas vezes, resistira veementemente ao abolicionismo e não agia sem a interferência estatal.

É importante frisarmos também que, para aquela época, o pensamento científico longe esteve em buscar questionar e analisar os fatos por si. Ele apenas retinha determinadas observações sobre a realidade nacional e buscava dar-lhes uma fidedignidade que se justificava pelo atraso nacional quando comparado ao desenvolvimento europeu, cuja industrialização estava em amplo desenvolvimento. Sendo assim, a hierarquia dos espaços físicos das nações – no caso, o urbano sobre o rural (roça) – vai permitir àquele pensamento científico não só denotar o atraso econômico brasileiro, mas também apontar elementos que dissociam as realidades amplas dos países e permitiriam à elite nacional, e o intelectual aqui situado, muitas vezes a seu serviço, apontar o caboclo e a roça como responsáveis pelos problemas econômicos e sociais do país.

É no momento em que o intelectual, urbano por excelência mas identificando-se com o fazendeiro, volta sua reflexão para a área rural – e tal tornava-se absolutamente imprescindível, já que era ela que fornecia a base da riqueza material (o café, principalmente) sobre a qual se assentava o desenvolvimento social – que seu espírito dicotômico se evidencia, refletindo ‘os dois brasis’, no dizer de Jacques Lambert. [Desse modo] Os estereótipos do caipira têm comprometido o conhecimento desse ser. Não só a literatura mostra farto material nesse sentido, como até instituições oficiais, como as escolas, têm sido responsáveis pela divulgação destes (FREDERICO, 1991, ps.107 e 129).

Vários autores que se atentaram para a análise do período em questão têm apontado uma situação independente entre grupos políticos e literatura nacional, principais representantes das perspectivas, “histórias dos desejos não consumados” e descrições em torno daquilo visto como realidade brasileira até então, intensamente conflituoso e indefinido. Com pequenas aproximações e inter-relações, esses elementos apontados, configurando aquela elite nacional, foram representar a voz que ditava as soluções através de projetos políticos para o país (CANDIDO, 1967; FREDERICO, 1991; SEVCENKO, 1999).

Em se tratando de produção literária, esses autores que analisaram a situação do país no período o definiram basicamente como um momento de transição e indefinição. Porém, esses mesmos estudiosos foram buscar entendê-lo a partir da produção literária de escolas representantes do pensamento nacional que naquele momento predominava. Começaram por defini-lo como pós-romântico, cuja influência adquirida teria sido transplantada com a grandeza do meio natural perante a pequenez humana.

Esses dois elementos, homem e natureza, contudo, foram descritos como pólos opostos de uma realidade ainda por se fazer. Além disso, o indianismo Alencariano não mais influenciaria a corrente de pensamento predominante naquele momento, pois este rebaixava o homem nacional ao seu estado de barbárie. Sendo assim, o colocava distante das qualidades civilizatórias do padrão europeu. Teria sido justamente nessa fonte que o pensamento científico, atrelado à elite econômica do país, portanto dos grandes proprietários de terras, baseado em teorias raciais, encontrou os argumentos necessários para apontar o homem da roça como símbolo do atraso nacional.

Conforme temos visto, as formas das relações que se estabeleceram entre as nações periféricas ao desenvolvimento industrial e os centros econômicos europeus, modeladas pela *indirect rule* do novo imperialismo, foram de natureza a dissolver-lhes as peculiaridades arcaicas e harmonizá-las com um padrão de homogeneidade internacional sintonizado com os modelos das matrizes do Velho Mundo (SEVCENKO, 1999, p. 47).

Podemos associar a homogeneidade internacional citada pelo autor àquilo que Hobsbawn descreve como o desenvolvimento da sociedade de massas que passa a refletir a nova situação internacional, principalmente por ser no final do século XIX o início de uma fase que foi caracterizada como a de maior migração de povos de toda a História da humanidade. E o café inseria o Brasil nesse contexto internacional ao receber fortes investimentos após a crise econômica de 1873. Estruturava os meios de comunicação e transporte internos com a ferrovia e o telégrafo, além de cooptar massas gigantescas de imigrantes. Com uma economia baseada no antigo sistema colonial, a monocultura cafeeira abastecia os mercados internacionais e desenvolvia, de forma conflituosa e deformada, um mercado consumidor para os produtos industrializados dos países europeus. Tudo isso, vale a pena reforçar, fortalecia a visão pessimista e negativa do homem rústico do campo justamente por ele não estar enquadrado à pretensa nova e moderna realidade nacional (HOBSBAWN, 2005, pp. 163-202).

Outra fronteira teórica que aqueles autores apontados acima criaram e buscaram para definir o pensamento literário do período ficou conhecida como pré - modernista, justamente por anteceder o aparecimento do Modernismo<sup>12</sup>. Assim, a reinterpretação do país tangenciava um estilo pós-romântico e pré-moderno, mas de certa forma não-realista. Os autores que lidam com a análise dessa literatura produzida a partir do advento da República apontaram que tal produção literária, pelo menos aquela que tratava acerca da vida do homem da roça, não condizia com aquilo que se poderia conceituar como Realismo. Cronologicamente, é um período que antecede a Semana de Arte Moderna de São Paulo, ocorrida em 1922, mas no contexto que envolveu a produção artística e cultural serviu para estabelecer uma fronteira que posteriormente foi rompida com o total abandono de elementos de influência européia que modelavam e direcionavam o olhar da literatura até então dominante.

Mesmo assim, aquele rompimento não impediu a sobrevivência de elementos culturais estereotipados que buscavam reinterpretar a realidade nacional, mesmo com certa frouxidão em relação ao pensamento europeu. Mas para tanto, tiveram que sacrificar mais uma vez os elementos rurais que estavam dissociados da estrutura colonial sobrevivente na produção agrícola brasileira. A oposição criada entre campo e cidade, país a ser construído, mas principalmente o regionalismo impulsionado por São Paulo, novo eixo da economia nacional

---

<sup>12</sup> Com o objetivo de delimitar o que foi descrito e esclarecer o leitor, não estamos aqui tratando da *modernização* que reestrutura a realidade econômica brasileira a partir dos trilhos ferroviários, imigração européia e o avanço da produção cafeeira. Falamos aqui de uma corrente literária que marcou a História brasileira a partir da década de 1920, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna em 1922.

que buscava um rompimento com o velho estilo ainda sobrevivente na capital da República, com ares de aristocracia (*belle-époque*), também impossibilitou uma visão do caipira a partir dele mesmo, ou seja, com seus reais valores e significados.

Assim, a elite agrária paulista, atrelada a setores urbanos, iniciou a consolidação de sua ideologia como forma de legitimar e atuar sobre decisões políticas que impulsionaram o fortalecimento do sistema monocultor voltado para o mercado externo e atrelado a esse mesmo mecanismo de acumulação. Mais uma vez, o caipira ficou à margem das discussões que as mudanças econômicas propiciaram.

Não mais as velhas canções da *belle-époque* entoadas pelo Rio de Janeiro. Se esta foi a *prima-donna* durante todo o Império, não o será mais agora que os novos tempos exigem um ritmo mais vivo, mais rápido, imprimido pela batuta do capitalismo moderno. E o repertório escolhido conterà predominantemente composições de raízes rurais [...] Soava natural que num Brasil basicamente agrícola, as elites cafeeiras reivindicassem o direito de interpretar o país a partir de sua ótica. Faz sentido se pensarmos que até então era o Rio de Janeiro, com seu cosmopolitismo, que dava sua visão de Brasil: nos últimos tempos, sem dúvida era uma versão açucarada, repleta de ufanismo, de euforia, de patriotismo vazio, de falso modernismo. Cabe agora aos Estados mais ricos, sobretudo São Paulo, falar mais alto (FREDERICO, 1991, p.13-14).

A mudança de eixo da economia brasileira, com o café em São Paulo após o advento da República, enfraqueceu a cultura aristocrática urbana do Rio de Janeiro. Carregou consigo uma nova visão sobre o país ao apontar o desenvolvimento econômico paulista como modelo a ser seguido e, concomitantemente, a ser valorizado pela intelectualidade. Aqui, destacamos que, além da oposição àquilo que Gilberto Freyre, na sua obra *Sobrados e Mucambos*, chamou de “aristocratização da rua”, a própria concepção de trabalho havia sofrido profundas alterações.

Rompeu-se a noção de prisão e cativo sobre o trabalho, e a busca pela acumulação permitiu uma associação do conceito a valores nobres por parte daquele que produzia a riqueza através do próprio esforço físico. Mais uma vez, portanto, ao se encontrar marginalizado pela estrutura de monocultura voltada para o mercado externo, aqueles elementos indesejáveis presenciaram uma espécie de reforço da estigmatização do homem não incorporado ao trabalho, seja ele assalariado ou em regime de colonato.

Sendo a Literatura uma das áreas do saber de maior relevância no início do século XX entre as ciências humanas no Brasil<sup>13</sup>, são os autores desse período que antecedeu ao Modernismo os principais produtores de certo tipo de legitimidade de políticas que combatiam o estilo de vida do trabalhador nacional, dono de sua própria propriedade e

---

<sup>13</sup> Temas científicos como eugenia eram apresentados em obras literárias (CANDIDO, 1967, pp. 155-157).

responsável por aquilo que ela produzia com o seu próprio trabalho. Esse homem, estando distante do caráter senhorial estabelecido desde os tempos coloniais, com uma sociedade rural escravista rigidamente caracterizada pelo senhor e sua escravaria, mesmo aqui no quadro republicano onde São Paulo é o carro-chefe da economia nacional, não se enquadrava às necessidades da lavoura cafeeira.

E assim, somente com o movimento Modernista na década de 1920, os reflexos do fim da Primeira Guerra e o desenvolvimento industrial do país, portanto também das massas populares, questões sociais e culturais foram revisadas através da influência de uma nova forma de pensamento. Claro que sem perder de vista o fato da crise mundial de 1929 e o abalo no domínio político paulista na esfera federal com a chegada de Getúlio ao poder, em 1930, também terem um papel relevante perante essas transformações.

O Modernismo representa um esforço brusco e feliz de reajustamento da cultura às condições sociais e ideológicas, que vinham, desde o fim da Monarquia, em lenta mudança, acelerada pelas fissuras que a Primeira Guerra Mundial abriu também aqui na estrutura social, econômica e política (CANDIDO, 1967, p.156).

Somente o Modernismo, enquanto fruto nacional de certo tipo de pensamento, como se vê, pode ser legitimado como um movimento tipicamente nacional e independente que provocou mudanças sobre a descrição da realidade social do país. As crises econômicas e os conflitos externos envolvendo os países europeus e os EUA, além do crescente desenvolvimento urbano nas duas principais cidades brasileiras da época, Rio de Janeiro e São Paulo, foram reflexos da conjuntura imposta pelos processos de acumulação. Mesmo assim, a questão agrária não alterou sua estrutura e suas estratégias políticas. Getúlio Vargas, longe de romper com os interesses paulistas, ainda continuava a socorrer os cafeicultores, cuja produção já tinha chegado, no ano de 1924, a representar 74% da receita de divisas do Brasil (STOLCKE, 1986, p.54).

Independentemente das possibilidades de mecanismos políticos que solucionassem as constantes crises econômicas oriundas da lavoura cafeeira, o fato é que a pequena propriedade e uma possível produção excedente de gêneros alimentícios que pudessem suprir as necessidades de uma camada urbana em constante desenvolvimento não foram pautadas como essenciais para o país que se urbanizava, contribuindo assim para o encarecimento da vida do trabalhador nas cidades.

Por outro lado, ao presenciarmos uma mudança de paradigma da literatura nacional a partir da década de 1920, podemos perceber que, enquanto tradutores da realidade brasileira,

seus representantes não tiveram influência sobre políticas públicas consistentes que viessem alterar de maneira concisa a sociedade de então. Assim, torna-se lícito apontar uma dicotomia entre a intelectualidade brasileira dos primórdios da República e uma elite política, portanto urbana, atrelada a interesses de setores rurais voltados para a monocultura cafeeira. Claro que sem perder de vista o fato de setores urbanos atrelados ao comércio e distribuição do produto pelas praças mundiais. Negociantes, investidores e especuladores estrangeiros que, mesmo em períodos de crises onde se despencavam os preços, ocasionadas, dentre outras coisas, devido à superprodutividade da lavoura, ainda pudessem encontrar no café bons negócios.

Outra observação que nos remete a escritores e estudiosos sobre a realidade nacional daquele momento nos permitem afirmar que, mesmo tratando de problemas estruturais com uma visão profunda da realidade nacional, intelectuais como Lima Barreto, Euclides da Cunha e Rui Barbosa sempre foram, à exceção deste último, pessoas cujas vozes foram marginalizadas pelo poder político brasileiro, apesar deles ocuparem importantes cargos públicos. Retrataram a realidade nacional sob diferentes prismas, falaram de questões sociais que vivenciaram e testemunharam os fatos com uma aguda sensibilidade e senso de realidade, apontando questões e possíveis soluções para os problemas do país. Mesmo assim, foram silenciados pelos grupos de políticos que se mantinham no poder.

Para eles, somente a descoberta e o desenvolvimento de uma originalidade nacional daria condições ao país de compartilhar em igualdade de condições de um regime de equiparação universal das sociedades, envolvendo influências e assimilações recíprocas [...] Revelava-se nas suas obras o mesmo empenho em forçar as elites a executar um meio giro sobre seus próprios pés e voltar o seu olhar do Atlântico para o interior da nação, quer seja para o sertão, para o subúrbio ou para o seu semelhante nativo, mas de qualquer forma para o Brasil e não para a Europa (SEVCENKO, 1999, p.122-123).

Tal observação, como vimos afirmando, aponta para a existência de uma dicotomia entre a elite política e a literatura, porém, excluiu do contexto republicano um grupo que atuou diretamente sobre a realidade nacional, o grupo militar. Tanto Euclides da Cunha quanto Lima Barreto eram críticos acerbos do grupo militar que se imiscuía nas decisões e buscava a participação na política do país. Através de seus escritos, podemos constatar a existência de intensos conflitos em torno da República que, desde o seu surgimento, teve como epicentro a questão militar. Assim, os dois escritores, além de nos remeterem a uma complexa realidade envolvendo a disputa pelo poder, possibilitaram a nós vislumbrar uma aproximação constante entre os grupos políticos e os intelectuais, mas como forma de resistência à presença militar. Como já constatamos, os intelectuais, apesar deste fato, longe estariam de possuir qualquer tipo de voz ativa nas decisões políticas. Além disso, a busca por

essa originalidade nacional partiu de visões particularistas entre os autores que em vários pontos também se mostraram contraditórios.

Euclides da Cunha seguia o pensamento positivista, cientificista, criava uma certa visão obnublada ao buscar uma racionalidade que muitas vezes entrava em choque com o meio e a descrição de uma realidade nacional. Porém, é interessante observar que esse mesmo autor foi um dos críticos da República oligárquica (SEVCENKO, 1999, pp. 145-149). Já Lima Barreto combatia veementemente o domínio de qualquer irracionalidade administrativa por parte do Estado, apontando para isso o total abandono das populações rurais que vegetavam no interior do país. Assim, ele nos permite também apontar certa preocupação com a moralidade na política, com valores sócio-afetivos que deveriam guiar as decisões político-econômicas do país. Desse modo, por fim, mesmo com deformações não intencionais, é importante ressaltar que os dois intelectuais analisaram e apontaram no campo literário uma aguçada visão acerca da realidade nacional.

Mesmo com essa segregação da literatura e seus representantes no cenário político nacional de forma consistente, houve momentos em que esses intelectuais e os grupos políticos assemelhavam suas posturas em apoios político-partidários durante processos eleitorais<sup>14</sup>. Tal fato ocorreu, num desses quadros, em protesto às manobras políticas dos militares que buscavam eleger representantes de seus grupos para o governo federal.

Como reflexo de repúdio a essa ação, na tentativa de restringir a atuação desses militares enquanto força política, as esferas sociais, apesar de visíveis oposições internas, se movimentaram no sentido de tentar impedir a vitória daqueles nos processos eleitorais. Em contrapartida, porém, monopolizando os rumos das políticas econômicas durante a Primeira República, os cafeicultores paulistas marginalizaram subsídios para outras regiões do país que, em total abandono em relação a investimentos no setor produtivo, passaram a representar um forte grupo opositor na esfera federal.

Curiosamente, é esse regionalismo característico do período, reflexo da luta por interesses particularistas dos diferentes grupos que compunham a elite nacional, que vai intensificar de maneira conflituosa a disputa pelo poder por parte dos mesmos e permitirá o fortalecimento dos militares na participação política. Com isso, o quadro político nacional demonstrava uma constante luta pelo poder entre as camadas da elite nacional, seja ela urbana

---

<sup>14</sup> Sobre as eleições na República Velha, o voto era limitado ao alfabetizado. No final de 1920, 80% da população vivia no campo, onde imperava o analfabetismo (CASALECCHI, 1987). Como ilustração, segundo o Livro do Tombo da Igreja do *districto de Crystaes*, no ano de 1933 havia 16000 moradores naquele distrito, com apenas 1000 moradores na sua malha urbana (Vila). E um interessante estudo realizado sobre a política e eleições a nível local, onde eram decididas no corpo a corpo os representantes políticos a níveis estadual e federal, está presente em *Coronelismo, enxada e voto* (1986), um estudo realizado por Vitor Nunes Leal.



ou não, e de forma alguma denotou uma preocupação com o trabalhador rural, o pequeno proprietário que lavrava sua própria terra e buscava, a partir do fruto de seu trabalho, garantir sua própria sobrevivência.

Sendo o motor da economia nacional, o Estado de São Paulo foi majoritariamente representado durante a República Velha pelo Partido Republicano Paulista. Com uma estrutura hierarquizada desde a esfera local, nos municípios, o PRP conseguiu criar uma espécie de simbiose na esfera estadual. Nela, uma Comissão Central rígida e monopolizada pelos grandes produtores rurais caracterizou um tipo de governo avesso ao militarismo, ou seja, de caráter civilista. Desse modo, a estrutura política paulista foi toda consolidada naquele período para atender os interesses da empresa monocultora. Mesmo assim, constantes crises no setor cafeeiro impossibilitaram dentro do PRP um pensamento homogêneo quanto às decisões políticas sobre a comercialização do produto, até mesmo porque grupos divergentes representando setores externos que vão desde o financiamento da produção à sua comercialização forçaram constantes cisões internas. Além disso, é importante pensarmos na própria realidade paulista e seu quadro rural durante aquele período.

A distribuição das fazendas no estado de São Paulo nem sempre correspondeu às expectativas dos interesses daqueles a favor da estrutura latifundiária. Enquanto em algumas áreas do território a concentração de terras foi a característica predominante, com solos propícios ao seu cultivo e com meios de transporte que dinamizaram a sua produção, noutras áreas do mesmo território as pequenas propriedades e suas produções estavam mais vulneráveis ao monopólio do setor especulativo que financiava e desse modo atrelava esse pequeno produtor a grupos de investimento urbanos, limitando assim sua participação nos lucros a partir da comercialização dos gêneros produzidos nelas. Através dessa realidade, esse quadro por si justificaria a própria estrutura do PRP enquanto partido coeso e centralizado, mas que sofreu em sua própria região, o estado de São Paulo, constantes dissidências e oposições políticas.

Assim, a política paulista, através do PRP, mesmo sofrendo constantes abalos e cisões internas, em nenhum momento se atentou para as questões sociais, como a própria classe trabalhadora urbana e rural. Também é importante apontarmos que o regime de trabalho característico da lavoura cafeeira após a Abolição (colonato), foi o único mecanismo encontrado de atração de força de trabalho imigrante e nacional e que buscava, na sua composição, reter essa necessária força na manutenção das grandes lavouras. Como resultado, constantes greves e protestos foram surgindo ao longo do período estudado onde o colonato se susteve.

Em meio a esse complexo quadro político e social, ver-se-á, por exemplo, que as eleições de 1909 marcaram de forma coerente a realidade que até o momento foi apresentada. Naquele ano, o PRP apoiou um representante entre os literatos para ocupar o governo federal em repúdio à candidatura militar de Hermes da Fonseca. Desse modo, ao mesmo tempo em que os intelectuais representados pela literatura mostravam sua influência política, mesmo ela podendo estar atrelada a uma forma de protesto contra um representante militar, também demonstraram que a realidade social percebida por Lima Barreto e Euclides da Cunha, apesar de suas possíveis divergências enquanto representantes de uma mesma intelectualidade, ficaram excluídas do debate político. Afinal, como pensar em uma coesão de interesses políticos entre a elite literária, elite agrária e trabalhadores nacionais onde estivesse em jogo a luta por maior representação diante dessa realidade então existente no país?

Enquanto a força militar colocava Hermes da Fonseca na presidência da República, Rui Barbosa, mesmo derrotado, recebia em São Paulo uma votação três vezes maior que o novo presidente que representava o grupo dos militares. (CASALECCHI, 1987, pp. 128-141). Soma-se a essa complexa realidade do quadro político brasileiro, com disputas entre militares, elites nacionais divergentes e intelectuais que descreviam e apontava possíveis rumos para o desenvolvimento do país, o fato de que ela ainda se intensificava com o desenvolvimento industrial que permitiu o surgimento de uma massa de trabalhadores que iniciavam suas lutas influenciadas, principalmente, por novas doutrinas políticas importadas da Europa.

A partir do desenvolvimento urbano e o encarecimento da vida nas cidades, com o preço dos alimentos provocando uma degradação na vida dos trabalhadores, com baixos salários, essa mesma realidade sobre o custo de vida começaria a ser pensada. Logo no início do processo da industrialização brasileira e o surgimento dos trabalhadores enquanto representantes de grupos políticos, através da questão da luta de classes assimilada através de pensamentos esquerdizantes, os conflitos se intensificaram.

Além de questões como seguridade social, carga horária de trabalho, o salário refletirá a carência econômica do trabalhador, impulsionada pela alta de preços dos gêneros alimentícios. Curiosamente, a produção destes alimentos básicos, muitas vezes nada mais representou que o excedente produzido pelo elemento indesejável para as elites nacionais, dentre eles os representantes da cultura caipira<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> De modo geral, o excedente seria o produto de um trabalho voltado para a comercialização. Com isso, há um replanejamento da organização de mão-de-obra para tal finalidade. Numa economia naturalmente fechada como a caipira, a colheita que excede as necessidades dos que plantam não necessariamente se enquadrariam num plano que envolve força de trabalho superior aos interesses de se produzir o suficiente para a própria sobrevivência. Os estudos de Antonio Candido e José de Souza Martins descrevem sobre esse tema.

Um dos principais fatores responsáveis pela triste realidade da camada popular nacional, desde o início da República e principalmente com o advento da industrialização brasileira, é justamente a falta de política agrária que pudesse permitir a dinamização de um mercado interno sem que, necessariamente, atendendo aos interesses dos elementos e grupos voltados para a monocultura, afetasse os lucros obtidos com o café. Pelo contrário, seria a possibilidade, pelo indireto incentivo proporcionado pelas crises conjunturais dos mecanismos de acumulação e suas guerras no cenário internacional, de fortalecer o mercado interno e racionalizar a produção cafeeira que em vários momentos, principalmente durante as crises da década de 1930, obteve superprodução e forçou a adoção de um amparo econômico por parte do governo federal.

Também vale destacar que longe estamos em afirmar a insignificância da produção cafeeira ou qualquer coisa no sentido de secundá-la no contexto econômico do período, já que praticamente foi apenas ela quem introduziu o Brasil no circuito de trocas do sistema capitalista de fins do século XIX, sob nova dinamização, onde fluxos de capital excedente sendo transferidos para novos mercados como o Brasil. Além disso, é importante ressaltar o fato daquela realidade político-agrária não ter se limitado tão somente à era Vargas, mas sim até meados dos anos 70, quando se iniciou o processo de mecanização do campo, a crise do petróleo, o Pró-álcool e uma reorganização do setor produtivo nacional.

Em relação às camadas sociais que habitavam a zona rural, ocorreu na segunda metade do século XX a expulsão dos trabalhadores rurais que ainda viviam em regime de colonato.<sup>16</sup> A partir daquele momento eles se tornaram proletários rurais marginalizados nas cidades brasileiras, ou seja, foi quando se deu o início de um intenso êxodo rural no país. O Estatuto do Trabalhador Rural que entrou em vigor no ano de 1963, por exemplo, nada mais fez que assalariar o trabalhador rural, dando-lhe mecanismos legais como carteira de trabalho, garantia de uma ilusória alta salarial como mão-de-obra a serviço de um fazendeiro nos moldes da produção monocultora, equiparando-o ao trabalhador industrial. Enquanto isso, vale destacar, o privava da terra que o regime de colonato lhe concedia.

A migração para as cidades e a integração na economia monetária alteraram não só as condições materiais, mas igualmente a qualidade das relações sociais. Retrospectivamente, muitos dos trabalhadores sentem que o colonato acentuava a solidariedade não só dentro de casa, mas também entre os vizinhos [...] Quando utilizaram o sistema de trabalho familiar também no caso de **trabalhadores nacionais**, os fazendeiros ficaram deliciados ao descobrir

---

<sup>16</sup> Ver Stolcke (1986, pp. 67-94). É interessante observar a análise da autora referente à forma como o regime de trabalho nas fazendas que se denominou colonato sustentou a produção cafeeira durante suas crises sem que afetasse as relações de produção e conseqüentemente sua lucratividade.

que os **caboclos não eram tão fracos, desordeiros e indolentes como se pensava e que, além do mais, tinham um elevado espírito de família** (STOLCKE, 1986, p.359-360)<sup>17</sup>.

A realidade do trabalhador rural brasileiro desde sua inserção como mão-de-obra livre voltada para a grande lavoura teve uma leve, mas sentida tendência a se deteriorar lentamente com o avanço da exploração das relações de trabalho imposto a partir da modernização nacional. Desde as primeiras tentativas de substituição do trabalho escravo testemunharam-se experiências e tentativas de cooptação e absorção de trabalhadores nacionais e estrangeiros para a grande lavoura.

Podemos observar que nesse quadro social, beneficiando-se da situação presente internamente aos grupos de trabalhadores, a estrutura familiar nuclear patriarcal foi assimilada por esse processo, em sua incessante busca pela acumulação. Tendo sua funcionalidade enquanto exploração nas relações de trabalho convenientemente alteradas pelas condições materiais com o advento da mecanização do campo, na segunda metade do século XX rompeu-se com a estrutura familiar presente nas relações de trabalho e houve uma reorganização do quadro perante o assalariamento e a individualidade da mão-de-obra empregada a partir de então.

Sem essa nova realidade, a ideologia imposta pela classe dominante, a elite agrária, durante a modernização da estrutura fundiária pós Lei de Terras de 1850 e Abolição, mostrou todo seu interesse em absorver a mão-de-obra necessária para a lavoura ao criar novos valores sociais através do conceito de trabalho. Assim, o trabalhador nacional livre, culturalmente adaptado a viver do fruto de seu próprio esforço, se tornou alvo da elite agrária que buscava incorporá-lo ao latifúndio e conseqüentemente absorver suas próprias terras. Desse modo, muitas vezes, através de mecanismos violentos, ou seja, o uso da força, pressão e ameaças, mas também no plano da ideologia, o trabalhador nacional viu sua realidade ser transformada e remodelada para solucionar a escassez de braços para a grande lavoura.

Somando-se a isso, impregnados pela corrente positivista que fortalecia uma visão superficial sobre a realidade do país, a elite política, atrelada aos setores do latifúndio, portanto fiel aos interesses da elite agrária, foi buscar compreender a realidade brasileira na virada do século XIX sob diferentes perspectivas, apesar de todas denotarem uma visão indigesta e nem sempre real e verdadeira sobre seu quadro sócio-cultural. Nesse ínterim, uma verdadeira caça às bruxas foi inaugurada por uma ideologia elitista de grupos políticos atrelados a

---

<sup>17</sup> Grifo nosso.

setores monocultores que visavam cooptar a absorção de mão-de-obra de trabalhadores nacionais para a lavoura cafeeira.

A ideologia consiste na transformação das idéias da classe dominante em relações dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual [...] O papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. É função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. A ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (CHAUÍ, 1981, pp. 105-120).

Atrelando interesses opostos de forma violenta nos planos material e espiritual, a elite agrária nacional, ligada a mecanismos de dominação tanto política quanto cultural, buscou encontrar mecanismos de cooptação para a força de trabalho no campo. Assim, ficou sentida a mudança de atitude e visão acerca do conceito de trabalho na transição do regime escravista para o emprego de mão-de-obra livre. Enquanto atrelado ao cativo, ele jamais foi pensado por aquela elite no sentido de valor moral, ou seja, como atributos que qualificavam positivamente o trabalhador enquanto elemento de progresso para o país.

Somente com a necessidade de novos trabalhadores para a empresa cafeeira pode se constatar a ação praticada pelos grupos dominantes no sentido de marginalizar e combater quaisquer comportamentos psíquico-sociais que fugissem à regra pré-estabelecida no plano ideológico; para isso, necessário se tornou uma alteração profunda das atitudes mentais que buscavam mascarar e responsabilizar o trabalhador nacional livre, no caso de São Paulo, o caipira, acerca da real situação vivida no âmbito rural nacional. Nesse ínterim, a modernização imposta pelo desejo de acumulação por parte das elites atuou no plano ideológico, talvez nem tanto no mascaramento de uma exploração e dominação perante uma luta de classes, mas no sentido de criar modelos sociais ideais para o progresso do país.

Como também vimos, o caboclo foi tão produtivo na lavoura monocultora quanto o imigrante.<sup>18</sup> Além disso, em todo o período de transição para a modernização da estrutura agrícola paulista, as elites política e intelectual apontaram para um amplo interesse em identificar a realidade nacional sob diferentes perspectivas com distintos interesses. Através da necessidade de escolher os caminhos a serem trilhados para o desenvolvimento do país no

---

<sup>18</sup> Além de serem ambos, o caboclo e o imigrante, trabalhadores do campo que foram considerados produtivos, é interessante observar que na crise do sistema de parceria até o estabelecimento do colonato, onde resistências, conflitos e abandonos constantes das lavouras por parte dos imigrantes estavam ocorrendo, o imigrante também foi caracterizado como preguiçoso por muitos observadores no período. Assim, o estigma se propagava não apenas para o caboclo, mas para toda a classe trabalhadora rural que não se incorporava espontaneamente ao novo sistema de exploração das relações de trabalho (ver Stolcke, 1986, pp. 28-31).

período, principalmente através da lavoura cafeeira, também tem nos permitido observar como a intensa literatura desenvolvida durante aquele período e as disparidades entre outros setores sócio-econômicos possibilitaram o surgimento de ações colidentes entre os representantes de grupos políticos que se amparavam num Estado disputado por grupos de interesses heterogêneos, mas nem sempre antagônicos.

Setores urbanos que monopolizavam o comércio de exportação e importação, cujos interesses muitas vezes contrapunham-se aos representantes do setor produtivo, fizeram do Estado um campo de batalhas cujos desejos conflitantes, gerados pela necessidade de acumulação, só seriam amenizadas através de políticas econômicas favoráveis a tais grupos. Tudo isso, por sua vez, fortalecia o Estado enquanto agente a serviço das elites nacionais, mas também testemunhava o enfraquecimento interno das mesmas.

A política coronelística, que marcou as primeiras décadas da República, refletia justamente essa realidade, ou seja, o enfraquecimento do particular em detrimento do fortalecimento do setor público<sup>19</sup>. Contudo, uma situação unânime diz respeito ao trabalhador rural: sua situação real e concreta permanece inalterada durante grande parte do século XX, mas a ideologia criada em torno dele sofreu alterações, principalmente a partir do momento em que ele se tornou elemento descartável para a empresa monocultora.

Sem representatividade no campo político, inclusive a partir da industrialização que vai lançar no cenário nacional os trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais, dentre eles o caipira, são hostilizados e marginalizados na área rural enquanto, simultaneamente, se tornam imprescindíveis para a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno. Mesmo assim, a produção da cultura de subsistência lançada no mercado por aqueles mesmos elementos hostilizados pela ideologia do latifúndio, não impediram que o desenvolvimento do país, com um mercado consumidor forte e desenvolvido, ao mesmo tempo salutar para a reprodução da vida da classe trabalhadora, fosse consolidado, pois não evitou o encarecimento da vida para a maioria da população urbana.

Em se tratando de outras formas de cooptação de braços para a grande lavoura, enquanto ação privada da elite nacional, antes da presença direta do Estado, a imigração faliu por falta de mecanismos e adaptações ao novo quadro de relações do trabalho que se instaurava. O caso do senador Vergueiro na metade do século XIX representou de forma bem caracterizada toda aquela situação.

---

<sup>19</sup> Vários autores tratam dessa realidade histórica. Destacamos José Murilo de Carvalho (1997) e a obra clássica de Vitor Nunes Leal (1986).

Somente com a intervenção estatal foi possível a realização da imigração em massa para o Brasil. A crise no abastecimento de braços para a produção cafeeira devido à crise no regime escravista e a falta de uma política imigratória de trabalhadores europeus, consistente e definida, forçou os grupos políticos nacionais, a partir de noções de progresso e atraso, a voltar suas atenções para uma possível existência de mão-de-obra nacional livre excedente.

A partir daí, as atenções e as políticas nacionais passaram a atuar com o intuito de provocar profundas alterações na realidade desse grupo de trabalhadores livres, sendo que tais práticas moldaram-se sobre valores externos ao próprio grupo a ser cooptado. Assim, buscando inserir, na estrutura fundiária monocultora, muitos pequenos proprietários que deveriam desse modo, se tornar trabalhadores livres em duplo sentido<sup>20</sup>, mas ainda com relações sócio-culturais que permitiram pensar o trabalho como uma prisão. De certa forma um cativo, o exercício da violência e da estigmatização sobre o trabalhador livre nacional foram práticas constantemente desenvolvidas.

Além da visão de progresso, atraso, civilização e barbárie, onde os aspectos negativos predominaram sobre o homem da roça, não aquele elemento inserido no sistema monocultor, ou seja, o fazendeiro senhor de grandes propriedades, termos como vadiagem, preguiça e violência foram cunhadas e marcadas como características inatas do homem responsável pela total realidade de atraso do país, o caboclo. Portanto, para possibilitarem a legitimação de políticas públicas que combateram a realidade do trabalhador rural no período, seja ele dono ou não de sua pequena propriedade, criadas por representantes políticos atrelados, seja por grau de parentesco ou interesses de classe, aos fazendeiros monocultores, somente se tornaram possíveis ao responsabilizarem os trabalhadores nacionais livres pela condição de atraso do país.

Tais fatos permitiram a legitimidade de ação, tanto no plano ideológico quanto material, ambos interligados, sobre esses homens que até então se encontravam obscurecidos, marginalizados e de certa forma esquecidos dentro de uma sociedade escravocrata, mas que, no final do século XIX, se tornaram muito necessários para a supressão da falta de escravos e imigrantes europeus na lavoura cafeeira em franco desenvolvimento. Portanto, embora sempre presentes, afinal, eles foram vistos, percebidos pela empresa latifundiária, foi necessária também a sua absorção, via construção ideológica, como mão-de-obra a serviço dos mecanismos de acumulação em desenvolvimento no país. Para isso, seus valores sociais,

---

<sup>20</sup> Duplo sentido quer dizer livre da posse de sua própria força de trabalho, mas também da sua própria terra cuja posse lhe era devida.

culturais e religiosos foram vítimas de profundas modificações para o novo quadro que a modernização impunha sobre suas condições de vida pré-estabelecidas.

Um interessante estudo sobre o caipira foi desenvolvido por Enid Yatsuda Frederico. Nele, a concepção de trabalho produtivo e trabalho improdutivo vão nortear aquilo que teria sido o elemento conflitante entre o homem do campo, trabalhador livre, e a grande empresa cafeeira durante a crise do abastecimento da mão-de-obra para as lavouras monocultoras. Para essa autora, somente é trabalho produtivo aquele que produz capital e, portanto, apenas pode ser considerado como tal aquele que se fundamenta na produção e na apropriação da mais-valia. Atrelando a lavoura cafeeira em desenvolvimento ao avanço dos processos de acumulação, a inserção de capital internacional na produção, transporte e comércio através do interesse mundial pela lavoura do café, vislumbrar-se-ia pela necessidade de exploração das relações de trabalho para tal finalidade. Assim, a elite política nacional atrelada aos setores da grande lavoura

[...] Olharam o caipira com os olhos de quem busca o lucro e, conseqüentemente, o trabalhador que vian, acostumado a um ritmo de trabalho diverso daquele exigido pela ação rápida do capitalismo, foi chamado de preguiçoso [...] Os olhos que enxergaram o homem do campo estavam já contaminados pelo espírito do capitalismo (FREDERICO, 1991, p. 33).

O caipira representa uma cultura criada com valores voltados para um tipo de sociabilidade cujos pilares estão voltados para a relação entre os homens e o homem e o meio, onde a solidariedade permite a reprodução de uma vida social cuja total base é o mantimento que lhe garante a sobrevivência. Não cabe nesse quadro a criação de noções de mercado e lucro, mesmo que conjunturas relativas à situação da propriedade fundiária nacional permitissem constatar um tipo de economia naturalmente fechada. O sal, por exemplo, no século XIX, para o nordeste paulista, permitiu uma sociabilidade inter-grupal que lançava no mercado o restante dos mantimentos produzidos e necessários à reprodução da vida na cultura caipira. Porém, esse aspecto não rompeu com um traço de isolamento desses grupos quando pensado em circuitos de trocas no interior do país, afinal, se está presente na economia, o caipira estará inexoravelmente atrelado ao abastecimento do mercado interno, portanto, longe dos interesses do Estado estruturado para o sistema de *plantation*. Portanto, um tipo de vida assim definido não deveria ser afeito ao lucro, não desenvolveu uma estratificação social em seu interior, e qualquer tipo de transformação ocorrida poderia representar o seu próprio fim (CANDIDO, 1979, pp. 36-86).



A desigualdade social no mundo rural só existe quando o fazendeiro voltado para a estrutura monocultora está presente, estabelecendo uma relação de tensão social principalmente em momentos de profundas transformações como a existente a partir da segunda metade do século XIX. É necessário notar, por sua vez, que o caipira, enquanto representante de uma cultura baseada em estreitos laços de sociabilidade “horizontais”, lavrou sua terra de modo a garantir sua própria sobrevivência. Caso contrário, não existiria sua vida grupal, sua cultura. Ele inclusive produziu para o mercado, mesmo não sendo este um traço marcante de sua estrutura produtiva.

Os caipiras trabalharam, suas vidas lúdico-religiosas costuravam uma teia de relações sociais que permitiram a sobrevivência de sua cultura ao longo da História nacional. Já vimos também que o estigma da preguiça não foi cunhado pela elite nacional para ser usado apenas sobre o caipira, mas sim todos aqueles resistentes à cooptação como mão-de-obra a serviço da lavoura cafeeira, curvada para o mercado, sendo dele fruto.

Além dos representantes políticos, a literatura nacional, tida como carro-chefe de uma representativa intelectualidade que buscou definir e apontar os rumos do desenvolvimento das ciências humanas no Brasil, situou no epicentro das discussões políticas os problemas e as soluções para o Estado brasileiro durante o início do contexto republicano (CANDIDO, 1967, p.156). Como temos visto, a relação entre política e pessoas que pensavam a realidade nacional durante a modernização, quase sempre mantiveram uma distância entre si, com poucos momentos de intersecções e diálogos que delineassem um aspecto de consenso entre as partes envolvidas. Porém, em ambos, o olhar sobre o caipira foi constantemente deformado por uma ideologia atrelada a valores que não correspondiam a sua própria realidade.

Buscar entender o caipira, suas motivações e as formas de enxergar o mundo, foi algo distante da produção literária e legislativa do período. Mudar as estruturas e impor tais mudanças não da base, mas do topo das decisões onde a representatividade política não assimilava a grande maioria da população, resultou nessa deformidade cultural que envolveu grande parcela da população brasileira do período ligada ao setor rural. Assim, nas últimas décadas, vários têm sido os autores que tratam a realidade nacional do início do século XX com um caráter de permanência referente ao plano ideológico estabelecido para a legitimação de políticas ofensivas sobre as relações de trabalho em desenvolvimento naquele momento.

Quando esses autores incluem o caipira, notamos certa permanência dos estigmas criados, tais como violência, preguiça e vadiagem. Nesses debates, visões e trabalhos sobre a realidade do mundo rural com as transformações do trabalho e na legislação sobre a

propriedade da terra, quase sempre vão marginalizar o pequeno produtor, quando muito não o negarem ao darem-lhe um valor insignificante no processo produtivo da agricultura nacional.

Neste trabalho, uma das formas que nos possibilitam buscar uma (re)análise do pequeno produtor no cenário agrário nacional, no caso aqui exposto a região nordeste do Estado de São Paulo, abre-se ao conhecimento historiográfico a partir do momento em que a fala desses representantes passaram a ser escutadas. Por ser um breve período de grandes transformações, ainda hoje elementos que viveram na primeira metade do século XX e trabalharam com a terra, onde se identificam traços de uma cultura caipira, estão (sobre)vivendo nas pequenas cidades do nordeste paulista. Muitos deles que foram para a vida urbana fizeram parte daqueles que foram expulsos pelo latifúndio em franca expansão naquele período.

Mas, dentre os trabalhadores livres nacionais, alguns resistiram e somente abandonaram sua vida na roça com a mecanização do campo e o êxodo rural resultante de tais transformações ocorridas na segunda metade do século XX. Desse modo, quando falamos que nosso interesse é analisar o cotidiano da roça a partir da ótica dos próprios pequenos proprietários, queremos com isso dizer que nosso objetivo é dar voz a esse passado ainda vivo na memória dos testemunhos daquela cultura específica.

Vida do homem inteiro, ou seja, (na forma como) o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. O funcionamento de todos os seus sentidos (capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias, ideologias, etc.) não em toda sua intensidade (HELLER, 1985, p. 28).

A partir dessa perspectiva, e na forma como os trabalhadores rurais, os caipiras de São Paulo, foram vistos e apontados pelos escritos da época, podemos fazer um estudo sobre as possíveis formas de resistência criadas na roça. Assim, ao vermos as elites nacionais fazendo uso da legislação, com leis de combate à vadiagem, ou de uma literatura nacional impregnada de valores voltados para a acumulação, é possível afirmarmos que aqueles homens resistiram à incorporação nas novas relações de trabalho ao perceberem, em diferentes graus, a realidade com a qual lutavam.

Mesmo derrotados, afinal, nos dias de hoje a questão agrária consolidou sua completa inserção no mercado internacional, voltando suas costas inclusive para a mesa do trabalhador brasileiro, longe estaríamos de negar uma possível resistência silenciosa por parte daqueles que olhavam o trato com terra como se enxergassem as suas próprias vidas.

Identificando pessoas que fizeram parte de uma História em determinado período no meio rural do nordeste paulista, foi possível notar certos traços de uma tradição que insiste em

ficar. Uma forma de resistência que nos leva a pensar nas mudanças impostas pelo mercado, na coisificação do homem, sem necessariamente romper com laços culturais estabelecidos antes mesmo da modernização imposta em meados do século XIX, e legitimada por setores urbanos não necessariamente ligados a essa situação de conflito que passou a vigorar em todo território nacional.

Pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente falando se não dispõem dos meios tacitamente exigidos, a começar por um certo hábito [...] se o habitat contribui também para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer (BOURDIEU, 1997, p.165).

Dos hábitos e costumes emerge um modo de vida que se consolida através de uma cultura específica. Pensando a terra enquanto habitat, a cultura caipira provavelmente não sobreviveria em situação alguma onde a terra se tornasse algo desgarrado do homem que nela está integrado. Assim, uma espécie de simbiose entre o homem e a natureza é o que vai permitir o surgimento e a manutenção desta cultura.

Com a Lei de Terras de 1850 e a produção monocultora estruturada sob a necessidade de massas de trabalhadores, o meio rural foi expulsando cada vez mais de si aquele elemento que estava arraigado a terra e que a partir dela realizava sua sobrevivência material e espiritual. Nesse quadro, a cultura caipira também se mostrou frágil perante as modificações estruturais que são impostas por elementos que em momento algum pensaram a terra (meio) enquanto habitat a ser habitado, mas sim a retirarem o seu lucro.

Adotando o método da História Oral<sup>21</sup> para a realização de coletas de entrevistas de antigos moradores rurais na região de Cristais Paulista-SP, antigo *districto de Crystaes*, nos deparamos com indivíduos que mantêm costumes e visões de mundo herdadas intergrupalmente através de sucessivas gerações, onde o acesso à escrita, mesmo presente, muitas vezes não foram determinantes em suas ações e relação com o meio. Entre seus ancestrais, o seu acesso foi praticamente inexistente. Naqueles homens, encontramos traços e comportamentos que nos permitem refletir acerca de uma possível identificação com traços da cultura caipira.

Para uma maior compreensão, um parêntesis. Muitas das atitudes que nós, enquanto pesquisadores, testemunhamos, foram interessantes e acreditamos serem relevantes para

---

<sup>21</sup> Aqui estamos nos referindo ao processo de coletas de entrevistas, que consiste basicamente em um projeto de trabalho, roteiro de entrevistas, catalogação de indivíduos possíveis na colaboração das fontes. Em seguida, a realização das entrevistas, sua transcrição e por fim a análise do material produzido. Ver José Carlos Sebe Bom Meihy (2002).

apontarmos como um simples trato os caracteriza enquanto grupo, mesmo hoje distantes do contexto rural que caracterizava um estilo de vida rústica. Em uma dessas atividades para a coleta de entrevistas, tínhamos sempre por método, antes de as realizarmos, fazermos uma visita breve e prévia para aqueles que possivelmente viriam a contribuir com seus relatos, colocando-os como partícipes do projeto após nos receberem. Nesse sentido, ouviriam nossa intenção, sentido e objetivo do que seria realizado caso fosse aceita a proposta, sempre ao lado de um intermediador no diálogo que possibilitasse uma aproximação amistosa e sem percalços para que o indivíduo não levantasse qualquer tipo de obstáculo ou impedimento em relação ao pesquisador. Portanto, este intermediador, servindo como ponte entre o pesquisador e ligado afetivamente ao depoente, facilitaria romper com possíveis desconfianças e receios em torno de nossa proposta.

Após esse esboço sobre a coleta de entrevistas, em um dos casos de busca de colaboradores, partimos para uma pequena propriedade onde fomos recebidos na porta da casa pelo homem da família. Ela era composta por quatro elementos, dois filhos homens, ambos tinham abandonado a vida na roça e foram incorporados ao mercado de trabalho assalariado na cidade. Com 76 anos, morava na roça apenas com sua esposa, viviam de uma aposentadoria obtida a partir da prestação de um serviço para um fazendeiro próximo à região de seu sítio. Este, era uma propriedade herdada pelo avô que tinha uma fazenda e desconfiado dos filhos por achar não gostarem de tratar a terra e receoso sobre sua possível comercialização, resolveu doar em testamento para os aproximadamente 60 netos que possuía. A família estava estabelecida no local desde o início do século XIX, fazia parte de migrantes mineiros, aonde muitos deles que chegavam à região obtiveram a posse da terra legalizada por doação de sesmaria. Assim, por herança familiar, a fazenda, oriunda de uma sesmaria não maior que três léguas<sup>22</sup> transformou-se em dezenas de pequenas propriedades estruturadas no regime de trabalho familiar.

Nas duas primeiras visitas, não mais adentramos que a sala de estar da moradia, construída em 1901 pelo avô, segundo seu relato. No interior da residência, com amplas salas, cujo perfil aponta ser um local habitável para uma família bem numerosa, todo o madeiramento foi retirado da própria fazenda e ainda está intacto, tamanha qualidade do

---

<sup>22</sup> Após o período pombalino e o Morgado de Matheus no final do século XVIII, a política metropolitana buscou racionalizar a ocupação territorial no Brasil como mecanismos de maior exploração da terra. Assim, as novas doações de sesmarias foram delimitadas a tamanhos que variavam entre 0,5 e 3 léguas. Antes, houveram concessões de dez, vinte e até cem léguas. A região que focamos nossos estudos só foi ocupada de forma consistente por migrantes mineiros a partir do século XIX. De tão confusa se deu a ocupação territorial durante a colônia que, paradoxalmente, em meio a um deserto de gente, em 1822 não havia mais terras a serem distribuídas (FAORO, 2001, pp.460-471).

produto. Os alicerces foram construídos com gigantescas pedras transportadas em carros-de-boi a uma distância de aproximadamente dez quilômetros e as paredes ainda são de pau-a-pique.

Segundo estudos da cultura caipira, o espaço social caipira é delimitado inclusive dentro da casa, sendo a sala de estar um espaço masculino e próprio para receber o elemento externo. Somente na terceira visita fomos apresentados à esposa que em todos os dias de nossas visitas precedentes estava em casa. “Coincidentemente”, somente na terceira visita conhecemos a cozinha da casa e seu quintal, espaço tipicamente feminino que de certa forma poderia refletir uma tênue, mas existente, relação amistosa e afetiva com o depoente. De certo modo, ser colocado no espaço feminino, tipicamente excludente do convívio social externo aos bairros rurais que habitavam, denota uma alteração no trato entre as partes envolvidas. Daí a oferta do café, leite e pão-de-queijo fabricados pela esposa, fatores de honra e satisfação em demonstrar muitas vezes o fruto do trabalho na roça.

À exceção do café, curiosamente, praticamente todo o produto usado no fabrico do alimento oferecido derivava do próprio sítio. Nele, apesar de não ser trabalhado constantemente pelo entrevistado devido principalmente à sua idade, mas que garantiu não abandonar suas terras mesmo não tendo mais seus filhos por perto para o auxílio no trabalho, derivados do leite, galinhas, ovos, milho, água de mina, hortaliças, frutas e carne bovina ainda eram produzidos por eles para o próprio consumo. Segundo seu relato, comercializavam muito pouco esses produtos. Além do arroz, que deixaram de plantar por volta dos anos de 1970, o mutirão não era praticado mais pelo fato da região estar despovoada, dificultando ainda mais a realização de tarefas com a terra. O milho, produto de alto valor calórico, muito importante para o pequeno produtor e que tinha várias funções, dentre elas alimentar animais, homens e ter sua palha para o enchimento de lençóis que serviriam como colchões para o dormitório dos indivíduos, além de servir para o cigarro de palha, mas eles não fumavam, ainda era cultivado em pequena escala. Esse talvez seja um produto marcante em todo tipo de cultura social baseada na fabricação de mantimentos, por ser substancial para a manutenção de certo modo de viver, como o de tradição caipira.

Mesmo pensados individualmente, outro aspecto cultural que testemunhamos foi em relação à forma como muitos depoentes nos exigiam uma apresentação como forma de identificação. Puderam transparecer espontaneamente uma visão de mundo onde a família nuclear patriarcal ainda marcava a origem e valor do indivíduo. Sabemos que a cultura caipira é estruturada no trabalho familiar, onde diferentes gerações entre diferentes famílias podem se familiarizar ao tomarem conhecimento das raízes de onde derivam os sujeitos. Assim, o

indivíduo é inserido socialmente de acordo com a sua origem familiar, que muitas vezes é valorada de acordo com a produtividade do trabalho realizado na lavoura.

O primeiro interesse deles sobre o pesquisador foi em relação ao parentesco. Repetiu-se muitas vezes ao longo dos estudos e entrevistas realizadas a questão sobre nossas origens, “*you are the son of whom?*”. Assim, o pertencimento ao grupo e a identificação a partir da paternidade refletiu toda uma estrutura nuclear e patriarcal da família como valor social e identitário. A sua incorporação a outros grupos sociais dependia, assim, do passado local construído ao longo do tempo pela família da qual o indivíduo é descendente. Concomitantemente, mostra que traços de parentesco e proximidade estabelecida pelo compadrio estavam se perdendo ao longo do tempo justamente pela necessidade de tal identificação, pois atividades como o mutirão, sabemos, permitia uma total integração entre vizinhos para a realização de tarefas coletivas, tanto para as terras dos núcleos envolvidos, quanto para obras como estradas, construção de igrejas, etc.

Ao longo de nossa infância na cidade, por sermos originários do local, foi-nos possível testemunhar entre os idosos sempre esse mesmo tipo de trato, “*Fulano, filho do José*”, ou “*Maria do Fulano de tal*”. Isso foi interessante poder observar porque, mesmo com idade avançada, hábitos e gestos ainda correspondiam a um jeito de viver paralelo aos homens do passado. As gerações que se seguiram abandonaram essa tradição, ou a remodelaram. Com isso, hoje nomes são associados ao elemento materno, aos avós, numa nítida percepção de alteração na estrutura familiar tanto na área urbana quanto rural. A família, pensada no contexto da cultura caipira, era identificada pelo seu maior representante, ou seja, o pai. Ela, por sua vez, garantia sua reprodução numa bem delimitada divisão sexual do trabalho que definia inclusive os espaços de convívio social ocupados pelos seus integrantes, como pudemos observar.

Segundo Verena Stolcke, os mecanismos de exploração nas relações de trabalho estabelecidas no regime de colonato, que predominaram ao longo do século XX nas fazendas de café, também tiveram por base o trabalho familiar. Para ela, esse modelo de família nuclear patriarcal tradicional não foi abalado com o avanço da lavoura cafeeira, pelo contrário, foi incorporado na forma de trabalho em regime de colonato que permitiu o surgimento de verdadeiras massas de trabalhadores em unidades familiares. Por isso, a família, pensada em unidade produtiva, quanto mais numerosa, mais capaz de proporcionar rentabilidade ao fazendeiro seria capaz, seja no café ou na lavoura de alimentos. Além disso, ele tinha como contratado o cabeça da família e não o grupo que ele representava.

Foi esse fato que unificou os salários não-monetarizado resultantes do trabalho familiar em regime de colonato. Desse modo, nada mais interessante para a elite cafeeira, já que por outro lado o fazendeiro era individualizado. Portanto, se de um lado havia o fazendeiro recebendo metade da produção dos cafezais, por parte da família de colonos a outra metade, pensada individualmente caso fosse dividida igualmente entre seus indivíduos, teria que ser (re)dividido entre os vários trabalhadores que a compunham. Sendo assim, para o fazendeiro, família numerosa era reflexo de maior possibilidade de exploração nas relações de trabalho. Também é válido destacar que esse modelo de família, segundo a autora, não foi fruto da Revolução Industrial.<sup>23</sup> Nesse quadro das relações de trabalho, as mulheres em nenhum momento eram cabeças de família por opção, principalmente pela dificuldade de sobreviver em termos materiais e ideológicos no contexto sócio-cultural estabelecido (STOLCKE, 1986, pp. 347-389).

Todas essas discussões sobre a realidade vivenciada pelo homem do campo permitem-nos ora aproximarmos de determinados autores para estabelecermos um debate, ora para conflitarmos diferentes perspectivas sobre aquela mesma situação, mas também para buscarmos uma possível compreensão acerca dos interesses que moveram tanto a produção literária da época, de pesquisas recentes e também das ações do Estado em relação à criação de leis que redefiniram manobras que pudessem solucionar questões estruturais de nossa economia ou, principalmente, atuar no sentido de manter as estruturas coloniais que perduraram acerca da questão agrária. Assim, acreditamos ser também possível visualizar o homem tradicional do campo, suas ações, intenções e motivações ao longo da História brasileira. Ao mesmo tempo, tentar poder detectar conflitos e crises ocasionadas por interesses privados dentro e fora das esferas de ação do Estado, pensado enquanto elemento institucionalizado criado para o desenvolvimento da nação, portanto, de todos os grupos representantes dela, dentre as quais os trabalhadores rurais, donos ou não de sua propriedade.

Tendo como referência os estudos realizados por Antonio Candido, principalmente em sua obra *Parceiros do Rio Bonito* (1979), buscaremos descrever a estrutura agrária que se consolidou na região do município de Cristais Paulista-SP ao longo do tempo, antes mesmo do surgimento da sua vida urbana, para em seguida traçar um perfil dos antigos moradores da sua região rural, localizada no nordeste paulista, de modo a permitir um confronto analítico com a perspectiva do autor, principalmente quando o mesmo faz todo um mapeamento dos

---

<sup>23</sup> Se não é fruto da indústria, portanto do movimento migratório para as cidades, a relação com a natureza pode ter influenciado a relação entre representantes da família e homogeneizado sua estrutura de modo a garantir sua própria sobrevivência.

paulistas desde o período colonial e seu posterior estabelecimento ao longo dos caminhos abertos pelos mesmos em direção ao interior do país. Além disso, pensando na visão estigmatizada, um tanto negativa, seja na produção historiográfica quanto na literatura, tendo os conceitos de vadiagem e preguiça como marcas do caipira, muitas vezes uma inverdade, carregada de estereótipos que se desenvolveram durante o período de modernização do interior paulista a partir do final do século XIX, com o tripé: ferrovias, imigração e cafeicultura, a obra de Antonio Candido nos norteia para uma visão crítica sobre a realidade do antigo morador do meio rural paulista.

Apesar de já esboçarmos uma discussão nesse sentido, reforçamos que a nova perspectiva que se abre em nosso trabalho visa, através do uso da memória dos antigos habitantes da região, apontar experiências concretas do cotidiano na roça, seus valores e significados a partir da voz de quem viu, viveu e testemunhou as ações praticadas por aqueles homens outrora reprodutores da vida tradicional na região. Por fim, adotando a perspectiva do uso da oralidade para compreender a realidade vivenciada pelos antigos habitantes da roça no nordeste paulista, nos aproximamos mais uma vez do autor citado, pois sua obra foi realizada no mesmo período para o qual voltamos nosso olhar, cuja metodologia, através da análise do meio e do uso da memória a partir da coleta de entrevistas, aproxima-se dos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo dentro dos estudos da sociedade rural paulista desde sua fase colonial.

Além disso, temos presenciado autores como Verena Stolcke, Maria Isaura P. de Queiroz, José de Souza Martins, Caio Prado Junior, entre outros, que levantaram questões para estudos ainda a serem realizados sobre o trabalhador nacional livre, dentre eles o caipira, como a persistência cultural de um estilo rústico na vida desses homens, enfim, pontos que coincidem com nosso interesse de estudo.

Sem denotarem situações que envolvem leituras estigmatizadas sobre o caipira, tais autores levantaram questões que tangenciam nosso trabalho, e isso nos norteou para uma maior compreensão do homem da roça, habitante de um sertão, aqui compreendido como uma região escassa de povoamento durante certos momentos de seu passado e que se caracterizou por um grande isolamento geográfico.

Assim sendo, consolidar-se-ia no nordeste paulista a construção de uma possível cultura caipira? Como pensar a cultura caipira historicamente, diante dos processos de transformações temporais? O que vem a sê-la de fato? Mesmo pensando na questão de “transporte cultural” ocorrido através das migrações para a região ao longo do período colonial, um possível enraizamento nos permitirá identificar traços de um tipo de vida



específico para a região? Numa sociedade onde o acesso à escrita é praticamente inexistente durante quase todo o período, a tradição oral possibilitará identificarmos marcas ou traços de um tipo de vida distante através das sucessivas gerações, mas que poderiam ser transmitidas inter-grupalmente ao longo do tempo? Mesmo com a chegada dos cafezais e a integração da região ao quadro modernizante imposto pelos trilhos ferroviários no final do século XIX, será possível percebermos um tipo de resistência cultural passiva em meados do século seguinte, quando já consolidada a República? Todas essas questões serão as diretivas de todo o nosso trabalho sobre a região analisada, apesar de já antecipadamente sabermos do limite de nossa compreensão, capacidade e da multiplicidade e amplitude dessas questões postas. E que não serão totalmente respondidas.

## 2.2. A cultura caipira e as culturas caipiras

Orgulhosos por força da nobreza de seus descendentes, animados pelo espírito de liberdade selvagem que caracteriza a raça americana, espírito herdado do sangue materno, acostumados a ser obedecidos por numerosos escravos, passando grande parte da vida nos desertos, longe de toda a vigilância, os paulistas nunca foram um povo submisso [...] Quando se toma conhecimento do itinerário das intermináveis incursões dos antigos paulistas, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 14)

Antes de tratarmos exclusivamente dos resultados obtidos através da memória, via História Oral, dos antigos moradores da zona rural do antigo *districto de Crystaes* (1910-1958), torna-se necessário retomarmos aqui alguns pontos que nos levaram às discussões anteriores: o homem do campo que apresenta traços da cultura caipira tendo como referência principal Antonio Candido e sua obra *Parceiros do rio Bonito*. Apresentá-lo de uma forma mais ou menos próxima daquilo que o autor trata, mas sem perder de vista as singularidades que o nosso trabalho possa apresentar a partir de análise de fontes orais, documentos escritos que em âmbito geral nos apontam entendimentos para as formas de ocupação e estabelecimento de homens na região do *certam do rio Pardo*, mais precisamente na altura do atual município de Cristais Paulista-SP, desde o início do século XIX. Em seguida, buscar identificar no homem da roça, a partir da institucionalização do distrito, traços de uma cultura rústica sobrevivente às investidas dos diferentes processos colonizadores pelos quais passaram a região durante aquele período.

Sem a participação de antigos moradores da zona rural da região, nosso interesse de estudo estaria à mercê de fontes documentais e bibliografia que marginalizam de forma quase unânime, caricaturizam e muitas vezes apresentam aspectos sócio-culturais distantes da realidade com a qual nos deparamos. Com isso, torna-se lícito apresentarmos algumas contradições que têm sido muitas vezes demonstradas pelos trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas por diferentes autores que se interessaram, principalmente, com as constantes alterações estruturais ocorridas na roça desde a implantação da Lei de Terras de 1850 e que perpassa pela política imigratória após a Abolição. Em seguida, adentrando o período de mecanização do setor agrário, com o desenvolvimento de legislação nas relações de trabalho após o colonato, ou seja, pelo conseqüente êxodo rural impulsionado pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Quando nos referimos às possíveis e reais contradições, longe estamos de apontar juízos ou equívocos na produção do conhecimento acerca da vida do homem no campo, cujo perfil a nos interessar neste trabalho é baseado numa estrutura de trabalho familiar, na pequena propriedade de onde os indivíduos que a ela pertencem retiram sua própria sobrevivência, numa tênue e instável relação entre homem e meio, onde misticismo e religiosidade se misturam. Sem contar a permanência de laços sociais que garantiam uma mínima sociabilidade entre vizinhos, nas quais muitas vezes permitiram a reprodução da vida entre seus pares através de uma tênue rede de solidariedade.

Em vários momentos, muitos autores que trabalham com dados empíricos apontam que o acontecimento, quando visto de fora, com um olhar dominado por uma ideologia colocada além de uma visão crítica do cotidiano enfrentado pelos diferentes grupos sociais, permitem que toda essa realidade seja, e muitas vezes ainda continue sendo, deformada por autores que partem de uma investigação onde a fala oficial retirada das fontes documentais não permitem uma leitura real sobre a mesma.

Se todos os historiadores são unânimes em reconhecer o fato em si, cada um vê esse fato, apresenta-o ou explica-o à sua maneira [...] O problema não é a mentira, nem a tendência de uma ação política, mas a análise da deformação do conhecimento histórico que se produz para além da consciência do historiador, apesar das suas intenções e aspirações (SCHAFF, 1983, p.10 e 12).

A questão que estamos apontando, portanto, localizada além de intenções das diferentes escritas dos historiadores ou estudiosos em geral da cultura caipira, tende a demonstrar como o homem do campo enxergava a si próprio dentro de um contexto abalado constantemente pelas intervenções estruturais tanto do Estado brasileiro, representado por

uma elite nacional fragmentada nos seus interesses e que não possuía ao longo do processo de modernização um homogêneo objetivo político e econômico, e a reestruturação do mundo rural também impulsionada pelo avanço do processo de acumulação durante o período imperialista em desenvolvimento na Europa no final do século XIX.

Já vimos anteriormente como a literatura e a fala oficial das elites nacionais representando os interesses do mercado retratavam o trabalhador livre nacional, e como em muitas vezes se contradizia sobre os rumos a serem tomados pelo país no limiar da República em direção ao tão desejado progresso. Assim, todos os documentos e escritos do período ainda têm servido de base empírica para vários autores dos últimos anos que se interessam pela crise de braços para a lavoura durante a substituição de mão-de-obra em fins do século XIX.

Nos dias atuais, a visão caricatural e estigmatizada acerca desse mesmo trabalhador livre nacional tem sido reproduzida, inclusive pelas instituições educacionais do país, através de obras como o personagem lobatiano Jeca Tatu. Entretanto, longe estamos de negar traços psicológicos que denotem um comportamento adverso ao buscado pelo cafeicultor, carente de braços para sua lavoura ao longo da transição das relações de trabalho, mas o típico caipira de Monteiro Lobato em si, muitas vezes subsidiado pela fala oficial naquele período, silenciou uma realidade vista e pensada em seu conjunto, ou seja, através de fatos que nos permitam uma leitura do contexto onde o grupo em questão tivesse sua própria voz.

O uso de fontes orais com metodologia de trabalho em História alarga a perspectiva de escrita do historiador ao agregar nova documentação para sua análise, e no caso em questão, sem necessariamente por isso nos forçar a uma opção possível, nem sempre verdadeira, de legitimar a ação de determinados grupos dentro de uma luta de classes e assumir, desse modo, uma visão acrítica ou tendenciosamente exacerbada dos acontecimentos.

O homem é produto da evolução da natureza e do desenvolvimento da sociedade. Se o isolamos do seu contexto cultural e social, torna-se impossível compreender o homem, mesmo sob o único aspecto das suas determinações naturais, pois estas são o resultado de uma evolução sobre a qual o fator social exerce também a sua ação [...] O sujeito transforma as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua em que pensa, pela mediação da sua situação de classe e dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes ou subconscientes e, sobretudo, pela mediação de sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa (SCHAFF, 1983, pp. 81, 82 e 83)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Autores como Paul Thompson, Meihy, Antonio Carlos Montenegro, Verena Alberti, Marieta de Moraes Ferreira, entre outros, tem desenvolvido extensas pesquisas voltadas para a História Oral. Além desse caminho, Eclea Bosi, Maurice Halbwachs, Henri Bergson, Pierre Jeudy e Jean Marie Gagnebin produziram boas discussões sobre memória tendo como ênfase a perspectiva testemunhal.

Ao longo desse trabalho, vimos percebendo como o caipira foi deslocado do seu contexto sócio-cultural. Não foi sem intenção que iniciamos essa discussão sobre cultura caipira com a fala do viajante francês Saint-Hilaire, em 1819, sobre os paulistas, justamente para levantarmos a produção do conhecimento sobre o homem rústico regional ao longo do tempo. Muitas vezes, esses deslocamentos do caipira pelos trabalhos realizados poderiam ser descritos como erro da modernização em explicar o passado separado do seu contexto particular, como se fosse parte integrante do contexto contemporâneo (SCHAFF, 1983, pp. 260-263).

Adam Schaff, tateando a escrita da História propriamente dita, permite-nos uma visão crítica sobre as afirmações que expomos quando discute a produção da História Econômica da Revolução Francesa ao longo do tempo e seus embates teóricos entre as diferentes correntes historiográficas. Tratando-se de diferentes e divergentes autores, descreve obstáculos e intenções presentes na visão destes sem, contudo, apontar a questão propriamente da mentira, ou deformação dos fatos como uma ação intencional.

Pensando na cultura caipira e suas raízes, nosso marco reflexivo sobre o que vem a ser o caipira inicia-se a partir desta preocupação. Tal ponto de partida justifica-se por buscarmos compreender e analisar em nosso trabalho o cotidiano do mesmo indivíduo dentro de diferentes visões, para em seguida apontarmos nossa leitura ao recorrer às lembranças de muitos desses homens e mulheres que tiveram suas vidas construídas dentro do espaço rural paulista, mais precisamente na região do antigo *districto de Crystaes*.

Nesta região, antigo trecho do caminho que integrava a vila de São Paulo ao interior do Brasil, os viajantes, principalmente paulistas, na sua fase colonial, iam e vinham pela estrada, transportando mercadorias como gado, sal e indígenas capturados ao longo de suas empresas durante praticamente toda aquela fase. Assim, chegaram a descobrir as minas de Goiás, estabelecer pousos e, principalmente, promover o processo de mestiçagem entre brancos e índios. Nesse processo, uma população rústica embrionariamente se consolidava pelo interior do Brasil, isolando-se e criando um tipo de vida próprio e adequado às necessidades reais que o meio lhe impunha.

Dessa harmonia entre o homem e seu meio selvagem nasce uma inventiva fértil e pronta, uma imaginação sempre alerta, uma atenção quase divinatória, que para o civilizado parece atingir os limites do miraculoso [...] Entre esses moradores da floresta é uma questão de vida ou de morte o saberem a qualquer momento tirar deduções precisas do aspecto do céu, do lado ensombrado das árvores, do vôo das aves, do passo dos animais e, sobretudo, dispor de uma

acuidade de sentidos que ultrapassa qualquer raciocínio (HOLANDA, 1957, p. 78-79, apud Wiffen).

Indo e vindo, os paulistas foram consolidando pela região entre a vila de São Paulo e as regiões mineradoras do interior do país um tipo de cultura singular. No entanto, difícil seria apresentar dentro do período colonial, perante a mestiçagem, os caminhos e o tipo de vida, uma dicotomia entre o morador da vila e o típico homem do meio rural, já que a mobilidade espacial também é uma de suas características.

Nenhuma dificuldade há em distinguir os habitantes da cidade de São Paulo do das localidades vizinhas. Estes últimos, quando percorrem a cidade, usam calças de tecido de algodão e um grande chapéu cinzento, sempre envolvidos no indispensável poncho, por mais forte que seja o calor. Denotam seus traços alguns dos caracteres da raça americana; seu andar é pesado, e tem um ar simplório e acanhado. Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela alcunha injuriosa de **caipiras**, palavra derivada provavelmente do termo **corupira** pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas (SAINT-HILAIRE, p. 171)<sup>25</sup>.

A cultura caipira, a partir do século XIX, distante se encontraria da efêmera observação dada pelo viajante francês, tamanha as complicadas formas culturais que envolveria os diferentes grupos sociais do interior do país. Mas, o mais interessante a se observar é como as falas entre os autores se chocam. A vida do paulista era voltada para a floresta, mesmo habitando a vila, seu interesse e objetivo era a captura de índios, descoberta de metais preciosos, atividades que ocupavam praticamente toda a sua vida. O local de atividade, portanto, onde lhes permitia o aprendizado acerca do meio, era justamente o interior, a floresta (HOLANDA, 1957).

Antonio Candido segue a mesma linha de raciocínio ao apresentar o caipira como representante de uma cultura baseada na estrutura familiar patriarcal, com traços de uma religiosidade popular, cujo cotidiano é o trabalho na roça, juntamente com a caça e a pesca. Laços de solidariedade marcaram a vida de vizinhança, abrindo roças, pastos, estradas, onde um socorro mútuo no tempo da colheita era a garantia da própria sobrevivência, totalmente baseada no ciclo agrícola. Assim, vimos como o viajante francês via o homem rústico, sem buscar compreendê-lo internamente dentro de sua própria organização social. Além disso, é interessante observar a nítida dicotomia presente em Saint-Hilaire quando retrata o paulista como representante de uma “raça de gigantes” e o caipira como um elemento marginal em um espaço temporal cujas transformações em movimento são lentas.

---

<sup>25</sup> Grifo nosso.

Podemos também destacar que a análise de vestígios e escritos sobre cultura caipira a caracterizou de forma fluida, por não se apresentar completamente delimitada em determinada realidade social e temporal de determinado grupo. De outro modo, ela deveria comportar certa diversidade dentro de si mesma, influenciada principalmente pelos espaços geográficos heterogêneos em que ela se reproduziu. Além disso, fugindo da miscigenação racial do caipira em terras paulistas, tradicionalmente influenciada pelas presenças do índio e do branco, pelo interior das regiões apresentadas anteriormente, onde delimitamos o espaço vital dos caipiras, um tipo caboclo e branco também apresentou traços dessa mesma cultura. Portanto, o que definirá a problemática tenderá a apoiar-se na relação entre homem e meio como definidores de singularidades grupais dentro do contexto cultural esboçado, sem perder de vista o momento em que é realizada essa análise, principalmente por se tratar das mudanças no meio rural paulista entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, um período tenso e de constantes rupturas no meio rural.

O período delimitado que marca certa produção acadêmica sobre o meio rural brasileiro de forma consistente, mas ao mesmo tempo problemática, atende às sentidas percepções de alterações não somente do quadro econômico, mas também na organização social dos trabalhadores rurais do país, de certo modo a ela vinculados. Além disso, existe aqui a preocupação em situar no seu epicentro a realidade caipira, afinal, a cultura por ele representada ainda esteve presente na área rural paulista neste período, pelo menos com alguns de seus vestígios.

Além de nossa visão sobre a escrita desses trabalhos, inserimos algumas questões que constantemente nos foram surgindo a partir desse levantamento bibliográfico. Segundo Carlos Rodrigues Brandão, preocupado com as diferentes versões acerca do caipira, fica demonstrado que existem

[...] diferenças entre os escritos de viajantes e cronistas sobre os habitantes rurais da província de São Paulo com o que se faz recentemente sobre o mesmo tipo humano. Com menos pressa e preconceitos procuram agora compreender não só os trabalhadores caipiras, como também outros tipos de sujeitos subalternos de enxada e arado que primeiro os acompanharam e, depois, começaram a substituí-los: o sitiante, o camarada, o colono, o bóia-fria (BRANDÃO, 1983, p.8).

Segundo o autor, uma das oposições que marginalizam o caipira está vinculada ao embate existente entre campo e cidade. Até mesmo em muitos trabalhos acadêmicos desenvolvidos a partir da década de 1960, os vestígios deixados a partir de fins do dezenove ainda se apresentam vivos e presentes como fantasmas a ameaçarem a consciência ainda

formatada para certa submissão perante uma ideologia metamorfoseada pela elite rural que desde o final do Império e as mudanças em movimento naquele momento tinha seus representantes nos grupos políticos. Desse modo, notamos na obra desse autor uma contextualização que nos remete aos aspectos da modernização imposta na região paulista no final do século XIX, interligada principalmente às noções de atraso econômico do país. Mais uma vez reforça-se a perspectiva do Jeca-Tatu. Comparado ao cidadão livre do trabalho com a terra,

[...] o caipira sai dito pelo que não é e adjetivado pelo que não tem. Ele é ponto por ponto a face negada do homem burguês e se define pelas características que de longe a cidade faz dele, para estabelecer, através da própria diferença entre um tipo de pessoa e a outra, a sua grandeza. Separado do trabalho e de uma cultura derivada de um tipo de trabalho, o caipira paulista define-se primeiro por ser naturalmente do lugar onde vive: o campo, a roça, o sertão, a mata, o lugar oposto à cidade. É quem não mora em povoação e, portanto, aquele que não possui o preparo e as qualidades do homem da cidade, o civilizador; de quem a seu modo o caipira escapa, tanto quanto o índio, e mais do que o negro. Se o seu lugar de vida é o contrário do da cidade e o seu trabalho é invisível, por ser o oposto ao da cidade, o seu modo de ser e a cultura são o oposto do que a cidade considera 'civilização', 'civilizado'. Por isso, a meio caminho entre o bugre e o branco, o caipira, caboclo é ignorante, sem trato, ou seja, sem aquilo que, ao ver do tempo, apenas a distância do cativo da terra pode atribuir ao homem de trato, o senhor e seus emissários (BRANDÃO, 1983, p. 12).

A ideia modernizante que caracteriza as relações de mercado e sua penetração no interior com os trilhos ferroviários foge às realidades do interior até então existentes. Principalmente quando assimilada por elementos de uma elite intelectual e política que vai se formatando as mudanças em andamento no início do século XX. Além disso, esse mesmo ato de assimilar, importar hábitos e costumes não impediu que as estruturas agrárias se fortalecessem, fato refletido nos quadros da política coronelista, marcada pelo enfraquecimento do poder privado simultaneamente ao fortalecimento do Estado (CARVALHO, 1997). Afinal, foram justamente os coronéis paulistas a principal representação da força rural na política nacional através do Partido Republicano Paulista (PRP).

Isso permitiu aos grupos de fazendeiros que, paradoxalmente, em constantes conflitos com elementos urbanos, como os negociantes e comissários, se fortalecessem perante os diferentes tipos rurais coexistentes. Nesse ínterim, o caipira passava a ser vítima desses elementos rurais, os grandes fazendeiros, donos de imensos cafezais. Assim, dentro dessa estrutura rural remodelada com a presente participação crescente do Estado desde a Lei de Terras em 1850, o caipira foi sofrendo sua desestruturação sócio-cultural onde o processo aos poucos se consolidava.

Campo e cidade, mas também fazendeiro *versus* trabalhador rural, entre eles o caipira que, apesar de proprietário, longe se situa de qualquer tipo de relação senhorial, mesmo possuindo em suas terras agregados ou colonos, afinal, ele trabalha a sua terra, aspecto que descaracteriza uma relação patronal que o isenta da produção para sua própria sobrevivência, como ainda veremos. Portanto, diferentemente do fazendeiro, o elemento indesejável visto pela ótica das elites reforçava ainda mais a responsabilidade pelo atraso do país sobre ele.

Somente com a reestruturação da força de trabalho nacional consolidada, após o fim da escravidão e a chegada de imigrantes europeus e asiáticos em massa, a cultura caipira sofreu uma remodelação conceitual diante da elite letrada regional. Chamaremos de cisão, no plano ideológico, essa mudança de rumos acerca do trabalhador nacional no território paulista para apontar o que discutimos anteriormente, quando Schaff nos apontou diferenças de interesses e / ou intenções na escrita sobre um mesmo fato. De certa forma, esse período, além de demarcar uma divisão de fronteiras sobre a imagem do caipira, também representou um rearranjo no plano político devido aos constantes conflitos que culminou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Assim, mais uma vez literatura e elite política, dessa vez no quadro regional, se reaproximaram para apontar fatos que sob seus olhares demarcariam uma nova leitura sobre a realidade social do homem da roça.

Em se tratando do território paulista, com a chegada da década de 1920 e a Semana de Arte Moderna, os modernistas, distantes do quadro da modernização imposta pelos processos de acumulação, portanto, dos aspectos econômico e político, buscaram através da arte e da poesia um traço identitário para a civilização paulista. Permeando a tradição bandeirante, alguns estudiosos se ativeram para a questão caipira, ainda viva naquele período e que se caracterizava através dos hábitos e costumes da gente com traços de um modo de vida rústica do interior, apesar de São Paulo representar o grande eixo da economia do país naquele período.

Entre os anos do fim do século passado e, sobretudo, os do começo deste, alguns estudiosos da cultura paulista descobriram que o estado tinha como tipos o caipira e o caiçara, que é um caipira do litoral. Foi então que ele deixou de ser uma gente miserável de cultura invisível e se tornou a agente da cultura popular do estado. Visível, ele emergiu a objeto de estudo. Tinha virtudes, falava, usava um dialeto que era, na verdade, o porão da fala de todos. De índios e jesuítas teria aprendido cantos e danças. Criou as suas. Era enfim uma cultura a que alguns pesquisadores deram o nome de cultura caipira (BRANDÃO, 1983, p. 24).

Se o caipira localiza-se entre os trabalhadores livres durante a crise na substituição de braços para a lavoura paulista, longe ele estaria de uma possível invisibilidade, como afirma o autor. Tampouco iniciaria ali sua transformação em objeto de estudo, ainda mais em se



tratando da literatura que já esboçamos neste trabalho. Na verdade, o que denota nesta visão é que possíveis aspectos positivos do comportamento do homem rústico paulista foram apontados pelos modernistas. Mas, mesmo assim, é também duvidoso olharmos para esse tipo de posicionamento, pois a questão acerca dos autores que transformariam o caipira em objeto de estudo estava também carregada de uma ideologia interessada em exaltar uma cultura regionalista. Desse modo, uma visão crítica sobre o cotidiano do caipira, a realidade vivenciada por aqueles homens e suas relações intergrupais ainda estaria por fazer-se.

Observamos nas situações expostas que a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento de São Paulo no cenário nacional, alavancando a economia do país através do café, a preocupação com a cultura caipira e a literatura em torno da busca de uma identidade nacional nos moldes europeus, em meio aos fluxos imigratórios europeus e asiáticos, já apontariam duas situações opostas nos escritos literários sobre uma mesma cultura.

Enquanto políticas abolicionistas buscavam cooptar a mão-de-obra de trabalhadores livres em substituição ao braço escravo, o caipira estava sendo tido como vadio, preguiçoso, avesso ao trabalho. Para uma maior compreensão dessas caracterizações, devemos nos reportar para o período e pensar no próprio conceito de trabalho. Além é claro do tratamento dado aos trabalhadores livres em regiões com terras ainda despovoadas, fato esse que garantia a liberdade do homem rústico e livre perante a exploração do latifúndio monocultor.

Logo após essa transição do regime de trabalho no Brasil, em pleno século XX, um novo quadro se impõe aos estudiosos da cultura caipira. Sendo São Paulo o modelo a ser seguido, segundo Faoro o Brasil necessitava “sampaular-se”, a busca por uma identidade regional encontrou no caipira o tipo cultural ideal. Ali, porém, como vimos, o caipira ainda estava sendo pensado, nas duas posições antagônicas expostas, a partir de uma visão externa à realidade de seu mundo rural.

Outro fato que emerge da possibilidade que traça perfis e nos permite debruçar sobre leituras em comum acerca do caipira vem do campo geográfico. Sobre sua presença espacial, por se tratarem de regiões que, desde o bandeirantismo, partindo da vila de São Paulo para o interior do país, foi-se criado um circuito regional de inter-relações sócio-culturais que se consolidou ao longo do tempo. Isso fez com que tipos comuns de realidades de um mesmo grupo estabelecessem padrões de vida semelhantes.

Por mais paradoxal que isso possa transparecer, tal fato não impede pensar o caipira dentro de uma limitada mobilidade espacial atrelada a isolamentos de determinados grupos, ou seja, ele se movimentou para a abertura de novas roças, mas num raio que lhe permitiu o

enraizamento de uma cultura, já que sendo o sertão caracterizado pela escassez da presença humana, longe estavam de possíveis contatos com outras formas de viver que pudessem provocar qualquer alteração em suas relações de sociabilidade.

Para a manutenção desse tipo de vida tradicional, porém, seriam necessárias terras despovoadas e possíveis de serem ocupadas de forma constante. Com a chegada da grande lavoura cafeeira, muitas áreas já com produção agrícola de subsistência teriam sido florestas abertas por caipiras. Facilitava-se, assim, o estabelecimento da monocultura atrelada ao desenvolvimento dos mecanismos de acumulação que viriam em seguida expulsá-lo ou cooptá-lo para o trabalho tido como livre, mas ainda em processos de consolidação quando pensado no assalariamento do modelo caracterizado pela venda da força de trabalho.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, a civilização caipira localiza-se apenas dentro do território paulista. Segundo a autora, os caipiras teriam coberto no passado as seguintes áreas:

Todo o litoral paulista (onde o caiçara é sempre um caipira); o Vale do Paraíba; as serras da Mantiqueira, de Quebra-Cangalha, do Mar, de Paranapiacaba, o planalto paulista; a zona bragantina; a depressão periférica paulista (ao longo do rio Tietê); a zona do antigo Caminho da Mata (sul do país – Sorocaba – mures); o **Planalto da Franca**, caminho para as minas de Goiás e Mato Grosso (QUEIROZ, 1973, p. 8)<sup>26</sup>.

Assim como Saint-Hilaire, a autora registra a presença caipira no nordeste paulista. Porém, curvar-se uma cultura, um tipo de vida às fronteiras político-administrativas de um território não estaria de acordo com nossa análise, principalmente pelo fato do passado demonstrar que as fronteiras territoriais também sofreram alterações, sem com isso alterar os elementos humanos que nelas estão inseridos.

Durante o período colonial até por volta da primeira metade do século XX, vimos as fronteiras entre províncias serem alteradas em diversos momentos. No caso paulista, segundo Caio Prado Junior, sabe-se que a região nordeste do seu território foi disputada junto à federação mineira entre início do século XIX até os idos da década de 1930, quando o governo federal consolidou o rio Grande como divisão administrativa entre elas nas imediações em que nos atemos para este trabalho.

Enquanto buscou caracterizar tipos raciais diferentes dentro da cultura caipira, Queiroz tentou localizá-la dentro de um delimitado território que teve fronteiras instáveis ao longo de seu passado. No entanto, em pleno território paulista a autora apontou a existência de bolsões da civilização caipira, afinal, pelas rotas bandeirantes sabemos que diferentes processos

---

<sup>26</sup> Grifo nosso.

colonizadores foram sendo desenvolvidos de maneira irregular ao longo do tempo, fato esse que teria provocado reorganizações de tipos de vida para os diferentes grupos atingidos pelos mesmos. Desse modo, o território paulista foi palco de uma rede complexa de diversas formas de povoamento que permitiram a existência de tipos culturais e estruturas agrárias diversas na região. Para Maria Isaura, houve a

[...] coexistência, no território do Estado de São Paulo, de formas diferentes de grupos rurais, uns remontando longe no passado, outros formados recentemente; as transformações rápidas por que passaram os campos e as cidades deste Estado desde os fins do século XVIII; a entrada de massas de imigrantes europeus que a partir de fins do século XIX enriquecem com uma componente sócio-cultural nova a paisagem rural paulista, tornam plausível a existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural paulista (QUEIROZ, 1973, p. 3).

Se a civilização caipira se estabeleceu em reflexo ao avanço de paulistas pelo interior desde meados do século XVI, difícil seria buscar uma compreensão sobre a afirmativa do caipira presente apenas nesse mesmo território, já que os bandeirantes – ou paulistas – alcançaram regiões muito além desta em questão. Também havendo a possibilidade de ser um refluxo migratório bandeirante, os caipiras pensados deveriam como grupos teriam apenas se enraizado em território paulista (HOLANDA, 1957; CANDIDO, 1979).

A própria região do atual Estado de São Paulo apresenta diferentes perspectivas de povoamento ao longo de sua História. Com isso, fica mais uma vez difícil manter uma coerência ao reafirmarmos que a presença de traços culturais presentes em determinados grupos humanos diferenciados obedecem e se limitam de maneira restrita a divisões político-administrativas de certos territórios.

A presença bandeirante, no caso da região do Planalto da Franca, por exemplo, realmente ocorreu no período apontado pela autora. Mas, segundo outros vestígios, relatos de viajantes e a produção historiográfica regional, durante o século XVIII, período da descoberta das minas em Goiás, apenas pequenos pousos ao longo do *Caminho dos goyazes* caracterizava a presença humana na região. Nesses pousos, o objetivo de seus moradores nada mais era que receber viajantes, oferecendo-lhes pequenas trocas comerciais do excedente produzido no local, pasto para as tropas, além do descanso para seguirem viagem.

Nada desse quadro se assemelharia ao início do século XIX para a região, quando a primeira vila foi fundada e uma intensa migração mineira, como poderemos ver num outro momento desse trabalho, remodelou a realidade local. Os pousos teriam sido apenas uma primeira forma de penetração na região que logo não mais se limitava a função de entreposto

comercial. Assim, portanto, aquele sertão compreendido entre os rios Grande e Pardo só se desenvolveria sistematicamente, ou seja, por um intenso povoamento seguido da exploração do solo, com a presença mineira a partir do início do século XIX.

Contudo, como não nos referirmos a muitos desses mineiros como descendentes vinculados a possíveis raízes culturais dos bandeirantes em busca de novas possibilidades econômicas após a decadência das regiões mineradoras? Outro ponto que levanta uma contradição na busca por uma compreensão seria dado ao confrontarmos a presença paulista nos pousos como foi apresentada, perante a visão de Queiroz sobre a vida caipira no território paulista.

Associar caipiras à existência de pousos ao longo de estradas que cortaram o interior do país, seria de certa forma deformar a cultura caipira, por mais que esta possa apresentar variabilidades no campo geográfico, tanto quanto ao longo das sucessivas mudanças impostas pelo processo histórico. A possibilidade de associação entre os dois elementos apontados só seria possível se acreditássemos num lento processo de transformação de mentalidades, usos e costumes daqueles paulistas estabelecidos nos pousos que, logo após a decadência da produção das minas de Goiás, isolaram-se para um tipo de vida marginal e reclusa quando pensada na questão dos circuitos de trocas. Com isso, apesar da estrada ser um elemento integrador e símbolo primordial para o estabelecimento das trocas comerciais, os antigos paulistas foram, lentamente, adquirindo novos valores ao se integrarem ao meio que tendia para uma forma de vida isolada, mesmo que integrada, após a crise na produção mineradora.

Ao estabelecerem-se pelo interior do país, os antigos bandeirantes transportaram e criaram consigo valores e modos de vida que foram se readequando aos contextos locais. Partindo desse pressuposto, seria possível pensar numa pluralidade caipira, ou seja, através de uma matriz social estabelecida durante o período colonial, no caso a bandeirante, novas adaptações aos diversos meios naturais foram remodelando tipos diversos de uma única cultura a partir de seu relativo enraizamento. Isso porque a mobilidade não constitui apenas uma realidade daquela cultura, mas uma necessidade vital. A partir daí,

[...] a mudança foi se intensificando com o tempo, graças principalmente à disseminação das fazendas de café no século XIX, que produziram o primeiro abalo sério na civilização caipira [...] O impacto destes fatores de mudança [café e industrialização] fez com que a civilização caipira desaparecesse nalgumas zonas paulistas de povoamento antigo, em que passou a imperar a grande propriedade e nas quais trabalhavam imigrantes europeus recém chegados. Nas zonas cuja transformação data, pois, da entrada do café, a civilização caipira não deve também normalmente ser encontrada [...] **Não foi ainda estudado a persistência da civilização caipira** (QUEIROZ, 1973, p. 8-9)<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Grifo nosso.

O principal objetivo de nosso trabalho encontra-se justamente aí, ou seja, na sobrevivência de traços da cultura caipira por volta dos anos de 1950 e na forma como eles foram remodelados na região pesquisada. Sendo assim, sobre a afirmação da autora, sem pensar na mobilidade espacial imposta pelas transformações políticas e econômicas do período posterior ao enraizamento bandeirante, o fato é que houve uma matriz cultural que nos permite pensar numa homogeneidade social e cultural dentro da diversidade de modelos culturais sutilmente, não em toda sua essência, influenciada pelos diferentes modos de vida estabelecidos posteriormente de acordo com o meio natural. Além disso, as rotas, caminhos que interligavam esses grupos, jamais desapareceram do cenário histórico que vai se consolidar em seguida.

Em outro momento, sobre o campesinato brasileiro, Maria Isaura vai descrever como uma ilusão, o isolamento do caipira, apontando os fatores econômicos como os principais elementos que arrancaram os sítiantes desse mesmo tipo de vida reclusa às interferências externas. De nossa parte, acreditamos que as trocas de produtos nunca deixaram de ser realizadas entre os caipiras, mas ter o interesse econômico como foco principal de seu interesse produtivo não corresponde às nossas análises. O objetivo delas era apenas uma reorganização imposta por questões principalmente naturais que eram redefinidas entre vizinhos através de uma organicidade intrínseca aos seres envolvidos, onde a solidariedade e não o comércio, tanto de mercadorias quanto força de trabalho, estivesse necessariamente interligada.

A partir dessa discussão, pontuamos a questão de certa integração do caipira, porém, creio que não pode ser afirmada a tese de que mudanças econômicas ao longo do tempo neguem a criação de certo tipo de vida isolada, mesmo que integrada a uma forma tênue de relações comerciais dentro do espaço da roça. Porém, essa mesma tenuidade nas relações de trocas tende a ser dominante pelo lado da integração, e não pela questão do isolamento, que pode ser em maior ou em menor intensidade de acordo com as diferentes realidades da região em questão. Além disso,

[...] na medida em que o meio urbano vai produzindo mercadorias cada vez mais cobiçadas, o consumo do sítiante tradicional se desequilibra, pois vê-se impelido a consumir muito mais mercadorias e muito mais caras, a fim de demonstrar seu prestígio econômico (QUEIROZ, 1976, p. 29).

Uma visão verticalizada da sociedade rural brasileira vai se intensificar cada vez mais a partir do desenvolvimento urbano no século XX. Mesmo assim, por volta de 1950, a monocultura de exportação no país cobria quatro milhões de hectares, enquanto as pequenas culturas de subsistência cobriam aproximadamente quatorze milhões de hectares (QUEIROZ, 1976).

Desde a Lei de Terras de 1850, até esse período da primeira metade do século XX, havia a existência de uma mobilidade social vertical livre que permitia uma ascensão econômica através da posse da terra. Isso nos permite contestarmos o pensamento, muitas vezes dominante, sobre a rusticidade e miserabilidade de homens do campo, caipiras ou não, já que muitos conseguiram *enricar*, expressão muito usada na época. Assim, um tipo de vida pode ter sido alterado, no caso o caipira, mas seus integrantes sobreviveram e remodelaram suas vidas, na cidade ou no campo, a partir da posse da terra e da produção excedente voltada para o mercado. Portanto, mais uma vez a cultura caipira apresenta-se de maneira tênue, instável perante as transformações ocorridas, mas ela ainda estava presente na realidade rural paulista.

De certo modo, os diferentes focos de análise dos autores e a fala oficial longamente ditada pelas elites atreladas ao setor rural não nos permitem uma visão clara do que vem a ser de fato o caipira em meados dos anos de 1950. Sabemos apenas que ele ainda existia. Mas quando presenciamos algumas definições sobre noções de riqueza ou pobreza dentro da cultura caipira, por exemplo, carregamos junto valorações que se agregam a relações de mercado já desenvolvidas. Ou seja, a busca pelo excedente que possa gerar lucro, progresso e enriquecimento. Assim, mais uma vez a ideologia que vimos já presente durante a modernização nos quadros de uma República coronelística retoma seu vigor.

Acumulação, desigualdade social e pensamento urbanizador também marginalizaram o caipira e de certa forma nos remetem a um retorno da visão lobatiana sobre o homem rural. Porque quando pensamos a cultura caipira, pensamos num mundo cíclico, onde a relação com a natureza está intrinsecamente atrelada ao modo de vida das pessoas que dependem do plantio, do cuidado e da colheita que lhes garante o mantimento para a sua própria reprodução. Nela, a vida está carregada de uma religiosidade misturada a um misticismo que atua diretamente no imaginário de seus representantes, fazendo com que o cotidiano daquelas pessoas sofra constantes alterações.

A oferta de ajuda mútua sem a compra da força de trabalho também demonstra a quem de fato se interessa por esse modo de vida, afinal, ele está carregado de certo desapego a um tipo de produção voltada diretamente para o mercado. Portanto, os escritos daqueles autores,

junto ao que tem sido demonstrado nesse trabalho sobre a estigmatização do caipira, longe se encontram de uma possível compreensão a partir dele mesmo, ou seja, o outro e suas (re)significações perante a sua própria vida.

Para José de Souza Martins, os estigmas criados em torno da figura do caipira, como insolente, ingênuo, preguiçoso, vadio, maltrapilho e doente, nada mais são que concepções urbanas institucionalizadas. Sendo um dos tipos de trabalhador livre intermediário entre o escravo e o imigrante ainda por chegar, dentro dos quadros das relações de produção em meados do século XIX, o caipira se tornou vítima de um processo onde a coerção física, dominante dentro do modelo escravista, estava se metamorfoseando em coerção ideológica. Além disso, é interessante ressaltar mais uma vez os aspectos da mentalidade senhorial no contexto em que políticas de combate à vadiagem são instauradas no território paulista. Na passagem do trabalho escravo, onde se encontra os conceitos negativos do trabalhador livre nacional, para o trabalho livre, a mentalidade do fazendeiro ainda estava atrelada a um continuísmo das condições escravistas de produção.

Entre o escravo e o imigrante, o caipira se localizaria próximo às condições escravistas perante o conceito de trabalho em fins do século XIX. Assim, enquanto a noção de liberdade de ter a posse da propriedade de sua força de trabalho estava passando a representar uma conquista, para o imigrante era apenas o que lhe restava. Com isso, as diferentes formas de relação entre o homem e a terra, os problemas que dela surgiu ao longo de toda a realidade histórica do país, permitiram as diversas interpretações que refletiram as intenções dos grupos voltados para as relações de mercado. E assim, o caipira foi moldado para atender a tais interesses.

A questão da propriedade da terra tornou-se prioridade na transição das relações de trabalho no Brasil, como podemos perceber em relação ao regime de colonato, que buscava restringir sistematicamente o trabalhador rural, nacional ou imigrante, de ter acesso a qualquer tipo de propriedade agrícola. Nesse aspecto, intrinsecamente atada à crise da força de trabalho no final do século XIX, a fazenda se torna objeto de capitalização a partir de 1822, mas principalmente em 1850, com a Lei de Terras.

Durante a crise do trabalho servil [escravo], o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, de predomínio num para o outro [...] Na vigência do trabalho escravo, a terra era praticamente destituída de valor [comercial]. [...] a terra não tinha equivalência de capital [...] os escravos eram mais valiosos que a terra [...] os mecanismos reguladores da organização econômica da fazenda, não dependiam imediatamente da oferta e procura dos bens por ela produzidos, café ou cana, mas da oferta e da procura de trabalhadores cativos (MARTINS, 1979 p. 24-26).

Por fim,

A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo: num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa (MARTINS, 1979, p. 32).

Uma política de Estado, duas soluções iminentes. Pressionados, ao libertarem o escravo e forçar a cooptação de braços livres para as lavouras de café no estado de São Paulo, os fazendeiros anulavam o acesso a terra por parte de posseiros que ocupavam pequenas propriedades sem nenhum tipo de “legalidade” sobre a mesma, já que o sistema de sesmarias concedia extensões imensas de terras para uma pequena camada social. Juntamente com essa política, traços de violência no campo forçavam o abandono de suas terras por parte de pequenos proprietários ou mesmo os agregava como força de trabalho nas grandes fazendas.

A Lei de Terras, decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa [...] Em virtude de não ser toda a terra utilizada para fins comerciais, o proprietário podia manter um certo número de arrendatários e meeiros, que moravam nas áreas menos férteis de sua propriedade, dedicando-se à agricultura de subsistência, caçando, pescando e **eventualmente trabalhando na *plantation*** (COSTA, 2007, p. 173 e 176)<sup>28</sup>.

Nitidamente denota-se um interesse do proprietário em manter os braços em suas muitas vezes contestadas terras. O fato é que a partir de sua implantação, curiosamente descobriu-se que não havia terras sem posse no país. Além disso, o interesse em cooptar braços para a produção monocultora também fica evidenciada pela autora. Já em relação ao governo imperial,

[...] a Lei de Terras, na realidade, mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinárias, como sejam a ameaça externa ou a pressão do Poder Moderador. Mas mostrou também a falta de unidade da classe proprietária. Fora de situações excepcionais, como as que se verificavam nas rebeliões de escravos ou de camponeses livres, quando se colocava em questão de maneira radical a propriedade tanto do escravo como da terra, os interesses de uns setores da classe não coincidiam com os de outros (CARVALHO, 1988, p. 102).

Fim do comércio de escravos e o interesse na aquisição dos trabalhadores livres nacionais. Juntamente com isso, houve a legalização, capitalização da terra e o aprisionamento de muitas das terras dos pequenos sitiantes pelos grandes fazendeiros. Incorporados pela estrutura fundiária legalizada em 1850, muitos trabalhadores livres

---

<sup>28</sup> Grifo nosso.



passaram a ser os primeiros substitutos do trabalho escravo antes mesmo da presença imigrante européia. Eram livres, mas ainda não faziam parte daquele pequeno grupo de trabalhadores livres que existira durante o período colonial; estes estariam servindo a *plantation*. Já os primeiros, viviam daquilo que produziam, numa economia que Antonio Candido chamou de naturalmente fechada.

Eles continuariam a produzir, até porque não havia na realidade nacional um sistema desenvolvido de compra de força de trabalho via assalariamento. O produto era seu salário. Teriam que oferecer em troca toda a força de trabalho disponível em sua família para a monocultura. Mas não mais eram donos daquilo que resultava sua força de trabalho. Apesar dessas alterações, alguns sobreviveram a essa nova realidade no meio rural paulista.

Podemos afirmar que a Lei de Terras de 1850 foi apenas a primeira agressão direta ao tipo de vida caipira paulista. Sem mecanismos de defesa perante o Estado, aqueles que sobreviveram à avalanche latifundiária sofreram a imposição externa que os forçou a readequarem suas relações com o meio e enquadrarem suas propriedades, legalizando-as, pagando impostos. Isolados, mas cada vez mais integrados, pequenos bolsões desses grupos iriam formar bairros rurais como mecanismo de defesa perante o vizinho latifundiário.

Conquanto subsistissem ainda grande número de pequenos posseiros, de 1830 a 1850 e mesmo mais tarde, tornou-se sua posição gradativamente subalterna, na medida em que a riqueza do município se concentrava nas mãos dos proprietários da grande lavoura. Prensados entre as grandes fazendas, dedicavam os pequenos sítiantes suas atividades à produção de mantimentos (FAORO, 2001, p.467).

Desde o descobrimento, a concessão de terras através de cartas de sesmarias refletia um Estado português em constantes crises econômicas. Para Faoro, porém, o Estado nunca estivera ausente do processo colonizador, pelo contrário, à medida que as terras eram concedidas, o interesse comercial de uma burguesia urbana interessada em monopolizar o comércio do produto da terra se fazia presente. Assim, durante todo o seu desenvolvimento, segundo o autor, a produtividade monocultora encontrou-se prisioneira de setores comerciais que financiavam sua produção, impedindo assim um desenvolvimento de uma classe proprietária dissociada de uma burguesia comercial. Essa realidade foi o que determinou o quadro sócio-cultural e político acerca do meio rural brasileiro ao longo do tempo.

Escrevendo em meados da década de 1970, portanto, distante do problema da mão-de-obra de fins do XIX, José de Souza Martins levanta graves problemas de acesso e abastecimento de gêneros alimentícios para a população urbana nacional. O sistema monocultor de exportação, desde a cana-de-açúcar durante a colônia e chegando ao café no

fim do regime monárquico, sobrevivendo dentro da estrutura agrária nacional, fez com que ocorresse uma marginalização do campo perante a cidade, agravando ainda mais o abastecimento das cidades em prol do mercado de exportação.

Essa marginalização, diferentemente daquela apresentada pela literatura representante da intelectualidade durante o início da República, dizia respeito a um total descaso com setores produtivos e da classe trabalhadora rural. Por mais irônico que se apresente tal realidade histórica, a produção de subsistência que alimentava os moradores urbanos partia, no período de análise do autor, das pequenas propriedades que usavam apenas mão-de-obra familiar.

Fugindo da estigmatização do caipira, no quadro apresentado acima, porém, um esboço da pequena propriedade voltada para o mercado, seja ele interno ou de exportação, já é um dos fortes indícios de alteração da forma de organização dentro da cultura caipira. Em Martins, podemos dizer, aquela cultura já estaria associada ao setor produtivo, fato que também desfigura a visão de alheamento presente no universo caipira em relação ao mercado. Assim, notamos no caso do *districto de Crystaes* que a produção para o próprio sustento se mantém em meados dos anos de 1950, mas o trabalho na lavoura passa a ser pensado para uma possível produção não atrelada apenas aos mantimentos para a própria sobrevivência, ou seja, no excedente da produção baseada no excedente da força de trabalho com a terra, e não mais devido a aspectos naturais, como a clima e solo que propiciavam uma farta colheita de gêneros de subsistência.

A solução para a fome dentro das cidades, o seu abastecimento, estava sendo fruto de um tipo de produção marginalizada pela política nacional desde 1850, como pudemos notar, mas já voltada para o mercado interno. Com uma total ausência de política agrária que se voltasse para as pequenas propriedades e sem incentivos para a produção de gêneros de subsistência, podemos afirmar que o homem possuidor de traços da cultura caipira estava entre os elementos rurais que sustentavam com a sua produtividade e o seu esforço o meio urbano. Portanto, a partir desse quadro histórico da realidade rural brasileira, o autor conseguia tornar coerente a visão de que

[...] o agrarismo rústico e o caipira como tipo humano correspondente estão contidos nos alicerces do processo de constituição da economia nacional e, por conseqüência, de industrialização, como ele se dá no Brasil, quanto que a modernização agrária constitui uma impossibilidade própria dessa situação (MARTINS, 1975, p. 1).

Buscando insistir no rompimento da ideologia dominante na roça, tomando por base o domínio do modelo agro-exportador, um paradoxo se apresenta ao pensarmos o caipira

enquanto vadio. Como pudemos observar acima, aquela visão negativa e estigmatizada do caipira em fins do século XIX não poderia estar diretamente associada ao atraso nacional para o período, principalmente se pensarmos que os problemas oriundos da mesma estrutura latifundiária, após o crescimento demográfico do país, vão apontar o mesmo como elemento que impulsiona o abastecimento interno, portanto, a economia nacional, já que promove o desenvolvimento de um mercado consumidor interno.

Por volta de 1970, tais problemas ainda encontravam-se sem solução, ao mesmo tempo em que a estrutura agrária fundiária brasileira permanecia da mesma forma estabelecida durante a colônia. Se a situação tornava-se insustentável para o trabalhador urbano, o fato é que sem a presença de trabalhadores como o caipira, acontecimentos como a fome poderiam generalizar-se entre a camada pobre da população de maneira acentuada.

O ano agrícola é a grande e decisiva unidade de tempo que define a orientação da vida do caipira, ao definir as suas possibilidades e empecilhos econômicos, e ao marcar a direção do ano seguinte (CANDIDO, 1979, p. 124).

A cultura caipira foi avessa ao progresso, viveu o tempo da sazonalidade, encontrou-se totalmente dependente do ciclo agrícola, da ação da natureza para a produção de uma roça com fartura alimentar. Porém, dentro do espaço rural ela se remodelava e se integrava aos quadros urbanos, já que sua produção excedente colaborou para a resolução dos problemas que desde o início da estrutura colonial, as circunstâncias políticas adversas não deram conta.

Já no aspecto cultural, as transformações, por mais tênues que se apresentem, integraram cada vez mais o caipira, abalando suas estruturas sociais, desintegrando-as e até mesmo causando sua ruína. Constantes crises no setor agro-exportador, juntamente com o surto populacional urbano a partir de meados da década de 1940, num crescente processo de industrialização nacional, conduziram a classe empresarial rural a novas investidas sobre o pequeno sitiante. Com os filhos abandonando as roças e sendo incorporados pelas indústrias e também latifúndios, muitos chefes de família não conseguiram suprir a necessidade de substituição dos mesmos, abalando assim a sua própria sustentação.

Junto às crises econômicas externas, o mercado interno também representou a solução econômica de muitos empresários rurais, que utilizaram a estrutura fundiária para a produção de gêneros de subsistência. Porém, seria ilusão crer na mudança de modelo econômico no campo, apesar da desestruturação cada vez maior da cultura caipira. A inserção no sistema capitalista, com sua constante assimilação do meio rural brasileiro foi abalando a vida caipira

em suas bases organizacionais, permitindo assim que uma ideologia urbana penetrasse a roça, ao mesmo tempo em que a antiga homogeneidade social presente nela se desfazia.

Em relação às condições econômicas, a desigualdade social, além de estar cada vez mais presente no modo de vida caipira, fez com que os seus antigos representantes em São Paulo se deparassem com uma realidade onde a miséria passou a ser um elemento cada vez mais presente em suas vidas. Portanto, com o fim dos laços de solidariedade atrelados a uma força de trabalho intrinsecamente ligada a fatores naturais, de certa forma, arcaicos, perante o processo de mecanização do setor rural, o fim do trabalho coletivo e a inserção da produção para o mercado comprimiram preços e retiraram-lhes a possibilidade de produzirem para sua própria sobrevivência.

Marginalizados sim, mas aqui mais do que nunca integrados às necessidades vitais do setor urbano. Apesar da verticalidade e acesso à ascensão econômica de uns poucos homens que se integraram ao mercado, também já foi apontado que as mudanças econômicas não representavam necessariamente, *a priori*, mudanças nos quadros sócio-culturais de determinados grupos sociais. A vida caipira se inclui entre eles. Afinal, seu universo perpassava o religioso, o social e a própria visão de mundo. Desse modo, por mais que o caipira se integrasse economicamente ao quadro de acumulação através da produção rural, as transformações no seu cotidiano que tangenciaram questões culturais ainda resistiram durante seu lento processo de desintegração, inconscientemente ou não, na sua psique-social, às necessidades corrosivas do mercado.

O caipira, em meio aos avanços dos interesses das relações de mercado, ainda preservou alguns traços de uma vida singular, nunca deixando de lidar com a terra, nunca perdendo seus traços religiosos que os manteve interligados, através de suas festas, com suas rezas, enfim, seus laços identitários e sua solidariedade. Ele trabalhou, viveu integralmente uma realidade onde a família foi pensada, e os vizinhos cooperaram.

O bairro rural tradicional é uma das formas de bairro rural, coexistindo com uma outra forma, a do bairro rural cujos sítios, tendo já adotado uma agricultura comercializada, não abandonaram todavia as relações sociais e o modo específico de habitat que definem o bairro rural (QUEIROZ, 1973, p.49).

Diante do que foi apresentado e debatido anteriormente, deduzimos que a questão em torno de ser ou não adepto da vadiagem distante estaria do conceito de desenvolvimento nacional, caso pensemos na perspectiva de como o caipira era visto no final do século XIX. Além disso, o quadro histórico posterior, apresentado por Martins, remete-nos a um momento

em que as cidades estavam em pleno crescimento e políticas públicas desenvolvimentistas também estavam em vigor. Com isso, a questão agrária se complicava ainda mais, ao mesmo tempo em que o autor sinalizava que grupos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, marginalizavam os homens da roça. Sendo assim, mais uma vez elites políticas e intelectuais com suas respectivas ideologias não atingiam o cerne da questão, quer dizer, os problemas e a realidade rural do pequeno produtor de forma crítica.

Uma civilização agrária que estava integrada à economia nacional ao fornecer produtos para o abastecimento de gêneros de subsistência no meio urbano. Segundo o censo de 1960, apesar de inferior à média nacional, aproximadamente 65% dos estabelecimentos rurais de São Paulo absorviam apenas mão-de-obra familiar. Essa inferioridade facilmente se explicava ao raciocinarmos a questão da mecanização do campo numa das mais desenvolvidas economias nacionais, a paulista. Para os grupos políticos nacionais, na década de 1970, não havia uma relação recíproca entre campo e cidade, onde ambos pudessem intercalar-se e suprirem-se mutuamente segundo suas necessidades de desenvolvimento.

Durante as últimas décadas do século passado [XIX] e as primeiras deste século [XX], observou-se uma nítida urbanização dos investimentos, que se refletiu na expansão da atividade comercial, bancária e industrial [...] O aumento da densidade demográfica nos meios urbanos ou em urbanização, estimulado pela imigração nacional e estrangeira, de pessoas com ou sem tradição urbana, promoveu ou incentivou a quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social (MARTINS, 1975, p. 2).

Lidando com a questão da modernização agrária e a industrialização no Brasil, o autor buscou demonstrar que o agrarismo rústico e o caipira estão presentes nos alicerces do processo de constituição da economia nacional. Daí a associação que faz entre ele, a industrialização nacional e a modernização no campo como uma impossibilidade própria da situação em que motivações antagônicas se apresentaram. Perante esse problema, levantado entre campo e cidade, o caipira, ainda presente em meio a esse percentual de famílias que lidavam com a terra, foi o símbolo do atraso rural perante a cidade. Nessa teia conjuntural econômica onde ele se tornara objeto de análise, em meados do século XX, de certa forma o estereótipo negativo produzido pela ideologia urbana tendeu a impor-se a partir do instante em que o processo de acumulação foi determinante nas decisões políticas e econômicas nacionais. Portanto,

[...] a viabilidade da economia nacional está na dependência direta não apenas da expropriação do proletário urbano, mas fundamentalmente da expropriação do homem rural por ele mesmo,

confinado no agrarismo extensivo, produzindo excedentes, produzindo-se como caipira (MARTINS, 1975, p. 14).

O problema no campo que o autor associou aos problemas da industrialização brasileira em meados dos anos de 1950, foi tangenciado por questões também culturais. Assim, o homem do campo deveria ter sido repensado de maneira integral e não apenas como elemento a ser usado para as questões de mercado, como elemento a abastecer as prateleiras do comércio nas cidades. Nesse ínterim, ficou clara a visão acerca do caipira. Ele esteve presente, mas não foi pensado e visto como elemento integrante da economia nacional.

Na situação que se apresentou, mais uma vez ressaltamos que a cultura caipira não existiu e nem foi criada para o progresso, ainda mais em termos mercadológicos modernos, mas sim para tentar moldar o homem rústico à vida rural, ao meio. Ela, a cultura caipira, não esteve interessada na acumulação, pois não surgiu e se desenvolveu para isso, nem mesmo em resolver os problemas estruturais do país, ao mesmo tempo em que solucionavam muitos deles. Afinal, foi colocada a questão do abastecimento interno de gêneros de subsistência. E isso sem perder de vista a outra questão agrária que envolve o modelo colonial, o sistema de *plantation*.

Foi constatado que mesmo com a questão agrária sendo repensada nacionalmente a partir de 1850, ela atravessou todo o século XX sem soluções. Tal situação é válida inclusive pela visão patrimonialista de Estado, justamente pela forma como o processo de acumulação aqui se estabeleceu.

Entre o comércio medieval, de trocas costeiras, e o comércio moderno, com as navegações longas, há o aparecimento da burguesia desvinculada da terra, capaz de financiar a mercancia (FAORO, 2001, p. 39-40).

Mais grave se tornou o determinismo histórico de Faoro quando a questão agrária não encontrou soluções, principalmente por desenvolver-se no Brasil uma estrutura burocrática que atrelou os elementos burgueses, voltados para a exploração do trabalho, às esferas políticas e que delas fizeram uma mesa de negócios ao mesmo tempo em que mascararam a presença do elemento popular como emanador do poder. Além disso, já vimos como muitos autores apontaram a forma como a lavoura cafeeira ficou atrelada a elementos dessa mercancia através dos comissários e negociantes que atuavam diretamente no comércio exportador.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Ver José Ênio Casalecchi (1987) e Vitor Nunes Leal (1986).

Há a burocracia, expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e à empresa modernos, e o estamento burocrático, que nasce do patrimonialismo e se perpetua noutro tipo social, capaz de absorver e adotar as técnicas deste, como meras técnicas. Daí seu caráter não transitório (FAORO, 2001, p. 825).

Um problema, porém, permite-nos contestarmos a afirmação do autor. A presença de uma estrutura patrimonial não exclui a existência de tensões entre setores econômicos e políticos distintos. Muitos produtores buscavam respaldar-se no Estado para oporem-se a um total domínio do setor de exportação. E um paradoxo que transparecia entre os setores burocráticos e econômicos dentro do país, a partir do momento em que a classe produtora do sistema monocultor recorria ao Estado para resolverem, por exemplo, a questão de preços de mercado onde os mesmos se encontravam vulneráveis às flutuações. Porém, os produtores ficavam presos aos setores financistas da produção, principalmente quando o Banco do Brasil resistia frente às necessidades constantes de empréstimos para a lavoura latifundiária. Ao longo do Império, por exemplo, com o fortalecimento econômico do Estado,

[...] o orçamento indicava muito mais do que a disputa entre legislativo e executivo. Refletia o conflito entre a burocracia, entre a máquina do Estado, sempre em busca de maiores recursos, e os grupos dominantes na sociedade, aqueles de que se podiam extrair estes recursos (CARVALHO, 1988, p.23).

Colônia, império e república, a luta entre as diferentes esferas das elites econômicas do país longe estava de comungarem a mesma linha de raciocínio mercadológica. Ambas atreladas ao modelo agro-exportador, porém, distantes de seguirem o mesmo rumo estratégico que forçassem os representantes do Estado a decidirem de forma unânime a questão agrária. Nesse conflito, em total abandono jazia o pequeno produtor de traços culturais caipiras. Mesmo assim, distante das atenções do Estado, é possível acreditar que em vários momentos ele diminuía a dificuldade do trabalhador urbano em ter acesso à comida. Em 1950, por exemplo, segundo José de Souza Martins,

[...] só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural, seja quanto às necessidades crescentes de mercado, seja quanto às necessidades de preços que condiciona a sua participação no consumo dos itens de origem industrial (MARTINS, 1975, p.5).

Para aquele período, em média 50% do salário urbano pago ao trabalhador era destinado à alimentação, ou seja, para o princípio básico da população de uma cidade, a sua sobrevivência. Mesmo assim, a crise na produção de alimentos, quando pensada na sua

estrutura marginalizada pelas elites econômicas atreladas ao setor da monocultura, e a ausência do Estado em políticas de incentivo ao desenvolvimento do mercado interno, a situação urbana se sustentava graças ao pequeno produtor marginalizado pelo governo federal. Porém, ao percebermos o alto custo de vida através do alto preço dos alimentos, ou o seu oposto, os baixos salários urbanos, o fato é que salvo o início da mecanização e uma maior produtividade do solo nesse período, como formas de solução para a retração da empresa monocultura e suas contradições, a miséria nacional teria alcançado patamares insustentáveis.

Nesse contexto, apesar da dificuldade enfrentada por essa mesma população urbana, principalmente a classe trabalhadora, é importante ressaltar o desinteresse do Estado em sanar as dificuldades que só eram atenuadas pela lavoura do pequeno produtor rural. Porém, ele longe esteve em resolver os problemas de abastecimento urbano no país. Afinal, nesse aspecto, a própria camada urbana atrelada ao setor financeiro teve suas atividades voltadas para o modelo colonial agro-exportador sobrevivente. Por isso, o setor financeiro atrelado ao sistema monocultor também travava o desenvolvimento urbano por não permitir que se desenvolvesse um mercado de trabalho urbano que possibilitasse uma maior renda por parte da classe trabalhadora, sufocada pela necessidade básica de se alimentar.

No outro setor agrícola, ao longo da produção cafeeira em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, todo o investimento necessário para a produção e manutenção da economia cafeeira partiu de elementos urbanos que bloqueavam as possibilidades de desenvolvimento rural por impedir uma maior diversificação do setor produtivo. Atrelados aos investidores, os fazendeiros travaram toda sua produção frente à fluidez do mercado financeiro. Sem contar que, com o respaldo do Estado, a crise no sistema monocultor se enraizou na economia nacional em prol da especulação financeira que se ligou à produção rural antes mesmo dos períodos de safra.

A agricultura, que ocupa, em 1920, 69,7% da população ativa, um dia seduzida com a emancipação do plantador, do produtor, sufocada pelo comissário do século XIX, decepcionada e endividada, vê sobre ela desabar a crise de 1929. As valorizações, convertidas em sistema a partir de 1906, soaram como a libertação do comissário, já transmutado em banqueiro ou devorado pelo exportador. No fundo, o lavrador, por um golpe, quer escamotear a dívida, sobre a qual expandira a plantação. Na verdade, não consegue senão transferi-la ao exterior, por meio dos bancos e das casas exportadoras (FAORO, 2001, p. 606).

A Lei de Terras de 1850 e a Abolição já tinham testemunhado essa situação ao canalizar todo o capital do tráfico para o setor produtivo que, por sua vez, se submeteu aos



elementos especuladores da camada urbana. Essa conjuntura, vale lembrar, dizia respeito à empresa latifundiária com a monocultura voltada para a exportação.

Numa situação adversa, na pequena propriedade voltada para a produção de gêneros de subsistência, nada mais que um total abandono e desinteresse marcaram a vida rural onde o caipira esteve presente. Enquanto isso,

[...] a redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos levou rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural (MARTINS, 1975, p.4).

Estando entre os produtores dos gêneros de subsistência, o caipira, pensado enquanto integrante de uma camada social, como pudemos observar, foi um elemento que esteve no debate sobre a economia rural nacional travado entre as elites nacionais. Mesmo sendo situado regionalmente, e tendo por interesse observar seu cotidiano nos aspectos culturais, diante do quadro econômico que se apresentou durante a primeira metade do século XX, foi constatada sua integração ao circuito interno de trocas comerciais que longe esteve em marginalizar a sua produção excedente.

Um ponto de difícil precisão, no entanto, diz respeito ao trabalho excedente ou ao excedente não necessariamente produzido intencionalmente através de uma maior racionalização do seu tempo nos moldes do processo de acumulação. A princípio, o excedente produzido pelo caipira não foi o resultado de uma força de trabalho excedente que permitisse uma acumulação através de sua comercialização. Noutra ocasião já frisamos as bases estruturais dessa cultura através do tempo sazonal voltada para o ciclo da natureza, alheia e de certa forma desinteressada pelas noções de riqueza.

É por isso que a Lei de Terras de 1850 e a transição para o trabalho livre colaboraram para integrá-lo nos quadros da modernidade imposta pelo novo avanço das relações de mercado no Brasil. Ao transformar a terra em mercadoria, mas principalmente tributando-a junto com o que através dela se produziu, no instante de transição do trabalho cativo para o livre, cuja necessidade cada vez maior de braços são requeridos para a produção cafeeira em desenvolvimento, o caipira, ou os diferentes grupos que apresentam traços dessa cultura, foram pressionados a remodelarem seu modo de vida.

Difícil seria analisar a forma em que essa transição imposta por mecanismos político-econômicos externos à realidade do caipira se consolidou. Sem contar o fato correspondente às constantes crises do café, onde a prosperidade cedeu espaço para a decadência de certas

regiões paulistas, fazendo com que as mesmas apresentassem novos quadros produtivos que se aproximaram de uma cultura rústica voltada para o trato entre o homem e o meio. Com isso, além da avalanche modernizadora que invadiu o território paulista, um fator implicante nos permite pensar na força da tradição rural: com a ruína do café em certas regiões de São Paulo, foi possível constatar o retorno a um tipo de vida próximo à realidade experimentada pelo caipira. Desse modo, também é possível refletir sobre a existência de fluxos e refluxos numa cultura resistente à própria realidade modernizante voltada para o modelo agrário-exportador. Na região de Taubaté, por exemplo, foi constatado que

[...] enquanto perdurou a civilização do café (1850 seu auge, na região), a civilização caipira continuou existindo, mas, pertencendo à camada rural diferente da dos fazendeiros, foi então obscurecida pelo esplendor do gênero de vida deste. Decadentes os cafeicultores, volta-se a constatar a existência da civilização caipira (QUEIROZ, 1973, p. 30).

Enquanto alguns autores mostraram a destruição da cultura caipira com a chegada da modernização no território paulista, a autora levanta uma interessante hipótese que para ela foi constatada como verdade, a sobrevivência do caipira “pós-café”. Mas o problema, após sabermos que ela defende a idéia de alterações no campo econômico não influenciarem diretamente em certos traços culturais do homem da roça, é saber como as coisas se readaptaram ao novo contexto. Para nós, a inserção no mercado já seria um indício de desintegração dessa cultura, até porque as relações de trabalho são profundamente alteradas pelos seus distintos interesses.

### **2.3. As múltiplas facetas do homem da roça**

Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo (BOSI, 1992, p. 16)

Ao longo da História regional paulista, a partir da produção historiográfica regional, como já vem sendo apresentado em vários momentos deste trabalho, estamos constatando que o caipira foi sendo inventado e reinventado, com diferentes interesses, sejam eles culturais, econômicos, políticos e até mesmo regionalistas. Vários estudiosos, com distintas intenções e motivações, deram suas contribuições. Porém, é interessante ressaltar que as diferentes produções acadêmicas das últimas décadas tratam da questão de pontos de vista diferenciados,

cujos métodos muitas vezes apenas tangenciam uma possível realidade justamente por localizarem-se presos a vestígios muitas vezes parciais a ponto de calar uma possível versão que pudesse dar voz aos “outros da História”.

Presos à fala oficial, durante as mudanças dos quadros que envolveram a terra e o trabalho, tais autores apontam a importância de um trabalhador livre nacional numa sociedade escravista, mas sem com isso ir além do que a própria literatura nos apontou. Sendo assim, a partir dessas observações, buscaremos vislumbrar a cultura caipira sob outra ótica, porém, atentos para situá-los dentro de uma realidade em constante movimento.

Já sabemos que as fronteiras culturais não respeitam necessariamente as fronteiras político-administrativas de um território, como já ficou subentendido no início deste capítulo, inclusive quando tratamos de uma mesma federação. Afinal, como tratar de forma homogênea o *caičara*, caipira do litoral, localizado na região do Vale do Paraíba, onde sabemos que a decadência pós-café, cujo ápice produtivo ainda baseava sua produção na mão-de-obra cativa, apresentando uma realidade diversa ao pensarmos no nordeste paulista, por exemplo, aonde os trilhos e o café chegaram tardiamente, ao mesmo tempo em que uma estrutura agrária exportadora não tinha se consolidado como em outras regiões do estado de São Paulo?

Nesse quadro de análises, optamos por traçar em dois momentos, entre fins do século XIX e início do XX, a política econômica nacional, a historiografia sobre o período, e também a literatura que se atentou para a vida do caipira para reforçar seus traços estigmatizantes. Um período de transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre, onde a necessidade de absorção de trabalhadores livres para as lavouras cafeeiras foi primordial para a empresa em andamento. Fase de indefinição política sobre questões referentes ao meio rural, já que as tentativas de se desenvolver uma política imigratória ainda não estavam sendo incorporadas a uma política de Estado com um pleno desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que o tráfico já estava sendo suprimido no país.

Perante tais mudanças estruturais da economia nacional na segunda metade do século XIX, homens pobres livres são chamados, ou cooptados, para o trabalho na lavoura cafeeira. Porém, devemos ressaltar que o conceito de trabalho naquele momento ainda estava atrelado ao cativo, mesmo que, concomitantemente, vinha-se já abrindo novas perspectivas para o mesmo. Foi dentro dessa realidade do quadro do mundo do trabalho, num período de necessidades e incertezas, onde se deu a apresentação seguida pela inserção do caipira entre os pobres livres de São Paulo.

Num estudo realizado por Denise A. Soares de Moura, cujo objetivo é estudar os pobres livres na sociedade cafeeira paulista, o primeiro problema apontado diz respeito à

condição de ser pobre entre os anos de 1850, portanto a partir da Lei de Terras, e 1888, fim da escravidão no Brasil.<sup>30</sup> Terras e escravos, para a autora, seriam insuficientes para possíveis descrições que pudessem caracterizar riqueza e poder no período. Por isso, ela optou por apresentar dois momentos em que esse aspecto se justificou, o que a levou a crer em seguida numa possível fluidez social e econômica no território paulista. Segundo esta autora, muitos homens e mulheres que,

[...] apesar de não possuírem terras e amplos recursos econômicos, detinham a propriedade de um ou mais escravos, com base na exploração de seu trabalho, ou trabalhando lado a lado com eles, reuniam os recursos necessários para a sobrevivência (MOURA, 1998, p. 24).

Nesse caso, a sobrevivência foi garantida dentro de quadro social onde uma possível relação do tipo senhorial predominante – em que a produção açucareira se estabeleceu no nordeste durante o período colonial, ou até mesmo em que surgiram os barões do café em São Paulo – foi praticamente inexistente.

Homens livres, donos de escravos, porém, trabalhando junto a eles. Mas, daí definir conceitos de riqueza e pobreza, buscando enquadrar a civilização caipira nesse contexto, seria como ir em direção oposta a que estamos seguindo junto a autores como Antonio Candido, José de Souza Martins, entre outros. Somente pelas simples noções de progresso já nos apontam para uma deformação de um tipo de vida cuja economia foi naturalmente fechada. Portanto, pensar a riqueza seria o mesmo que os situarmos dentro de perspectivas de acumulação, lucro, mudanças nas relações de trabalho, marcas que descaracterizara a cultura caipira.

É importante reconhecermos a existência entre os trabalhadores livres no período escravista que uma relação de exploração não rígida se estabeleceu, ao mesmo tempo em que não se apresentava demarcada por oposições que têm na aversão ao trabalho manual a delimitação de campos representativos dentro do quadro de relações de trabalho. Outro fator que poderia defini-los em campos antagônicos pode estar vinculado à posse de terras, porém, em fontes escritas

[...] percebe-se o retalhamento da grande propriedade entre as famílias, geralmente numerosas, que com o tempo foram perdendo poder econômico e prestígio na região, mas mantinham um quinhão de terra de herança, que lhe garantia o sustento como pequenos sítiantes ou **caipiras, donos de escravos ou não** (MOURA, 1998, p. 24)<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Laura de Melo e Souza também discute o que é ser pobre nesse período.

<sup>31</sup> Grifo nosso.

Mais uma vez o caipira se apresenta distante de uma visão crítica do que pudesse realmente vir a ser sua cultura quando notamos que ser sitiante pode também significar ser caipira. Ainda mais quando sabemos que a posse de escravaria define a condição sócio-econômica do seu possível dono e com isso ele é inserido dentro de uma situação de certa forma classista que o coloca dentro das relações de mercado, afinal, escravos dificilmente eram trabalhadores usados para a criação de roças apenas para a sua própria sobrevivência.

Vivendo lado a lado com um ou poucos escravos, obtendo a perda de poder econômico devido ao retalhamento de propriedades, os documentos utilizados pela autora descrevem as condições dos pobres livres na região de Campinas no final do século XIX. Ao mesmo tempo, a partir de sua perspectiva, torna-se visível um quadro de complexidade para a realidade social da região, justamente por estar inserido dentro do período em que se desenvolve a produção cafeeira baseada no latifúndio monocultor.

A partir dessas observações, seria possível pensarmos num quadro rural em que duas situações coexistem: a lavoura cafeeira de estilo agro-exportador, e a pequena propriedade. Portanto, assim como afirma Maria Isaura, a pequena propriedade que pudesse apontar traços humanos de uma civilização caipira coexistente com a monocultura foi mais uma vez retratada, porém, para a região do café campineiro que foi posterior ao quadro rural de Taubaté, onde a produção alcançou os quadros do Império ainda em pleno andamento.

O modelo de cultura caipira predominante, apesar das possíveis heterogeneidades regionais, cuja delimitação também é difícil de precisar, é descrito pela posse da terra, da existência de um trabalho familiar e possíveis laços de solidariedade entre seus pares em momentos determinantes para a produção de subsistência.

A ambigüidade da questão colocada por Moura, de certo modo nos remete a reflexões sobre a existência de um sitiante dono de escravos e um caipira vivendo do trabalho familiar ou de ambos tendo ou não escravos. Caso esses caipiras apontados fossem donos de escravos, dado que nos deixa reticentes a um possível acordo com tal situação, o caipira do século XIX na região de Campinas estaria distante do modelo caipira predominante no século XX. Sem contar que o caipira possuiu pequenas propriedades, muitas vezes descritas como sítios, que possuem uma estreita vizinhança com outras pequenas propriedades unidas dentro de um mesmo bairro rural.

Outro aspecto muito interessante, abordado pelas observações de Moura, aponta para a importante questão envolvendo a divisão de grandes propriedades logo em seguida à criação da Lei de Terras de 1850. Não seria difícil afirmarmos a possibilidade do partilhamento de uma grande propriedade, ao longo de aproximadamente três gerações, em dezenas de

pequenas propriedades. Aqui, um possível processo de empobrecimento devido a essa fragmentação da terra seria associado à caipirização. Deste modo, um acelerado processo de desagregação do latifúndio e empobrecimento familiar, via parentes de diversos graus, na medida relativa em que a terra pudesse denotar riqueza ao longo do período, estaria em constante desenvolvimento. Isso, no entanto, não exclui a existência de um processo de concentração de terras simultâneo a esse possível esfacelamento territorial.

A fluidez social como uma constante, pode nos remeter aos quadros políticos e econômicos onde as ações de elementos sociais vinculados a camadas urbanas entrassem em contato com a realidade rural. Tal fato justificaria o entrelaçamento entre setores produtivo e financeiro já apontado anteriormente<sup>32</sup>.

A solução possível para frear o esfacelamento da grande propriedade, a partir do quadro exposto acima, estava atrelada à ação financeira de elementos vinculados ao setor econômico vinculados ao mercado de exportação. Portanto, a grande propriedade só sobreviveria com a ação externa de agentes financiadores, apoiados por medidas políticas adotadas pelo Estado. Contudo, a situação real do dono de terras, nem tanto dono do produto da terra, encontrar-se-ia numa inexorável realidade onde somente a sua posse, com valor comercial desde 1850, o legitimaria enquanto elemento da classe dominante no Brasil.

Retomando a questão sobre a Lei de Terras, em 1850, e a relação de posse por parte de elementos sociais do período, ainda na região de Campinas, na segunda metade do século XIX,

[...] muitos eram incapazes de assumir os custos processuais para definir judicialmente suas posses [...] A pobreza não poderia, então, ser definida pelas posses da terra ou escravos, porque a propriedade destes independia da camada social ou da posse de cabedais (MOURA, 1998, p. 25).

Dentre os pobres livres no final do século XIX, os caipiras seriam novamente encontrados, e de maneira equivocada, pois já tratamos a questão da acumulação e da questão da riqueza para uma possível compreensão da sua cultura. Novamente o caipira não foi pensado dentro de seu universo cultural, mas a partir da integração à economia nacional. Sem contar que, difícil de ser definida, a pobreza como conceito para o período analisado encontra obstáculos não somente entre os “pobres” livres de São Paulo.

Pensar o conceito de pobreza requer ter em mente as necessidades e desejos de enriquecer-se. Acúmulos de riqueza, porém, devem também ser pensados a partir de uma

---

<sup>32</sup> Ver José Murilo de Carvalho (1988), José de Souza Martins (1975) e Raymundo Faoro (2001).

realidade onde a posse e o trato da terra nem sempre estão voltados para o mercado. Mesmo com as mudanças em processo, insistimos, não é possível crer que a cultura caipira tenha sido constituída para o progresso, caso isso se busque se enquadrar nos processos de acumulação. Entretanto, é claro que com o Estado se impondo através de medidas políticas e econômicas ao longo do século XIX, o quadro vai se alterando, mas o que não significa necessariamente mudanças de comportamento sócio-cultural de maneira determinista e sequencial. Quando estas se apresentam, a questão passa conseqüentemente a girar em torno da desintegração de um modo de vida rústico que estruturou o mundo caipira.

Adotando uma oposição ao que se vem produzindo sobre o pequeno produtor paulista, muitos deles de cultura caipira, o fato é que, apesar de sua grande importância, não somente dados estatísticos e números podem delimitar possíveis leituras sobre o aspecto cultural de um povo, de certa forma também a sua própria mentalidade.

Isolados, mas integrados, sem a inocência de se marginalizar esse estilo de vida perante o envolvimento em diferentes circuitos de trocas, por mais limitados possam tê-los havido segundo uma gama possíveis de realidades. Porém, com uma religiosidade popular, uma intensa relação com o meio natural, a terra e a distância dos centros comerciais serviu de elemento desintegrador de grupos de homens que lidaram com a terra ao longo do período colonial. Isso lhes permitiu que através de gerações se desligassem, ou pelo menos provocasse o seu afrouxamento, dos mecanismos políticos e econômicos do Estado, nem sempre presente e atuante sobre esses homens. Sem contar que

[...] ser pobre e livre nesse período era fazer parte de uma camada bastante fluida e em contínua diversificação ao longo das diferentes conjunturas do declínio do escravismo, incluindo indivíduos com os mais diversos níveis de posses (MOURA, 1998, p. 25).

No final do século XIX não havia uma definição singular do ser pobre paulista, como ele seria caracterizado, mas, obviamente entre eles de fato figurava o caipira, cuja fala oficial logo atrelaria ambas as denominações. Assim, pobres livres em São Paulo muitas vezes seriam associados a caipiras.

Caipira era o indivíduo nascido e criado fora da cidade. Geralmente trabalhava em sua própria terra, mas quando isso não era possível, trabalhava por jornal, em terras de outros, tornando-se camarada (MOURA, 1998, p. 41).

Complicando ainda mais o desejo de delimitarmos a cultura caipira segundo os diferentes autores, no trecho citado seu representante já não mais aparece entre possíveis

donos de escravos, mas é descrito como empregado de outro proprietário. Morando na roça, ele abandonaria sua terra para vender sua força de trabalho, o que para o período representava certa singularidade, já que o regime de colonato, que logo se seguiria às formas de trabalho descritas acima, predominantes entre os trabalhadores livres do período e que perdurou até os anos de 1960, cuja relação pressupõe o acesso a parte da produção ou acesso a terra, estaria distante do trabalho assalariado. Desse modo, mais uma vez o caipira aparece transfigurado entre trabalhadores assimilados pela lavoura cafeeira, agora como colono. Sem contar que é difícil assimilar a simples associação que a autora faz entre caipira e homem da terra, fora da cidade, sem pontuar questões sócio-culturais e regionais.

Vadiagem foi outro termo inicialmente aplicado pela fala oficial ao pobre livre na segunda metade do século XIX. Necessitados de uma mão-de-obra cada vez mais defasada, os cafeicultores cariocas e paulistas, muitos vinculados a setores políticos nacionais, buscavam cooptar trabalhadores nacionais livres para a lavoura em expansão. Com melhores “salários” que as rendas a serem auferidas através de seu próprio trabalho pudessem lhes propiciar, muitos debandaram em busca da produção cafeeira (MOURA, 1998, p.88). Diferentemente da visão da autora, porém, o Congresso Agrícola de 1878 apontava outra realidade.

O Congresso do Rio, do qual participaram agricultores do Rio de Janeiro, de Minas, de São Paulo e do Espírito Santo, foi unânime em apontar a falta de mão-de-obra e capital como a principal necessidade da lavoura. Reconhecia-se o braço escravo como sendo ainda a base do trabalho na grande lavoura, embora se admitisse que estava condenado a desaparecer; descrevia-se da possibilidade de usar o braço livre nacional, embora fosse tido como abundante, e havia ceticismo quanto ao braço livre europeu (CARVALHO, 1988, p. 72).

Como se pode notar, a demanda para a produção cafeeira não teria ocorrido espontaneamente e com grande expectativa. A falta de capital apontada pelo autor também se opõe à boa oferta de salários, ainda mais quando pensamos na coexistência do trabalho livre com o escravo. Além disso, pelo que podemos constatar sobre as relações de trabalho para o período, o processo de modernização aplicado ao sistema monocultor via café se deu através da produção capitalista de relações não capitalistas de produção. Portanto, a renda da terra é pré-capitalista e o

[...] trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador [...] na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (MARTINS, 1979, p.12).



Durante a crise de transição do trabalho cativo para o trabalho livre dentro de práticas não capitalistas de produção, segundo o autor, um regime de trabalho singular desponta no quadro monocultor, a parceria. Logo faliu e entrou em cena o colonato, que também possui como característica uma força de trabalho estruturada em um tipo de trabalho familiar. Mas sem um desenvolvido sistema monetário, tanto a parceria quanto o colonato não podem ser considerados um regime de trabalho assalariado. Daí a não separação do trabalhador de sua força de trabalho via assalariamento que fez o autor apontar como prática não capitalista.

Sem dados estatísticos que nos remetam a uma análise sobre os possíveis salários que estavam sendo pagos aos pobres livres do final do século XIX, difícil seria buscar compreender uma nova singularidade entre o colonato e o trabalho cativo: o salário dentro de um universo (des)monetizado. Não havia mecanismos de pagamento ao trabalho livre, assim como não é possível compreender uma situação onde caipiras abandonam suas pequenas propriedades, onde o auxílio da sua própria família pudesse contribuir para a produção através do trabalho entre seus membros, com uma divisão sexual da mão-de-obra de maneira delimitada, em troca de parte da produção em terras de fazendeiros, já que o colonato se caracterizava, segundo Martins, pela combinação de três elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e excedente voltado para a comercialização pelo próprio trabalhador.

Se o trabalhador livre do período analisado, ou seja, durante a transição do trabalho cativo para o livre, somente teve acesso à parte de pagamento possivelmente remunerado após o trato do cafezal que levaria em média três ou quatro anos para a primeira colheita, difícil é tentar entender um abandono consciente de suas terras para se distanciar do produto de um trabalho que poderia ser realizado em suas próprias terras. Além disso, é sabido que os fazendeiros paulistas buscavam, a todo custo, prender seus colonos através de dívidas assumidas ao longo de suas relações de trabalho. Sem contar que medidas contratuais não estavam pré-determinadas pelos mecanismos estatais, permitindo ao fazendeiro moldá-las segundo suas necessidades e especificidades. Na verdade, o fazendeiro, através do diálogo e da palavra empenhada junto ao chefe da família, quando convencido, definia a forma de exploração da sua força de trabalho.

Vadiagem era um termo que se dava ao modo de viver do pobre livre. Para lidar com esse costume, os meios escolhidos foram a educação, e a disciplinarização dos hábitos de trabalho, sempre tratados do ponto de vista da provisoriidade, da intermitência e efêmera educação (MOURA, 1998, p. 85).

Além da vadiagem, a preguiça também caracterizou o trabalhador livre nacional na fala oficial do final do século XIX. Porém, ao instaurar a crise no sistema de parceria entre fazendeiros e imigrantes, alguns autores caracterizaram essa falta de interesse daqueles homens também como reflexo de tal situação. Assim, de certa forma podemos deduzir que todo trabalhador em oposição à forma de exploração da empresa monocultora poderia ser negativamente conceituado pelas elites nacionais voltadas para esse setor produtivo que era a grande lavoura.

Outro aspecto que também surgiu durante essa crise nas relações de trabalho foi o jogo envolvendo o combate à vadiação pela fala oficial coexistindo com o interesse de cooptação de braços para a lavoura sendo livremente aceita pelos pequenos proprietários de terras, entre eles os caipiras. Contudo, se trabalhar nas grandes lavouras fosse um fator atrativo, haveria então a necessidade da utilização de termos como vadiagem e preguiça para combater a negação de racionalização de trabalho imposta aos pobres livres?

No cotidiano da roça, voltada somente para a produção de alimentos, muitas vezes comercializados apenas no âmbito local, o tempo e a prática do trabalho compartilhavam determinados ritmos e conteúdos. A vida da roça acontecia através de um ciclo, onde magia, a religião e as manifestações da natureza definiam os dias do plantar, do colher, do preparar a terra, do ritual, do visitar e do envolver-se em diversas atividades (MOURA, 1998, p. 92).

O direito à vadiação, ou tempo livre do trabalho, não estava atrelado à racionalização do trabalho imposta pelos mecanismos da monocultura vinculada ao interesses modernizantes do quadro paulista, mas como elemento integrado ao cotidiano do trabalho na roça. Propriedade cujo dono se remetia a uma intensa vida familiar integrada entre seus elementos, com uma divisão do trabalho definida e que assegurava aos seus pares a possibilidade de pensá-la integralmente, ou seja, nos diferentes desejos que envolvem a vida, dentre eles a necessidade de sobrevivência e reprodução dos valores sócio-culturais transmitidos hereditariamente.

Outra medida adotada para buscar combater a vadiagem, sendo ela pensada pela fala oficial devido à aversão ao trabalho que se denomina remunerado, teve como solução o recrutamento para a Guarda Nacional. Porém, tal atitude causou uma crise no abastecimento de gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos proprietários não donos de escravos. Desse modo, mais um paradoxo se apresentava dentro desse quadro, afinal, como o conceito de vadio pode atrelar-se a uma produção consistente de gêneros, já que uma crise de

abastecimento se instaurou a ponto de mobilizar deputados da Assembléia Provincial para tentar impedir tal arbítrio imposto através do recrutamento forçado?

O recrutamento arbitrário e baseado em objetivos muito pessoais invadia a casa de qualquer um, principalmente a das pessoas mais simples, que trabalhavam com seus próprios braços para obter o seu sustento diário, desarticulando, sem rodeios, práticas que guiam a vida destas famílias (MOURA, 1998, p. 190).

Uma das observações que devem ser postas nessas questões apontadas é que a autora denomina caipira o habitante pobre e livre dentro de uma estrutura social de trabalho cativo. Para nós, seria insuficiente concordar com tal afirmativa, baseada em falas oficiais do final do século XIX, justamente por se tratar de aspectos políticos e econômicos que não consideram elementos culturais desses grupos humanos.

Ao mesmo tempo não invalida um repensar acerca da vida caipira dentro de São Paulo no período, onde transparece, dentro do combate a um estilo de vida de certo tipo de elemento social do campo, elementos culturais que nos permitem visualizar a sociedade rústica que se figurava dentro da realidade paulista. Sem contar que a autora caracteriza as “pessoas mais simples” aquelas que trabalham com os próprios braços para garantir seu sustento diário. Tal esboço é muito vago e impreciso, afinal, o caipira vive daquilo que produz, as famílias em regime de colonato também garantem o próprio sustento através de sua força de trabalho. Logo, todos os trabalhadores, dos “mais simples aos mais simples”, necessitam de seus braços para garantirem a sua própria comida.

Apresentando outro quadro para o século XIX, Maria Sylvania de Carvalho, em sua obra *Homens livres na sociedade escravocrata* (1976), permite-nos outro olhar sobre a cultura caipira naquele período de transição da força de trabalho na área rural paulista. Faz um interessante e complicado estudo sobre os caipiras em plena sociedade escravocrata. O que mais se desponta em suas análises, e que a difere de outros autores que lhe seguiram os passos, foi a presença constante nos diferentes níveis de relações intra-grupais, de traços de violência como sendo uma constante no meio social do homem rústico. Ao caracterizar as relações comunitárias entre vizinhos caipiras, excluídos dentro da estrutura fundiária nacional, mas integrados, a autora afirma que eles fazem parte de um grupo marginalizado interligado a um sistema social mais amplo.

Lidando com fontes oficiais que partem de uma visão institucionalizada de Estado, Franco vai colher em brigas e litígios entre vizinhos a visão conflituosa no cotidiano daqueles homens. Assim sendo, o recurso à violência estava sendo visto sob a ótica de uma rotina

presente dentro dos padrões de comportamento dos caipiras, inclusive em atividades solidárias como o mutirão.

[...] a violência que os permeia se repete como regularidade nos setores fundamentais da relação comunitária: nos fenômenos que derivam da proximidade espacial (vizinhança), nos que caracterizam uma vida apoiada em condições comuns (cooperação) e naqueles que exprime o ser comum (parentesco) (FRANCO, 1976, p. 25).

Como tem sido demonstrado, analisar o caipira no campo historiográfico não é uma tarefa fácil. Além de uma exígua produção historiográfica, constatamos a heterogeneidade dos trabalhos junto a outros campos do conhecimento que nos apontam estudos sobre o tema, mas muito distantes entre si. Na forma com que muitas vezes são debatidas as questões que envolvem este universo, não tem sido considerada as questões temporais, metodológicas e regionais, fato compreensível a julgar pelas diferentes áreas do saber. Com isso, torna-se assim difícil pensar o caipira num mundo com trabalho cativo, noutra com a mecanização seguida da expulsão do homem do campo, donos de terras ou não. Mas a complicação maior se dá quando essas diferentes áreas de estudo não permitem um aprofundamento que fuja de questões com interesses pré-definidos atrelados aos processos de acumulação.

Ao apontar traços de violência na cultura caipira, é importante ressaltar que estamos tratando de uma sociedade em pleno século XIX, portanto também violenta, além do fato de Franco usar como documentação para seu trabalho, processos litigiosos que chegaram às vias de fato, mesmo sendo oportuno dizer que em tais vestígios, direcionados e exclusivos por se tratarem de conflitos, a presença de outros traços sócio-culturais presentes não fariam sentido nesses casos, e assim de longe mascarariam aquela realidade. Mas quando pensadas na perspectiva de mudanças ocorridas ao longo do período, com profundas transformações, entre elas as ações políticas do Estado, difícil seria apontar a violência como uma inexorável marca restrita apenas à cultura caipira.

Mesmo assim, apesar das tensões existentes nos registros referentes ao final do século XIX, a mesma autora descreve as realizações de trabalhos comunitários e uma religiosidade popular sempre presentes. Num segundo momento, ela também aponta que

[...] a constante necessidade de afirmar-se ou defender-se integralmente como pessoa, ou seja, a luta ingente na relação comunitária surge conjugada à constituição de um sistema de valores em que são altamente prezadas a bravura e a ousadia (FRANCO, 1976, p. 50).

Bravura e ousadia para enfrentar a floresta, abrir roça, preparar a terra e retirar dela seu sustento. Quando necessárias, se tornam comportamentos voltados para a prática da violência. Para a autora, a cultura caipira é uma cultura pobre e apresenta um sistema social simples. A questão que nos salta aos olhos, porém, após essa crítica, seria uma tentativa de entender a existência de uma cultura desenvolvida e rica numa sociedade escravista, rígida, onde os papéis sociais são pré-determinados e a violência se apresenta em múltiplas facetas.

Enfrentando as adversidades do meio, numa tênue relação com o mesmo, mas com uma divisão sexual do trabalho presente, religiosidade adaptada às suas necessidades espirituais, juntamente com a reunião coletiva para a realização de uma gama de atividades que garantissem, além da sobrevivência e reprodução, a consolidação de sua cultura, não poderia ser visto como uma forma de vida simplista, ainda mais em se tratando daquela sociedade.

Sendo marginalizada, mas integrada a uma realidade social ampla, o que nos permitiria supor a inferioridade cultural de um grupo no meio rural paulista em pleno século XIX, quando confrontados com um mundo escravista até então dominante? Quais as noções de valores sócio-culturais permitir-nos-iam despontar elementos que destacariam formas diferentes de se olhar essas culturas dos diferentes grupos nacionais, da roça ou não, ao final do século XIX? Sendo assim, essas questões nos remetem a um repensar integrador sobre o multiculturalismo brasileiro, porém, difícil seria vislumbrar uma hierarquia de princípios delimitadores entre os diferentes elementos culturais do país.

Os caipiras de Franco, assim os chamaremos para afirmarmos o que vimos discutindo sobre a cultura caipira vista ao longo do tempo em diferentes áreas regionais e também do saber, lembrando a perspectiva de leitura da História segundo Adam Schaff, aparecem em outros momentos desnudados da terra. Assimilados pelos grandes fazendeiros, foram incorporados, apesar da resistência, a um remodelamento de suas próprias vidas. Portanto, nesse ínterim, se separaram elementos econômicos de culturais, tornando problemática a compreensão de uma cultura atrelada a terra e que através dela consolidava todo o seu universo existencial, ou seja, as suas realizações litúrgicas sempre vinculadas a etapas do trabalho na roça, sem contar no direito à caça, pesca, atividades além do lidar com a terra.

Sendo jogado para dentro de fazendas de monocultura, difícil seria imaginar a manutenção de hábitos e costumes realizados anteriormente em suas próprias terras. A própria divisão sexual do trabalho seria alterada a partir de novas necessidades de dispensar um excedente na sua força de trabalho.

Assim, logo em seguida, a mesma autora descreve o nascimento de novos tipos históricos de habitantes da roça, no entanto, sem perder de vista a denominação caipira.

O camarada representa apenas a viabilidade de absorção do caipira ao setor da sociedade que está articulado economicamente, num processo que em larga medida é de perda dos atributos do tipo social anterior. O agregado ou morador, ao contrário, reelabora o antigo estilo de vida, embora carente de suas próprias bases: a livre disposição da terra e a participação em pequenos grupos sociais coesos [...] As próprias condições nas quais se organizou a exploração mercantil, isto é, grandes propriedades destinadas a uma cultura onerosa, desenvolvidas numa época de dificuldades de mão-de-obra, possibilitaram a sobrevivência do caipira independente: as terras improdutivas podiam, sem prejuízo para o proprietário, ser cedidas de favor. E eis aí estabelecido o morador em terra alheia, nela vivendo por sua própria conta e risco [...] As condições básicas em que a cultura do café se desenvolveu – gerando propriedade cuja exploração era necessariamente limitada – permitiram a **sobrevivência do caipira tradicional** e o preservaram da transformação em trabalhador livre (FRANCO, 1976, p. 92-93)<sup>33</sup>.

Sobrevivência da cultura caipira em terra alheia. Mesmo sendo exposto nesse trabalho a não necessária vinculação entre cultura e economia, onde alterações no quadro econômico nem sempre são acompanhadas de alterações culturais, a questão que emerge nessa situação diz respeito à manutenção de um modo de vida singular. Como tem sido demonstrado pelas obras que aqui tratam do caipira em meados do século XIX, onde profundas alterações ocorreram no meio rural brasileiro, com a Lei de Terras de 1850 e a Abolição, concomitantemente à apresentação muitas vezes negativa sobre o mesmo personagem, o fato é que devemos repensá-lo nesse contexto, onde a terra e o homem se inter-relacionaram intrinsecamente a uma realidade flexível, tênue e, por que não, instável em suas bases.

Alterar a relação de posse do caipira com a terra dificilmente não atingiria mudanças no seu modo de vida. Contudo, somente um trabalho onde permeasse dois momentos, antecessores e posteriores às condições legais acerca da terra e da mão-de-obra, que atravessassem as ocorrências do período, possivelmente poderíamos compreender as bruscas transformações e pensar o caipira em diferentes contextos. Ou seja, até que ponto o caipira teria a liberdade de reproduzir sua existência perante grandes propriedades que em nenhum momento abandonaram a perspectiva de expansão de sua lavoura cafeeira.

Na questão da posse da terra, como mais uma forma de notar que a ocupação dela sem ser o próprio dono, no caso o caipira, só seria viável como força de trabalho para o trabalho produtivo, ou seja, para o mercado.

O que distingue os pobres dos ricos não são, em primeiro lugar, os seus respectivos estilos de vida, como consequência do seu acesso desigual aos meios de produção, mas o monopólio dos ricos sobre a terra [...] A riqueza dos fazendeiros nem sempre é recém-adquirida. As leis de

---

<sup>33</sup> Grifo nosso.

herança desempenharam seu papel na perpetuação do poder dos ricos (STOLCKE, 1986, p. 294-294).

Vale destacar também que há a forte presença da ação do Estado voltada para o mercado que se impõe naquilo muitas vezes denominado liberalismo brasileiro às avessas: luta pela liberdade para o mercado apesar da presença marcante do Estado nos moldes lusitanos e a mão-de-obra cativa. Porém, se pensado globalmente, os mecanismos de acumulação juntos ao liberalismo europeu, liberalismo-escravismo não passariam de um paradoxo verbal (BOSI, 1992, p.195). Deste modo, a questão mercado mais uma vez se aproxima da tese de Faoro sobre a mercancia como raiz cultural lusitana transferida para a nova formação do Estado brasileiro.

Tratando das questões acerca da colonização brasileira, para Alfredo Bosi, as noções de cultura e progresso passam a sofrer uma ação de fusão a partir do século XVIII. Tratando desses dois elementos e pensando também em processos de aculturação permeados por mecanismos colonizadores e consciência grupal perante mecanismos voltados para aquilo que se denominou progresso, ele afirma:

Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em progresso, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da elite comercial européia durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse contexto, a economia colonial foi efeito e estímulo dos mercados metropolitanos na longa fase que medeia entre a agonia do feudalismo e o surto da Revolução Industrial (BOSI, 1992, p. 20).

Progresso e colonização, assimilação cultural que permite a (re)elaboração de mecanismos de controle sobre novas áreas a serem dominadas. Assim, uma cultura marginal tem sua estreia nesse quadro, ao mesmo tempo em que técnicas de dominação visando a satisfação material através de um poder coercitivo que extrapola elementos culturais são impostas pelos mesmos. Porém, uma resistência passiva se apresenta naquele quadro, obrigando o dominador externo a também assimilar elementos culturais do elemento dominado, seja ele o índio ou o negro e até mesmo grupos mestiços no interior do país.

No contexto apresentado, o mais importante elemento a ser pensado no quadro da colonização diz respeito às formas de embates culturais no processo de formação do Estado brasileiro. Desde o aprisionamento do índio, a escravidão do negro, a força do braço cativo e preso a terra num segundo momento, a cultura brasileira vem sendo moldada à base da agressão e da violência. Portanto, dar relevância e creditar o aspecto cultural violento do caipira em pleno século XIX, longe de sua negação seria, portanto, apenas apontar apenas mais um pequeno elemento cultural e comportamental enraizados nas terras americanas.

Contudo, essa referência vale também para questionarmos onde os atos de violência estiveram ausentes nos diferentes processos de colonização do país.

[...] A conquista do Novo Mundo juntou **práticas de violência e barbárie**, como a reinvenção do trabalho escravo, e estímulos ao progresso, como em geral se considera o trânsito do feudalismo ao lento, árduo mas irreversível ascenso da burguesia que ocorreu nos séculos posteriores aos descobrimentos [...] A **dialética da colonização** não é tanto a gangorra de nacionalismo e cosmopolitismo (que se observa também em culturas européias) quanto a luta entre modos de pensar localistas, espelho dos cálculos do aqui-e-agora, e projetos que visam à transformação da sociedade recorrendo a discursos originados em outros contextos, mas forrados de argumentos universais (BOSI, 1992, p. 378-382)<sup>34</sup>.

A cultura caipira permite-nos, de certa forma, buscarmos compreender algumas raízes culturais de formação dos diferentes grupos humanos ao longo da nossa História. Assim, todo avanço dos processos de valorização da riqueza produzida se dariam de forma violenta ao longo desse desenvolvimento histórico global, pois a mercancia estreou aqui uma (re)dinamização para o mercado através da empresa monocultora que existe até os nossos dias.

Desde o início da colonização, escravizando primeiramente o índio, em seguida o negro. Ao final do século XIX e uma reinvestida da prática da violência proporcionada por mudanças estruturais na economia mundial, principalmente após a Revolução Industrial, o seu (re)avanço através da modernização expulsou o pequeno produtor de sua terra, pressionado que estava pelas necessidades do mercado mundial.

Sendo expulso de suas terras, portanto de forma violenta e caracterizada de diferentes formas, o caipira sem querer prestava um serviço ao sistema de *plantation* quando buscava a abertura de novas áreas, abrindo florestas, preparando a terra para o plantio monocultor, através do café, que estava em vias de se instaurar no interior paulista. Portanto, quando o avanço modernizante do final do século XIX se acelerava, eis que a cultura caipira seria atingida integralmente, restando-lhe apenas duas alternativas nem sempre claras para sua sobrevivência: a busca por novas terras a serem cultivadas ou aceitar a sua assimilação pela avalanche imposta pelos processos de acumulação. Sendo assim, a violência presente até mesmo dentro de uma sociedade com laços comunitários estreitos, como demonstrados anteriormente no trabalho de Franco e outros autores, seria apenas mais uma das tênues agressões existentes no Estado brasileiro, integrado ao circuito de trocas mundial, perpetuada pelas elites nacionais que o representam.

---

<sup>34</sup> Grifo nosso.



[...] É extremamente importante repensar o processo de formação de toda essa cultura que viveu e ainda vive sob o limiar da escrita. Certa vertente culta, ocidentalizante, de fundo colonizador, estigmatiza a cultura popular como fósil correspondente a estados de primitivismo, atraso, demora, subdesenvolvimento. Para essa perspectiva, o fatal (que coincide, no fim, com o seu ideal mais caro) é o puro desaparecimento desses resíduos, e a integração de todos os seus sujeitos nas duas formas institucionais mais poderosas: a cultura para as massas e a cultura escolar. Trata-se de uma visão linearmente evolucionista que advoga, com a autoridade da ciência oficial, a causa dos vencedores (BOSI, 1992, p. 323).

### 3. Conservação e mudança da cultura caipira no *Districto de Crystaes*

Após discutirmos o processo de institucionalização do antigo distrito do município de Franca-SP, dentro dos quadros da Primeira República, e a visão generalizada da cultura caipira entre diferentes autores desde as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, envolvendo a terra e o trabalho, buscaremos retratar neste capítulo o modo de viver do homem da roça na região nordeste do estado de São Paulo. Para isso, analisaremos o passado local a partir da memória de antigos moradores do meio rural, utilizando fontes orais via História Oral. Assim, acreditamos poder nele ter contribuído para uma outra reflexão sobre a cultura caipira, tendo a perspectiva de buscar abordá-la a partir dos próprios sujeitos que a reproduziram ao longo de todo o processo histórico que caracterizou uma região com vários bairros rurais, e fortemente marcada por pequenas propriedades que exploraram a terra utilizando basicamente a mão-de-obra familiar. Todas essas caracterizações, por sua vez, foi o primeiro passo que nos permitiu aproximar a cultura do homem da roça ao estilo caipira. Desse modo, poderemos constatar, neste capítulo, a existência de vários traços em comum com aquilo que acreditamos ser a cultura caipira.

#### 3.1. Dentro do “moderno”, o tradicionalismo.

Com a exceção de *pousos*, forma de povoamento que se estabeleceu às margens de uma antiga rota bandeirante – *caminho dos goyazes*, que ligava a vila de São Paulo ao interior do país, e que no século XIX passou a ser chamada de Estrada do sal (OLIVEIRA, 1997, p.55) – somente com o avanço da pecuária podemos afirmar que de fato essa região passou a receber grandes levas de migrantes, primeiramente mineiros, seguidos por migrantes de outras regiões do país, mas com menor expressividade até o final do século XIX, quando a chegada dos trilhos ferroviários e o avanço da cafeicultura vão alterar o cenário regional. Toda esta área, compreendida entre os rios Grande e Pardo, no nordeste do atual estado de São Paulo, ficou conhecida ao longo do tempo como *certam do rio Pardo*, justamente por refletir a falta de povoamento durante os primeiros séculos de colonização. Nela, hoje se localiza o município de Cristais Paulista, fundado em 1958, após ter sido distrito pertencente ao município de Franca durante os anos de 1910 a 1958.

A ocupação humana do território do atual município de Cristais Paulista foi irregular e seguiu uma dinâmica que se enquadra perfeitamente ao nordeste paulista. Os trilhos ferroviários remodelaram a estrutura fundiária em vários pontos do antigo distrito e alavancou a produção cafeeira com a mão-de-obra sendo preenchida por famílias de colonos tanto de imigrantes europeus quanto pobres livres nacionais – estes, desde meados do século XIX - e descendentes de ex-cativos. No entanto, uma primeira ocupação consolidada na região, como vimos, foi a de *intrantes mineiros* que aqui foram ocupando o antigo sertão, entendido como um local despovoado, e que desenvolveram primeiramente a pecuária e a agricultura de subsistência. Antes, porém, quando viajantes atravessavam a região, ponto de passagem entre a vila de São Paulo e o interior do país, os *pousos* aqui estabelecidos, a partir do século XVIII, foram obra dos paulistas (CHIACHIRI FILHO, 1973, p.31).

Em se tratando do ponto geográfico preciso, o município de Cristais Paulista possui relativamente terras baixas e altas, isto é, regiões mais isoladas que ficam em pontos mais baixos que fazem divisa com o Estado de Minas Gerais, próximas ao rio Canoas, e terras mais altas que se localizam próximas à área urbana e a cidade de Franca. Hoje, esse rio, faz parte da divisa entre os dois estados e é um dos afluentes do rio Grande. Às margens do Canoas, hoje localizado pelo lado mineiro, por volta do ano de 1864 foram encontrados diamantes, num ponto chamado Garimpo das Canoas, atual cidade de Claraval-MG (OLIVEIRA, 1997, p.59). Hoje, uma das ligações entre a cidade de Cristais Paulista e Franca com o Estado de Minas Gerais, via Claraval, é a vicinal Manoel Carrijo, antiga estrada aberta em 1920 para atender a dinamização das trocas comerciais entre essa região baixa, mais isolada, com os trilhos ferroviários, pois a rodovia, como veremos, terá um traçado fiel ao que foi estabelecido pela antiga ferrovia.

Atualmente, as terras mais valorizadas do município situam-se no seu, digamos, ‘ponto alto’, conhecido como trecho da Alta Sorocabana, onde a produção cafeeira, lavoura predominante no município, é de boa qualidade e os meios de transporte são facilitados pela presença de boas estradas e rodovia que a transpõe. O início dessas terras altas fica muito próximo à rodovia estadual Cândido Portinari, numa região chamada Pouso Alto, cujo nome nos remete à primeira forma de ocupação da região no século XVIII. É justamente ali onde inicia a descida da serra, como é conhecido o local entre seus antigos moradores.

Essa mesma descida da serra hoje é facilitada por uma vicinal que interliga a região baixa à rodovia Cândido Portinari. Porém, ela só foi pavimentada nos anos de 1960 para facilitar a ligação com as usinas hidrelétricas de Estreito e Peixoto, ambas localizadas no rio Grande.

*Tem os filho do Paulo Mendonça e do Ari, que é os dois irmão que morreu num desastre. Inclusive eles tinha posto o nome naquele asfalto, que desce ali, que vai lá pra Limeira, do Ari Mendonça né? Eh, mas deram de cima e tiraram, porque quan, quem construiu aquela estrada, que abriu a serra e construiu aquela estrada, e descendo aquilo abaixo, e vai, e passa nos Carrijo, nos Mendonça, Carrijo, no Bálsamo até a divisa de Pedregulho, chama-se Manoel Carrijo [...] Da região. Ali ele, construiu ele com os empregado dele, e fazia mutirão, abriu a serra, e no puro enxadão, e fez vortá o nome, fez tirá o nome do Ari, num tinha nada a vê com o peixe. Só porque era, tinha, memo, memo, tinha, eles nem era herdeiro ali, é, que é o seu Joaquim e esse vereador que morreu, era filho dele. Ai depois que, que eles morreram, tal, quando abriu o asfalto, puseram, aquela coisa, que quis pô o nome.*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos)

*Tinha, Manuel Carrijo que abriu a estrada (...) A jardineira ia duas veis lá embaixo [...] Cuidava nada, lá, quem cuidava na Furna quando tinha, aquela época lá, tinha um que ficava com uma carriolinha, que ficava na estrada aí, com carriola. Ocê acha que vai cuidá duma estrada com uma carriolinha? Um pretim de Cristais lá, num sei como é que ele chamava né. Ih (...) De vez em quando, quando estragava muito, juntava carro-de-boi, puxava pedra, jogava naqueles buraco, era isso aí.*

(Ana Cintra, 78 anos, e senhor João Tibúrcio, 87 anos)

*Da Serra das Goiaba. Daí o, o, aquela estrada lá, ela foi construída em 1920, através de, trabalho manual. Um fazendeiro que se encarregou de abrir aquela estrada lá (...) Manuel Carrijo [...] É, não, ele pôs é, gente trabalhá, mas ele pagando. Porque naquela época o, ele conseguiu comprá caminhão, o único caminhão que ele tinha que, que descê na serra. Então, fizeram aquela estrada. Em 1920, eu num era nascido, mas na serra lá tinha, a bandeira, numa pedra de areia, que fizeram, muito bem feita, “Alfredo Carrijo, foi construído em 1920”, uma bandeira assim, na pedra, bonita. Mas agora, com o asfalto que fizeram, o que acontece, derrubô né, abriu a estrada, tiro a pedra [...] Não, deixa eu vê, tem uma, uma história aí que eu num, ah sô, ali na fazenda, a fazenda que o carro, que o home subia com os carro-de-boi, era, passava por frente a nossa casa. E a tulha que nós tinha lá no sítio, era um depósito de, ara, arroz, feijão, milho, rapadura. E os fazendeiro da Furna trazia com o carro, subia a serra lá, que tem a estrada até hoje, um pedaço dela. Então, o depósito do, dos cereais era tudo ali, depositado na nossa tulha. E hoje num tem ela lá, mas fizeram diferente né, fizeram um barracão. Mas antigamente era de tábua [...] Ali era, Cristais é, Prefeitura de Franca, é que mandava em Cristais. Quem que fazia a conserva da estrada, era dois empregado de Franca, trabalho manual né, com enxadão, picareta, nas pedra, nas serra. Chamava tapa-buraco né, que eles fala hoje. Mas é, daí uns tempo, vinha chuva demais, fazia estrago, vinha eles outra vez. Então, cada estrada tinha que abrir, de esgoto, nas lateral, porque a enxurrada saía fora né? [...] Existiu alguém lá na Furna, reuniu cinco, seis pessoa, “vamo dá uma reforma, consertada na estrada que, num tá tendo condição de subi de carro, caminhão mais”. Isso aí existiu sabe? Agora, depois, quem deu conserva de, de, da estrada, foi, aqui, o fiscal, chamado Sebastião Rodrigues, tinha o apelido de Sebastião Fiscal. Ele que mandava às veis três empregado, dois empregado, fazê, abrir os esgoto e tapá buraco.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

A abertura da estrada que permitia a ligação entre a região baixa e mais isolada do *districto de Crystaes* com a parte alta, onde se localizavam as praças comerciais e a estação ferroviária, foi obra de uma família que conseguiu adquirir o primeiro caminhão da região. Um trabalho que posteriormente, para sua conservação, contou tanto com apoio da administração pública quanto dos sitiantes que muitas vezes realizavam mutirão para a melhoria da estrada. Se analisarmos o traçado da ferrovia, essa estrada aberta ligava vários

bairros rurais do distrito com as estações tanto de Covas quanto de Cristais<sup>35</sup>. Assim, a dinamização das trocas comerciais com os pequenos proprietários na região mais isolada e distante do contexto urbano, pensada na questão dos padrões de meios de transporte do período, se consolidava.

*E, assim, depois arroiava o barril e punha no carro-de-boi. E olha, nós trouxemo aqui no Miramonte [antiga Covas], eu vinha, cheguei aqui, no carro-de-boi, saía lá de madrugada, às veis posava aqui. Outra hora eu vortava e chegava lá de noite outra né? A vida nossa foi essa.*  
(Senhor Natael Malta, 89 anos)

Facilitando a penetração de negociantes que compravam todo o excedente produzido pelas famílias donas de pequenas propriedades, o caminhão que incentivou a abertura da estrada simbolizava a dinamização da penetração das relações de mercado em um meio rural que possuía, como veremos, alguns aspectos da cultura caipira.

*É, pra, pro ano inteiro. Feijão, nós colhia aí, 80, 100 sacos de feijão. Reservava cinco, seis sacos de feijão e, e o resto vendia. Que o comprador era, chamava Isaac, era um turco, era **comércio dele**, comprá cereais e vendê, levava pra Franca. Então, era satisfação nossa na, quando chegava a colheita, que é, re, recolhia um dinheirinho a mais, aí, daí tinha a produção de, ovos, vendia frango, uma galinha, **porque o caminho ali, gente procurava muito porque a, a estrada passa beirando a sede**. Então, é, vivia daquilo ali, a, esse dinheirinho a mais de, por exemplo, fazia um queijo, vendia um leite pra um vizim, e tudo fazia ajuda pra, o pai criá esses nove irmão. Quatro trabalhava na roça, os mais novo já ia pra escola né?<sup>36</sup>.*  
(Senhor Olívio, 87 anos)

A região do Pouso Alto, onde se aglomeravam pequenas propriedades, era o limite entre as Furnas e os centros comerciais representados pelas estações de Covas e Cristais. Logo com a abertura da estrada, incentivada pela família Carrijo, passou a receber os produtos de Furnas para que ali as trocas fossem realizadas, transformando-se numa espécie de intermediária. Assim, foi uma das primeiras afetadas pelas mudanças impostas pelo mercado, no sentido de reformular as formas de vida daquelas famílias, já que as relações de trabalho, sua organização, não atendiam necessariamente às imposições do mercado. Embora isso não signifique uma total negação da busca pelas trocas comerciais, o fato é que a vida dessas famílias também atendia às necessidades de sobrevivência antes mesmo do consumo de mercadorias que se localizavam além desse aspecto.

*Não, deixa eu vê, tem uma, uma história aí que eu num, a so, ali na fazenda, a fazenda que o carro, que o home subia com os carro-de-boi, era, passava por frente a nossa casa. E a tulha*

<sup>35</sup> Covas foi uma das estações ferroviárias do município de Franca. A última estação, localizada, no período, nos extremos da malha urbana daquela cidade.

<sup>36</sup> Grifo nosso.

*que nós tinha lá no sítio, era um depósito de, ara, arroz, feijão, milho, rapadura. E os fazendeiro da Furna trazia com o carro, subia a serra lá, que tem a estrada até hoje, um pedaço dela. Então, o depósito do, dos cereais era tudo ali, depositado na nossa tulha. E hoje num tem ela lá, mas fizeram diferente né, fizeram um barracão. Mas antigamente era de tábua.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

A rodovia que liga as cidades de Cristais Paulista e Franca e o Estado de Minas Gerais respeitou quase que fielmente o traçado da antiga estrada de ferro construída no final do século XIX. Esta, por sua vez, vindo da região de Ribeirão Preto, também acompanhou trechos de uma das três antigas rotas bandeirantes – *Caminho dos goyazes* - que ligava a vila de São Paulo ao interior do país. Desse modo, as terras que margeiam a atual rodovia, antes ferroviária, eram apenas ponto de passagem entre a vila de São Paulo e o interior.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, muitos dos traçados de estradas de ferro concordaram com antigos caminhos de índios e bandeirantes. Desse modo, como podemos ver, essa regra provavelmente se aplicaria à realidade da região estudada, afinal, do antigo caminho do gado e do sal, no ponto do município de Cristais Paulista, a ferrovia viria a se consolidar e delimitar posteriormente o traçado rodoviário. Sabemos que, sem essa perpetuação de antigas rotas se adequando aos tipos de meios de transporte que vão se desenvolvendo ao longo do tempo, muitas cidades e vilas do interior do país praticamente decretariam seu falecimento devido à liquidação de atividades comerciais desenvolvidas pelos tão necessários circuito de estradas<sup>37</sup>.

Assim, Sérgio Buarque segue nos apontando que o estabelecimento desses caminhos e rotas para o interior do país também respeitaram pontos onde havia a presença de água. Ao mesmo tempo em que retardava a marcha para a construção de balsas, e obviamente matar a sede dos sertanistas, ela também servia para a descrição de velhos roteiros, ou seja, determinava a criação de caminhos que, posteriormente, abrigariam arraiais e povoações (HOLANDA, 1957, pp. 39-44).

Em alguns pedidos de sesmarias, cujas terras viriam a situar-se no *districto de Crystaes*, no início do século XIX, a descrição dos locais apresenta os nomes de córregos e ribeirões que ainda existem, inclusive com a mesma nomenclatura. É o caso do Ribeirão da Prata, localizado nas regiões baixas, ao fundo dos vales, num ponto em que vários córregos

---

<sup>37</sup> Em relação à antiga *estrada dos guayazes*, que ligava a vila de São Paulo às minas de Goiás no interior do país, sabemos que na altura da região de Franca, no final do século XVIII, sofreu uma alteração. Se antes ela ligava a região de Franca ao atual município de Ituverava, seu traçado passou a seguir em direção à Farinha Podre (Uberaba). Dessa forma, o que viria a ser o *districto de Crystaes* entrou no circuito de estradas do interior do país, pois foi esse caminho remodelado que viria a receber os trilhos ferroviários e a rodovia em seguida (CHIACHIRI FILHO, 1973, pp. 52-55)

encontram com esse ribeirão que vai desaguar no rio Canoas. Em 1815, por exemplo, Dona Elena Maria Martinz, Joaquim Ribeiro Guimarães e Anna Esmenia, justificam o pedido de sesmarias do seguinte modo:

[...] que elles a dez annos achão-se arranchados em huns campos, animaes, e com terras de cultura na parajem denominada **Ribeirão da Prata** [...] queriam possuir de legítimo título.

Outro pedido, desta vez executado pelo capitão José Pinto Tavares, remete a locais dentro do que seria, a partir de 1910, o *districto de Crystaes*:

Pede terras de sesmaria para fazer “fazenda” onde finda a Sesmaria do Coronel Jozé Joaquim da Costa Gavião, principiando no **Ribeirão da Onça**.

Casos havia em que a referência à localização das terras pedidas como sesmarias era descrita pela proximidade com outras terras cuja posse estava legalizada. Nesse caso, pudemos constatar que era próxima ao Ribeirão da Prata pelo sobrenome, no caso, a família Barcellos Leite e o pedido de dona Elena, citado anteriormente.

Achava-se de posse e por compra nas proximidades da sesmaria de **Bento de Barcellos Leite** e João Pereira.

[...] e pelo outro lado servirá de fundo o rumo da medição das terras q. também pedio de sesmaria **D.Elena Maria Martins**, de cujo lugar estavam os suplicantes de posse [...] <sup>38</sup>.

Dois pontos principais possuem vestígios da presença humana na região do antigo *districto de Crystaes*. Num ponto chamado Furnas, próximo à divisa com o Estado de Minas Gerais, ocorre o encontro de vários córregos no Ribeirão da Prata que, por sua vez, vai de encontro ao rio Canoas, fronteira entre os Estados de Minas e São Paulo. Antes de ali chegarem, tais córregos possuem várias cachoeiras, local que podemos definir como o ponto das terras altas do município. Foram nelas que se consolidaram as fazendas estruturadas no sistema de *plantation*, pois nos pontos distantes da ferrovia a estrutura rural baseada em pequenas propriedades e no trabalho familiar se manteve. E também uma das formas de perpetuação de traços de uma vida rústica, nessas mesmas terras distantes do ponto alto do

---

<sup>38</sup> Todos os pedidos de sesmarias citados constam no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo: Livros 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39 e 40. Latas: COO 372, COO 373, COO 375 e COO 376. Grifo nosso.

município - onde se localizava a estrada de ferro - pois foi onde se deu a formação de alguns bairros rurais que se mantiveram, de certa forma, menos integrados ao circuito de trocas.

Focamos nossos estudos sobre a possível presença de traços da cultura caipira em famílias moradoras dessas regiões onde se situam os bairros rurais existentes dentro do antigo *districto de Crystaes*. Uns situam-se na região baixa, próxima ao estado de Minas Gerais, denominada Furnas. Havia outros, porém, que se localizava na região alta, com a presença de córregos, mas muito circunvizinha a grandes propriedades e às margens da estrada de ferro. Nestes, as transformações chegaram primeiramente, como é o caso do Pouso Alto, ponto de encontro entre os bairros rurais das Furnas com o contexto urbano. A começar pelo acesso a eles, por volta dos anos de 1950.

*Quando chovia é, muitos fazendeiro aí da Furna, era, ele vinha aqui de Franca até Cristais, alugava um, um taxi aqui que era um fordim 29, daí levava eles até no nosso sítio ali na serra. Daí eles chegava lá, falava, meu pai chamava Sebastião, e eles falava “ô Sebastião, me empresta um animal pra mim acabá de chegá na fazenda”. E na fazenda era Antonio Pimenta, Antonio Honório, é, Nego Plácido, e, e outro que tinha o apelido de Zicão. Tudo situante, fazendeirim lá. Daí era tudo amigo né, e, um ajudava o outro né, meu pai falava, “não, eu vô mandá o, mandá um fio pegá um animal”, arriava, entregava na mão dele. O Antonio Pimenta era um que sempre fazia isso (...) Era, é, era dado. Era, questão de amigo pra amigo né. Aí, ele pegava né, arriava o cavalo, o burro, o burro, entregava. Daí ele falava assim, o Antonio Pimenta, “olha, amanhã até as nove hora meu, eu vô mandá um empregado pra, vem trazê o animal procê Sebastião”. E esse empregado dele era um pretim criado na fazenda, de muita confiança, chamava Lourenço, Lourenço. Então o Antonio Pimenta falava “amanhã o Lourenço vem trazê seu animal Sebastião, porque o fordim não desce lá na Furna porque choveu”, chovia muito naquela época né. Até nascia água lá na serra, tinha uma mina bonita, hoje num tem mais. Daí ele falou “não posso mais descê com esse motorista lá, porque ele vai tê que posá na estrada”. E quantas vez nós ajudô a desenkravá carro ali na serra, era uma luta viu.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

Para Antonio Candido, existem duas categorias de representantes da cultura caipira. Os fazendeiros, camada mais permeável às atividades de troca, dependendo do grau de rusticidade, podem ser participantes, mas nem sempre integrantes da cultura caipira em suas peculiaridades. Uma segunda categoria, identificada não pelo vestuário, alimento ou religiosidade, mas sim pela relação de posse da terra, seria a composta por sitiantes, posseiros e agregados. Segundo o autor, essa categoria definiria plenamente a economia caipira de subsistência, onde a solidariedade dos bairros rurais também seria outro aspecto determinante (CANDIDO, 1979, pp. 79-83).

Na realidade destes bairros rurais na região de Cristais Paulista, onde se agrupavam pequenas propriedades próximas a um ponto de comércio, religioso e lúdico (campo de futebol), o exclusivo trabalho familiar ou juntamente com algumas famílias agregadas



prevalecia. Mas até mesmo onde havia essa presença de agregados, citada na fala de um colaborador, foi curioso observar que os donos das propriedades, em momento algum, se ausentavam da labuta, anulando uma relação do tipo senhorial, presente nas grandes fazendas. Sem contar que, em relação às categorias citadas por Antonio Candido, o autor não discorre acerca da estrutura produtiva dessas diferentes dimensões territoriais. Mantém-se, assim, uma homogeneidade social garantida pela própria necessidade de sobrevivência do bairro rural, através do mutirão, da traição, das festas religiosas, e dos vínculos de parentesco e estreitados pelo compadrio.

Os vínculos de parentesco entre alguns de nossos colaboradores é uma das fortes marcas dos bairros rurais da região de Furnas, em Cristais Paulista. Muitas vezes, eles garantiam a unidade territorial ou, ao vender uma de suas terras herdadas, permitia investir na produtividade de uma das pequenas terras que continuaria sob a posse dos cônjuges que acabavam de se unir em matrimônio, inclusive em muitos deles envolvendo primos. Mesmo assim, tal situação não impedia a fragmentação das propriedades.

*Era, eu desconfio que até eles era primo, me parece, me parece que era. Eu sei que o, o pai do papai, chamava Serafino Cristino Malta. E, o pai da mamãe era José Borges Malta, por isso que eu falo procê, é pra sê primo né? [...] Tem, esse mais véio casô, com uma prima. Depois, o outro, Oscarlindo, que é o, acho que o quarto ou quinto irmão, casô com uma prima, ela até é irmã da, da, da mulher do mais velho, né, da mulher do Serafino, assim era.*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

*O Geraldo de Paula Coelho e o João da Silva Coelho, trabalharam pros meus tio [...] É porque o papai tinha, cunhado, que era parente dele ó? [...] Nossos pai era primo primeiro [...] Porque quando num tinha serviço pra eles na fazenda, que o pai morava, então, eles ia procurá serviço braçal tamém. Enxada, enxadão, machado, tudo eles enfrentava. Uma beleza bem [...] É, ele chamava Joaquim, que era irmão do papai, que é pai da Jandira tamém. Então, e as irmã, a tia Vitoriana morava aqui, é irmã da minha mãe que chamava Cotinha, que é a Maria José da Silva. As duas irmã, então, casô com os dois irmão. Ficô então com essas diferença. Aí o Gerardo, como era pequeninim, a tia Vitoriana com o tio Quinca foi ficá lá até o papai casá com a mamãe.*

(Dona Jandira, 79 anos, e dona Aparecida, 77 anos)

As falas das irmãs citadas acima, descendentes de entrantes mineiros pertencentes à família Coelho, refletem vários pontos a se pensar sobre a relação de trabalho e posse da terra. Seus irmãos abandonavam temporariamente as terras do pai para trabalharem para e com o tio. Desse modo, vimos que atividades como a caça e a pesca, presentes dentro do contexto caipira, complementando a sua dieta, não mais existiam. Poucas foram as falas sobre atividades como essas. A pesca, assim como a caça na região, faziam parte das atividades

lúdicas do sitiante. Isso refletia na falta de terras marginais formadas por matas e também na falta de rios, pois predominavam pequenos córregos.

Pertencentes a uma região próximas ao contexto urbano, a fala das irmãs chama a atenção também para a necessidade de disponibilizar recursos materiais para os filhos; jovens que iam aos finais de semana a cavalo para a vila, divertirem-se e em busca de aventuras com as moças. Além disso, havia a missa, momento em que muitos moradores da área rural se destinavam à vila, permitindo certa sociabilidade e encontro entre moradores da região. As irmãs, filhas de pequenos proprietários de terras apontam também para a dificuldade de se conseguir dinheiro com o pai, que já lhes garantia o sustento. Desse modo, a mentalidade dos filhos não estava apenas atrelada à sobrevivência e ao grupo que integravam, mas ao consumo e a busca por prazeres que só o contexto urbano lhes proporcionava. Tudo isso, vale lembrar, era facilitado pelo fácil acesso à vila.

Nas diferentes falas, nos chamou a atenção que a caracterização do agregado, seja ele colono ou não, sitiante e fazendeiro era muito tênue e instável nos bairros rurais pesquisados. Além de muitos dos agregados serem parentes e a ligação afetiva entre eles impedir o estabelecimento de uma relação do tipo senhorial, em duas ou três gerações a situação se alterava profundamente devido às divisões de terras por heranças. Na mesma fala citada acima, as colaboradoras, irmãs por parte de pai, descreveram a presença de três a quatro tios nas terras vizinhas. O pai delas provavelmente seria o quinto a herdar as terras dos avós, porém, esse mesmo pai teria como herdeiros nada menos que treze filhos. Elas afirmaram que, após a morte dos pais ou a ida deles para a vila, já que a velhice não lhes dava condições de trabalhar, casaram-se e foram para terras dos respectivos maridos ou simplesmente venderam a baixos preços – garantia de compra de uma casa na vila ou na cidade de Franca – para os próprios irmãos.

A velhice, o prenúncio da morte e a falta de força para o trato com a terra fez com que muitas heranças fossem executadas antes da morte dos pais. Muitos desses filhos já estando casados, ou vendiam para o irmão, ou parente próximo, ou retornavam para a terra com seu parceiro ou parceira. Alguns se transferiam para a casa dos sogros, mas o fato é que a desintegração da família, as necessidades de cuidado com a lavoura cafeeira e a produção de mantimentos desestabilizavam a manutenção do grupo, principalmente quando a liderança do pai, tido por patrão na cultura caipira, por ser velho e não mais poder trabalhar, não ter condições de dar o exemplo, ser abandonado pelos filhos. Constatamos que foi regra geral os velhos caipiras passarem o resto de suas vidas em uma casa comprada na cidade com o dinheiro da parte que lhe coube na divisa da propriedade com os filhos.

Além da mudança de mentalidade, reflexo das transformações advindas do contato proporcionado pela influência urbana e assim, novos interesses que alteravam a organização familiar, como um carro ou uma roupa nova para se apresentar na vila, sapatos, a tênue relação com a terra que garantia a sobrevivência foi se desestruturando lentamente. Quando o chefe do grupo, o pai, chegava à velhice, o problema da fragmentação da terra e da perda de braços para a manutenção da parte que lhe cabia foi agravando a situação cada vez mais. A atração que a cidade e a idéia de conforto dela advinda, em troca de uma enxada e do trabalho duro na lavoura cediam espaço para o desejo por novas profissões que iam surgindo com o desenvolvimento urbano. Apenas isso explicaria o pensamento unânime em colocar os filhos nas diversas escolas rurais criadas, justificadas pelos pais como o desejo de os “tornarem gente”, ou seja, integrados aos quadros urbanos. Filhas tornavam-se professoras e filhos homens poderiam se enquadrar em novas profissões no comércio, nas indústrias, etc. Desse modo, não era a idéia de lucro e enriquecimento que pairavam a mentalidade desses homens ao venderem suas terras, mas a idéia de conforto e comodidade.

*Era do meu avô. Aqui ó, aqui era do meu avô. Porque ele foi embora pra Franca, eu casei e fui morá no Faquinha, com a sogra. Morei um ano com a sogra, (meu fiu nasceu), eu fiquei morando com ela três meis. Aí meu avô foi pra Franca, eu tocava aqui, pra cima tudo, onde passô a grade aí, plantava [...] Ah, ficô veim né, só ele e a véia, então mudô pra Franca.*

(Senhor Delcides, 77 anos)

*Meu pai ficô, com essa fazenda, tocô acho que um ano ou dois, só ele mesmo. E os filho ca, casaram todos, e, e ele ficô sozinho, com a administração do sítio. O que acontece? Ele levô [...] Aí o meu pai pega e fala assim, “sabe o que eu vô fazê? Vô tê que vendê isso aqui. Os menino, cada um tá cuidando da vida deles, eu num posso tocá, precisa tá acompanhando quem trabalha aqui. Mas, ah, o certo é vendê, a saúde é pouca”. Aí os irmão concordo, “ô pai, vende né, o que que vai fazê. Dá dó vendê mas”, a gente pensava, “ô, em farta do meu pai, como é que faz? Vai dividi aquilo lá, é um sítio, tem um pouco de peralma, uma ladeira danada”. Aí ele pegô, “ah, eu vô pô à venda né”, pôs na mão de um corretor. Foi indo até que vendeu, vendeu aquilo lá e, e, pegô, ele já tinha casa aqui onde é a Câmara da Prefeitura de Franca, do, ele falô “eu vendo e vô pra Cristais, pra podê ficá mais perto do recurso”. Aí ele veio, mas demorô um ano pra podê vendê viu? [...] ele vendeu a fazendinha, ele pegô né, pegô e comprô duas casa em Franca. Ele pega, muda pra Franca. E, fica cada veis pior, doente, doente, a minha mãe, pegô, vortô pra Cristais*

(Senhor Olívio, 87 anos)

*Ah, mas acontece que, o, eles vão casando, cada um quer viver a sua vida, então, vendeu, repartiu já cada, o repartir em dinheiro fica mais fácil do que cada um ter o seu pedaço né? [...] Dividir. Então, vendeu, cada um já fez aquilo que quis com o dinheiro. Uns fez casa, outros comprô sítio, e assim, foi a história.*

(Dona Maria Martins, 86 anos)

Outra família que se enquadraria na realidade de representantes dos entrantes mineiros no início do século XIX, foi a dos Barcellos. A senhora Geralda e o senhor Delcides são primos e ambos, netos do senhor José de Barcellos. Se somarmos os irmãos destes dois

primos apenas, pois seus pais compunham uma família de cinco ou seis irmãos, teremos terras para serem divididas entre vinte e dois netos. Posteriormente, a dona Geralda viria a ter nove filhos que lhe herdariam as terras que o pai tinha herdado do avô. Mais curioso ainda foi ouvir a depoente narrar que em certa fase de sua vida morou em uma fazenda arrendada pelo pai em Minas Gerais. Dessa forma, eles abandonaram terras legítimas para trabalharem em terras alheias, às quais teriam que pagar pela sua exploração.

*Não, o meu avô, na época, tinha 150 alqueires [...] Tinha o, que ele, papai tinha cinco irmão, um home e treis mulher [...] Tocava aqui, e morava (lá pra riba). Aí o meu avô mudô pra Franca, e ele falô pro papai, pro papai, antes dele mudá, ele falô assim, “quem tem que vim morá na fazenda”, de primeira chamava fazenda, “é o Dercide. Ele toca o serviço aqui, ele tem que vim pra cá”. Aí, o papai, eu tava trabaiaando com carro-de-boi com o papai. Ele, “o meu pai disse que é procê morá na fazenda, tocá lá”. Aí eu falei “eu num vô não”, “por que ocê num vai?”. Eu falei “eu num vô porque lá, aquilo ali é cheio de neto”, eu falei “eu, eu vô pra lá, os neto vai querê me enchê o saco, e o senhor sabe que eu num guento bucha, eu num vô”. Aí ele falô pro meu avô, “o Dercide num vem não né o meu pai” o papai, o papai chamava o pai dele de “meu pai”, “ó meu pai, o Dercide diz que num vem não”. Aí o meu avô perguntô “por quê?”, “não, porque os neto vai enchê o saco dele aqui, alguma coisa, ele largar aqui, eles vai querê me enchê o saco”. Aí o meu avô “não, fala pro Dercide vim cá”. Aí de tarde eu sortei os boi né, o papai viro assim “ó, o meu pai disse que é procê ir lá na fazenda, lá na casa dele”. Então, eu decidi mais os veio né, eu falei “então eu vô pegá o cavalo e vô”, peguei o cavalo e baixei lá. Cheguei aqui, o meu avô “escuta, por que que ocê num vem?”, aí eu explique pra ele né, ele falô “não, aqui quem vai mandá é eu e ocê”, aí já tinha dividido pro papai. O, “as coisa que eu deixá aqui, só entrega com autorização sua ou minha, mais ninguém manda, só eu e ocê”, o meu avô falô. Então, tô aí até hoje [...] Mesmo na divisão do papai com nós, que era doze filho, a turma falô assim “ih, vai saí briga, vai saí narquia de tudo quanto é jeito”. Num saiu uma palavrinha assim, tudo normal, sem problema, sem nada, graças a Deus.*

(Senhor Delcides, 77 anos)

*A fazenda era grande memo, porque ele deu um sítio pra cada filho né? [...] É, o sítio do papai, que o papai pegô foi de 38 arqueiro, acho que é por aí, ele tinha muita terra [...] Depois a gente vortô pro sítio do papai, tive nove filhos né?.*

(Dona Geralda, 79 anos)

Como vimos, a relação de posse da terra ao curto espaço de poucas gerações modificava profundamente o quadro territorial de uma família. De fazendeiro e sitiante a agregado, a terra ia passando de geração em geração numa mesma família. O caso do senhor Delcides, que ainda hoje habita a casa construída pelo avô no início do século XX, apesar de não ser mais uma fazenda, como ele mesmo disse e sim se tratar de um sítio, é emblemático. Apenas ele e sua esposa estão na pequena propriedade, os dois filhos foram para a Franca venderem sua força de trabalho e ele, curiosamente, é aposentado depois de trabalhar como funcionário para uma fazenda vizinha por vinte e cinco anos. Ele não diz, mas a promessa feita ao avô em cuidar da casa, da terra, pode ser uma das justificativas de sua resistência à ida

para a cidade. Sem forças para labutar, não pode contar com os dois filhos que se mudaram para a cidade e que desejam o mesmo para os pais.

*Só que eu trabaiei vinte e cinco ano pro Luiz Gonzaga de Freitas, de empregado. Sai daqui, fui plantá soja aí pra Borda, vinte e cinco ano [...] Não, aí que tá o negócio. Ficô véio, num guenta trabaia, acha que ficá na Franca descansa. Que nem eu, eles fala assim “Dercide, vai pra Franca”, porque eu tô cansado, eu num tô guentano mexê com muita coisa. Mas eu vô pra cidade, eu num guento ficá parado. Eu gosto de ficá aqui, eu mexo com uma coisa, eu mexo com outra, aqui. Agora, eu vô pra cidade, vô mexê com caminhão mais? Num vô não. Então, eles acha que quem vai pra Franca, vai pra descansa. É que nem minha muié, acha que tamém tinha, é grande pra ela zelá da casa, essas coisa, é só ela né? Então, vai fazê o quê?*

(Senhor Delcides, 77 anos)

O senhor Delcides tem apenas um ou dois irmãos que ainda possuem pequenas propriedades na região da Borda da Mata. Seus dois filhos encontram-se em Franca, um como vendedor e outro operário. Possui alguns netos e afirmou só sair da terra que nasceu “depois de morto”. Mesmo morando em uma casa centenária construída pelo avô, grande para apenas morarem ele e sua esposa, que se queixa do tamanho da casa para cuidar da limpeza, fala do prazer em estar ali pela quarta geração.

Claro que o estabelecimento da família Barcellos na região ultrapassa essas gerações, mas ele reconhece que os filhos precisavam de uma vida melhor e, no seu modo de entender, pela situação do sítio, difícil seria iniciar qualquer produção sem pôr em risco a própria propriedade pela necessidade de financiamento para qualquer safra. Dessa forma, a ligação da família a terra, que vinha sendo perpetuada após quase dois séculos, vai chegando ao seu fim. Durante a entrevista, seu filho e neto passavam férias no sítio, estavam arando a terra com o aluguel de um trator e tentavam dela retirar ainda qualquer rendimento econômico, porque para a sobrevivência a aposentadoria é sua única garantia. Um típico ex-caipira em terras modernizadas.

Algumas características da cultura caipira também seriam o isolamento, a posse de terras, o trabalho doméstico, com auxílio vicinal, além da disponibilidade de terras e espaço para o lazer (CANDIDO, pp. 83-84). Em relação a um destes aspectos, acerca da posse da terra, pensamos que a posse legal e a posse útil deveriam ser pensadas para se entender uma forma de vida avessa ao progresso, onde a mudança do modo de viver e não a legalidade sobre a terra, representaria o seu próprio fim.

A presença de certa homogeneidade grupal e cultural não foi necessariamente alterada pelo fato de se ter ou não a posse legal da terra pela qual praticamente a sobrevivência era garantida. Nenhum dos nossos colaboradores se tornou grande fazendeiro ou se enriqueceu

dentro da área urbana com os recursos originários da roça. Acreditamos que esse aspecto, juntamente com a rusticidade do meio isolado em um vale de difícil acesso, explicam a dificuldade ou um grande interesse em se desenvolver a exploração da terra com mão-de-obra alheia.

Os integrantes da cultura caipira se identificam pelo trabalho, vestimenta, costumes, hábitos e valores, religiosidade, enfim, não pela posse de terra que lhes proporcionasse a criação de certa relação vertical como a existente nos sistemas de *plantation*. Nesta, como vimos o caso das fazendas ao redor da vila, às margens da ferrovia, administradores e funcionários especializados tinham a função de fiscalizar, vigiar e punir a mão-de-obra empregada para a produção cafeeira. Mais curioso ainda foi notar que a racionalização e a regulamentação do tempo de trabalho estavam longe de serem legalmente impostos.

O vestuário dos moradores dos bairros rurais do *districto de Crystaes* era composto tanto por tecidos adquiridos no mercado da vila, quanto pelo teário da mão ou avó. Onde havia a plantação de algodão, a aquisição de roupas se tornava mais fácil. No caso de sapatos, muitos homens só foram conhecer sua botina após os dez anos de idade.

*Plantava algodão (...) só pra consumo [...] Não, elas tecia no teário, num sei como é que é o negócio. Eu sei que ficava um, uma roupa grossa. Mas eu num, num posso falá que jeito que ficava, mas ficava um trem esquisito [...] Só calça, só calça. [...] Camisa não, camisa cê precisa comprá o pano, pra fazê [...] Tinha sapato mas, tudo fabricado na cidade (...) pus meu sapato só com catorze ano, Quando eu comecei a carriá, eu carcei a butina (...)Carriá o carro-de-boi.*

(Senhor Delcides, 77 anos)

*Ele foi carçá botina, ele tinha doze ano [...] Dos doze (risos), eu calcei botina, eu tava com uns doze ano (...) Carçô pra vim aqui na Franca [...] Não, tinha o Zé Zeferino que fazia, ele era sapateiro. O Zé Zeferino Barcellos [...] Não, lá em casa plantava algodão, a, afiava a, a (corda). Ela tecia no tear, ela fazia a roupa pra nós, era tudo roupa feita no tear (...) Lençol, tudo feito no tear, mamãe fazia, eu lembro. Eu sei que ela deixô um monte de, ela ficava fazendo assim com a mão, perguntava o que que ela tava fazendo, ela tava muito ruim, o que ela tava fazendo, ela falava que tava dobrando fiado. E, a, aí foi preciso tirá os fiado tudo de lá de perto pra ela num vê mais. Aí minha, a vô do Zezão, do, do Oscar, que mora aqui, é, a sogra do Natael, que, que, teceu as coberta pro papai, depois que mamãe morreu, deu doze coberta, mamãe, papai mandô tecê.*

(Dona Ana Cintra, 78 anos, e senhor João Tiburcio, 87 anos)

*É, esse é dum vizim nosso mesmo. Daí ela, a mulher, sabia trabalhar, estendia aquela linha ali, e ela fazia um controle na, na máquina, que era através de pente. Esse pente era por, feito com taquarinha de bambu, pra podê fazê, trançá aquela linha, que é o teário [...] Daí eles fazia muito, muito é cobertor sabe. O cobertor, ele é uma peça, um pouco pesada, que é uma linha mais grossa, aí, tinha a tinta, chamava tinta Guarani. Ela dava a cor que quisesse na linha, então, tecia o cobertor, às vezes uma faixa, um desenho né, com aquela linha que foi colorida, ou azul, ou vermelho. E ficava uma peça bonita [...]é, nós num gostava. Eu por exemplo, eu, eu tenho, eu falava “ah mãe, eu num vô pô essa roupa aí não, é muito feia”,*

*falava. Mas é, era bom porque aturava demais, demais, aí, minha mãe sempre comprava uma peça, era, três metro. Aí eu cheguei a usá aquela roupa, mas num, num tinha jeito de gostá não porque era pesada né, pesada a roupa (risos) [...] Olha, sapato não porque, nós começamo a usá sapato, eu tinha doze ano, calçado né? [...] É, dessas butina de, couro, puro mesmo. Daí o, começô a aparecê né, esses calçado aí. Aí falou “ah, alguém já começou a aparece”, “uai, Fulano tá podendo heim (risos), calçado de butina”. Aquelas butinona, cor amarelo, preto, aí falava “onde cê comprô?” “ah, mandei o seu Jeromim fazê”. A, na base de prego sabe, aqueles preguim amarelim. Muitas veis a, gastava a sola, o prego entrava pra dentro, às vezes tava machucando né?*

(Senhor Olívio, 87 anos)

As mulheres, em sua maioria, andavam com calçado. Possuíam poucos vestidos, na maioria das vezes apenas um em melhores condições, para ser usado nas festas e missas. Já os homens, roupas remendadas, botinas apenas para passeio e depois dos dez anos. Muitos sofreram um doloroso processo de adaptação ao seu uso, pois os pés tinham a pele grossa, rachaduras no calcanhar pelo longo hábito de andar descalço; com isso, os pés criavam defesas naturais para suportar o uso em situações adversas. Para os dedos se estreitarem e permitirem o calço da botina, eles diziam que havia dor. Nas eleições locais, era costume dar um pé de botina para a obtenção do voto, e no retorno da votação, o outro pé era entregue.

*Sapato? Eu carcei sapato tinha, depois de dez ano né? (risos) Mais é o pezão no chão mesmo (risos) [...] Mas aí o, dessa época pra cá todo mundo usava carçado (...) Tinha, ah, eu sei lá uai. Eu sei que, eu comprei com dinheiro meu, né, eu comprei mesmo quando eu tava na escola, e tinha um vendeiro lá, tinha um par de butina e eu comprei. Aquilo durô eu acho que uns oito mês só no pé, andando pra lá e pra cá [...] Mas óia, quando eu, antes de, de acostumá com o carçado, eu num machucava muito não até. Às veis pulava, tinha algum espinho, eu pulava praqui, pulava prali, e às veis num espinhava. Mas quando cê tinha que machucá mesmo, tomá uma estrepada, uma coisa né?*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

O uso de sapatos valia como atestado de nobreza ou de importância social a quem o usasse. A regra geral era andar descalço, com pés chatos e esparramados, dedos cabeçudos, longos, em garra, fincados no chão (HOLANDA, 1957, pp.25-33). Toda essa realidade se enquadrou nas falas acima, a começar pelo sacrifício em colocar o pé dentro dele, mesmo ele sendo formatado à medida específica de cada uma, elaborada pelo sapateiro, que o fazia por encomenda. Mas, o mais interessante foi observar que nos relatos de antigos moradores estabelecidos nos bairros rurais próximos à vila, poucos foram os que não usassem andar calçados. Assim, a distância geográfica, mais uma vez, singularizava os aspectos entre os moradores dos bairros pesquisados. Mais isolados, na região de Furnas, mais integrados ao meio rural e menor se dava a distinção entre os moradores. De certa forma, podemos afirmar

que aqueles que iam menos à cidade (vila), mais tempo permaneciam descalços, atestando assim a menor necessidade do seu uso para adentrar-se à “civilização”.

Com o limitado acesso à vila, aos produtos dela advindos ou via mascates, através de sírios que viajavam em lombo mulas pela área rural trocando mercadorias - entre elas pão de trigo e tecidos por galinhas e ovos - havia nos bairros rurais a mescla de auto-subsistência, com a fabricação de roupas e cobertores de algodão produzido na própria roça, e de roupas costuradas com tecidos comprados, além da própria botina. Era como se, impossibilitado de ir ao mercado obter mercadorias que dia-a-dia iam penetrando nos usos e costumes do período, forçando-os a uma constante readequação econômica através de maior carga de trabalho, o mercado lhes batia às portas.

O ano agrícola, a vida cíclica determinada pelo período de intenso trabalho na fase da colheita na lavoura tanto de café quanto de cereais, e menor esforço após a mesma, ainda determinava o tempo a ser despendido no e para o trabalho. Não é à toa que as festas nesses bairros rurais e também na *villa dos Crystaes* ocorriam entre o início e o fim do período de colheita, ou seja, entre os meses de março e agosto. Além disso, a ausência no serviço em regime de colonato agravaria a própria sobrevivência da família de trabalhadores. Menos tempo empregado na agricultura, seja ela de subsistência ou de mercado, refletiria numa maior dependência do armazém das grandes fazendas para a compra de produtos de uso doméstico pelo trabalhador, e maior a dependência em relação ao fazendeiro. Este, vinculado aos setores comerciais, através de genros, cunhados ou filhos bastardos, garantia a pressão sobre o trabalhador e, sob hipótese, garantia a presença de resquícios culturais do mando sobre o trabalhador imposto ao longo de nosso passado escravocrata.

Além dos domingos, muitos dias santos eram destinados ao descanso e à homenagem aos mesmos. Tais dias eram “guardados”. Região de cerrado, com grande presença de cobras cascavel, o relato mais curioso foi sobre a tradição em se guardar o dia do “santo que protegia das cobras”. Dessa forma, a religiosidade se adequava às necessidades espirituais dos moradores da região, dentre elas a proteção contra a cobra do cerrado, a cascavel.

*O papai sempre guardô o 21 de março, o dia de São Bento (...) Nunca trabaiô o dia de São Bento (...) Devoto e por causa de cobra. Porque o São Bento é o, o protetor do, do, das cobra né? (...) É. E ele tinha devoção, num trabaivava dia de São Bento (...)É, protetor e, assim, da gente e das cobras, ocê entendeu? (...) Tinha, tinha muito cascavel.*

(Senhor Delcídes, 77 anos)

A associação da fé rústica à realidade regional era evidente nas falas de nossos colaboradores. Proteção contra as cobras, dias de início de plantio, tudo isso ia ditando o



cotidiano da roça. As mudanças de temperatura, numa região de planalto e cerrado, com período de chuvas bem delimitados sempre eram marcados pelos santos que de certo modo estavam presentes no cotidiano da roça.

*Porque naquela época geava demais, porque antigamente, quando eu fui criado, era infalível, pintô 7 de setembro, dia 8 começava chovê. Aí assim, cê ia, quando era abril, cortava a, a temperatura e já passava pra, pra frio né? E junho e julho, era infalível, mês de junho, Santo Antônio, São João e São Pedro, eles era levado, mas nunca vi geá daquele tanto. É uai, geava e geava muito e ge, então, baixo, lá naquela zona num podia plantá café por causa de geada. Mas eles plantava na (entrada) de serra, no lugar mais impossível. E aquilo ia tudo na enxada, né?*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

*Aí o, setembro, o feijão das água, da seca, das água, nós plantava muito pouco porque ele é uma planta, o feijão das água, em setembro, que ela dá colheita na época de muita chuva, se depende do sol pra ajudá a secá o feijão e, acaba brotando, **como muitas veis nós perdemo o serviço**. Então, mas a nossa planta, aproveitada era, plantada de dia 5 de fevereiro até o dia 20 de fevereiro. **A fé nossa era esses dia certo pra plantá o feijão**. E a colheita deles, falava feijão da seca, nós colhia, começava a colheita em maio, e, e esse colheita, de feijão, num tinha maquinário pra batê ele. Então, nós puxava, puxamo feijão com a carretela e levava pro terreiro de, de café. Estendia ele, até tomando um dia, dois de sol, depois ali juntava quatro, cinco companheiro, nós tinha a va, as, a co, como, como é que nós fazia? Buscava as vara lá no cerrado, escolhida, a madeira apropriada que era jambrim, então, nós juntava quatro pessoa, cinco, batê aquele feijão. Na, com, através de, de batendo vara e, e ele soltava né, das varge. Daí batia dum lado, virava ele, tornava entender, tomava duas hora de sol, nós pegava a vara, tudo, batido certinho né, nós era muita treinado, batê feijão, falava. Daí, pegava um rastelo, um gancho, tirava a palha, e ficava aquele feijão todo estendido no chão (...). O plantio do arroz é na, fazia ele em, com mais segurança pra num perdê a planta, era dia 20 de setembro até outubro. Nós nunca plantemo cereais nenhum no mês de novembro porque meu pai sempre falava “planta tem que sê de setembro-outubro”. Agora hoje a gente vê como eles planta dezembro e janeiro.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

Havia as festas religiosas, com a participação de festeiros e a devoção pelos santos davam alguns rendimentos vultosos para a igreja. A união entre os habitantes do bairro rural, densamente povoado e a mobilização dos festeiros permitia grande quantidade de prendas a serem leiloadas nos dias da festa. Período de fatura, fase da colheita e da comercialização dos pequenos excedentes, as festas contavam com a alegria entre os participantes. Através delas, uma sociabilidade vicinal permitia a garantia de unidade básica de manifestação do bairro (CANDIDO, 1979, pp. 67-79).

*É, na Borda é dia de São José (...) Em março, dia 19 de março (...) Nós mesmo foi festeiro uma vez lá (...) A, o Heitor Barcelo foi festeiro lá uma vez, ficô, mudô, ficô pra, ficô lá uma semana fazendo a festa. Porque a festa aturava uma semana, oito, nove dia, a novena. O Jerônimo também, pai do Dercídio, foi festeiro também, ficô lá em casa, nove dia, fazendo a festa (...) Tudo leiloado, tudo leilão [...] Eu fui festeiro lá, eu tirei 72 bezerra, eu pus 72 bezerra no leilão, que eu fui festeiro. Deu, deu uma nota boa (...) É uê, é leiloadas as bezerra, o dinheiro é dos padre. Ia tudo pro padre, agora, pra onde ia eu num sei né? [...] Ah João, mas metade vai*

*pra, eles falava que a metade ia pra Capelinha, e a metade ficava pra Cristais (...) Ele ganhô, ganhô 72 bezerro (...) Nós fazia assim, ocê, ocê saía nas fazenda, cada um dava um bezerro (...) Pedia, pedia pra São José [...] É, cada um dava um. Eu ganhei 72 bezerro né?*

(Dona Ana Cintra, 78 anos, e senhor João Tiburcio, 87 anos)

Atrelando a fé rústica, presente nas decisões dos homens da roça sobre o plantio e colheita, juntamente com a presença de capelas pelo meio rural da região do *districto de Crystaes*, onde os santos padroeiros tinham uma relação intrínseca com a vida e garantia de sobrevivência daqueles, as doações de oferendas eram uma forma de se apegarem cada vez mais à crença de que os acontecimentos diários que definiam o próprio modo de viver estavam sendo refletidos pela devoção simbolizada através das prendas. Além disso, a integração do bairro rural se dava através da mobilização coletiva, ou seja, era uma dever religioso e moral a participação de todos os integrantes do grupo, através de doações e compras de prendas, no caso de bezerras. Aliando isso à fé que determinava as decisões primordiais na lavoura, era provável que a não-participação do evento pudesse representar dois graves delitos: um perante Deus, ao qual ele recebia as dádivas da fartura; o outro, perante os homens, por não estar integrado na mobilização dos homens do bairro no atendimento aos santos. Onde não havia a presença de padres, que só iam duas vezes por mês, em média, às capelas dos bairros rurais, sem contar os dias de festa, as atividades, como as necessárias para o velório, eram desempenhadas por rezadeiras.

*Tudo conhecido mas, aí sempre vem outros de longe sabe? Doutra fazenda vizinha, porque às veis com, o dono do baile tinha que convidá muita gente. Falô “eh, eu tenho um medo de fazê esse baile e num aparecê ninguém”. Outros fazia, é, mês de, Santo Antonio, e São João e São Pedro. Então usava, fazia na, como nosso costume lá, são João levantá bandeira, era muito bonito. Primeiramente o terço, aí na hora do, do teço, já acendia a fogueira (...) O, é, sempre tinha as vizinha nossa, como era a que tirava o terço, mais era, cumade Libinha, mãe da Maria aqui, minha vizinha. A tiradeira de terço da nossa, do nosso sítio. Aí era, muito bonito. Os fogos era do tempo antigo, eles usava, um, um, uma peça, dum cabo de bambu, e ele subia pra cima e aquele cabo ia junto né? E subia, era bonito mesmo [...] Quando falecia o, uma criança, ou um adulto, é, então o velório era na fazenda mesmo (...) É, na casa ou, por exemplo, numa tulha, ou numa sala maior.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

Outro aspecto que de certa forma intermediava as relações entre o mundo da roça e o sobrenatural se dava através das curas através de rezas. No geral, as formas de tratamentos em casos de doenças e acidentes na região do *districto de Crystaes* foram as benzedadeiras, cujo processo de cura incluía rezas e remédios vegetais; o farmacêutico, este localizado na área urbana, mas que em muitos casos socorria pessoas do meio rural; e médicos, em caso de necessidades de cirurgias, as pessoas eram encaminhadas para Franca. Além desses, havia

para os casos de gravidez, a assistência da parteira. Não registramos a presença de curandeiros (CANDIDO, 1979, pp. 179-190).

*Benedeira? Tinha. Tinha a dona Matilde, mas lá eu nunca fui por ser um pouco mais distante, eu nunca fui. Por sinal que todo mundo falava que era uma boa benzedeira, uma pessoa muito boa, muito caridosa, mas eu nunca fui por esse motivo. Agora, a minha benzedeira era aqui perto, a dona Candinha, eu não sei o sobrenome. Ela tinha, ela até tinha filhos que hoje as netas são muito minhas amigas. Ela benzia, mãe da Edúlia, do Samello. Tinha um filho tão bonito, mas eu me esqueci o nome dele, mas já morreu também. E ela me benzia, mas era essas benzições de mocidade. Benzia os olhos, quando tava de tersol, o cabelo, quando tava caindo. Essas bobagzinhas de mocidade, mas ela era muito paciente, muito boa, atendia a gente. Foi essa parte que me lembro da vida.*

(Dona Doca, 96 anos)

*E aí, chegô lá o médico falô, “dona Vitoriana, mas essa faca tava, num tava enferrujada não?”, porque tinha que tomá a vacina né? A injeção, contra tétano. Aí eu só respondi “não, ela tava amoladinha”, eu falei né, porque era oito anim né, “tava amoladinha, num tinha ferrugem não”. E tremendo de medo, mas num tava doendo o olho. Aí, deitô eu assim (gestual), desenfetô tudo, aí o Cintra tava junto tamém, tadim, ele foi. Aí ele falô assim, “não, é, foi desse jeito mesmo que o cumpade Pedrim me contô”. Aí o Cintra sentô pra lá, num entrô não, a tia Rosalina entrô, comigo né? Aí ele deu cinco pontim, teve que dá cinco ponto. E depois eu fiquei aqui, na casa da tia (incompreensível), não, fui lá pra tia Zina né? Posei lá, o dia que eu saí da Santa Casa né? Porque eu operei, e num fiquei internada, fui lá pra tia Zina. Aí nós ficamo lá, depois daquele dia viemo pra cá. Aí sarô, aí fiquei lá pra tirá os ponto dali dois dia né? Que eu fiquei em Franca, depois que eu vim pra cá, sarô. Ó, eu estudei, fiquei moça, namorei, casei, e tá aí!*

(Dona Aparecida, 77 anos)

*Tinha, tinha a farmácia Dinamérico de Azevedo né. A farmácia dele, teve uma época, era aqui embaixo, a parte, ligada ultimamente, o bar era do Mauro, a farmácia era ali, hoje é uma lojinha de roupa né. Ali era a farmácia do Dinamérico de Azevedo, depois ele mudou pra esquina, hoje é da prefeitura, a esquina ali era a farmácia Dinamérico de Azevedo né. E tinha a farmácia do Cunha, na esquina, hoje é uma lojinha de produtos agrícolas, em frente onde é o prédio da igreja. Então naquela esquina era a farmácia Cunha, Antônio Cunha. Essa era as duas.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos)

*(para picadas de cobras) Não, ele comeu fumo, o home ficô comendo fumo, coisa amargoso, fumo e jiló, e ele falava era um pretão forte. Ele falava “não, isso aqui é o melhor remédio”, isso eu era mocinha ainda. Isso é o remédio, o papai ficô meio doido, todo mundo, como é que levava esse home pra tratá, nem num tô lembrando se trouxe ele pra tratá (...) É, e jiló. Diz que era coisa amargoso.*

(Dona Laércia, 83 anos)

Não havia fronteiras entre as diferentes formas de opção para o tratamento de doenças. Um benzedeiro não eliminava a atuação de um farmacêutico e vice-versa, ou seja, a solução para os males provocados contra a saúde dos habitantes da roça poderia ser encontrada em qualquer um destes. A diferença estava que, enquanto um representava o elemento urbano, o

outro, apesar de poder estar morando na vila, tinha aprendido as técnicas de benção na roça. Não registramos na fala de nossos colaboradores, a cura pela benção, apenas pelos tratamentos urbanos e pelos remédios da roça.

*É, é, não, pessoas assim, chamado de longe, “ah, em tal lugar, num sítio assim, tem um senhor que benze”, outros ensinava remédio caseiro. E ele, teve ruim, mas ruim mesmo e, através do farmacêutico que tinha aqui, chamava Antonio Cunha. E eles levava o farmacêutico lá, medicado por farmacêutico, salvou a vida dele.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

Para o acesso a tratamentos clínicos com médicos, era necessária a locomoção à cidade de Franca. Para ter acesso ao farmacêutico, na *villa dos Crystaes* havia dois e, em relação às benzedeadas, que não havia a cobrança em espécie alguma, eram encontradas por toda a parte. Na ausência deles, a tradição oral era posta em prática, e vários produtos, pelo sabor, e talvez também pela reação, eram transformados em medicamentos, como o caso do fumo e do jiló para tratamento de picadas de cobras. Em relação às parteiras, estas não cobravam, mas era dever moral da família assistida retribuir os favores concedidos. Difícil seria precisar em que situações elas atuavam realmente. À exceção dos bairros rurais que tinham casas próximas, na maioria de nossas entrevistas, quando as dores do parto iniciavam, os homens iam em busca delas, mas, devido à distância percorrida no meio do mato, muitas vezes durante a noite, impossibilitava uma ajuda consistente e a mulher acabava tendo o filho sozinha ou com o pouco auxílio de alguma mulher da casa. Em todas as entrevistas que realizamos foi possível constatar a morte de recém-nascidos e, em alguns casos, de mulheres que não suportaram as complicações do parto.

Era necessário o engravidar constantemente para viabilizar família numerosa. Assim, era elevada a mortalidade infantil, fetal e materna. Uma família numericamente grande tinha maior eficiência econômica e maiores possibilidades de enfrentarem a roça em que estavam inseridos.

*Nada, era parteira, uma pretona véia que fazia os parto (risos). Chamava Isabel, chamava Isabela (...) Era, por ali. Ai o meu pai, é meu, é, saía e ia buscá ela a cavalo (...) Tinha. E ela era sossegadona, a cavalo e era longe, num sei o que que a mamãe arrumava, tadinha (risos) (...) É, morreu dois já de tempo, com nove mês, o outro com três meses, e fora os que nascia fora de tempo né?*

(Dona Laércia, 83 anos)

A mãe de uma de nossas colaboradoras, citada logo acima, chamava-se dona Candinha e era benzedeadora, mas também oferecia remédios caseiros para pessoas adoentadas.

*Ah, panhava um ramim verde lá, três ramim, qualquer árvore, punha num copo d'água. Eu só num sei se aquilo valia mesmo né? (...) Ela falava que curava, falava quebrante, vento virado (...) Quebrante, achava a pessoa bonito, fazia o quebrante [...] Só que eu num entendo, num entendo, não! É das criancinha. Se tava assim, com disenteria, ah, dê este quebrante, de certo sarava né? Agora, vento virado, num sei que jeito que era isso (risos) (...) Ah, achava que aquilo num adiantava nada. Quando dava aquilo, como é que chama aquela doença que precisa, ah, tosse cumprida. Que é a coqueluche, ia andá no meio dos mato de madrugada, dava cinco hora da tarde, andando com a criança, diz que aquele sereno curava a tosse.*

(Dona Laércia, 83 anos).

Além de todo esse universo mágico presente na vida caipira, outra característica interessante de observar foi a forma em que os sentidos eram utilizados para a organização da vida dos homens da roça (HOLANDA, 1957, p. 20). Além do tempo cíclico marcado pelo ano agrícola, onde os dias de Natal e Ano Novo não eram tão comemorados e intensamente vivenciados pelas suas respectivas importâncias, provavelmente por estar fora do fechamento de ciclos de plantio e colheita, a forma de definir as atividades diárias, como acordar, trabalhar e se alimentar era praticamente biológica, onde eram respeitadas as decisões consensuais do grupo, principalmente pela divisão de tarefas ser delimitada.

*É, meu avô que falava. Vinha aqueles raio né, então, quando era do meio pra cá, era chuva que tinha passado, e do meio pra cá, era a que vinha né? Então, às vezes tava mais em pé, falava assim “daqui dois dia, três dia vai chovê”, e chovia mesmo. E a gente aprendeu isso com ele né? Agora, hoje, a gente nem vê isso mais nada não. E é muita coisa que ele ensinava, e a gente esqueceu né? (...) Covas. Ele falava, “a Covas, as Cova ainda vai chegá, Franca ainda vai chegá nas Cova, vai virá uma cidade só. Eu num vô vê, ocês vai vê isso. E o, a, as estrada, vai tomá conta do, do Brasil. Num vai havê mais mapa, ele vai sê tudo destruído”, aí, ele já falava tudo isso né? Então, a gente lembra dele falá essas coisa. E tá acontecendo né?*

(Dona Geralda Barcellos, 79 anos)

*Num tinha relógio naquela época. Relógio mais era, o horário era, “ó, o sol, o sol tá escondendo né, nós vamo embora que tá na hora”, falava (...) É, baseava né, assim, olhava o sol, punha, tudo é poder de Deus, vai praticando. A, olhava assim, “vamo merendá”. Aí, pegava, vai no pé de café bonito, e aquela sombra bonita né? Cada um sentava numa sombra.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

*Você sabe que, quase que nem relógio tinha. Só pelo sol sabia a hora, “é hora de parar, é sete hora, vão bora”. Chegava em casa, ninguém levava relógio no serviço, porque relógio pra aquele povo, naquele tempo era muito caro né? E, e com o tempo também, até hoje, você olha, aliás, eu olho, eu falo assim, “ah, daqui um pouquim vai chover”, até eu falei pra, pra mulher que tava aqui. Eu falei assim “ó, vai recolher aquelas roupa que tá pra chover” (risos). Ela foi lá, recolheu, e veio chuva mesmo, então, de modo que o tempo, a gente, até hoje a gente nota né, se vai chover logo, se vai demorar.*

(Dona Maria Martins, 86 anos)

*Aí tinha tamém o sol, o sol marcava. Quando o sol, o sol dava meio-dia, a sombra da gente fica certim no pé né? É meio-dia certim né? (...) E de manhã cedo, de madrugada tamém, o galo cantava era uma hora certinha da madrugada né? Hoje o galo num sabe mais horário né? (risos).*

(Senhor João Tiburcio, 87 anos)

Diferentemente das grandes fazendas em regime de colonato, nas pequenas e médias propriedades dos bairros rurais não havia indícios da presença de sinos, sirenes ou quaisquer outras formas de ditar o cotidiano dos trabalhadores. Eles acordavam antes do nascer do sol e já tinham suas tarefas distribuídas. Não recebiam comando, a não ser do pai, o chefe da família que ditava as regras e as funções, entre elas impedir que as mulheres fossem para a roça, como veremos ao tratarmos da divisão sexual do trabalho.

Muitos afirmavam que trabalhavam “de sol a sol”, ou seja, era a claridade do dia e a disponibilidade de forças físicas que os mantinham constantemente em serviço de lavoura ou pecuária. Independentemente da produtividade, o fato é que com foice, enxada e machado quase nada se podia fazer em termos de produtividade, ainda mais com a penetração da lavoura cafeeira, exigindo a duplicação de braços para o manejo com a terra. A vida noturna era praticamente nula, sem diálogos, sem convivência social além daquela estabelecida ao longo do dia e, quando muito, a companhia de um rádio a pilha e um jogo de cartas. Aliado ao cansaço físico, o repouso e a repetição da vida na roça se fazia presente. E é partindo dessa análise geral da vida do homem da roça na região do *districto de Crystaes* que vamos buscar analisar as relações de trabalho estabelecidas nas pequenas e médias propriedades da região e suas mudanças baseadas pelas relações de mercado que nela remodelaram o contexto social e cultural.

### **3.2. A divisão de “obrigações”: a tarefa de reproduzir a vida.**

Em meio aos bairros rurais, havia também a presença de grandes propriedades, com suas colônias, mas como notamos, a questão da herança, em muitas delas, foi criando uma fragmentação territorial que dava origem, de tempos em tempos, a várias propriedades de pequeno porte. Quando muito, um irmão ou parente próximo comprava, com muita dificuldade, as terras herdadas por eles e freava o processo de fragmentação territorial.

*Uai, na Limeira, na Limeira existia um mundo de gente. Só na fazenda que é do Zezim tinha vinte casa de colônia, e vivia tudo cheio. Agora do, do papai, tinha cinco casa de colônia. Na*

*tia (Olina) acho que tinha seis, tio Gumercindo tinha oito, e daí por diante. Embora terra ruim, tinha gente demais.*

(Senhor Delcídes, 77 anos)

No *districto de Crystaes*, ou seja, entre os anos de 1910 e 1958, registramos a presença de alguns bairros rurais que, segundo o que pudemos apurar nas falas de nossos colaboradores, eram locais com algumas diferenças em suas configurações produtivas. Apesar de ambos já estarem inseridos diretamente no mercado com a produção de pequenos cafezais, as relações de trabalho apresentavam algumas singularidades no contexto. Principalmente no aspecto de nosso maior interesse, a vida de famílias que apresentem traços de uma vida tradicional modelada desde os tempos coloniais<sup>39</sup>.

O trabalho familiar, como vimos, estava presente nas narrativas de nossos colaboradores, e isso valia para todos os integrantes do grupo. Diferentemente da estrutura senhorial das grandes fazendas, resguardadas as proporções da realidade regional de Franca, todos os filhos, desde a tenra idade, iam para a roça. A divisão sexual do trabalho ainda era existente, salvo poucas exceções onde, mesmo tendo a posse útil da terra sob a direção de uma família agregada, a precariedade para garantir a própria sobrevivência, forçava a introdução do trabalho feminino na roça que antes, para a realidade pesquisada, era ambiente tipicamente masculino.

*Mas minhas irmã nunca trabalhou em lavoura. Sempre nós implicava assim, nós falava assim, “ah, é, meu pai podia”, porque eu tinha uma irmã chama Cecília, outra Jair e Julia. Falava “ó, elas também precisa trabaiá, uai”, mas meu pai falava “não, eu, num vô pô as menina” falava, “as minina na enxada não”. Porque lá é penoso, é só pedra e cascalho, pedra e cascalho. Falava “ah, isso aqui num é serviço pra mulher não [...] E meu pai fazia aquela vida tadim, ele, sei que ele ó, lutô, e, conseguiu criar nós que era nove irmãos, tudo na base da lavoura, da enxada. E era uma vida muito penosa porque, ele, quer dizê, naquela época como era difícil também, ninguém comia, alimentava bem não. É, tinha que, a maioria de, do alimento, produzido lá na fazenda né. Igual a hoje, tem muito conforto aí na cidade, parece que o jovem de hoje é mais bem alimentado. Na nossa época num tinha fartura de, falá assim, sustentá uma família com o maior conforto não, eles regulava né. Vivê, nós vivemo mais ou meno na base de economia. Tinha que vive com aquela alimentação que produzia dentro do sítio né, mas o meu pai conseguia, ainda ele, quando nós melhoremo a vida, ele comprô, é, comprava saco de farinha de trigo, lata de querosene, isso era pra passá seis meses, um ano. Porque ele tinha crédito na loja Prado, porque a fazenda, loja Prado, ele, ele vendia com prazo de ano, prazo de seis meses, tinha crédito mesmo. Todo situante, fazendeiro bom mesmo, era o que, o que ajudava todo mundo né, era, a sorte dos pais.*

(Senhor Olívio Costa, 87 anos)

<sup>39</sup> Quando afirmamos “diretamente”, queremos apenas dizer que já estava consolidada a perspectiva de produzir para o mercado, e não para a própria sobrevivência e, a partir daí, lançar o excedente. Na pequena propriedade havia a produção de mantimentos e café, quando não pequena quantidade de cabeças de gado. A cultura caipira sempre esteve integrada a circuito de trocas, via gado e sal, que garantiam o contato periódico com centros de população (CANDIDO, 1979, pp. 47-51).

*Não. Porque teve treze, uma morreu [...] Não, eu comecei a trabaiá com, com sete ano eu fui pra escola, oito ano eu comecei a trabaiá na enxada, capiná café [...] Quando, quando ia descarriá não, aí já é quatro hora da madrugada já saía com o carro. Agora, pra trabaiá, ocê saía sete hora de casa, nove hora ocê armoçava, meio dia ocê merendava, seis hora janta na roça [sobre as mulheres] Fazia roupa. Então, agora, as minhas irmã não, as minhas irmã num, essas coisa num fez. [...] Não, elas tecia no teário, num sei como é que é o negócio. Eu sei que ficava um, uma roupa grossa. Mas eu num, num posso falá que jeito que ficava, mas ficava um trem esquisito. Só custurava, essas coisa, fazia comida. [...] Não, a, a horta de, de verdura é das muiê. Agora, o quintal já é por conta dos home. [...] Ah, na horta tinha abóbora, chuchu, tinha, alho, tinha cebolinha, tinha a, quiabo, tinha outra lá, tô pelejando pra lembrá, ô meu Deus, como é que chama o trem? Arface, arface, a couve, arface, couve, só essas coisa assim. [...] E elas, ia formando e casando, saía tudo fora de casa logo (...) Ah, a mais velha casou com dezoito ano, o resto é dezessete, dezesseis, quinze, e daí por diante.*

(Senhor Delcídes Barcellos, 77 anos)

A aversão ao trabalho, tão estigmatizada pelo lobatismo, pelo visto, está longe de ser característica do pequeno agricultor paulista. Representantes de famílias paulistas que eram descendentes dos antigos mineiros que aqui chegaram em meados do século XIX<sup>40</sup>.

Em média, havia quatro refeições diárias. A primeira era logo ao acordar, leite de vaca ou cabra, café e alguma espécie de rosca, ou biscoito tanto de trigo, que era comprado na vila ou através de mascates, e farinha de milho, fabricada na própria roça. A segunda já consistia no almoço e era entre as nove da manhã e onze, à base de arroz, feijão, verduras e quase sempre carne. Notamos que a carne sempre foi descrita como integrante do cotidiano, desde porcos, galinhas a carne bovina, esta última como sabemos, através da pecuária aqui desenvolvida, sempre esteve marcante. Por volta de duas da tarde era a hora da merenda, onde havia o café ou resto de comida do almoço. Por fim, às seis da tarde, na roça ou já em casa, era servida a janta, encerrando a dieta diária desses trabalhadores.

*Na fazenda Santana nós plantava cereais, milho, arroz, feijão, né? Café nós num tinha, na fazenda Santana, no tempo do papai tinha né? Agora, quando, porque já naquela parte nós num tinha café [...] Não, é, porque papai, é, no fim foi preciso dele vendê porque ele tinha duas fazenda. Mas ficô dívida, uai, papai ia numa carreira muito boa, mas caiu ele doente, caiu minha mãe doente, caiu esse irmão que eu tô falando procê, caiu e morreu, e ainda deixô conta pra ele pagá tamém, pro papai. Eu sei que a roda virô, né? Nós tinha umas seiscentas reis, no fim sobrô uma vaca pra cada um, né? Ainda deu [...] Olha, primeiramente era aqui. Olha, ele, ele, o papai tocô, lavoura de cana, produzia pinga, produzia açúcar, num era rapadura não, era açúcar redondo que eles falava. Nós tinha tudo e vim, era até um engenho mais moderno um pouco. E, e, tanto o açúcar como a pinga era de primeira linha. Então, vendia, comércio lá na, no Claraval. É, tinha um depósito de pinga, de bálsamo, e então, grande, era, ele pegava seis mil e quatrocentos litro, é, era oitenta quinto. Quinto era de oitenta litro né, oitenta quinto, oito veis oito sessenta e quatro né? Então, ele fabricava, então ele vendia aquilo, chegava no fim do ano, às veis ele deixava pra vendê mais pro fim do ano, que a coisa subia, tanto o arroz, o milho, tanto o açúcar né? Ele tinha depósito lá, deixava lá,*

<sup>40</sup> Muitos dos nossos entrevistados-colaboradores são integrantes que descendem das primeiras famílias de entrantes de mineiros que se estabeleceram na região de Franca entre os anos de 1804 e 1850 (CHIACHIRI FILHO, 1973, p. 86).



*depois ia, Nossa Senhora! Era, ele tinha um cômodo grande, e aquilo virava uma pedra, precisava cortá no enxadão. Ai ia vendendo né, ensacano, vendendo, e a pinga do mesmo jeito. Procê vê, a gente contando até o povo acha que é brinquedo, esse tonel de pinga, que é uma madeira especial né, porque o bálsamo é uma, primeiro existe uma madeira é de bálsamo, é um (cedro) muito bão, vermelhim né? Então, a pinga ficava amarelinha, cê precisa vê [...] Óia, a minhas irmã foi criada no serviço mesmo, mamãe não, sempre ficava né? Mas as minhas irmã tudo trabaiava, tudo. Às veis ajudava tudo na, na horta, tudo né? Minhas irmã trabaiava, toda vida, graças a Deus o, num tinha preguiça não.*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

Na região do Ribeirão da Prata - onde se localizavam os bairros da Limeira e da Borda da Mata - pudemos notar que a roça e a enxada, não eram necessariamente o local e instrumento de trabalho das mulheres, e sim, o espaço doméstico e aquilo que podemos chamar de seus arredores, como o pomar, o córrego e a plantação de hortaliças. Em todas as falas o elemento feminino, desde criança, aparece descrito como a mão-de-obra do lar, lavando, costurando, preparando a comida, a água para o banho dos homens que chegavam da roça, e do pomar, cuidando dos frutos e da horta. Quando muito, fechavam o curral com o gado dentro, ao entardecer, para evitar o retorno mais cedo do homem para casa, principalmente durante a fase da colheita dos mantimentos e do café.

*Quando eu era mocinha, que eu lembro, que eu fiquei doente, que eu lavava, eu ajudava minha mãe lavá a roupa, num corgo grande d'água, eu fique descalço lá e, sabe, criança, a gente, pequena ainda, oito, dez ano. Achei bão aquilo, carregava aqueles balde de roupa e, e quando foi à noite, meu deu uma tontura, diz que eu desmaiei, Sabe o que que arrumaram? (risos). Chifre de vaca, diz que queimou na lamparina e chegou no meu nariz, diz que aí eu vortei [...] Eu lembro de, da gente levá café, almoço, ele (avô) tá lá suadim capinando [...] Tinha casinha de baná arroz que falava, lá é monjolo né e, eu mesmo banei arroz. Porque minha mãe limpava arroz no monjolo né, na hora de soprá o arroz, eu ajudava. E fazia farinha de milho, tamém ajudava, quebrava o milho e depois passava na peneira, banava, punha no cocho pra amolecê. E depois torrava a farinha, eu ajudava, mas num ajudava assim, muito bem, porque era pequena ainda.*

(Dona Laércia, 83 anos)

Pelo relato das nossas colaboradoras o universo feminino na contexto da roça vai se apresentando. Em média, a partir dos dez anos a menina já está auxiliando a mãe no serviço doméstico, entre eles, lavar roupa no córrego. Em alguns casos, quando o córrego ficava mais distante da casa, um desvio de água chegava a ser feito pelos homens para facilitar a vida das mulheres. Assim, evitava-se carregar roupas e lençóis por grandes distâncias e, principalmente, tornava menos pesado a atividade diária de carregar água para a casa. A mulher era a responsável pelo transporte de água a ser utiliza para a preparação da comida e, em alguns casos, para a preparação do banho em casas onde havia o espaço que se denominava banheiro, apesar de apenas existir uma área da casa onde só servia para o banho.

As necessidades básicas, como urinar, eram feitas nos fundos da casa e utilizavam-se folhas de bananeira para a higienização.

As casas em que moravam nossos colaboradores não possuíam luz elétrica. Umhas foram feitas de tijolos e outras de pau-a-pique<sup>41</sup>. A telha era importada pelos moradores dos bairros rurais, enquanto em alguns bairros podia-se contar com olarias que forneciam os tijolos. Era casas grandes que abrigavam um grande número de moradores. Poucos cômodos, mas grandes, em média havia três quartos, um para o casal e dois para os filhos, dividindo entre meninos e meninas. A sala, a cozinha e a varanda completavam a estrutura da residência, embora algumas contassem com a presença de um espaço pequeno para o banho na bacia, pois a água não era encanada. A mobília, no geral, era toda em madeira extraída na própria região, produzida nos próprios arredores do bairro, tanto pelos homens da casa quanto por, em alguns casos, um marceneiro que ali fabricava móveis rústicos. Não iam além de mesa, bancos e camas. A madeira também estava presente no alicerce da casa, nas portas e janelões. Os utensílios eram de louça e as panelas de ferro. Toda a comida da casa era depositada na tulha, não havia qualquer tipo de dispensa.

O monjolo também estava presente na vida rural cristalense. Tradição que foi herdada pelos netos de bandeirantes, pressupunha a localização de habitações em terras baixas e próximas a córregos d'água. Foi predominantemente utilizado em lavouras de subsistência, já que em grandes plantações reclamavam larga utilização de mão-de-obra (HOLANDA, 1957, pp.226-244). Como vimos, ele era utilizado para descascar o arroz, mas também para a fabricação de fubá e farinha de mandioca.

*Então, a vida da roça é muito boa, apesar que a gente trabalha muito viu? No tempo da, da colheita, principalmente, como, começa sempre em maio a colheita de café né? Ai é aquela vida corrida, você levantava de madrugada, é os meu irmão, os maior, era três né, os maior e tinha o menor. E dois ia pro curral, escuro, pra tirá o leite. O outro já ia tratá de porco, debulhá milho pra tratá de galinha, era aquela vida. Eu já ia pro fogão, a, já acendê o fogo, fazê o café e, e pô o feijão no fogo porque todo dia tinha aquele negócio de cozinhá o feijão né? Num tinha força elétrica pra tê geladeira, num tinha nada, procê vê, num tinha sequer nem o rádio, muito menos a televisão né? E, a gente à noite, às vezes ficava jogando um baralhim ali pra fazê a hora de dormir. Sempre deitava cedo porque tem que levantá muito cedo e, e era a vida assim. A, a, o tempo das colheita de café, como agora é o tempo, eles trabalhavam, num tinha como, horário não né, e salário sabe? Naquele tempo eles iam pra roça era, clareava o dia, enquanto tinha dia, tava trabalhando. Tinha camarada, ninguém fazia conta de horário sabe? Quando era pra recolhê café, uns ia amontoá o café, outros ensacava, outros ficava costurando o saco. Igual o, aproveitava quando tinha noite de lua, à noite que ia recolhê aquele café, pra aproveitá o tempo. Era tempo de nós fazê o porvilho*

---

<sup>41</sup> A técnica de fabricação de casas chamada popularmente de 'pau-a-pique', consiste em edificar a casa com esteios fortes nos cantos e nos portais, preenchendo os espaços restantes com varas e galhos menores que são trançados uns nos outros para depois, finalmente, aplicar barro que irá se fixar nas madeiras; depois de seco o barro faz-se a aplicação de cal diluída em água.

*também, esse mês de maio, junho, aí o meu pai ficava em casa, ele ia, arrancava as mandioca, pegava a carroça, trazia aquelas mandioca. Eu, com a minha mãe, nós ia descascá aquelas mandioca, lavá, à noite quando eles chegavam da roça, ainda ia ralá aquela mandioca, tocada na mão a roda. Num sei se você conhece, aquelas roda de ralá mandioca, tocada.*

(Dona Maria Martins, 86 anos)

Aqui a vida caipira aparece nitidamente descaracterizada. O interesse voltado para a colheita do café forçava os integrantes da família a trabalharem “enquanto tinha dia”. Além de produzirem mantimentos para a própria subsistência, produziam pequenos cafezais. Além dos impostos territoriais, o contato com a cidade e o comércio de produtos que vinham pela ferrovia atraía o desejo dos moradores da roça. A cidade, como sabemos, ou os centros urbanos, tem o papel ambíguo de assustar e causar fascínio, principalmente pela oferta de mercadorias importadas e que vinham progressivamente introduzindo o desejo de consumo desses grupos. A eletricidade e o rádio, cuja primeira transmissão nacional ocorreu em 1922 ainda não tinham chegado à roça. A vida noturna, além de curta, era feita de diálogos ao pé do fogão à lenha na época do frio e nem mesmo contavam com a energia elétrica. As conversas e brincadeiras eram predominantemente realizadas entre irmãos, era o momento do repouso e do lazer, já que somente aos domingos podiam descansar. Esse dia era marcado pela ida à missa na vila ou a visita aos familiares, pais ou avós que habitavam as vizinhanças.

*Não, era mais difícil porque num era, eu era moça nova, lavá, passá, era, num era assim, tanque, era uma bica d'água. Lá a gente lavava a roupa [...] É, tinha o rego d'água, e tinha, que o papai fez assim, pondo uma bica assim de cimento, nós lavava a roupa ali. Porque treze, catorze pessoa, só eu e ela [...] Os colchão, era de palha de milho. Nós rasgava, tirava os caroço, aquelas coisa e a mamãe fazia os colchão, deixava um tanto assim na, pra lá e um tanto assim no meio, pra podê mexê [...] O fogão era tudo de brasa, tinha que tê cuidado pra podê, se cai uma cinzinha e conforme o tecido, manchava. Ih! Mas tinha que tê um cuidado [...] A mamãe, o dia que o papai matô o porco. Tinha uma varandinha assim, na porta da cozinha, dava daqui na Jandira ó (gestual). Tinha o, o forno de assá, quitanda, o papai assava os cabrito, tudo ali né? E eu e a Jandira, eu tinha oito ano e a Jandira tinha dez, a Jandira de lá e eu de cá. E a mamãe, ela tinha uma, arrumô uma, uma ajudante, e essa ajudante tava fazendo o armoço. Aí ela chegô na porta, “dona Cotinha, o armoço tá pronto, vem arrumá”, mamãe saiu. Aí tinha a cabeça do porco assim, a suã, num sei se ocê sabe o que que é suã né? E tinha uma faca de ponta, aquela faca num, num precisô dela, mas o (Calimério) é que amolava pra podê cortá. Aí a gente is cortando os toicim, e a, peguei a faca e fiz assim na cabeça do porco, no olho assim, “Jandira, vão vê se nós fura esse olho aqui?”. A Jandira respondeu assim “Aparecida, larga disso, isso aí num fura não”, e eu fiz assim ó (gestual) e, e com as duas mãozinha, eu alembro direitim. E quando eu fiz assim (gestual), a faca escapuliu, bateu no olho fez assim (ela é cega de um olho), no que furô a vista. Aí furô aqui, a pele, óia se num, num tem um risquim (gestual)<sup>42</sup>.*

(Dona Jandira, 79 anos, e dona Aparecida, 77 anos)

<sup>42</sup> Tentando furar o olho de um porco, a depoente teve o olho furado. Uma das idéias que permeiam a cultura caipira, onde certo catolicismo popular esteve presente, é a de castigo, que tão bem poderia ser discutida no relato, afinal, ela foi ferida tentando ferir.

O terreiro, espaço entre o quintal e a roça, é, no mundo caipira, o local onde reúne homens e mulheres, onde ainda se planta e já se cozinha (BRANDÃO, 1983, pp.74-76). No caso da região analisada, o espaço doméstico era tipicamente feminino, com o homem só o ocupando durante seu descanso, enquanto a mulher nele se cansava. Porém, não apenas a questão de gênero definia a divisão de tarefas entre a família, nem sempre nuclear. O idoso, longe de ser inutilizado, só não trabalharia mais quando as forças não mais lhe correspondiam para a execução de determinadas tarefas. No caso do homem idoso, vimos que ele muitas vezes ficou responsável pela horta e pelo trato dos porcos, atividade menos pesada que também era realizada pela mulher que, ao recolher as sobras da comida, tripas de animais, as cascas de frutos e folhas, os aproveitavam para a alimentação desses animais.

*A mamãe plantava de tudo né? Era arface, era repolho, era armeirão, couve, essas coisa [...] Pra tempero a gente colhia tamém o alho, era plantado lá né, colhia muito o alho. E cebola que num tinha, era difícil, cebola de cabeça né? Cebolinha tinha muito [...] Não, era tudo a gente. Eles só fazia as horta e fazia os canteiro. O resto, pra plantá e cuidá era a gente mesmo [...] É, não, a horta é por conta das mulher né?*

(Dona Geralda, 79 anos)

O curral, como vimos, algumas vezes contava com a mão-de-obra feminina. Assim, além dele, do chiqueiro e da roça, o espaço rural do caipira era formado pelo pomar, horta, terreiro e quintal. A galinha, importante elemento para a cultura caipira, por sua vez, vivia à solta pelo terreiro da casa. Assim, desempenhava alguns papéis essenciais para a família, através do fornecimento de sua carne e ovos, estes sendo utilizados tanto para a dieta quanto para a fabricação de pães e roscas. Sem contar que por fornecer pouca carne, quando comparada aos bois, cabras e porcos, não havia a preocupação em se buscar alternativas para sua conservação. Além disso, o fato de estarem soltas ao redor da casa também fazia dessa ave um importante serviço para a proteção e higienização do espaço doméstico porque ao ciscar o solo, aranhas, escorpiões e outros tipos de insetos tornavam-se sua comida e isso impedia a entrada desses seres nocivos que poderiam colocar em risco a vida de alguém da família.

*O colchão era de palha [...] É, as mulher que fazia. A mamãe fazia os colchão e nós punha as paia [...] O lençol era de, papai comprava peça desses algodão cru, hoje num tem mais né? Então, daquele [...] Ele comprava aquelas peça e a mamãe fazia o lençol, fazia lâ [...] Ah, a palha era, quando ela ficava já, ficava moida, ia ficando aqueles pózim, já precisava troca porque ninguém agüentava dor na coluna não (risos) [...] Não, os lençol o papai comprava de peça de, de algodão. E a mamãe falava assim, não assim, de tecido, compra isso aqui ó. Isso*

*aqui chamava primeiro era algodão, então, comprava essa peça desse algodão e aí a mamãe fazia as roupa de cama.*

(Dona Geralda, 79 anos)

Toda a dieta na cultura caipira é de produção familiar (CANDIDO, 1979, pp.131-135). De mantimentos quase nada se importava, como estamos apontando. Pelos depoimentos colhidos em nosso trabalho, vimos como o feijão, o arroz, a mandioca, mas, por servir para outras necessidades básicas de sobrevivência, o milho era um produto imprescindível para a vida na roça. Além de fornecer a farinha, servia de alimento para galinhas e porcos. Assim como a galinha ultrapassava a função de oferta para a dieta caipira, o mesmo ocorria com o milho que, através de suas palhas, garantia o fabrico de colchões para o repouso da família. Os panos dos lençóis eram em sua maioria importados nas lojas de secos e molhados que, ao serem costurados pelas mulheres, eram em seguida enchidos com palha que, ao serem gastas ao longo do ano - segundo um dos relatos ela virava uma espécie de farelo – eram trocadas após a nova colheita.

*Acontecia, mas aí, o meu pai, por exemplo, os outros vizinho, eles ajudava um o outro, “ô cumpade, eu tenho, o meu paiol tá cheio de milho, se ocê precisá, porque os porco tá lá no chiqueiro sem trato né? Eu te empresto dez balaio até ocê colhê o seu”. Eles era assim, um ajudava o outro. O meu pai emprestô até animal pro vizim, corrente da carretela, uma quaiera, por exemplo, o vizim precisava né? Era umas, pessoa muito unida um no outro.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

O milho, além da carne, como aparece no relato, é um elemento da cultura caipira que estreita os laços de solidariedade e sociabilidade entre vizinhos. Aqui, ele aparece descrito como necessário para a alimentação dos porcos. Logo em seguida, a ajuda é retribuída com o empréstimo de burros para a ajuda no transporte de mercadorias por parte do vizinho. As relações sociais estabelecidas através do socorro mútuo, desse modo, não eram inflexíveis. Os vizinhos ofereciam aquilo que era possível como forma de retribuição à ajuda recebida, denotando a necessidade de se praticar uma espécie de dever moral.

*Não, trabalhava em casa né, mas nesse tempo a mamãe ainda era viva. Aí a mamãe morreu, eu tinha nove ano, fiquei dois ano na escola ainda. Aí depois que mamãe morreu, aí eu tive que trabaiá. Trabiá, trabiá fazê serviço de casa né, fazê comida. A minha netinha passo aí, perguntô “vó, como é que cê aprendeu a trabiá? Vó, quando a sua mãe morreu ocê era pequena”. Eu falei “ah, minha filha, aprendendo porque, a gente tem que aprendê né”. Eu falei “ocê qué vê como que eu aprendi? Eu punha a manteiga de porco no, na panela pra afogá o arroz”, e eu falei “num sabia se tava quente, peguei e pus o dedo pra vê se tava quente”, também nunca mais, aprendi ó (risos) [...]Eu que carregava a água da cisterna, nós (incompreensível) a corrente. Papai diz que nós estragava corda demais, pôs uma corrente. Aí nós, eu tinha onze ano e minha irmã tinha treze, nós duas tomô conta da casa, tinha oito*

*home, em casa, nós duas lavava ropa praquele povo tudo. Pegava a corrente, que o barde tava chegando tava em cima já, a corda escorregava, a corrente escorregava, ia pará lá embaixo traveis. Carregava água, eu tinha treze, é, tinha treze degrau na porta da cozinha, carregava lata d'água pra dentro [...]. A gente que levava a comida na cabeça, cada bacia de car, de comida assim, na cabeça, lá no Bernardino, lá em cima do morro [...] Duas hora de caminho, pra levá a comida. Não, num chegava a duas hora não, era uma hora e pouquim. Mas é que a gente ia a pé né, subi naquele morro[...] Pra vê, as doze pessoa, levá aquela comida na cabeça. E sabe quantos ano eu tinha? Onze ano.*

(Dona Ana Cintra, 78 anos)

*Não, o porco tamém, pra, cedo era os home que tratava, e a tarde. Agora, na vorta do dia, era as muié né, que tratava [...] Não, levava na roça. A hora que ficava pronta levava na roça [...] É. Sempre, quando tamém vinha um, quando tinha mais gente no serviço, que às veis tinha que levá mais comida, saía um do serviço e ia buscá.*

(Dona Geralda, 79 anos)

Os homens não levavam a comida para a roça logo cedo. Não existia no contexto caipira o “bóia-fria”, termo empregado para o trabalhador rural que habita a cidade e que leva a sua comida para o trabalho e, ao chegar ao horário do almoço, ela já se encontra fria. No relato acima, as mulheres caminhavam com baldes e bacias cheios de comida na cabeça para os homens na roça. Na maioria dos casos narrados, porém, o mais comum era que um dos mais jovens da família viesse até a casa buscar a refeição. Não havia a separação do alimento, apenas cuias eram levadas para que cada um colocasse para si a quantidade necessária. Dessa forma, muitos agregados nessas propriedades também se alimentavam com a comida fornecida pela família proprietária.

Vale destacar que os laços de compadrio estavam presentes em muitos destes agregados, quando não havia o vínculo consanguíneo. Muitos eram padrinhos e madrinhas de batismos de filhos e netos, o que garantia a intimidade e a reciprocidade no trato. Esse era um dos aspectos que permitia a unidade do grupo de trabalhadores e uma certa homogeneidade na forma de viver e sobreviver desses elementos no mesmo espaço rural, a roça.

*Meu parto, porque eu só gêmea né, e, a mamãe num, foi tudo bem né? Eu era maior do que a minha irmã, minha irmã sempre era miúda. Então, tanto que eu, mamei quase nada da minha mamãe né? E, mas foi tudo bem, a gente teve uma saúde, teve saúde, uma vida até boa. E, depois, a escola, a gente estudo até a segunda, segundo ano né, depois meu pai mudô e a gente parô. Ai teve dois ano fora, depois vortamo traveis prali pra perto da Borda. Ai já, a gente morava mais pra perto da Borda né? E trabaiano, sempre em casa e, foi a vida nossa foi essa né? Até a gente casá, casei, fiquei no sítio do papai, não, morei uns tempo lá no sítio do, do vô dele (marido ao lado). Depois a gente vortô pro sítio do papai, tive nove filhos né? E, sempre trabaiano em casa mesmo. Tudo que tinha que fazê, era lavá roupa, era passá, era costurá (risos), e, foi essa vida né? [...] Porque o papai, o papai, era empregado do meu avô, e o meu avô num queria o casamento né? Mas, ficô, o papai num tinha muito juízo, e o padrim Juca num gostava do, do modo dele [...] Tinha, tinha mesmo os irmão do papai, que trabaioava pro meu avô né, e tinha mais tamém outros, que eu num lembro deles contá quem que era né?*

(Dona Geralda, 79 anos)

Na estrutura existente dentro da cultura caipira que estabelecia a organização das relações de trabalho, o pai costumava ser, antes da velhice, fase da vida em que o trabalho na roça e na lavoura ou na lavoura cafeeira intercalada com a produção de mantimentos, o padrão dos familiares (BRANDÃO, 1983, p. 70). O pai da dona Geralda, cuja família habitou antigo bairro rural da região do distrito, era empregado do avô e mais tarde os irmãos viriam a ser empregados do seu pai. Além de reafirmar de certo modo a relação de afetividade, parentesco e compadrio presente entre os trabalhadores, quer sejam eles colonos, agregados ou parceiros, o fato é que o modo de viver e a forma de garantir a própria sobrevivência através de uma dieta elaborada apenas a partir daquilo que a própria roça produzia, garantiam, de forma tênue e instável, um estilo de vida com traços da cultura caipira.

A mobilidade entre os habitantes dos bairros rurais na região estudada, que buscava uma reorganização do grupo não era possível ocorrer em terras virgens, pois elas não mais havia no *districto de Crystaes*. Alguns antigos moradores, principalmente filhos de imigrantes, relataram que quando os pais chegaram, logo foram abrir lavoura de café através da derrubada da mata. Isso ocorreu nas grandes fazendas, pois nos bairros rurais não constatamos nenhum resquício dessa possibilidade. Embora apenas isso não justifique a ausência da caça e da pesca no complemento da dieta daqueles homens, o fato é que a pecuária aqui existente, inclusive nesses bairros rurais, pode ter contribuído para a aniquilação de terras virgens. Daí a ida e vinda de filhos que se casavam e partiam para as terras de sogros até receberem por herança sua própria terra.

A introdução da lavoura de mercado, a dependência crescente pelos produtos importados pelos trilhos ferroviários, apesar de alterar o quadro de relações de trabalho e também a canalização da mão-de-obra com fins estritamente econômicos, já que na lavoura de subsistência somente o excedente do que era produzido seria vendido na vila, foram mudanças que não afetaram os hábitos e costumes da vida na roça. Queremos com isso afirmar que as mudanças econômicas não necessariamente afetaram todo o conjunto sócio-cultural do caipira.

Em quase todos os depoimentos, a imagem do pai ou do avô, já que muitas vezes os pais de nossos colaboradores se casavam, porém, continuavam nas terras do avô, era representado como uma pessoa temida e de pouca conversa. A vida noturna era o momento de reunião do grupo, mas muitas vezes as brincadeiras e conversas eram limitadas aos irmãos e às mães.

*E o papai num deixava a gente saí né? [...] Não, papai quase num tinha diálogo com a gente. E, os mais velho, meus irmão mais velho ele batia. Agora, eu só lembro numa veis que ele me bateu (risos) [...] Então, a gente, eu, achava bõo quando ele saía de casa, porque aí ficava à vontade né? Mas quando ele tava em casa, a gente num brincava não [...] Ah, não, mamãe batia mas num era muito não. E era assim, tamém era pouca, agora, quando papai pegava, bõo, pelo menos meus irmão né, ele batia mesmo pra machucá né? [...] Não, ele num tinha diálogo com os filho.*

(Dona Geralda, 79 anos)

*É, ele chamava a atenção, ele demorava chamá a atenção né? Ele era muito bõo meu pai, muito amoroso com os filho demais. Chegava à noite ele punha vitrola tocá, e dançava com os filho mais velho, fazia fogueira lá, na época de festa junina, colhia feijão demais. Fazia aquelas, ele muntuava os monte de, da palha do feijão, e à noite punha fogo. E aquilo pra meninada era uma festa, juntava de roda, era bõo demais naquele tempo.<sup>43</sup>*

(Dona Laércia, 83 anos)

*Agora, o meu pai era meio severo, ele era assim, bravo com os filhos sabe? Não batia, mas quando ele chamava a atenção, todo mundo tremia (risos). Porque os pais antigo num era de conversá muito né, com os filho, num [...] É, num tinha diálogo. Quando, conversava só o que precisava, e, chamava a atenção, chamava no duro mesmo sabe? (risos). De modo que a gente tinha um respeitão danado, a, a, mesmo a mãe, bastava olhar assim, a gente já sabia o que queria sabe? Chegava a visita, ela só fazia assim (gesto), os filho já ia pra dentro, deixava o, os olho ela olhava assim, eu já sabia que era pra ir pra cozinha preparar um café (risos).*

(Dona Maria Martins, 86 anos)

*Eu tava brincando com a, com uma irmã minha, a mais véia, eu, lá vinha. Aí eu peguei um cacho de banana lá, comecei a tomá parmada dela né? O papai passô a mão numa correia, mas meteu o coro, mas meteu o coro, mas meteu o coro memo. Eu tive que ajoieá no chão e pedi pelo amor de Deus pra ele largá. Mas assim, à toa, mas depois em diante eu fui vivendo, "ocê num tem jeito não" [...] Não, eu fui diferente do meu pai. Porque quando eu criei o José, o mais véio, eu até falei se fô pra mim sê igual o meu pai, eu num quero criá nenhum fio. Então, eu criei ele no maior mimo, ele me deu tudo, ele fez tudo. A, o André foi a mesma coisa, ele num fez nada. Sempre humilde, nós conversa o que precisa, num tem conversa.*

(Senhor Delcídes, 77 anos)

A figura do pai sempre foi tensa e central na organização da família com traços da cultura caipira. Dava ordens e cerceava a vida das filhas, só deixava que elas fossem às festas acompanhadas. Enquanto que em relação aos filhos, dava ordens, mas não os impedia de ir à vila ou quaisquer outras festas nas vizinhanças. Porém, sempre quando suas vontades não eram obedecidas, utilizava a violência, agredindo aos filhos até certa idade em que ele já está ciente de suas obrigações. Frases curtas e ordens, o pai ensinava fazendo, cobrava total obediência e não aceitava questionamentos. Enquanto isso a mãe, diferentemente do pai,

<sup>43</sup> Diferentemente dos demais, neste o pai é 'carinhoso'. Será que realmente era ou estamos aqui lidando com certa fantasia da depoente? No segundo caso, ela teria reelaborado sua memória para agradar o entrevistado. São muitas questões possíveis, mas o fato é que de certa forma o depoimento foge à teia em que os demais se enquadram no que diz respeito à figura paterna.



apesar de às vezes também bater nos filhos, era sempre lembrada pelo carinho e cuidado, além de ser o elemento que muitas vezes representava o elo entre filhos e pai.

Interessante notar que o conceito de trabalho, e não de velhice, impunha respeito entre os nossos entrevistados. Enquanto trabalhava, o pai tinha o direito de governar e liderar a família sem contrariedades. Quando as forças escasseavam, os filhos eram donos de si e estavam aptos para o trabalho, tornavam-se os novos líderes, através da organização de novas famílias, nem sempre nuclear, entendida como composta por pai, mãe e filhos apenas. Os velhos pais passavam a contribuir com a manutenção do grupo de acordo com suas forças, realizando tarefas consideradas femininas, ou iam praticar a caça e a pesca como lazer. Isso quando não abandonavam a roça para terem seu fim na cidade.

Curioso observar que quando fomos à casa de um de nossos colaboradores pela primeira vez, sendo ainda morador da zona rural, através da indicação de outros colaboradores que participaram do processo de construção das fontes orais, fomos recebidos à porta e convidados a entrar na sala de estar. Expomos, juntamente com um de seus conhecidos que nos acompanhava, os nossos objetivos e lhe pedimos que numa próxima visita nos permitisse a gravação da conversa.

Não conhecemos sua esposa nesse primeiro dia, apesar dela se encontrar. Somente ao final das gravações, na terceira visita, ele nos convidou para um cafezinho e o ingresso aos outros cômodos da casa, principalmente a cozinha, onde estava a esposa que, em momento algum foi até a sala. Sabemos que nessa forma de trato, onde o ambiente doméstico é um espaço fechado e tipicamente feminino, sendo a sala o único lugar onde era permitida a entrada das pessoas de fora, estranhas, e que apenas o homem lhe recebia, com a mulher ficando escondida do olhar invasor, só era quebrada quando a confiança era estabelecida entre as partes envolvidas.

Essa forma de sociabilidade fazia parte da cultura caipira, vista por alguns como primitiva, porém, entre seus pares, a solidariedade em torno da luta pela sobrevivência servia para rivalizar a forma de trato com o elemento externo que muitas vezes representava o elemento de desequilíbrio dentro de um contexto singular e instável. A mudança na forma de vida, onde laços de sociabilidade eram vitais para a sua própria manutenção, representou o próprio fim da cultura caipira.

### 3.3. A desintegração da tradição.

Os moradores de alguns bairros rurais da região do *districto de Crystaes* possuem singularidades resultantes da ação do meio, da cultura importada e da localização geográfica. A paisagem dominante na região, durante a primeira metade do século XX, era de cerrado, relevo e o solo com alternâncias, ou seja, em alguns ele tinha melhores condições para a agricultura e em outros apresentava muitos cascalhos e declives. Antes do café, ou até mesmo em vários momentos após a chegada dele à região, a pecuária sempre esteve presente. Mas não era apenas a pecuária de corte que havia nos campos do distrito e sim, o gado leiteiro, que viria ser um dos fortes setores de produção da região.

Sendo um território predominantemente distribuído em pequenas propriedades e com grande contingente humano, raros eram os produtores com grande quantidade de cabeças de gado no distrito. Reflexo dessa situação pode ser refletido na década de 1980 com a presença de uma cooperativa de laticínios na cidade de Cristais Paulista e o título de região que mais produzia leite por área explorada, ou seja, não era o município que mais fornecia leite, mas sim aquele cujo gado tinha melhor aproveitamento por alqueire. Por fim, além do cerrado e da pecuária, vimos que a localização dos bairros rurais definia a maior ou menor integração junto aos mercados e, conseqüentemente, aos novos modos de viver dela resultantes.

Típico exemplo de bairro rural onde se perdeu o modo rústico de vida se deu na região da Chave da Taquara, cujo nome remete à presença de uma chave que permitia a parada do trem para o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias<sup>44</sup>. Este bairro ficava próximo à vila, sede do distrito. Taquara seria a pele de um tipo de bambu fino que era aproveitado para a fabricação de balaios, utilizados tanto para transportar frutos e grãos no lombo de animais e também de homens, como pequeninos balaios para a produção de mudas de café. Pela sua localização geográfica, às margens dos trilhos ferroviários, foi o primeiro bairro rural a se desintegrar frente ao novo modelo imposto pelos trilhos ferroviários e pelo café.

Foi interessante observar que a composição social da Chave da Taquara também se estruturou de maneira complexa que nos remete a diferentes processos de povoamento. Nesse bairro, foi e de certa forma ainda é, marcante a presença de mineiros, imigrantes europeus, espanhóis, baianos e negros. Os mineiros são descendentes dos grupos de *inrantes mineiros* que chegaram à região desde o início do século XIX, enquanto os negros são descendentes

---

<sup>44</sup> O termo rústico, longe está em se enquadrar a aspectos primitivos e selvagens de modos de vida de agrupamentos humanos. Enquanto os termos 'primitivo' e 'selvagem' são muitas vezes empregados como oposição a 'civilizado', o aspecto rústico está voltado para as qualidades de certas formas culturais do homem rural que nem sempre se equiparam aos termos apontados. (CANDIDO, 1979, pp. 18-23).

dos ex-escravos das grandes fazendas próximas ali existentes, dentre elas a da família Junqueira, cujos proprietários também ocuparam cargos políticos, inclusive de presidente da Câmara Municipal de Franca.

Os baianos, curiosamente, eram migrantes que desde fins do século XIX penetravam o território paulista, fugindo das secas e lutando pela sobrevivência<sup>45</sup>. Dessa forma, a vinda de nortistas para a região sudeste do país não foi necessariamente reflexo da atração que a industrialização e o desenvolvimento urbano paulista em meados do século XX provocaram, mas sim como reflexo das dificuldades provocadas pelas secas e a luta pela sobrevivência, fenômenos nem sempre interligados (MARTINS, 2004).

*Não, meu pai e minha mãe é de Macaúbas, do Estado da Bahia, e o resto é tudo nascido aqui. Aqui que eu digo, município de Cristais Paulista. Mas sempre ali, divisa de Cristais com Pedregulho [...] A minha mãe veio com 11 anos. Meu pai parece que (...) com 16 ou 18 anos, não tenho muita certeza.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

*Tinha. Ali na Furna mesmo, ali pra baixo da Chave, era puro baiano que veio da Bahia. Tinha uns que vinham até de pé, saía da Bahia e vinha, chegava aí e contava. Ia pra Goiás né, falava “ó menino, quando você tá sofrendo muita sede, você não bebe a água de uma vez não, você vai molhando a língua devargazinho, porque se você beber de uma vez, você morre” [...] É. Levavam água, às vezes acabava, até eles acharem outra nascente d’água, tinha que viajar muito. E a turma tudo não comia porque a sede era demais né, então, quando achavam, ia lá, pegava uma canequinha e todo mundo ia molhando a língua até controlar [...] É, aí já tinha aquele (...) esse finado Antônio Ribeiro, ele foi o primeiro que o Tuquinha Junqueira trouxe, pra desmatar a Furna. Aí ele veio, locou ali, e depois ele foi buscando os baianos, devagarzinho. Acho que eles eram nuns vinte baianos, vinte famílias, trabalhavam na fazenda.*

(Senhor Nelsindo Pelizaro, 82 anos)

Outro reflexo da forte presença de baianos na região pode ser medido pelo espaço sagrado ali instituído. A igreja da Chave da Taquara homenageia Bom Jesus da Lapinha, nome originário de uma igreja com nome semelhante na cidade de Bom Jesus da Lapa, sudoeste do estado da Bahia. Segundo a tradição oral, um baiano teria trazido uma imagem do santo dentro de sua camisa e, após semanas de viagem, se estabeleceu no local e fundou o culto religioso em homenagem ao santo padroeiro. Hoje a tradição dos festeiros ainda existe no bairro e, curiosamente, os maiores devotos são italianos, principalmente os representantes da família Pelizaro. Eles, e não os baianos, fazem questão de organizar a quermesse em prol da igreja de Bom Jesus da Lapinha, com leilões e, quando fomos ao bairro realizar nossa

<sup>45</sup> A grande rede Magazine Luiza, cujos negócios iniciaram-se na cidade de Franca, por exemplo, é pertencente à família Trajano, baianos que saíram da região da Chave da Taquara em busca de novas atividades ligadas ao contexto urbano.

entrevista com o senhor Julio Pelizaro, todas as mulheres da casa estavam mobilizadas nos preparativos da festa, com a confecção de enfeites e decorações.

*Tinha as barraquinha, tinha todo mundo, ia com barraca, ficava os nove dias. Os festeiros que fazia, matava vaca, porco. Comida, pnhava a mesa lá pra todo mundo que ia na festa né. Se ele não almoçou nem nada, “ah! O festeiro tá dando almoço”. Você ia lá, almoçava e tudo, merendava. Acabava o almoço, enchia a mesa tudo de quitanda “não, tem café, vai lá tomar café, leite e tudo”. Era aquela coisa, e dava dinheiro né? [...] Unia, era unido. Todo mundo, você saía na colônia, de onde era coberto, de onde eles criavam leiteo, ganhava leiteo. Então, os festeiros não comprava, ganhava tudo, frango, ovo, nossa! Agora, hoje não, hoje é tudo comprado.*

(Senhor Nelsindo Pelizaro, 82 anos)

A composição social da Chave da Taquara, como temos observado, remete-nos a diferentes momentos da História do Brasil. Assim, além de mineiros, nortistas e imigrantes europeus, os negros ali presentes, descendentes de ex-escravos e que vieram para a grande lavoura cafeeira no final do século XIX, quando já estava instaurada a crise no tráfico negreiro, com a proibição da importação africana de braços, também refletem um destes momentos.

*Minha avó, dona Matilde [...] Foi, minha avó foi escrava [...] Não, lá onde ela foi escrava, que ficou grávida e teve filho [...] Na Bahia [...] Minha mãe não [...] Morreu, ela foi escrava, contava muita escravidão pra nós né. Ela foi (...) foi o (...) como falava antigamente? Os que criavam os escravos (feitor)? Foi ele quem engravidou ela, então, por causa disso, eles tiraram ela de lá pra mandar embora, por que se por acaso ela falasse né, quem era [...] Não sei como foi feita. Só sei que ela veio né. Falou pra nós que veio. Ela sofreu muito na época lá, porque ela apanhou muito, judiavam muito dela.*

(Dona Nenzinha, 84 anos)

Os Imigrantes europeus também foram um importante elemento humano que integrou a composição social da Chave da Taquara. É importante ressaltar que muitos deles não vieram diretamente para as grandes lavouras da região do distrito para trabalhar em regime de colonato, mas sim de outras regiões de São Paulo. Após estagiarem na produção cafeeira como empregados, acumularam pequeno capital e chegaram na região do bairro para se tornarem pequenos proprietários de terras. Tidas por baratas, as terras acompanhavam o valor de mercado estipulado pela produtividade do solo, e já que uma das características do café na região de Franca era a baixa produtividade, menos penoso se tornava a compra de pequenos lotes na região. Dentre essas famílias imigrantes, os Pelizaro ali chegaram ao ano de 1912 e estão enraizados até hoje.

*Ah! Eles gastaram quase três (...) assim meus avós contavam né. Eu conheci o meu bisavô, ele sempre contava caso pra nós e tudo. Ele diz que gastou 90 dias de lá aqui [...] Lá da Itália, lá de coisa (norte da Itália) (...) sei lá como que é o nome, falava o nome em italiano [...] Veio direto pra cá, pra Ribeirão né? [...] Em Ribeirão ele trabalhou, ajudou a formar Ribeirão, um pedaço lá, depois mudou ali pro (...) pra beira do rio ali, formatar a Furna. Ali ele trabalhou um ano, passando à polenta e mamão, pra não tirar dinheiro do fazendeiro. Ai no segundo ano ele já colheu muito milho, muito feijão, muito arroz né, porque plantou no meio do café e aí formou o café. Nos cinco anos ele formou, entregou, recebeu e comprou a fazendona aqui ( na Chave da Taquara).*

(Senhor Nelsindo Pelizaro, 82 anos)

Assim, com diferentes investidas colonizadoras, desde a fase em que apenas servia de caminho para o gado e o sal, ligando a vila de São Paulo ao interior do país, a Chave da Taquara foi se descaracterizando do seu núcleo tradicional, formado por pequenos proprietários e que produziam para a própria subsistência. A ferrovia, que lhe rendeu o nome de chave viria a decretar a fragmentação de uma cultura rústica e posteriormente o seu fim.

Desse modo, pensar na sobrevivência de traços da cultura caipira dentro dessa complexidade social que se formou na região da Chave da Taquara, um bairro rural ao lado dos trilhos ferroviários e próximo à *villa dos Crystaes*, sede do distrito, onde os pequenos produtores com mão-de-obra familiar eram constantemente ameaçados pelos coronéis, donos de grandes fazendas, pode ser considerada uma situação atípica e de certa forma deformante. Porém, o fato de diferentes agrupamentos humanos ali estabelecer-se e se interpenetrarem não justifica qualquer negação de que ali possa ter existido esse estilo de vida. Em trabalho já realizado, pudemos constatar um processo de aculturação de famílias italianas que conviveram com a civilização rural paulista já estabelecida (QUEIROZ, 1973, p.50). Em muitas de nossas entrevistas, também registramos o casamento de italianos com trabalhadores nacionais, a participação destes imigrantes em mutirão, enfim, assimilando valores e se misturando às famílias já estabelecidas na região. Entre o escrito e o dito, portanto, as falas se complementaram.

Em nossa opinião, não foram os diferentes elementos culturais, portanto humanos, que desestruturaram o bairro rural da Chave da Taquara. Mas a pressão constante dos grandes fazendeiros vizinhos, o atrelamento deles a setores urbanos, na compra de todo excedente de gêneros de subsistência e das pequenas lavouras cafeeiras e, principalmente, a proximidade com os atrativos centros urbanos integrados pela ferrovia, aspectos que trataremos mais adiante.

*Dizem que queria tomar metade da fazenda deles [...] É, dos Pelizaro lá. Meu avô também não era bobo né? [...] Porque diz que (...) pode olhar nas outras divisas aí, é tudo por cima do "taiado", é no último top né? [...] É, no último top, na divisa. E ele ia subindo, foi subindo, e quando foi na virada de lá (...) dos espanhóis lá mesmo ele tomou uns quatro ou cinco*

*alqueires deles. Aí ele veio pra tomar dos meus avós ali, dos meus tios, aí meu avô escreveu pra ele. Ele falou “não, a divisa é naquele top ali, no último top”, falou “não, coronel, isso aí não é o último top, o último top é lá pertinho da Chave, tá lá o último top. Você pode passar a divisa pra lá. O senhor finca a divisa hoje, amanhã eu mando arrancar tudo, o senhor é quem sabe”. Aí ele não mexeu não, aí parou naquilo mesmo [...] Mas você pode olhar aí nos “Neca”, nas coisas aí, pode olhar que a divisa dele é tudo pro último top. Agora, de cá não [...] Uai, eles passavam ali e tinham que aceitar né. O escrivão, se ele não aceitasse, não passava [...] É, aí mandava fazer (matar) ele [...] É, tá vendo. Ele já fez o genro, o que era escrivão aí, casar com a filha pra poder fazer manobra, e fez mesmo [...] Não, o capitão lá embaixo, capitão [...] É, e ele casou as manobras aí né. Depois ele já pôs o outro e ele saiu fora [...] É, pra tomar conta das fazendas, de onde ele fez aquele prédio ali. Você vê que o prédio ali é tudo feito com os alicerces de pedra mesmo, tudo puxado no pescoço de um boi. Mas ele fez como ele quis, mas não foi fácil não.*

(Senhor Nelsindo Pelizaro, 82 anos)

Os centros urbanos, por mais limitados que fossem aos olhos atuais, ofereciam uma vida atrativa e estimulava uma capacidade de consumo que ia além daquilo que se poderia produzir, ou do que se arrecadava do produzido. A educação dos filhos, gerando menor tempo para o trabalho na roça, as novas profissões geradas pelos transportes e comércio, os negócios entre os então chamados “capitalistas”, enfim, vários aspectos foram minando a escolha em se permanecer na luta diária do trabalho da lavoura. Associam-se a isso as constantes crises do setor cafeeiro, deixando os pequenos produtores ainda mais à mercê dos compradores de café e dependentes dos capitalistas e lojistas, já que eles não tinham o poder para negociarem diretamente com os grupos exportadores em Santos e também liquidarem suas dívidas.

Sendo assim, um conjunto de fatores, tais como a baixa produtividade da lavoura de mercado, já que a lavoura de subsistência lhe garantia a sobrevivência, os baixos preços das terras, o aumento demográfico que fragmentava cada vez mais as propriedades devido às partilhas da herança, a pressão constante dos grandes fazendeiros e a atração e fascínio que a cidade, por sua vez, oferecia como cinema, bares, convívio social, energia elétrica, além dos novos empregos fornecidos pelas manufaturas e comércio, foi corroendo o antigo e tradicional modo de vida do homem da roça<sup>46</sup>.

*É Cristais, fazenda aí da Mococa. O meu pai veio de um sítio, aqui no alto da serra. A minha mãe deve ter sido nascida na Mococa, porque meus avós foram (...) como é que fala (...) é administrador, da fazenda da Mococa, que era do Juca Pedro. O Juca Pedro era casado com uma irmão da minha avó, então eles moraram lá a vida inteira. A minha mãe nasceu lá, depois minha mãe casou, meu pai tinha um sítio no alto da serra, foi onde vivemos muitos anos. Quando viemos aqui pra Cristais, era um lugarzinho muito pequenininho, mas já havia a igreja linda que nós temos. Padre Alonso, que era o padre, sempre almoçava aqui conosco. Depois tinha (...) onde nós todos fomos batizados né. Papai então, depois de uns anos, vendeu o sítio e nós viemos aqui pra Cristais. Papai então comprou esta casa na qual eu moro até*

<sup>46</sup> As casas antigas da *villa dos Crystaes* incorporava alguns elementos da roça. Os quintais ficavam no fundo das casas, a maioria não possuía espaço lateral e dianteiro para aproveitamento. Neles, havia a horta, o galinheiro e algumas plantas frutíferas que compunham o pomar, como jabuticabeiras, laranjeiras, mexeriqueiras e mangueiras.

*hoje, 84 anos que eu moro aqui [...] Tantas coisas meu filho. Porque minha vida é muito longa, a minha vida foi vida muito difícil. Eu trabalhei até como catadeira de café. Trabalhei como bordadeira, como crocheteira, depois passei a trabalhar como babá. Em muitas casas da Franca, estive em São Paulo, aí então a minha vida foi melhorzinha. Porque eram pessoas muito boas, me davam muito conforto, tudo foi muito bem. Depois disso fui babá dos filhos do senhor Queiroz, e ele então me arrumou a colocação na Industrial (ETE) de Franca. Eu trabalhei 30 anos e de lá é que hoje eu tenho a minha aposentadoria, da qual eu vivo.*

(Dona Doca, 96 anos)

É sabido que o projeto de construção do Brasil foi, muitas vezes, apenas uma extensão de um projeto patrimonialista vindo da Europa e que aqui se perpetuou ao longo de toda a nossa História. E uma das características desse projeto se deu a partir da presença de mecanismos especulativos atrelados aos setores produtivos e que deles passaram a se alimentar perenemente. Sendo uma herança do projeto colonizador de Portugal, um país endividado e em crise após os insucessos nas Índias, logo o Brasil foi repartido em grandes extensões territoriais para que o setor privado da economia os explorasse. Assim, ao longo do tempo fomos reafirmando que as mesas de nossas Câmaras Municipais mais se assemelhavam a um balcão de negócios. O fato é que dessa forma o Brasil se desenvolveu às expensas de grupos que investiam em terras de um Estado europeu moldado para se impor sobre os negócios estabelecidos em suas terras, mas sem a mentalidade de explorá-la diretamente com os seus próprios recursos.

Desse modo, nem tanto por escolha, mas mais por necessidade e possibilidade, essa versão de construção de um projeto lusitano que fez do Brasil apenas um seu apêndice, consolidou em nosso território ao longo desse processo uma aversão ao trabalho braçal, criando uma aristocracia de pobres ociosos em detrimento do caminho voltado para o trabalho e o desenvolvimento dele resultante (FAORO, 2001, pp. 106-107).

A forte presença do Estado, a partir de nossa independência, burocratizando e estendendo suas teias sobre as atividades do setor produtivo seguia, assim, o modelo adotado por Portugal em suas colônias. A doação de sesmarias foi o grande reflexo dessa forma de colonização e a luta pela adoção da Lei de Terras de 1850, mesmo que conservadora, refletia as anomalias de um país atrelado aos costumes já estabelecidos e no desejo de manter sua conservação. Desse modo, a afinidade para a atividade comercial, a especulação sobre a nossa produção, seja através do traficante de escravos que viria a decretar um duro golpe sobre os fazendeiros da grande lavoura com a Abolição, ou através dos credores urbanos sobre a produção cafeeira – o comissariado – o trabalho continuou sendo um caminho inevitável para a queda do poder das antigas fazendas aristocráticas em detrimento de grupos de investimentos privados. Como exemplo dessa realidade, os fazendeiros do Vale do Paraíba

foram os primeiros a sentirem duramente o golpe aplicado pela Abolição não-indenizada. Sem capital para o pagamento da compra de escravos, muitos deles entraram em grave crise econômica (FAORO, 2001, pp. 572-577).

Enfraquecidos, e sempre dependentes dos setores que financiavam a produção e a manutenção dos braços para a lavoura, os fazendeiros adentraram a fase republicana em estado de agonia. Assim, somente com o atrelamento aos setores urbanos eles encontraram o fôlego necessário para a manutenção de sua força estabelecida pelo poder, paradoxalmente, oriundo da posse da terra. Desse modo, a luta por maior participação política viria a ser, na verdade, além do reflexo de fortalecimento do Estado, o resultado do enfraquecimento do poder rural que, já dependente dos setores urbanos, estava inexoravelmente a ele vinculado e de certa forma entregue. Sem a luta pela participação política, o senhor de terras seria o mais novo homem sem terras em busca do sonho aristocrático perdido.

A luta por cargos públicos, ou o atrelamento de setores rurais a urbanos também resultou naquilo que Gilberto Freyre descreve como a “aristocratização da rua”. A riqueza, antes avaliada pela posse de escravos e não de terras, teria sido o que determinou ainda mais a dependência do setor privado em relação ao Estado, refletida através da luta por cargos públicos e o domínio político. Com isso, o amparo de muitos fazendeiros somente veio a ser encontrado nos filhos, genros, ministro, deputado e não apenas no mercador de sobrado (FREYRE, 2004, pp. 123-125). De certa forma, o autor coincide com a versão de projeto colonizador para o Brasil de Faoro, principalmente ao apontar os conflitos entre os setores urbano e rural, que se subteve por produtivo e especulativo, contextualizando a forte presença de judeus no nordeste brasileiro durante a fase colonial.

Adequando a relação dos setores de nossa economia, produtivo e financeiro, ao longo do processo de construção do Estado brasileiro, para a realidade vivenciada nas lavouras de café da região da *villa dos Crystaes*, nos anos de 1910 assistimos já consolidado o casamento dos grandes fazendeiros do café com setores urbanos, comercial e financeiro. O fazendeiro que teria doado terras para a criação da vila, sede do distrito, como sabemos, estava ligado ao poder político francano liderado pelo coronel Francisco Martins. Sem sobrado na vila, símbolo do poder local, o doador do espaço público para a formação do espaço urbano do distrito, depois de garantida a hegemonia do grupo a que estava ligado na política francana, cumprindo seu papel na *secção eleitoral de Crystaes*, estabeleceu-se na capital do Estado, provavelmente ocupando cargos públicos.

Ainda nesse contexto, um ponto a ser pensado dentro da realidade regional, e que vai um pouco além da perspectiva dada para a relação entre fazendeiros, negociantes e



mercadores, atrelados à burocracia estamental e ao capital, desejosos em adquirir benefícios a serem extraídos do Estado, encontra-se na base da estrutura econômica que envolve o setor rural. Paradoxalmente, nessa região ele foi composto por grupos de homens que, com suas famílias, pela imposição do sertão e na sua forma de ocupação, tiveram que aderir ao trabalho, tão avesso à ordem estabelecida. Pelo próprio isolamento, como característica do sertão, a presença do Estado muitas vezes se deu de maneira tênue, inclusive pela distância dos centros comerciais, impossibilitando assim, as teias que deveriam tecer a relação entre os setores produtivo e financeiro. Pensamos que somente com a dinamização da economia, via trilhos ferroviários, todo o setor produtivo da região foi inexoravelmente atrelado aos circuitos de trocas em todas as suas esferas, inclusive naquela que predominava, ou seja, a formada pelas pequenas propriedades.

O trabalho braçal, culturalmente marginalizado desde que o desejo do ganho fácil aqui chegou com os portugueses, pretexto para a violência imposta sobre os trabalhadores livres nacionais a partir das crises que antecederam a escravidão no final do século XIX, foi ocupado por homens que, contraditoriamente, foram muitas vezes estigmatizados e taxados pelas letras de literatos e pelas falas e decretos de políticos que se estabeleceram no poder, como não poderia deixar de ser, como preguiçosos. Com isso, a visão lobatiana, tão adequada aos interesses do mercado e do lucro, foi logo aderida ou usada em conjunto pela elite nacional e muitas vezes legitimada pela intelectualidade que no país se formou desde o início do século XX.

Não seriam raros, entretanto, os casos de coronéis senhores de crédito e de monopólios comerciais, que, graças às suas conexões políticas, enriqueceram com empréstimos e a compra das safras dos pequenos sitiantes (...) O lado obscuro, não pesquisado, do mundo dos homens que vivem para a política e não da política, insinua a lenda da honestidade, ou do desinteresse econômico, incompatível com a ordem patrimonialista, sobretudo a partir do último terço do século XIX, quando a voragem capitalista contamina os sertões com o novo ímpeto das cidades (FAORO, 2001, p. 718).

Mais adiante, o mesmo autor arremata:

O processo de urbanização, já visível em 1920, não se deve fundamentalmente, como nos países industrializados, à demanda manufatureira, pólo atrativo de primeiro plano. As cidades aumentam em função das crises do setor agrário, das ocupações da burocracia, do incremento dos setores terciários, dos serviços públicos necessários à metrópole (FAORO, 2001, p. 758).

Não sabemos qual o conceito de safra trabalhado pelo autor, mas se ele quis dizer produção voltada exclusivamente para o mercado, esteve aquém da realidade dos pequenos

sitiantes. Dentro dos quadros da política e atrelados a setores terciários como pontos de comércio, muitos homens dentro da *villa dos Crystaes*, a partir de sua institucionalização em 1910, favorecida pela sua localização geográfica, às margens da ferrovia, vão canalizar toda a produção agrícola regional. Nesta, se enquadra tanto a lavoura cafeeira, já presente entre os pequenos produtores, como também todo o excedente produzido ao longo do ano, resultante dos mantimentos cultivados para a garantia da própria sobrevivência. Diferentemente de Faoro, vimos que a produção de mantimentos não estava atrelada às crises da lavoura cafeeira na região do distrito, mas à cultura estabelecida em todo o *certam do rio Pardo* pelos homens da roça desde o século XIX<sup>47</sup>.

Como já tivemos oportunidade de descrever, além dos estabelecimentos públicos, como escola, praça comercial, a vila contou com a igreja, escola, cinema, bares, padaria, farmácia, lojas, grandes tulhas e máquinas de beneficiamento de grãos. Além disso, as casas que foram ocupadas, além do sobrado e da casa do chefe político, eram principalmente de antigos ex-pequenos produtores. Soma-se às máquinas de beneficiamento, a presença de algumas manufaturas, mas todas voltadas para o fabrico de pequenas produções do excedente fabricado na roça. Salvo exceções dos grandes proprietários, as fábricas atendiam à demanda local, majoritariamente de pequenos proprietários.

*Só as casas. Ah, aqui em Cristais teve uma fábrica de manteiga muito boa. Ela era grande, ficava lá na avenida Antonio Prado, no quarteirão em frente o supermercado hoje do Antonio. Aquele quarteirão era quase todo uma fábrica de manteiga, de queijo. Além disso, a igreja, a Mogiana, o cemitério.*

(Dona Neusa, 81 anos)

*Existia, mas é, mas quando eu assumi a prefeitura, em 60, a fábrica de queijo já num existia mais [...] Eu num sei quem pegava o leite dele. Ele vinha com os latão ali. A firma que pegava, né, deixava os latão vazio e pegava os cheio. Ai ele punha aqueles, os empregado dele, punha na, cem, é, dois galão de 50 litro. Já tinha o arreo certim, as cangalha, então, cinco, seis burro carregava mais ou menos 250 litro, 300 litro de leite, sei lá, cem cada um. Pegava, punha cem, sortava eles e eles ia embora sozim. Descia a serra, já deixava a porteira embaixo, que era a divisa dele com o Zé Alexandre, deixava a porteira aberta e eles passava, assim, sem motorista. Lá embaixo carregava eles, punha eles na frente, eles vinha sozim, vinha lá no Sobrado, ali eles parava.*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos)

---

<sup>47</sup> O problema agrário também é visto como uma situação onde o mundo urbano, dependente do mundo rural, tanto para o atendimento das necessidades do mercado interno, quanto para as necessidades de baixos preços de alimentos. Desse modo, caso os problemas daquele setor fossem atenuados, haveria espaço para um maior incentivo ao consumo de produtos industriais pelo fato da renda poder ser destinada para tal fim (MARTINS, 1975, p.5).

Além da fábrica de queijos, havia também na vila uma fábrica de farinha, tanto de mandioca quanto de milho. Produtos que, diferentemente daqueles derivados do leite, tinham maior duração e com isso poderiam ganhar mais tempo até chegar aos centros consumidores. Assim, toda a indústria ali existente, desse modo, que era estruturada para atender a demanda regional de mantimentos que excediam as necessidades dos homens da roça, passava por um processo de produção manufatureira antes de ser comercializada.

Desde que a estação ferroviária da *villa dos Crystaes* foi construída, no ano de 1910, contou com a presença de uma loja, cujo dono, Antonio Prado, era ligado à família do senhor Alexandre Vilella. Logo ao lado, foram estabelecidas máquinas de beneficiamento de grãos cujos donos eram os mesmos homens citados, além de uma cujos donos eram de uma família de descendentes de sírios, os Essado<sup>48</sup>. Consolidava-se assim a estrutura para absorver parte da produção de grãos, extraída pela produção do meio rural do distrito voltada principalmente para o mercado estava organizada. Desse modo, o senhor Antonio Prado, além de garantir o abastecimento das famílias de colonos das fazendas do senhor Alexandre Vilella e outra de sua própria posse, fornecia produtos importados pela ferrovia e trocava com os pequenos sítiantes todo o excedente por eles produzido, como ovos, galinhas, porcos, grãos, enfim, todos os tipos de mantimentos que eram produzidos na roça. Além destes, o café, pois além de fazendeiro, foi também foi um comprador de café e capitalista, termo empregado para aqueles que atuavam com empréstimos de dinheiro a juros.

*Então a loja Prado, assim (...) dia de sábado era até bonito, aquele mundo de cavaleiro e carroça sabe. Então, eles faziam as compras deles né, punham na calçada, depois passava pra (...) pras carroça, pras condução, outras à cavalo e, naquela época, a loja Prado é (...) a fazenda Colônia Velha, que era chamada Colônia Velha porque era do doutor (...) ultimamente o doutor Juquinha, pai do José Alexandre, então não corria dinheiro não, os colonos recebia era “ódeo”, de fato então, o dinheiro era a ordem emitida pelo doutor Juquinha Vilella pra fazer a compra na loja Prado. Então, quando a pessoa precisava de dinheiro, às vezes ele repartia, “eu vou precisar de tanto de compra, e um tanto do dinheirinho pro gasto”. Então, com aquela ordem da fazenda, a pessoa comprava determinada mercadoria e a sobra ele pedia dinheiro pra fechar outras despesas sabe [...] É. Aí o seu Antônio dava a parte em dinheiro e a parte em mercadoria sabe. Então na época vivia assim, hoje não existe mais né, acho que é proibido ordem, tem que ser dinheiro. Então, as coisas mudam muito, viveu-se muitos anos assim [...] Aqui chamava-se Secos e Molhados, tinha de tudo, tinha tecido, comestível, tinha tanta coisa. Eu era criança, por exemplo, a mamãe tinha umas latinhas de banha, de dois litros, a mamãe juntava duas dúzias de ovo e falava assim “vai lá no Prado e troca duas dúzias de ovo em troca de dois quilos de açúcar” (risos). A gente fazia muito isso sabe.*

(Senhor Eurípedes, 88 anos)

<sup>48</sup> Várias foram as famílias de descendentes de sírios que estabeleceram pontos de comércio no *districto de Crystaes*. Além de lojas, atuaram como proprietários de máquinas de beneficiamento de grãos e como mascates (vendedores ambulantes).

*Tinha muito pequeno e, então, e cada um tinha às veis um pouco de café. Mas é, que era dez mil pé de café, era quinze, vinte, e ele comprava aquilo tudo. Porque ele gostava, comprava justamente esse pequeno, porque os grande, os grande queria limpá o café e despachá. Papai memo despachava muito café né? Pra Santos, o seu Antonio Prado, o seu Antonio Prado tamém num vendia pra ninguém. Embora, os Vilella, sempre exportô café. Então, o seu Luiz era o comradô dos pequeno. Na Furna, ali memo, onde é que nós tinha, a, a maior, a lavoura era nossa, e do Carlos Sinhoreli. Mas o Carlos Sinhoreli tamém, quando ele tinha (incompreensível), sempre vendia pros neto, os neto era exportador de café. Então, o seu Luiz comprava dos Martins, dos Barcello ali embaixo, cada um tinha uma moitinha de café. E o pouquim, ele ia reunindo, era muita gente, e, vinha por cima do café. E o, a maioria ele que comprava, ele mesmo comprava. Porque ele tinha um irmão que era, tinha um armazém de exportação em Santos, um irmão do seu Luiz. Tanto é que, quando ele perdeu a eleição pra mim, ele ficô dois mês pra lá, de tão magoado que ele ficô. Ficô lá, dois mês lá.*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos)

Dois nomes despontam entre os grandes compradores de café da região do *districto de Crystaes*. O senhor Luiz Gilberto, descendentes de italianos, mantinha constantes contatos com um armazém de exportação. Em várias das falas percebemos a criação de uma espécie de mito em torno de sua figura. Vários foram os nossos colaboradores que o descreveram como um homem que “capinô café” para virar fazendeiro e comprador de café. Valorando o conceito de trabalho entre esses homens, sua imagem serviu para legitimar que era possível enriquecer através do trabalho, embora este seja um caso singular e que deva ser repensado. Não negamos essa possibilidade, afinal, adquirir terras em casos excepcionais era possível, principalmente entre descendentes de imigrantes europeus (STOLCKE, 1986, p. 83). Mas o fato de também ser descrito como um comprador de café e possuir algumas propriedades na região nos leva a crer que, apesar de não estar ligado ao processo político local na sua fase distrital, foi um dos homens que se beneficiou da estrutura de mercado favorecida pela institucionalização da vila às margens da ferrovia<sup>49</sup>.

*Então era um café que dava uma bebida muito saudável né, num é igual a hoje, que é esses secadô, meio esforçado a secagem do café. E além disso, era um café colhido na serra, a terra de cultura que existe muita pedra né, e, então, dava um café, uma bebida muito boa. Sempre o café, por exemplo, daonde, a fazendinha que era nossa, que é aí no Pouso Alto, é, o, o comprador elogiava muito porque dava boa bebida, café de serra né (...) Porque quem era o comprador desses, de, tanto do nosso sitio lá e os vizinhos dali de perto, comprador era o Antonio Prado, Luiz Gilberto.*

(Senhor Olívio, 88 anos)

Em relação ao proprietário da loja que se estabeleceu ao lado da ferrovia, como temos visto, a questão comercial foi mais além. O senhor Antonio Prado era comerciante, financiava a produção agrícola com empréstimos a juros, possuía máquina de beneficiamento de grãos,

<sup>49</sup> O Senhor Luiz Gilberto fez parte de um grupo que conseguiu organizar o processo de emancipação política do distrito e, em 1958, surgia então o município de Cristais Paulista. Concorreu, junto com o senhor Fábio Pinheiro, fazendeiro que possuía terras numa área densamente povoada do município, às eleições municipais como prefeito, onde saiu derrotado. Seu filho, porém, veio a ser vice-prefeito do município na década de 1970.

tulha, comprava café, mantimentos e era também fazendeiro. Vindo da região de Rio Claro-SP e ligado à família que doou terras para a formação da vila, ele atuou praticamente em todas as esferas de negócios que a vila poderia oferecer. Desse modo, os negócios que mantinham na vila permitiam que ele concentrasse grande parte de absolutamente tudo que era produzido no distrito, ou seja, da variedade de gêneros alimentícios da roça, que abasteciam o mercado interno à intermediação da produção cafeeira entre os pequenos produtores e os mercados internacionais<sup>50</sup>.

*Ah, cobrava pouca coisa, mas normal. O seu Antonio Prado já tinha comprado tudo, quando depositô já era do seu Antonio Prado. Mas o Alexandre Vilella, reservô, nas tulha, pra pô o café dele. E deu uma briga com o meu pai, porque o seu Antonio, o seu Antonio Prado num avisô nada, tinha seis tulha de café. Mas isso, isso aí num existe mais não. E, o seu Antonio fez, falô “ô Chico, num resorve uma tulha só procê, porque as outras duas eu ocupo, e as outras três é do, do Alexandre Vilella, né? Eu cedi pra ele”. Porque limpava o café tudo lá, quem depositava lá, né? O papai, nós tinha muito café tamém, eu tinha caminhão, trazia e depositava lá, encheu a tulha. Mas a tulha do Alexandre Vilella, as três, ele tinha muito mais café do que nós, o Alexandre Vilella. O seu Antonio tinha a Boa Vista e tinha a Coloninha. Ele tinha a Boa Vista tamém, ele tinha muito café. As duas tulha dele sempre enchia tamém, aí o papai, nunca cabia, que quando ia enchendo o papai mandava limpá, né? Aí ia depositando em casa, lá embaixo, na Limeira. Nós ia pra lá, esvaziava aquilo, nós vinha, trazia, mandava limpá. E o Alexandre Vilella, sei lá, ele era, um sujeito esquisito, esquisito memo, um sujeito bão mas esquisito. Era aquele tipo de coronel sabe? E nisso, um dia nós chegô lá e, ele falô, o papai, ele num quis criá caso com o seu Antonio né? O nosso café ficô ensacado, “mas por quê?”, “uai, porque as tulha é do Alexandre Vilella, e ele num tá, num qué limpá o café agora, as tulha dele encheu, e ele começô pô café na tulha que é do senhor”. O papai, falô ‘nóis num vai lá vê não, pode deixá.*

(Senhor Fábio Pinheiro, 83 anos)

A institucionalização do *districto dos Crystaes* atendeu perfeitamente às necessidades dos grandes proprietários atrelados à política francana. Foi mais além, permitiu a origem, através da fundação da vila às margens da ferrovia, de grupos ligados às demandas impostas pelo mercado. Sem a vila, ou seja, seu espaço urbano, a dinamização da exploração do produto resultante do esforço e do trabalho dos pequenos produtores, que utilizavam mão-de-obra basicamente familiar, voltados para um tipo de vida não voltado exclusivamente para as necessidades do mercado dificilmente adquiririam naquele momento uma sentida integração entre roça e cidade (vila). Através da ferrovia, estradas foram abertas, ligando esta aos núcleos rurais mais afastados. Sem a vila, a penetração de novas mercadorias seguiria um ritmo adverso e possivelmente as transformações na roça teriam sido mais lentas. Por fim, o fascínio

<sup>50</sup> Claro que os contatos mantidos pelos senhores Antonio Prado e Luiz Gilberto com os grupos exportadores em Santos também engessavam a margem de bons negócios que pudessem ser consolidados. Mas, o fato de terem parentes ou pessoas vinculadas e eles afetivamente, favorecia-os no processo de venda. Curioso observar que, em visita recente a grande produtor de grãos de café fino na região, o administrador da fazenda disse como os negócios são limitados aos grupos exportadores que negociam diretamente com o mercado externo. Somente uma vez esse conseguiram levar um norte-americano à propriedade, mas o fato de produzir muito aquém do que ele necessitava, o negócio ficou emperrado.

que a área urbana, com bares, cinema, lojas e a integração regional dela resultante foram os principais pontos de desequilíbrio que afetaram diretamente um modo de vida tradicional que nos remete a costumes consolidados a partir do desbravamento do interior do país ao longo de seu passado colonial.

Do ponto que partimos, ou seja, da vivência de pessoas que habitaram o meio rural do atual município de Cristais Paulista, todas essas mudanças já estavam em curso. Claro que, dependendo da localização dos bairros rurais dentro do antigo distrito, essa integração poderia ser maior ou menor. Como demonstramos anteriormente, o bairro da Chave da Taquara foi um típico modelo de bairro que foi rapidamente arrastado para a conjuntura imposta pelos trilhos ferroviários. Interessante observar, porém, que o fato de toda a região do distrito ser predominantemente composta por pequenas propriedades, toda a produção originária delas que atenderia às necessidades do mercado, e não apenas às de locais próximos à ferrovia, era interceptada pelos grandes fazendeiros ou a homens vinculados a eles. Estes, quando conectados a setores do mercado nacional, intermediariam a venda de mantimentos, tais como galinhas, ovos, arroz, feijão, milho, etc. e, no caso do café, à praça de Santos.

Segundo um dos últimos chefes da estação de Cristais, Senhor Olacyr Passarelli, no final dos anos de 1950, aquela estação era a recordista pelo maior número de embarques de galinhas do ramal do rio Grande. Representando um dos grandes símbolos da cultura caipira, sendo um de seus mantimentos, as galinhas era o resultado de toda a produção excedente dos pequenos proprietários que as negociavam com o senhor Antonio Prado. Sem condições de melhores mercados, eles em conjunto forneciam uma quantidade de galinhas que, ao serem trocadas por produtos que não eram retirados da própria roça, que complementavam as suas necessidades básicas de sobrevivência, e não para o progresso de sua lavoura devido aos baixos preços estipulados, permitia o pagamento do frete da ferrovia que as encaminhariam para a absorção pelo mercado da cidade de Campinas.

Como pudemos apurar em nossas entrevistas, os relatos de homens e mulheres que habitaram o meio rural do antigo distrito francano, hoje município de Cristais Paulista-SP, a produção cafeeira estava presente em todas as pequenas propriedades a eles vinculadas. Porém, lado a lado com ela estavam as roças de mantimentos e a pecuária. Em muitas propriedades, inclusive, a exploração destinada ao gado leiteiro era superior à do café.

*Olha, geralmente, eu sempre tive umas cinqüenta, sessenta vaca criando no curral né? É, era essa vida, tinha o gado mais (zerado), tinha o gado novo, era mais ou menos. Eu sei que na época, diz que existia umas sessenta reis [...] O leite nós fazia queijo (...) Vendia aqui pra Franca também [...] Pouco, muito pouco. Na época mesmo que eu fui criado tinha muito pouco*

*café, depois foi plantando. E plantava café mais nessa zona fraca. Porque naquela época geava demais.*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

Nas grandes propriedades dos senhores Alexandre Vilella e coronel Juca Pedro, a produção leiteira também foi marcante. Assim, tanto nas grandes como nas pequenas propriedades, o gado leiteiro sempre esteve presente. Seja para o próprio consumo ou para atender ao mercado, através dos derivados do leite, o fato é que até os dias atuais essa produção ainda é marcante no atual município de Cristais Paulista-SP.

*Criação de gado tinha bastante. O José Alexandre mesmo chegou a ter mais de 400 cabeças de gado. E depois chegou a tirar 1200 litros de leite por dia. Isso aí já é do meu tempo né. E, tinha mais, o José Pinheiro eu não sei, tirava muito pouco. Tinha muito fazendeiro aí, mas era município de Franca.*

(Senhor Anísio, 81 anos)

Já vimos que a própria vila buscava atender à produção leiteira estabelecendo ali uma fábrica de laticínios. Sem tecnologia para sua conservação, o leite era utilizado para a fabricação de manteigas e queijos que abasteceriam o mercado interno. Assim, o gado e o sal ainda eram marcantes no processo de integração entre a região do *certam do rio Pardo* e os grandes centros comerciais mesmo após a penetração da lavoura cafeeira. No entanto, embora a cultura caipira já tenha sido estabelecida dentro de um circuito de trocas desde o século XIX, foi na produção cafeeira, vinculada às mudanças no meio de transportes e na canalização de braços importados, juntamente com a situação política da Primeira República (1889-1930), com o enfraquecimento dos grandes proprietários de terras, que a sua situação se agravou, decretando rupturas internas no seu modo de vida que posteriormente incentivariam a sua desfiguração.

Para isso, a penetração das relações de mercado a ponto de deformar antigas formas tradicionais do meio rural, onde a integração entre roça e cidade passaria a condicionar toda a produção do pequeno produtor, antes também preocupado com a produção de mantimentos que lhe garantia a sobrevivência, se fez sentir nas relações de vizinhança estabelecidas nos bairros rurais da região do *districto de Crystaes*. Mesmo assim, algumas características de sociabilidade tradicional que perduraram naquelas mesmas relações e que contradiziam os interesses voltados exclusivamente para o lucro que advém do mercado, nos permite apontar um momento de transição onde as relações capitalistas vão progressivamente corroendo

aquele mesmo estilo de vida tradicional apontado, caracterizado, entre outras coisas, por algumas formas de solidariedade, entre elas o mutirão.

A principal dificuldade teórica na discussão dos problemas da sociedade agrária brasileira encontra-se na identificação do tipo estrutural que a definia (...) A fonte básica desses dilemas está na identificação das relações sociais de produção que não se apresentam claramente formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho (MARTINS, 1975, p.16).

Na região, mesmo havendo uma produção voltada exclusivamente para o mercado, como o café, e parte dos mantimentos que excediam as necessidades dos grupos de pequenos produtores, o mutirão, doação de força de trabalho independente das trocas monetárias que hoje se consolidaram entre as relações, estava sendo mantido e praticado nas suas mais variadas formas e necessidades.

*Aquilo parecia que era até uma, uma brincadeira, o povo achava bão, bonito aquilo, achava bão né [...] Fazia uma festa, era igualzim uma festa [...] Fazia uma festa, aquilo lá né, era uma diversão até. Reunia a turma né? [...] Ih, mas era uma festa [...] Era diversão mais da roça, era isso aí né? [...] Quando nós fez a nossa casa, nós, teve que puxá pedra lá do, dos Andrade, lá, estado de Minas, num sei, daonde que eles é? Andrade né? [...] Andrade [...] Ele juntô, fez um mutirão de carro-de-boi, juntô quantos? [...] Doze carro-de-boi [...] Doze carro-de-boi juntô, e [...] É, tudo era por brincadeira, tudo, é [...] Fazê festa [...] Era diversão da roça né? [...] Ele um dia foi ajudá massá barro pra rebocá uma casa lá no estado de Minas, na casa do pai dele, ele já tinha casado, ele, quando chegô de tarde ele num podia saí de dentro do buraco [...] Porque vai fazendo buraco, vai enchendo d'água, vai amassando o barro pra rebocá a casa. Ele num pôde saí do buraco, de tanto que as perna tava dura (risos). Até pra rebocá a casa fazia mutirão.*

(Dona Ana Cintra 78 anos, e Senhor João Tibúrcio, 87 anos)

Uma das características do mutirão está no seu aspecto festivo. Enquanto homens iam roçar pasto, abrir estradas, construir casas, as mulheres se encarregavam de preparar a comida. Ao final do dia, toda a turma envolvida, homens, mulheres e crianças, se reuniam ao som da viola ou do harmônio, encerrando assim a atividade daquele dia. Muitas das canções também eram executadas no meio da roça, ao longo do trabalho, segundo as falas de nossos colaboradores, mas os mesmos não souberam nos transmitir o teor de seus conteúdos, à exceção do desafio e da provocação, o que nos dá a entender que não era apenas um que cantava. E assim o tempo passou, as canções, por serem improvisadas e transmitidas de geração em geração via oralidade, se perderam, assim como o mutirão, cabendo à memória o seu registro.

Nos casos em que foram narrados, o mutirão também apareceu organizado para a construção de moradias. Apesar da maioria das vezes não envolver tarefas que tinham por



objetivo a produção para o mercado, é importante destacar que em nenhum momento contou com qualquer tipo de relação monetária. A solidariedade, como vimos, estava atrelada ao dever moral de atender à solicitação de um vizinho sempre que necessário. Com isso, toda a vizinhança tinha a obrigação de fazer o mesmo por ele. Assim, os homens enfrentaram ao longo do tempo as adversidades do meio natural em que estavam inseridos. Um caso atípico foi que, em outro momento, esses mesmos integrantes do mutirão descritos anteriormente, vão narrar a reunião de mulheres, não para fazer comida para os homens, mas para a fiação. A fabricação de cobertores de algodão foi muito caracterizada em diversas falas, além das geadas. A região do distrito está entre as mais altas do Estado de São Paulo, e talvez a necessidade de enfrentar o frio modelasse outras formas de trabalho coletivo.

*Não, elas fazia mutirão de fiadeira pra fiá, pra fazê [...] Isso eu num lembro [...] Roupa tamém. Juntava aí dez, quinze, vinte fiadeira [...] Muié pra fiá, isso era na casa da mãe dele [...] Era até bonito, era [...] É, cada um cantava uma coisa. Cantava, tem as música das fiadeira.*

(Dona Ana Cintra, 78 anos, e Senhor João Tibúrcio, 87 anos)

Muitos dos autores que apontam a existência do mutirão no meio rural paulista, em vários momentos não se atentam para a questão do objetivo em se abrir estradas. Integrando a roça a um circuito de trocas, as estradas abertas por mutirão já prenunciavam uma perene ligação com os mercados locais. Desse modo, a cultura caipira reforça um dado que é o de sempre estar integrada a um circuito de trocas, fato nunca negado por nós. Mas a intensidade dessa ligação e suas formas é que nos permite pensar nas lentas transformações que ao longo do tempo foram corroendo estilos de vida tradicional. Aceleradas pelas mudanças estruturais advindas com a modernização imposta pelos trilhos ferroviários e a ascensão do café na região, a segunda metade do século XX vai decretar a sua extinção.

*Era boa porque nós conservava ela bem né? Mas óia, pra nós puxá mantimento, da nossa fazenda, lá da fazenda Santana, da Borda da Mata pra cá, é, num pertencia, pertencia a Franca, e aquilo era desdeixado, aquela Furna. Então, nós tinha que pegá, nós fazia o mutirão, conforme nós fala né, a união, nós pegava lá na Borda da Mata, e ia, fazia a estrada até no pé da serra do Fízico aqui, que é onde, que ligava com a estrada da, das Canoas, que vinha pra cá. Então, até ali a, a Prefeitura daqui que conservava a estrada, agora, aquele trecho nós fazia tudo no enxadão, enxada e enxadão.<sup>51</sup>*

(Senhor Natael Malta, 89 anos)

<sup>51</sup> Neste trecho, é interessante a ligação da estrada aberta pelos moradores locais com a “Estrada das Canoas”, pois essa estrada recebeu o nome devido a um importante rio que hoje faz fronteira entre o município de Cristais Paulista-SP e o Estado de Minas Gerais. Pelo teor da descrição, a estrada próxima ao antigo Garimpo das Canoas, nome de uma vila (hoje Claraval-MG) que surgiu no século XIX. Muitas das estradas dos bandeirantes tinham alguns trajetos definidos por rios, como o Tietê, antiga rota bandeirante (HOLANDA, 1957, pp.20-24).

Pensar no mutirão na região do distrito, ou seja, entre os anos de 1910 e 1958, nas relações de mercado envolvendo os compradores de café que canalizavam todas as pequenas lavouras e as embarcavam para Santos, fruto do trabalho basicamente familiar e que quando envolvia agregados era praticamente nula a monetarização da venda da força de trabalho, levanta algumas contradições. A começar pela ‘doação’ da força de trabalho para uma atividade com fins lucrativos, embora os preços e a dependência em relação aos compradores e comerciantes da vila nos permitam algumas ressalvas. Afinal, se houvesse uma margem de lucro considerável por parte dos pequenos produtores, difícil seria entender o que justificaria o abandono da terra através da venda e sua posterior ida para a vila. Muitos deles venderam suas pequenas porções de terras e foram se estabelecer na área urbana, onde aqueles que aprenderam a desenvolver atividades como costura e artesanato, puderam dar início a uma nova forma de garantir o sustento.

Embora a venda de suas pequenas colheitas permitisse a entrada de moedas na roça, o fato é que não houve acúmulo de riqueza, eles não progrediram, e a impressão que se tem é a de que muitas vezes a venda nada mais era do que a possibilidade de liquidar dívidas assumidas com os mesmos grupos de compradores, afinal, como sabemos, eles atuavam em diferentes setores da economia local.

Mesmo o mutirão estando implicado em uma troca de dias de serviço, sendo essa mais uma questão moral do que econômica, portanto tradicional, as produções de uma mesma lavoura, no caso do café, provavelmente coincidiam na sua fase de colheita e dificilmente o pequeno produtor poderia ceder sua força de trabalho, pois isso significaria prejuízos para o mesmo, caso cumprisse com a palavra e a obrigação em atender a solicitação de sua convocação. Daí os vários casos de convocação remeter a atividades que implicavam a divisão de benefícios, como os tecidos, as estradas, etc. Neste aspecto, o dever moral tinha um peso maior, já que a atividade por si era para melhoria geral, ou seja, colaborava para melhores condições de estrutura do bairro rural como um todo. Nos outros casos, fazer parte de um mutirão com dezenas de pessoas refletia na ajuda dessas mesmas dezenas de pessoas em sua própria roça.

*Quem fazia aquele mutirão é que ficava encarregado na, vinha em Cristais buscá carne, eles tratava bem. Ou então eles já matava um capado, preparando, praquele mutirão que eles ia fazê né? Porque a pessoa tava doente, num tinha condição de trabalhá. Aconteceu demais isso na roça, eu mesmo fui pra dá mutirão pra pessoa doente [...] E aí, quando é, voltando ao assunto do mutirão, e disso aí ficava dois, três pra trás, pra fazê a torda né? Cortá bambu, fazê o, arrumava os pano de café, pra fazê aquela, aquela torda. O tocadô lá do harmônio já tava contratado, e quando é de noite.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

Na medida em que a dinâmica das trocas comerciais foi se intensificando na região, principalmente entre roça e cidade, o mutirão seguia o mesmo ritmo e com isso foi perdendo o seu aspecto de atividade socorrista que envolvia a questão da sobrevivência. Com a exceção dos casos de doença, as convocações, apesar de serem legitimadas pelo e para o trabalho, vão se tornando apenas um motivo de lazer e de encontro entre os vizinhos. Nas muitas falas que analisamos, a festa e a diversão eram enaltecidas, e as dificuldades impostas pela relação entre o homem e o meio rural, que deveriam legitimar a convocação, notamos que conforme explorávamos em detalhes as várias lembranças, foram sendo pouco descritas e contextualizadas. Somente em casos de extrema necessidade, o mutirão era convocado, mas nestes o sitiante pagava em moedas aos que dele participavam, reflexo já de uma descaracterização das relações sociais do bairro rural.

A penetração da moeda, reflexo de um interesse mais voltado para as relações de mercado, assim, desintegrava as relações de solidariedade entre os vizinhos da roça. Apesar disso, não foi possível afirmarmos que no mutirão todos os integrantes vendiam a sua força de trabalho ou que a moeda era o grande incentivador para a disponibilização de socorro.

Sendo o sábado considerado um dia de trabalho, pelo menos até a sua metade, os participantes ajudavam nas atividades e ao final do dia preparavam-se para a festa. Este dia era considerado de pouca atividade na lavoura, e o fato dele ser dispensado para o trabalho na roça do vizinho foi se tornando rotineiro, e este aspecto não faz parte do mutirão, que só deveria ocorrer em fases críticas, envolvendo a sobrevivência da roça e de seus integrantes. Pensamos que o dever moral e o socorro não deveriam obedecer a dias prediletos, e pelo fato dos fins de semana ocorrer a diminuição do esforço e a preparação para outras atividades, como o lazer, foi moldando o cotidiano da roça ao da cidade, onde circos, missas e cinema, por exemplo, são realizados justamente nesses mesmos dias.

Durante essa transição pela qual vai passando o meio rural, caracterizado também por certo estreitamento com o contexto urbano, entre em cena a traição. Enquanto no mutirão a convocação se dá pelo sitiante que se encontra em situação de desespero, a traição, mesmo tendo a mesma finalidade, ou seja, o trabalho solidário entre os vizinhos, se organiza de maneira oposta a ele. Pego de surpresa pelos vizinhos que a preparou, o sitiante sofre uma espécie de “traição” por não saber que estavam mobilizando homens e mulheres para prestarem solidarização através da oferta de sua força de trabalho para o vizinho com serviço atrasado e em vias de se perder.

*Ah, isso tinha, lá, de vez em quando a turma reunia e o pau quebrava [...] Uai, maior, necessidade maior, porque às vezes na roça do vizim tava suja, ele, ele atrasava, num podia capiná, então reunia, fala “vamo dá, levantá, roçá, vamo capiná a roça de Fulano”. Ah, nós juntava lá, era trinta, quarenta [...] Não, dava traição, outra hora era, tinha época que dava. Esse cunhado meu, que era italiano, ele gostava demais de dá uma traição em mim (risos), né? [...] Não, é, é, eles era, mais tudo era por amizade mesmo, né? Eles já falava “ó, vamo levantá o Fulano”. Eles deram uma traição em mim, e a mãe do, do cumpade Luis Stefani, a dona Amália, e ele, e eu levantava cedo também. Ai eles falava pro outro “ó, nós tem que ir muito cedo, porque senão num pega o Bicho na cama não” (risos). Rapaz, e, e a, uma tia minha, e eu tava com um arroz lá no mato sô, eles acabaram de, tratava pra nós capiná e eles num ia. Eu falei “gente, por que será que esse povo, tá judiando comigo uai, eles trata e num vêm”. E aquilo foi sujando. Ai, um dia, uma dia, sexta-feira, eu cheguei na casa de uma tia minha, ela falô “óia lá a traição né?” e eu nem dando bola praquilo. Rapaz, mas quando foi no sábado, de sexta pra sábado, quando eu vi, foi aquele tiroteio, que o fogo (risos), e veio aquela traição. Nossa, mas me, óia, limpavam a roça tudo, juntaram sessenta pessoa, limpo tudo. Então o, a dona Amália, tava véia, eu oiei, fui pra abri a porta, eu (risos), começava a abri, e aí ela empurrando, empurrava pra cá a porta (risos), até que nós pôs tudo pra dentro. Aquilo ali, agora memo o harmônio tocô e coisa, foi uma festa né? [...] Eu lembro de alguns, poucos né, depois dessa época minha, às vezes nós reunia uma turma lá, e esse cumpade Luis memo, ele foi lá no Catitu, juntô a, a família deles lá no Catitu, e pra, pra nós dá uma traição num primo meu. Ai foi roçá pasto, né? Ah sô, e ele era, ele era difícil, o home era muito vivo, eu falei “ah”, pois olha, eles pegô ele na cama memo, num teve jeito (risos). Esse foi dessa época já, bem depois de que, que eles deram a traição em mim, eles ainda deu num primo lá.*

(Senhor Natael Malta, 89 anos).

Enquanto o mutirão estava se descaracterizando pela influência da dinamização das trocas comerciais e pela necessidade de se produzir cada vez mais para o mercado, principalmente quando testemunhamos a pulverização de laços de solidariedade por causa da influência monetária, pois o dinheiro passava a ser oferecido àqueles que se integravam no mutirão, independentemente dos laços de parentesco ou vizinhança, a traição freava esse processo. Nela, não havia a presença de interesse monetário, vimos que as pessoas deixaram de atender ao mutirão para executarem uma traição, ou seja, retirou do sitiante a responsabilidade em se retribuir a ajuda através da compra da força de trabalho dos vizinhos, com a exceção é claro da comida e da festa, componentes da reunião entre vizinhos e umas das principais formas de lazer da cultura caipira.

*Uai, o João mesmo tava com um pasto lá pra, pra roçá, e num, num achava gente pra roçá, eu falei “se ele num pô gente pra roçá, cê vai vê, cê vai ganhá uma traição”. Ai eu chamei os irmão dele lá do estado de Minas, mandei, num sei nem como que eu fiz pra chamá, e, e nós juntô oitenta pessoa né? Océ lembra? Né, oitenta pessoa. Ai, quando, acordei, eu nem dormi, quando eu, ele acordô, tava dormindo, tava a sanfona tocando, os foguete, tudo tocando, de madrugada. E ele falô “uai, que que isso?”. Eu falei “num falei procê que cê ia tomá uma traição?”, aí ele, falô “ah, mas num acredito”. Os irmão dele chegô de noite, ele falô “o que que ocês vei fazê aqui?”, que eles vinha à cavalo lá do estado de Minas, lá perto de Ibiraci. Ele falô “nada uai, nós vei passeá, nós num pode vim passeá na sua casa?”, ele falô “não, à toa ocês num vei”. Ai, quando foi de madrugada, foi aquele foguetório, ele falô assim “uai, mas que que isso?”, eu falei “uai, eu num falei que ocê ia tomá uma traição? Cê acabô tomando uma traição”. Então, o que eu lembro mais foi essa.*

(Dona Ana Cintra, 78 anos)

*Não, não, aqui, eu lembro duma traição que eles me deram, a traição ocê sabe o que que é né? Pra capiná arroz. E, eu, sortava foguete, levantava, metia a gente dentro d'água, chuchava a gente dentro d'água [...] Jogava, eu joguei, os que me pegó eu levei tudo tamém pra dentro d'água. Eu fui, mas eles foi tamém (risos). Brincadeira, tudo brincadeira [...] Foi meus primo. Foi o Domingo, o cumpade Juca, o cumpade Juca era primo tamém, os outro, o chefe da traição. Junto cinqüenta pessoa, aquilo saía, gente saía de todo canto, saía gente.*

(Senhor Delcídes Barcellos, 77 anos)

Na traição, como apuramos pelas diversas falas de antigos moradores de bairros rurais, a organização sempre foi realizada por algum membro da família ou entre compadres, e essas eram as principais composições sócias dentro de um bairro rural. Mas obviamente que a participação não ficava restrita apenas a eles, porém, algumas dessas formas de solidariedade no mundo rural já demonstravam os reflexos da presença das relações impostas pelo mercado. Na traição, reafirmamos, é o olhar dos vizinhos que vai definir o socorro a ser prestado na roça com serviços atrasados, e várias foram as justificativas para que tal situação ocorresse, principalmente o abandono dos filhos que se uniam em matrimônio e partiam para uma nova vida, na cidade, ou nas terras dos sogros. Porém, é curioso observar que em raros momentos de um mutirão, ou até mesmo traição, o trabalho tinha como fim o socorro à lavoura cafeeira. Este foi outro aspecto que observamos, apesar de não sabermos em quais momentos que a produção cafeeira necessitasse de socorro. Mesmo assim, de certa forma a produção de cafezais seria incorporada às relações de trabalho que definiam os laços de solidariedade dentro da tradição caipira, na questão de envolvimento e mobilização dos vizinhos no socorro em caráter de emergência para o serviço em atraso. Claro que a participação implicava no compromisso em retribuir a ajuda recebida e, com isso, os vínculos de sociabilidade entre os vizinhos eram mantidos.

*No mutirão convidava as pessoa né? E traição, um, por exemplo, “o, a roça do Fulano tá num mato, e ele num tá tendo gente pra capiná, vamo dá uma traição nele?”. Ai o, o chefe que inventava a traição ia convidá, convidava os povo tudo, sem que a pessoa ficasse sabendo. De madrugada, levava só as quitanda, pro café da madrugada. Ai levava o foguete, ia o sanfoneiro, com os violão, e acordava com os foguete a pessoa. E tocava violão, cantava na porta, o dono da casa ia abri a porta, eles pegava aquela pessoa, levava e enfiava dentro d'água, era aquela folia. E ali as mulher já ia fazê café, ia as mulher e os home, e clareava o dia, as mulherada ia tudo cuidá de fazê os almoço, e os home ia pra, pra lavoura capiná os café. Quando era roçada de pasto era a mesma coisa, tinha muito. Depois da, só a troco da comida, depois a merenda fazia a, era arroz-doce e pão lá. À tarde, aí terminava o serviço, ia todo mundo ia embora e tomava banho e voltava pra jantá e pro baile. Só a troco da, do almoço, merenda e o baile. Ninguém cobrava nada, tudo de graça. E os mutirão pela mesma forma, pedia auxílio, por exemplo, as pessoa ia trabalhá, trabalhava o dia todo, ninguém cobrava nada, e dava comida e o baile depois.*

(Dona Maria Martins, 86 anos)

*A, a traição era assim, quando a pessoa atrasava o serviço da lavoura, e o mato prejudicando a lavoura e, porque às veis, se é por doença, aí o, os vizinho tinha dó. Ai como eu falei, ele*

*pega, fala “ó, vamo dá uma traição na pessoa?”, porque num dia, conforme a turma, arruma, limpa o cafezal dele, capina sabe? Ai, então, aquele que convidava, ficava responsável na, na, no almoço, café e janta. Porque ele já precisava tá tudo preparado, porque a pessoa que ia, dono do serviço, num tem condição de tratá porque num tava esperando aquilo lá né? Daí ele chegava cedo, falava “então, tudo combinado, um vai picá a carne, outro, arruma o arroz e, e vai”. Daí, o outro arrumava o, o tocadô de harmônio, vai de madrugada, ele tá dormindo né? E outro levava os fogos. Chegava tudo em silêncio, na coisa da, da colônia, e o dono do, do serviço é tranqüilo ali. Ele acorda com aquele barulho de fogos e o harmônio tocando lá. Ai o, o cara assustava, levantava falando “Nossa Senhora, mas o que que cês foi arrumá comigo?”. E eles falava “entra pra dentro”, aí tocava mais umas música lá, e o outro lá fora, foguete tá subindo, tá subindo [...] É, era o começo. Ai ele já, o dono do serviço, “o que que eu faço, mas como é que eu vô fazê? Num tem nada pra, pra fazê o almoço, num tem um café bão pra dá procês”, “não cumpade, num preocupa não, tá tudo arrumadim. Nós hoje vai fazê capina de acordo, sua lavoura vai ficá no limpo”. Ai já entrava pra dentro, o cara já tinha levado as quitanda pra, falava, café, levava tudo prontim. Ai eles tomava café e cada um ia pra, pra lavoura, a turma dos que ia pra lavoura. Ai é aquela festa no cafezal.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

O olhar sobre a vizinhança nos bairros rurais, seja para impedir que criações dos vizinhos adentrem sua propriedade, destruindo roças, hortas e outras criações menores, foi um dos aspectos relevantes levantados ao tratarmos da questão da solidariedade. Além da traição, a carne compartilhada, reforçando a dieta e os laços de sociabilidade que os mantinham vinculados, o socorro em situações inesperadas na roça, foram outras formas de integração entre os moradores dos bairros rurais analisados.

No mundo caipira, na visão de Antonio Candido, a idéia de progresso é inexistente. Qualquer mudança, para ele, representaria o seu próprio fim. Mudança, conforme constatamos, incentivada pela perda de autonomia do bairro rural frente à dependência de novas esferas de relações, no caso pesquisado, a *villa dos Crystaes* (CANDIDO, pp. 176-179). Assim, lentamente as relações de mercado foram introduzindo nos bairros rurais com traços da cultura caipira uma nova mentalidade, estimulada principalmente pela idéia de progresso. Com a invasão de novas mercadorias e o desejo de possuí-las, precisando para isso uma maior disponibilidade de tempo destinado para o trabalho, pois este é que lhe renderia recursos para a aquisição de novos bens, o homem da roça foi ficando cada vez mais entregue aos setores econômicos estabelecidos na vila, como lojistas e negociantes.

Além disso, a contradição entre produzir para o mercado e as relações de vizinhança estabelecida através de formas de sociabilidade que contavam com a solidariedade e a partir dela, a homogeneidade social identificada e mantida pelas festas, pelo mutirão e pelos diversos graus de parentesco travavam as mudanças impostas pela mesma idéia de progresso. E mudar, no sentido de progredir, conforme foi constatado, significou romper com as relações de solidariedade, racionalizar a exploração da terra, as relações de trabalho e voltar as costas para a integração do bairro, através das festas e do lazer. Foi provocado um processo de

(des)identificação com o meio rural que o fez sobreviver ao longo do tempo, inclusive através de práticas de socorrendo recíprocas quando necessário.

Para que isso ocorresse, ou seja, a idéia de progresso fosse incorporada, o homem da roça deveria não mais participar de uma convocação de mutirão ou até mesmo uma traição, canalizando suas energias apenas para a sua lavoura, objetivando exclusivamente as relações de mercado. Isso, no entanto, só seria viabilizado caso não mais fizesse parte do grupo, ou seja, se a mudança fosse, antes de tudo, a mudança de lugar. E isso correu com o abandono inevitável da roça e sem o esperado progresso econômico.

Uma das justificativas para a mudança de lugar, ou seja, o abandono da roça, diz respeito às características próprias do meio. Na parte baixa do *districto de Crystaes*, por exemplo, o solo, além de apresentar muitos declives, era composto por cascalhos. Em várias das falas de antigos moradores o fato da enxada estar sendo batida em pedra, a dura vida que ela impunha às formas de serviço a serem executadas, contrabalanceava com a idéia de progresso que veio acompanhada com a ferrovia, a institucionalização da *villa dos Crystaes* e toda a sua organização social e econômica que a integrava aos grandes centros comerciais.

*Aí ele pega né, rumô o café que dava no mato, que dá no mato, falô “eu vô tê que arrumá um empreiteiro”. Mas como lá tem muita pedra e cascalho, o, o empreiteiro foi lá trabalhá três dia, aí aquelas pessoa falô assim, “ah, eu num vô vortá lá mais não, Deus me livre dum lugar daquele, só pedra e cascalho. Estrago, engrossô minha enxada”. Porque num adiantava amolá a enxada, quando é de tarde ocê tinha que amolá de novo, pedra e cascalho.*

(Senhor Olívio, 87 anos)

*Muito, bõo, depois sumiram tudo. Da moda do outro, cada um se virô prum lado, pra outro, foi acabando os café na, da, da, os café da, das pedra, aí Cristais começô a plantá lá né? Aí acabô pra cá, aí virô só pasto [...] Uai, porque, aqui, é que porque aqui é só pedra [...] É. E lá não, lá se, se põe fica né? É só plano, então, aqui acabô. Aqui, de primeira, era cultura de Cristais, agora virô cerrado do Cristais (risos).*

(Senhor Delcídes Barcellos, 77 anos)

A penetração da idéia de progresso através das mudanças pelas quais passaram o Brasil a partir da instauração da República e a modernização que chegou ao interior do Estado de São Paulo com a ferrovia, a grande lavoura cafeeira e a imigração européia foram lentamente pulverizando os laços tradicionais que aglutinaram as famílias que se estabeleceram no *certam do rio Pardo* no início do século XIX. À exceção das grandes fazendas, os bairros rurais, áreas que aglutinaram a maioria da população da região do *districto de Crystaes*, consolidaram formas de sociabilidade que permitiam o enfrentamento do meio natural e assim, as formas de sua sobrevivência.

Com o gado e o sal, produtos que determinaram a nomenclatura de uma antiga rota bandeirante – caminho do gado e do sal – que no século XIX sofreu uma pequena bifurcação, a região esteve ligada a um circuito de trocas com os grandes centros do Império. No entanto, essa tênue ligação permitiu o estabelecimento de uma forma de vida rústica totalmente integrada ao meio, ou seja, os grupos que dependiam da sua própria força de trabalho para a reprodução de suas próprias vidas necessitaram criar formas de sociabilidade que lhes facilitassem o enfrentamento do meio ao qual estavam inseridos.

Assim, integrados, mas isolados, esses grupos foram se tornando cada vez mais densos em termos demográficos e, a partir do final do século XIX, com a chegada dos trilhos ferroviários, a lavoura cafeeira e com eles as idéias de progresso advindas da República, a região vai desintegrando antigos laços de sociabilidade.

Desse modo, ao final da primeira metade do século XX constatamos que a idéia de progresso veio acompanhada da necessidade de se trabalhar cada vez mais, de se produzir não apenas para o próprio sustento, mas para oferecer ao mercado aquilo que ele lhe dava, a idéia de ter, de consumir produtos que eram expostos na vila. O progresso, porém, como vimos, foi uma idéia pela qual os setores da economia se beneficiaram, pois através do trabalho do homem da roça, negociantes, capitalistas e compradores de café e do excedente de gêneros alimentícios retiraram seus lucros. Assim, a idéia de um Estado patrimonial perpetuou-se e integrou totalmente os bairros rurais ao circuito de trocas. Para isso, a cultura rústica foi, de forma agonizante, decretando o seu próprio fim.

Por fim, ficou constatado que a idéia de progresso, avessa à cultura caipira, que se configurava pelo tempo cíclico do ano agrícola, foi internalizada pelo homem da roça que passou a representá-la através da necessidade de cada vez produzir mais através do seu próprio trabalho. Com isso, traços de sociabilidade que envolviam a solidariedade entre os integrantes de um bairro rural foram se descaracterizando. Buscando atender aos interesses de negociantes, financiadores, grupos exportadores, enfim, toda uma cadeia especulativa estabelecida para atender as relações capitalistas, influenciados e iludidos que estavam pela idéia de progresso, os laços de sociabilidade se romperam. A antiga roça se transformou em unidades de produção voltadas exclusivamente para o mercado. Muitas sob a posse de bancos. E aqueles homens da roça não enricaram. Velhos, muitos aguardam o seu fim em casas antigas na cidade, alguns morando nos fundos da casa dos filhos e vivendo de suas respectivas aposentadoria.



### Considerações finais

Segundo o Levantamento de Unidades de Produção Agrícola (LUPA 2009), a área do município de Cristais Paulista-SP possui aproximadamente 37.800 hectares divididos entre 555 propriedades rurais, além é claro do seu espaço urbano. Destas propriedades rurais, apenas 7% se enquadram entre as grandes propriedades; 25% estão entre as que representam as médias propriedades rurais do município e 68% delas são pequenas propriedades, ou seja, estão entre propriedades cuja área está abaixo de 50 hectares. Apenas três propriedades possuem área acima de mil hectares. Deste modo, portanto, ainda é possível afirmarmos que a estrutura fundiária no município continuou se mantendo identificada à região do antigo *certam do rio Pardo* ao longo de todo o seu processo de ocupação, que nos remete ao século XIX, quando já registrava essa característica.

Se por um lado a estrutura das propriedades se manteve praticamente inalterada, o mesmo não se pode afirmar em relação às formas de exploração e produção agrícola. A absorção de produtos agrícolas da região pelos mercados internacionais tem alterado e determinado o tipo de cultura produzida na região de maneira substancial. Nos últimos dez anos, por exemplo, as unidades de produção agrícola que voltavam sua atenção para a produção leiteira diminuíram de 260 para apenas 70 propriedades.

Uma das explicações para essa queda seria a instabilidade do preço pago aos produtores, valor que tem inviabilizado a exploração leiteira e, com isso, o abastecimento do mercado interno. Isto também tem forçado os proprietários rurais a canalizarem a exploração para o gado de corte e não mais o gado leiteiro. Apesar disso, a área de pastagens do município ainda é grande, sendo destinada para ela aproximadamente 15.593,9 hectares distribuídos entre 460 propriedades rurais. Ou seja, mais da metade das propriedades do município ainda cedem parte de suas áreas para o cultivo do gado.

O café continua sendo a cultura vegetal que ocupa a maior área do município, algo em torno de 6.407,6 hectares, produção distribuída entre 287 unidades de produção agrícolas. Logo abaixo, ele vem seguido pela cana-de-açúcar, com a exploração de 3.735,9 hectares distribuídos entre 179 propriedades e pelo milho, com 2.027,6 hectares sendo produzido em 118 propriedades. Culturas tradicionais como arroz e feijão não foram registradas na safra deste ano de 2009. A primeira, segundo informações da Secretaria de Agropecuária do município, exige uma tecnologia muito além da realidade local, fato que inviabiliza a produção desse cereal. E o feijão, devido aos baixos preços pagos pelo mercado nas safras anteriores.

A área destinada para a exploração da cana-de-açúcar, por sua vez, nos últimos três anos saltou de 300 para 1.900 hectares. Já o milho, tem tido um papel singular na sua produção, pois ao invés de ser produzido como gêneros alimentícios para o abastecimento das cidades, ele tem sido produzido para a fabricação de rações que são destinadas para a alimentação das criações do próprio município.

A utilização de mão-de-obra local para a exploração de cana-de-açúcar é praticamente nula; em média, 95% de sua produção é totalmente mecanizada; seu aumento também tem se justificado devido à fácil penetração no município pelo fato dela estar ocupando áreas de pastagens degradadas. O café, por sua vez, devido a sua estabilidade no mercado internacional e à qualidade dos grãos produzidos, tem sido uma barreira natural à penetração da cana-de-açúcar e, somados à exploração da pecuária, contabilizam mais de 22 mil hectares em uma área total de 37.800 hectares.

De certo modo, o antigo caminho do gado e do sal, estrada que penetrava a região no século XIX, continua sendo do gado, mas no final daquele mesmo período passou a ter o café como companhia nas terras do antigo *districto de Crystaes*. A estrutura fundiária, sempre identificada pela forte presença de pequenas propriedades também se manteve, dado que nos permite apontar certo continuísmo na forma de ocupação do solo da região.

À exceção da produção dos gêneros alimentícios, não mais existentes na lavoura local e que garantiam a sobrevivência dos homens da roça, cujo excedente era lançado ao mercado, o café e o gado consolidaram na região relações de mercado totalmente estruturadas, inclusive no seu modo de produção, para atender aos processos de acumulação. O espaço da roça, que nos remetia a um estilo de vida tradicional, não mais existe, mas apenas a lavoura e os pastos que foram direcionados para satisfazer os desejos exclusivos do mercado. E isso significa a total desintegração de laços de sociabilidade sustentados por relações de solidariedade e vizinhança que puderam sobreviver durante a primeira metade do século XX na região.

Mesmo que hoje, aproximadamente 80% da mão-de-obra ocupada na produção rural do município ainda continuem sendo familiar, com exceção no período de colheitas, quando esta sofre um grande aumento em seu número, a mentalidade reinante é totalmente voltada para as relações de mercado, diferentemente do período em que buscamos registrar traços da cultura caipira entre os homens do passado. Vale destacar também que essa mão-de-obra atual está dependente da mecanização que penetrou o campo nas últimas décadas, graças principalmente às atuações de cooperativas. A divisão sexual do trabalho, onde cada integrante da família tinha sua parcela de colaboração na manutenção da roça, também deixou de existir.

Outro fato relevante que salta aos olhos é a total dependência dos pequenos proprietários em relação aos bancos. Em média, 80% dos pequenos produtores são atrelados a uma variável rede de financiamentos que buscam cada vez mais manter a dependência do setor produtivo. Além do fato de estarem presos a financiamentos, existe também na cidade compradores de café que ainda canalizam a produção da pequena lavoura e a canalizam para os grupos exportadores de Santos. Desse modo, toda a safra continua sendo prisioneira dos setores financeiros e de certa forma sua lucratividade ou seus prejuízos têm sido determinados pelos mesmos. A idéia de progresso reinante desde o advento da República no Brasil, associada à acumulação, se é que isso é possível, ainda está por se consolidar na esfera rural. E isso vale principalmente para as pequenas propriedades rurais do município, mesmo elas sendo produtivas e seu solo ser totalmente explorado.

As relações de vizinhança, mesmo entre muitos dos proprietários de um ponto onde antes havia um bairro rural e nele era marcante a existência de laços de parentesco ou compadrio, foram profundamente alteradas no espaço rural do atual município de Cristais Paulista-SP. O mutirão, ou mesmo a traição, não foram registradas nas últimas décadas, principalmente a partir do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. A oferta cada vez mais crescente de bóias-frias nas áreas urbanas e o atrelamento ao mercado desestabilizaram as relações de vizinhança cuja base era a solidariedade. A moeda, desse modo, desintegrava laços tradicionais de sociabilidade.

Outra forma de sustentabilidade que viabiliza ao pequeno produtor a manutenção de sua propriedade, muito distante da possibilidade do enricar, mesmo que isso esteja longe de querer afirmar qualquer tipo de miserabilidade que possa existir na realidade em que vivem, se dá através da constante atuação de cooperativas. Como ficou retratado anteriormente, o café e o gado, que ocupam mais da metade de toda a área rural do município, são produzidos em pequenas propriedades. Aproximadamente 85% dos pequenos proprietários do município de Cristais Paulista são cooperados, ou seja, possuem respaldo para a manutenção e administração de suas lavouras. Desde tratores, a insumos, visitas técnicas e armazenamento, as cooperativas permitem a sobrevivência dos sitiantes da região.

Por fim, vale afirmar que o sertão, antes caracterizado pelo vazio de gente, desta forma voltou a ser sertão. Se no início do século XIX a região passou a receber um grande contingente de diferentes grupos que migravam pelo interior do país, acrescidos posteriormente pela avalanche imigratória européia e asiática, enchendo de gente as roças e as fazendas voltadas para a monocultura, hoje a realidade foi profundamente alterada. Em uma de nossas visitas à região de Furnas, durante uma de nossas coletas de entrevistas, pudemos

testemunhar através de um colaborador que “aquilo ali dava medo. O pessoal tinha sumido, não tinha mais casas, era só lavoura”.

Assim, assistimos na segunda metade do século XX a total desintegração da cultura caipira na região de um antigo distrito francano. Mesmo que hoje as famílias das pequenas propriedades criem seu próprio gado e tenham seus pequenos cafezais, entre outras pequenas produções, como horticultura e avicultura, a mentalidade mercadológica e o entrelaçamento a setores financeiros da economia determinam os rumos da produção rural. Uma das pequenas propriedades pertencentes a um de nossos colaboradores no passado, por exemplo, hoje está totalmente abandonada e sob a posse de bancos. Muitas delas estão na mesma situação por não honrarem os compromissos assumidos (empréstimos), principalmente quando as expectativas sobre os preços durante o fim da safra não possibilitaram nem mesmo a aniquilação da dívida assumida junto aos bancos. Daí o predomínio da lavoura de exportação, sinônimo da possibilidade de terem menores riscos, não para a obtenção de certa lucratividade apenas, mas para a honra dos compromissos assumidos para a viabilização de todo ano agrícola.

Longe estamos em afirmar que durante a primeira metade do século XX ainda não houvesse essa relação entre os setores urbanos que “atuavam” sobre o setor produtivo (pequenas propriedades), cujo modo de vida ainda possuía traços da cultura caipira, e mercado, ou intermediários, como compradores do excedente que lançavam os produtos na ferrovia ou mesmo nas cidades próximas. Muitas vezes, pudemos constatar, o dono da loja que comprava o excedente dos pequenos produtores para comercializá-los nos mercados de Campinas e São Paulo, era o mesmo que atuava como agiota, além de ser possuidor de terras.

O fato principal seria que o processo de ruptura no modo tradicional de produção, existente nas pequenas propriedades, não havia ainda se consolidado, e isso garantia a sobrevivência de traços do estilo de vida caipira que nos remete às formas originais de ocupação do solo na região. Curiosamente, encerramos afirmando que foi a tradição caipira muitas vezes a responsável em dar fôlego aos mecanismos de acumulação aqui estabelecidos ao longo do processo de modernização do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Paulo Torminn. *Estatuto da Terra e contratos agrários (Lei nº 4.504, de 30-11-1964)*. Curso de Especialização de Direito Agrário. Universidade Federal de Goiás (UFG), 1975.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. SP: Companhia das Letras, 1992, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. SP: Ática, 2003, 4ª edição – Série Fundamentos.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997, 5ª edição.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. SP: Brasiliense, 1983 – Leituras afins.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados vol. 40 nº 2 Rio de Janeiro, 1997, ScieELO Brazil.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escrita de História e política*. BH: UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Teatro das sombras: a política imperial*. SP: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1988. (Edições Vértice).
- CASALECCHI, José Ênio. *PRP – O Partido Republicano Paulista*. SP: Brasiliense, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. SP: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. SP: Editora UNESP, 2007, 8ª edição.
- D'INCAO, Maria Conceição. *O bóia-fria (Acumulação e miséria)*. Petrópolis: Vozes, 1983, 9ª edição.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. SP: Globo, 2001, 3ª edição (revista).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na sociedade escravocrata*. SP: Ática, 1976, 2ª edição.
- FREDERICO, Enid Yatsuda. *Caipira à sombra do café: um estudo sobre o regionalismo paulista*. SP: 1991, Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutoramento.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. RJ: Record, 2001, 45ª edição.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. SP: Global, 2003, 14ª edição, revista.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. RJ: José Olympio, 11ª edição, 1961.

HILAIRE, Auguste de Saint-. *Viagem à província de São Paulo*. SP: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. *Viagem à província de Goiás*. BH: Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1975.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. SP: Paz e Terra, 9ª edição, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. RJ: Livraria José Olympio, 1957.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995, 26ª edição.

JUNIOR, Caio Prado. *A questão agrária*. SP: Brasiliense, 2000, 5ª edição.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. SP: Brasiliense, 23ª edição, 7ª reimpressão (2004).

LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades mortas*. SP: Brasiliense, 1972, 14ª edição. (Obras completas de Monteiro Lobato).

\_\_\_\_\_. *Urupês*. SP: Editora Brasiliense, 1988, 33ª edição.

\_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. SP: Brasiliense, 1957, 8ª edição. (Obras completas de Monteiro Lobato).

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. SP: Livraria Pioneira Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira*. In: TORTA, Paulo. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, vol. 3.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras*. Campinas: Área de Publicações (UNICAMP), 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. SP: Livraria Duas Cidades, 1973.

\_\_\_\_\_. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976, 2ª edição.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro (A formação e o sentido do Brasil)*. SP: Companhia das Letras, 1995, 2ª edição (18ª reimpressão).

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 2º edição (Série Novas Edições).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. SP: Brasiliense, 4ª edição (1ª reimpressão), 1999.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: IE (Instituto de Economia), UNICAMP, 2ª edição, 2002.

SILVEIRA, Waldomiro. *O mundo caboclo*. RJ: Livraria José Olympio Editora, 1974.

SOUZA, Antonio Candido de Melo e. *Parceiros do rio Bonito*. SP: Editora Livraria das Duas Cidades, 1979, 5ª edição.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. SP: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1967. (Estudos de teoria e história literária).

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. SP: Brasiliense, 1986.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária (Estudo do processo de penetração numa área transamazônica)*. RJ: Zahar Editores, 1972.

VIANNA, Segadas. *O Estatuto do Trabalhador Rural e sua aplicação (Comentários à lei nº 4.214, de 2 de março de 1963)*. SP: Livraria Freitas Bastos S/A, 1965, 2ª edição.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A REGIÃO

ANTONIO, Edna Maria Matos. *A Anselmada: a trama de uma sedição (1838)*. 1999. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Franca.

BUENO, Angélica Alves de Castro. *A propriedade da terra: conflitos e litígios pela legalização da posse da terra no contexto da Lei de Terras de 1850. Franca-SP (1850 – 1889)*. 2000. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Franca.

BRIOSCHI, Lucila. *Entrantes no sertão do rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX*. SP: CERU, 1991.

\_\_\_\_\_. *Criando História: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo – 1725-1835*. 1995. Tese (doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHIACHIRI, José. *Vila Franca do Imperador: subsídios para a História de uma cidade*. Franca: Editora O Aviso da Franca, 1967.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café*. 2002. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

GIANNI, Tércio Ferreira de. *Anselmada e Patrimonialismo*. 1987, monografia (bacharelado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita”, Franca.

MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Um Império a constituir, uma ordem a consolidar: elites políticas e Estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852*. 2001. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita”, Franca.

MELO, Egle Roberto Menezes de. *O coronelismo francano: a consolidação da hegemonia (1880 – 1914)*. 1995. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Franca.

NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *O Barão e o Bacharel (Um estudo de política local no II Reinado), o caso de Franca*. 1988. Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo e poder local: Franca 1850 – 1889*. Franca: UNESP, 1992.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História em Franca: século XIX*. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da Indústria coureiro-calçadista (1960 – 1945)*. Franca: UNESP – FHDSS, 2002.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E TESTEMUNHO

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV / CPDOC, 1990.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T A Queiroz, 1979.

BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP: Fapesp, 2001.

BUBER-NEUMANN, Margarete. *Milena*. RJ: Guanabara, 1987.



CIPRIANI, Roberto. *Biografia e cultura: da religião à política*. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) Experimentos com história de vida: Itália – Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

DEMARTINI, Zeila de B. F. *História de vida na abordagem de problemas educacionais*. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) Experimentos com história de vida: Itália – Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

FENELON, Déa Ribeiro. *O papel da história oral na historiografia moderna*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, Série Eventos.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e tempo presente*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, Série Eventos.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. RJ: Imago, 2005, 2ª edição.

GIGANTE, Marco Antônio. *Guerreiros sem armas: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã 1960 – 1980)*. 248 f. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Franca, 1999.

GOLDENSOHN, Leon. *As entrevistas de Nuremberg (conversa de um psiquiatra com os réus e as testemunhas)*. SP: Companhia da Letras, 2005.

HABERMAS, Jurgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Biblioteca Vértice. Sociologia e Política, 1990.

HOBSBAWN, Eric. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. Coleção Ensaio e Teoria.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 4ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, Série Eventos.

\_\_\_\_\_. *História Oral: um locus disciplinar federativo*. In: MEIHY,

José Carlos Sebe Bom (org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996, Série Eventos.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## FONTES ESCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO DIOCESANO. Franca, Livro do Tombo nº. 1. *Egreja de Crystaes*.

\_\_\_\_\_. Livro de Tombo nº. 2. *Egreja de Crystaes*.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Livros 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39 e 40. Latas: COO 372, COO 373, COO 375 e COO 376

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA (AH de CP). Atas da Câmara Municipal de Franca (1905 – 1914).

\_\_\_\_\_. Carta de concessão de doação de terras (1912). Prefeitura Municipal de Franca, 1912.

\_\_\_\_\_. Dados da Mogiana (1893 – 1914). Doação do acervo particular de Pedro Geraldo Tosi.

\_\_\_\_\_. Cartas de sesmarias referentes à ocupação territorial de onde viria a ser fundado o *districto de Crystaes*.

\_\_\_\_\_. Lei 1290 de 09 de setembro de 2005.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA. Planta de construção da *Villa dos Crystaes*.

\_\_\_\_\_. *Secos e Molhados 4 irmãos*. Quadro ilustrativo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. Levantamento de Unidades de Produção Agrícola (LUPA 2009).

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de desenvolvimento agropecuário – PLURIANUAL 2004. Prefeitura Municipal de Cristais Paulista

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de desenvolvimento agropecuário – PLURIANUAL – 2005 / 2009. Prefeitura Municipal de Cristais Paulista.

## FONTES ORAIS DE ENTREVISTAS REALIZADAS ATÉ O ANO DE 2005.

- Nélio Gilberto, 75 anos. (1 fita – 6 páginas)
- José Nunes Borges de Freitas (senhor Juca Borges), *in memoriam*. (1 fita – 7 páginas)
- Neusa de Mattos, 77 anos. (1 fita – 9 páginas)
- Jerônimo Rodrigues Moreira, 79 anos. (1 fita – 11 páginas)
- Geraldo Alves Ferreira (senhor Adim), 81 anos. (1 fita – 11 páginas)
- Rafael Papacidero, *in memoriam*. (2 fitas – a transcrever)
- Antonio Zacarias Dib, 76 anos. (1 fita – 12 páginas)
- Eni de Lima Melo (dona Nenzinha), 79 anos. (1 fita – 21 páginas)
- Arlinda Alves Ferreira (dona Doca), 92 anos. (1 fita – 20 páginas)
- Anísio Aparecido Mendes, 77 anos. (1 fita – 21 páginas)
- Nelsindo Pelizaro, 78 anos. (1 fita – 22 páginas)
- Célio Spirlandelli, 68 anos. (1 fita – 15 páginas)
- Nair Mendonça Ribeiro Salomão, 89 anos. (2 fitas – 27 páginas)
- Eurípedes de Paula Garcia, 84 anos. (1 fita – 18 páginas)
- Odair de Jesus Norberto, 70 anos. (1 fita – a transcrever)
- Augusto Spirlandelli, 82 anos. (2 fitas – a transcrever)
- Júlio Pelizaro, 85 anos. (2 fitas – a transcrever)
- José Antonio de Souza (senhor Ico), 84 anos. (2 fitas – 44 páginas)
- Fábio Luis Pinheiro, 80 anos. (3 fitas – 56 páginas)
- Olívio Francisco Costa, 82 anos. (2 fitas – a transcrever)
- Maria de Lourdes Prado Haddid, 70 anos. (1 fita – a transcrever)
- Ritinha Prado, 66 anos. (1 fita – a transcrever)
- Dahul Pelizaro, 69 anos. (2 fitas – a transcrever)

FONTES ORAIS DE ENTREVISTAS REALIZADAS ENTRE  
OS ANOS DE 2007–2008.

- Ana Cândida de Campos Cintra, 77 anos. (2 fitas – 57 páginas)
- Aparecida de Paula Coelho Pelizaro, 78 anos. (2 fitas – aproximadamente 65 páginas)
- Delcídes Barcellos, 76 anos. (2 fitas – 46 páginas)
- Geralda Barcellos, 78 anos. (1 fita – 32 páginas)
- Jandira de Paula Coelho, 79 anos. (2 fitas – aproximadamente 65 páginas)
- João Barbosa Cintra, 86 anos. (2 fitas – 57 páginas)
- Laércia Ferreira Nunes Coelho, 82 anos. (2 fitas – 39 páginas)
- Maria Martins Coelho, 85 anos. (1 fita – 28 páginas)
- Natael Malta Ribeiro, 88 anos. (2 fitas – 42 páginas)
- Olívio Costa, 87 anos. (2 fitas – 43 páginas)
- Otília Cintra da Silva, 71 anos. (2 fitas – 51 páginas)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)